



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA
PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO SOCIAL
E A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2018**

Gestão dos Serviços de Saúde, com Gerenciamento, Operacionalização e Execução das ações e serviços de saúde, por meio de Contrato de Gestão, no âmbito do Pronto Socorro Dr. Armando Gomes de Sá Couto (PSC), por pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Município de São Gonçalo.

**Município de São Gonçalo
Fundação Municipal de Saúde**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

DO EDITAL E ANEXOS

EDITAL;

ANEXO I –Projeto Básico

Anexo Técnico A – Identificação

Anexo Técnico B– Gestão das Unidades

Anexo Técnico C – Acompanhamento do Contrato de Gestão, Avaliação e Metas

Anexo Técnico D – Destinação dos Recursos Orçamentários

Anexo Técnico E – Cronograma de Desembolso

Anexo Técnico F – Roteiro para elaboração do Programa de Trabalho

Anexo Técnico G - Grade de medicamentos

Anexo Técnico H – Lista de Patrimônio

Anexo Técnico I – Lei Municipal n.º 370/2011

Anexo Técnico J – Decreto Municipal nº 008/2018

Anexo Técnico L – Planta Baixa Unidade Municipal Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC).

ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento;

ANEXO III – Modelo de Atestado de Visita Técnica;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Fato Superveniente;

ANEXO V – Modelo de Declaração de que a Organização Social não possui em sua Diretoria pessoa que participe da Diretoria de outra Fundação Privada ou Associação;

ANEXO VI – Modelo de Declaração de que a Organização Social não possui em seus quadros funcionais, profissionais que tenham ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da estrutura da Administração Pública Municipal nos últimos 12 meses;

ANEXO VII – Modelo de declaração de que a Organização Social não possui em sua Diretoria pessoa que participe da Diretoria de outra Organização Social



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

e de que não é controlada por grupo de pessoas físicas ou jurídicas que controla outra organização social;

ANEXO VIII – Modelo de Declaração deque a Organização Social não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos;

ANEXO IX – Termo de Permissão de Uso;

ANEXO X – Minuta do Contrato de Gestão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL

1. DA INTRODUÇÃO:

1.1 A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO, consoante o disposto nos artigos 5º, § 2º, da Lei Municipal n.º 370/2011, e 9º do Decreto Municipal n.º 008/2018, torna público que fará realizar o CHAMAMENTO PÚBLICO para firmar Contrato de Gestão com entidade qualificada como Organização Social no âmbito deste Município, tendo por objeto **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE no âmbito do PRONTO SOCORRO DR. ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC)**, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL, localizado no Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro;

1.2 O presente Chamamento Público visa à seleção do melhor programa de trabalho, de acordo com os critérios estabelecidos no presente edital, que deverá estar em conformidade com o Projeto Básico (Anexo I);

1.3 O presente Chamamento Público se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas da Lei Municipal n.º 370/2011, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 008/2018 e, no que couber, pelas normas da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como pelos preceitos de direito público, pelas disposições deste Edital e de seus anexos, normas que os participantes declaram que conhecem e que a elas se sujeitam incondicional e irrestritamente;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.4 A participação da Organização Social neste Chamamento Público implica a aceitação integral e irrevogável dos termos, cláusulas, condições e anexos deste instrumento, que integrarão o Contrato de Gestão como se transcritos, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas e legislações aplicáveis. Não serão aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase da convocação pública e da execução do Contrato de Gestão;

1.5 As retificações do Edital obrigarão todas as participantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital;

1.6 O Chamamento Público a que se refere este Edital poderá ser adiado, revogado por razões de interesse público ou anulado, sem que caiba aos participantes qualquer direito à reclamação ou à indenização por estes motivos, de acordo com a principiologia que decorre do artigo 49 da Lei Federal n.º 8.666/93;

1.7 O Edital e seus anexos serão disponibilizados no sítio (<http://www.saogoncalo.gov.br/licitacaoc/>), bem como no endereço da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, localizada à Rua Dr. Nilo Peçanha, n.º 110, 13º andar, Centro, São Gonçalo/RJ, telefone (21) 2604-7155, das 9 às 17 horas, podendo os interessados comparecer munidos de *pen drive* para gravação dos arquivos;

1.7.1 A versão impressa do Edital e de seus anexos poderá ser adquirida mediante a entrega de uma resma de papel A4, que deverá ser apresentada no ato da solicitação do edital;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.7.2 No ato da retirada do Edital e de seus anexos, será também disponibilizado, por intermédio de meio magnético, cópias das plantas arquitetônicas da Unidade.

1.8 Os interessados poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 05 (cinco) dias úteis, antes da data fixada para entrega das propostas, poderão ser solicitados esclarecimentos por escrito à Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 001 de 2018, instituída e designada pela Portaria n.º 002/FMS/2018 (publicada no DO em 18/01/2018), devendo ser protocolada no protocolo da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, localizado à Rua Dr. Nilo Peçanha, n.º 110, 13º andar, Centro – São Gonçalo/RJ, CEP 24445-360, das 10:00 às 16:30.

1.8.1 Caberá à Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 001 de 2018, instituída e designada pela Portaria n.º 002/FMS/2018 (publicada no DO em 18/01/2018), responder aos pedidos de esclarecimentos, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da realização da sessão de recebimento e de abertura de envelopes, com a divulgação da resposta pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital.

1.9 Os interessados poderão formular impugnações ao Edital, em até 3 (três) dias úteis anteriores à abertura da sessão de recebimento e de abertura de envelopes, à Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

n.º 001 de 2018, instituída e designada pela Portaria n.º 002/FMS/2018 (publicada no DO em 18/01/2018), devendo ser protocolada no protocolo da Fundação Municipal de Saúde, localizado à Rua Dr. Nilo Peçanha, n.º 110, 13º andar, Centro – São Gonçalo/RJ, CEP 24445-360, das 10:00 às 16:30. Decairá do direito de impugnar o Edital perante a Administração o Participante que não o fizer tempestivamente.

1.9.1 As Impugnações deverão ser decididas pela Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 001 de 2018, instituída e designada pela Portaria n.º 002/FMS/2018 (publicada no DO em 18/01/2018), em até 02 (dois) dias antes da sessão de recebimento e de abertura de envelopes, com a divulgação da decisão pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital.

1.10 A Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 001 de 2018, instituída e designada pela Portaria n.º 002/FMS/2018 (publicada no DO em 18/01/2018), nas respostas dos esclarecimentos e impugnações, poderá solicitar/pedir apoio técnico, quando necessário, de outros setores/órgãos da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSDC).

1.11 Não serão aceitos esclarecimentos ou impugnações ao Edital encaminhadas por serviço postal, *e-mail* ou *fac-símile*.

1.12 O Chamamento Público não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas às impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração nos prazos indicados



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

nos itens 1.8.1 e 1.9.1, a sessão de recebimento e abertura de envelopes será realizada no mesmo horário e local indicados neste Edital, salvo quando houver designação expressa de outra data pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, a ser publicada no Diário Oficial.

2. DO OBJETO:

2.1 O objeto do presente Chamamento Público é a celebração de Contrato de Gestão para GESTÃO, GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE no âmbito do PRONTO SOCORRO DR. ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC) devidamente descritos, caracterizados e especificados no Anexo I – Projeto Básico, parte integrante deste EDITAL, devendo observar, ainda:

2.1.1 Prestação gratuita e universal dos serviços de atenção à saúde aos usuários, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e conforme o Projeto Básico (Anexo I);

2.1.2 Aquisição, gestão e logística de suprimentos farmacêuticos e hospitalares;

2.1.3 Gestão, guarda, conservação e manutenção do prédio, terreno e dos bens inventariados pelo município, incluindo os mobiliários e os equipamentos médico-hospitalares;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.1.4 Contratação e gestão de profissionais de todas as áreas concernentes à operação das unidades ambulatoriais e da unidade hospitalar;

2.1.5 Execução direta ou subcontratação e gestão, em qualquer caso, dos serviços acessórios necessários ao funcionamento das unidades ambulatoriais e hospitalares, tais como lavanderia, alimentação de usuários e funcionários, higienização, segurança privada, manejo e destinação de resíduos hospitalares, Serviços Auxiliares de Diagnose e Terapia (SADT), conforme estabelecido no Projeto Básico, no Contrato de Gestão e nos respectivos Anexos;

2.1.6 Operacionalização do atendimento integral, multiprofissional e interdisciplinar dos usuários do PRONTO SOCORRO DR. ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC);

2.1.7 Implementação de dispositivos e ferramentas da Política Nacional de Humanização do SUS em todos os processos de atendimento ambulatorial e internação, visando o cuidado integral;

2.1.8 Administração da oferta e gestão de consultas especializadas, odontológicas, leitos clínicos e cirúrgicos e dos serviços acessórios necessários ao funcionamento das unidades ambulatoriais e da hospitalar, assim como hotelaria, manutenção predial e de conforto ambiental, engenharia clínica, tecnologia da informação, conforme estabelecido no Projeto Básico, no Contrato de Gestão e nos respectivos Anexos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.1.9 Desenvolvimento conjunto, conforme normas, critérios e diretrizes da Fundação Municipal de Saúde (FMS) em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSDC), de programas e ações de saúde para prevenção e controle de enfermidades vinculadas à saúde.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO:

3.1 A fundamentação para realização para o presente Chamamento Público encontra-se na Constituição Federal de 1988, em seu art. 30, inciso I, na Lei Federal n.º 9.637/98, na Lei Municipal n.º 370/2011, e no Decreto Municipal n.º 008/2018.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1 O limite máximo anual de orçamento previsto para realização das atividades e serviços necessários à execução do contrato de gestão é de R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões quinze reais e noventa centavos), conforme Anexos E e F, que correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho n.º 2351.10.302.2049.2.107;

Natureza da Despesa n.º 3.3.90.39.00;

Fonte n.º 00 e 21.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

5. DA VISITA TÉCNICA:

5.1 As Visitas Técnicas à Unidade Pronto-Socorro Central (PSC) deverão ser agendadas no setor de Planejamento da Fundação Municipal de Saúde, no período de 05/02/2018 a 09/02/2018, de 2ª a 6ª feira, de 10:00 às 16:00h, pelo telefone (21) 2604-7155;

5.2 Na ocasião da visita, a Organização Social receberá o Atestado de Visita Técnica (Anexo III) devidamente assinado.

6. DO DIA, DO HORÁRIO E DO LOCAL DE ENTREGA DE ENVELOPES:

6.1 Dia 21 de Fevereiro de 2018, às 10 horas, horário de Brasília, a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria 38/SEMSADC/2017, estará reunida na sala de reunião da sede da Fundação Municipal de Saúde, localizada à Rua Dr. Nilo Peçanha, 110, 13º andar, Centro – São Gonçalo/RJ, para receber e iniciar a abertura dos envelopes referentes ao presente Chamamento Público;

6.2 No caso da Sessão não poder ser realizada na data estabelecida, será transferida para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital;

6.3 O Presidente da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá suspender a sessão caso seja necessário para a adequada análise da documentação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

contida nos envelopes, informando verbalmente aos presentes a data de publicação do resultado do julgamento no Diário Oficial, consignando-a em ata.

7. DOS PRAZOS:

7.1 O prazo do Contrato de Gestão será de 12 (doze) meses, tendo início a partir da data de sua assinatura;

7.2 O prazo do Contrato de Gestão poderá ser prorrogado, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, depois de demonstrada a consecução dos objetivos contratuais e das metas estabelecidas, mediante a aprovação da gestão pela Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) e pela Autoridade Administrativa supervisora e, ainda, a indicação, garantia e aprovação dos recursos orçamentários necessários para as despesas;

7.3 O Contrato de Gestão poderá ser alterado na forma do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, que se aplica subsidiariamente.

8. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS:

8.1 As participantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega das mesmas;

8.2 Decorrido o prazo consignado no subitem anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do contrato de gestão, a Organização Social vencedora ficará liberada de quaisquer compromissos assumidos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

9.1 Poderão participar do presente Chamamento Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à Saúde, devidamente qualificadas como Organizações Sociais pelo Município de São Gonçalo para atuar na respectiva área, nos termos do Decreto Municipal n.º 008/2018 e suas alterações, mediante a apresentação da publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo do Decreto de qualificação como Organização Social;

9.2 Não serão admitidas neste Chamamento Público as Organizações Sociais suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições da suspensão, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações, em ambos os casos, nos níveis federal, estadual ou municipal;

9.3 Não serão admitidas neste Chamamento Público as Organizações Sociais sancionadas na forma dos incisos II e III, do artigo 73, da Lei Federal n.º 13.019/2014;

9.4 Não será permitida a participação de Organizações Sociais que tenham como membro do seu Conselho de Administração:

9.4.1 cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Subsecretários Municipais e Vereadores (artigo 3º, II, alínea “a”, da Lei Municipal n.º 370/2011);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.4.2 servidor público detentor de cargo comissionado ou função gratificada (artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei Municipal n.º 370/2011).

9.5 Não será permitida a participação de Organizações Sociais cujos dirigentes, gerentes, administradores, responsáveis ou componentes do seu quadro técnico tenham participado da elaboração do Projeto Básico como autores ou colaboradores.

9.6 Não será permitida a participação de mais de uma Organização Social sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, bem como de Organização Social que tenha diretor comum a outra Organização Social participante deste Chamamento Público.

9.7 A comprovação de atendimento aos subitens 9.1, 9.5 e 9.6 se dará mediante a apresentação, no momento do credenciamento, fora dos envelopes “A” e “B”, dos seguintes documentos:

9.7.1 Cópia da publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo da Qualificação da Entidade, emitida por intermédio de Decreto Municipal, de Organização Social apta para atuar na área da Saúde;

9.7.2 Declarações firmadas pelo representante legal da Organização Social, em papel timbrado, de que não possui funcionário que pertença ao 1º e 2º escalão da Administração Pública Municipal (Anexo VI) e de que não possui em sua diretoria pessoa que participe da diretoria de outra Organização Social e de que não é



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

controlada por grupo de pessoas físicas ou jurídicas que controla outra Organização Social (Anexo VII).

10. DA REPRESENTAÇÃO NO PROCESSO:

10.1 As Organizações Sociais se farão representar nas sessões por apenas um representante legal ou por agente credenciado regularmente constituído;

10.2 Por credencial entende-se:

10.2.1 Procuração passada por instrumento público ou particular, que contenha no mínimo poderes “*ad negocia*” para manifestar a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes à convocação pública em nome da organização social;

10.2.2 Carta de credenciamento devidamente preenchida nos termos do Anexo II do Edital.

10.3 Quando a representação se fizer por intermédio de instrumento particular, obrigatoriamente, terá a firma reconhecida;

10.4 Quando a representação se fizer por instrumento público ou por estatuto, os mesmos poderão ser apresentados em cópia autenticada;

10.5 O representante legal deverá apresentar documento (original ou cópia autenticada) comprobatório de legitimidade para representar a Organização Social (via de regra, o ato constitutivo da Organização Social



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

e da ata de eleição da diretoria vigente, nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações). O agente credenciado deverá apresentar procuração ou carta de credenciamento acompanhado de documento (original ou cópia autenticada) comprobatório de que o outorgante ou de que o signatário da carta possui poderes para tanto;

10.6 O representante legal ou agente credenciado, antes da entrega dos envelopes e da credencial, deverá identificar-se exibindo a carteira de identidade, que deve conter foto, ou outro documento equivalente emitido por órgão público;

10.7 A carta de credenciamento ou a procuração, o ato constitutivo da Organização Social e a ata de eleição, para fins de credenciamento, deverão ser entregues separadamente dos envelopes “A” e “B”, referidos no subitem 11.1;

10.8 É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação de mais de uma Organização Social na presente seleção.

10.9 Encerrados os procedimentos descritos nos subitens 10.5, 10.6 e 10.7, iniciados no horário e local previstos na cláusula 6.1, não mais serão admitidos novos proponentes, devendo a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, lavrar na ata o recebimento dos envelopes de programa de trabalho e documentação de habilitação;

10.10 As Organizações Sociais participantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, respeitadas as disposições previstas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

nas cláusulas 10.5, 10.6 e 10.7, ressalvada à Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, a faculdade de limitar esta representação a 01 (uma) pessoa, se considerar indispensável ao bom andamento das etapas do processo seletivo;

10.11 Caso não seja credenciado representante, a Organização Social não fica impedida de apresentar seu programa de trabalho e os documentos de habilitação em envelopes próprios (envelopes “A” e “B”). Neste caso, a Organização Social ficará impedida de quaisquer manifestações em referência a fatos relacionados com o presente Chamamento Público.

11. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DO PROGRAMA DE TRABALHO E PROPOSTA FINANCEIRA:

11.1 Os documentos de habilitação e do programa de trabalho exigidos no presente Edital deverão ser entregues no dia e horário estabelecidos neste instrumento, em 02 (dois) envelopes opacos, indevassáveis, devidamente fechados e rotulados, contendo na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

ENVELOPE A: DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE -FMS.
EDITAL DE SELEÇÃO N.º 001/2018.
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.
RAZÃO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

ENVELOPE B: PROGRAMA DE TRABALHO E PROPOSTA FINANCEIRA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE -FMS.
EDITAL DE SELEÇÃO Nº 001/2018.
PROGRAMA DE TRABALHO.
RAZÃO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

11.2 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá exigir, em qualquer oportunidade,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

os esclarecimentos complementares que julgar necessários à perfeita compreensão dos documentos e das propostas apresentadas ou a seu exclusivo critério promover diligências.

11.3 Será inabilitada a Organização Social (OS) que deixar de apresentar qualquer um dos documentos acima listados ou apresentá-los vencidos na data de apresentação dos mesmos, ou fora do prazo de validade consentido.

11.4 A Organização Social (OS), na Sessão Pública, poderá se fazer representar por dirigente ou por procurador, conforme Cláusula 5 deste documento.

11.5 Para manter a ordem durante a Sessão Pública, à Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá restringir a quantidade de representantes/procuradores de cada Organização Social (OS) participante, tendo em vista o espaço físico.

11.6 A documentação do **“ENVELOPE A – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”** deverá ser apresentada em original ou em cópia reprográfica, autenticada em ambos os lados (frente e verso, este último se presente alguma anotação), composta dos seguintes documentos:

11.6.1 Da habilitação jurídica:

11.6.1.1 Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor registrado em Cartório, acompanhado de ata de comprovação da eleição da Diretoria e do Conselho de Administração ambos com mandato



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

vigente, registrados em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

11.6.1.1.1 Na hipótese de existir alteração no documento, posteriormente à constituição da Organização Social (OS), os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor, a fim de comprovar que o objeto social e as normas estatutárias estão focadas no objeto do Contrato de Gestão.

11.6.1.2 Cédula de Identidade e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil do representante legal da Organização Social (OS).

11.6.1.3 Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, de que a Organização Social (OS) não possui em seu quadro nenhum funcionário que pertença aos 1º e 2º escalões da Administração Pública Municipal, emitida pelo representante legal da Organização Social (OS).

11.6.1.4 Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, de que a Organização Social (OS) concorda que a Secretaria Municipal de Controle Interno bem como a Controladoria Interna da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Auditoria Geral, terá amplo e irrestrito acesso à documentação contábil e financeira da Organização Social (OS) como um todo e do Contrato de Gestão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.6.1.5 Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, que em sua Diretoria não tem pessoas que participem da diretoria de outra Associação ou Fundação Privada.

11.6.1.6 Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, que a Organização Social (OS) tem ciência que deverá ofertar percentual mínimo de trabalho voluntário, na forma do artigo 10, inciso V, do Anexo Único, do Decreto Municipal n.º 008/2018.

11.6.1.7 Comprovação de existência legal da Organização Social (OS) há pelo menos 02 (dois) anos, conforme dispõe o artigo 2º, inciso III, do Lei Municipal n.º 370/2011.

11.6.1.8 Comprovação, por meio de alvará vigente, de que o local da sede da Organização Social (OS) é o mesmo constante no Estatuto Social.

11.6.1.9 Aprovação da celebração do Contrato de Gestão pelo Conselho de Administração da Organização Social (OS).

11.6.1.10 Certidão de Regular Funcionamento emitida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ou do respectivo Ministério Público Estadual onde estiver localizada a sede, no caso de Fundações Privadas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.6.1.11 Regimento Interno dispendo, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências, bem como sua aprovação pelo Conselho de Administração;

11.6.1.12 Regulamento próprio, pautado nos princípios gerais aplicáveis à Administração Pública, contendo os procedimentos que adotará para as aquisições e a contratação de serviços e obras necessários à execução do Contrato de Gestão, bem como sua aprovação pelo Conselho de Administração;

11.6.2 Da regularidade fiscal e trabalhista:

11.6.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), pertinente à sua finalidade e compatível com o objeto do Chamamento Público.

11.6.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e / ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Organização Social (OS), pertinente à sua finalidade e compatível com o objeto do Chamamento Público;

11.6.2.3 Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

11.6.2.3.1 A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributos Federais e Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da Organização Social (OS).

11.6.2.3.2 A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da Organização Social (OS) será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e certidão da Dívida Ativa estadual ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que a Organização Social (OS), pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual.

11.6.2.3.3 A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da Organização Social (OS) será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a Organização Social (OS), pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

11.6.2.4 Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS).

11.6.2.5 Cópia do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), se houver.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.6.2.6 Comprovação de Isenção do INSS (artigo 308 da Instrução Normativa INSS/DC N.º 100 de 18.12.2003), caso a Organização Social (OS) seja isenta.

11.6.2.7 Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, ou Declaração firmada pela Organização Social (OS), na forma do Anexo VIII de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CRFB/88.

11.6.2.7.1 Para as Organizações Sociais (OS) sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a mesma tem sua sede.

11.6.2.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

11.6.3 Da qualificação econômico-financeira:

11.6.3.1 Certidões negativas de falência, insolvência civil e recuperação judicial ou extrajudicial expedidas pelo Distribuidor da sede da Organização Social (OS).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.6.3.1.1 As Organizações Sociais (OS) sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial ou extrajudicial.

11.6.3.1.2 Não serão aceitas certidões com validade expirada ou passadas com mais de 90 (noventa) dias contados da efetiva pesquisa do cartório em relação à data da realização da Chamamento Público.

11.6.3.2 Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados do Último Exercício, já exigíveis, nos termos da exigência legal, vedada a substituição por Balancetes ou Balanços provisórios, assim apresentados:

11.6.3.2.1 O documento acima referenciado deverá estar devidamente assinado por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

11.6.3.4.2 A Demonstração Contábil compreende a Demonstração do Resultado do Exercício.

11.6.3.4.3 O documento acima referenciado deverá conter fotocópias autenticadas das páginas do Termo de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Abertura, Encerramento e Registro no órgão competente, extraídas do Livro Diário.

11.6.3.4.4 As fotocópias do Livro Diário deverão conter a indicação do seu número, do número de registro no órgão competente e a numeração das folhas onde se encontram os lançamentos que comprovem a sua boa situação financeira.

11.6.3.4.5 A Organização Social (OS) deverá apresentar memorial, assinado pelo profissional responsável por sua elaboração, devidamente registrado perante o CRC, contendo os índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira.

11.6.3.3 A boa situação financeira, será avaliada pelos Índices de Solvência Geral (SG), de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou superiores a 1 (um). Caso os referidos índices sejam inferiores a 1 (um) deverá a licitante comprovar que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
SG = $\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$
LC = $\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Circulante}}$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.6.4 Da qualificação técnica:

11.6.4.1 Capacidade técnico-profissional:

11.6.4.1.1 Indicação de profissional técnico habilitado com registro ou inscrição perante ao Conselho Regional de Medicina (CRM), responsável técnico da instituição, com vínculo profissional perante a Organização Social (OS).

11.6.4.1.1.1 A comprovação do vínculo profissional com a Organização Social (OS) poderá ser realizado com:

11.6.4.1.1.1.1 Apresentação do Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor, do qual prove que profissional pertence à Diretoria da Organização Social (OS);

11.6.1.1.1.2 Apresentação da CTPS (ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido), no caso do profissional pertencer ao quadro de empregados da Organização Social (OS);

11.6.4.1.1.1.3 Termo de contrato, de natureza privada, que comprove a vinculação entre as partes.

11.6.4.1.1.2 Certidão de Registro e Quitação na entidade profissional competente, referente ao profissional indicado na subcláusula 11.6.4.1.1.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.6.5 Capacidade técnico-operacional:

11.6.5.1 Comprovação de aptidão da Organização Social (OS) para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do Chamamento Público, informando sobre a reputação ético-profissional da Organização por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

11.6.5.1.1 A informação sobre a reputação ético-profissional da Organização Social (OS) deverá indicar o local, natureza, volume, duração, qualidade e cumprimento dos prazos que permitam avaliar a Organização Social.

11.6.5.2 Certidão vigente do registro da Organização Social (OS) no Conselho Regional de Medicina (CRM) e no Conselho Regional de Administração (CRA), emitida pelo órgão competente da circunscrição do domicílio ou sede da Organização Social (OS).

11.6.5.3 Alvará vigente do domicílio ou da sede da Organização Social (OS).

11.6.5.3.1 Serão aceitos os meros protocolos dos pedidos de concessão dos alvarás caso sua emissão dependa, exclusivamente, de ato da Administração,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ficando os interessados advertidos que se a Organização Social não atender a todos os requisitos que autorizem a concessão dos alvarás, será inabilitada.

11.6.5.4 Documento que comprove inscrição da Organização Social (OS) no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES).

11.6.6 Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para efeitos criminais.

11.6.7 Da vistoria técnica:

11.6.7.1 Comprovante de realização de vistoria da Unidade de Saúde ou declaração da Organização Social (OS) que conheceu as condições locais do objeto, indicando, expressamente, que tomou conhecimento de todas as informações técnicas referentes ao(s) objeto(s) do Chamamento Público.

11.6.7.1.2 Na ocasião da visita, a Organização Social (OS) receberá o Atestado de Visita Técnica (Anexo III) devidamente assinado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.6.7.1.3 As Visitas Técnicas à Unidade Pronto-Socorro Central (PSC) deverão ser agendadas no setor de Planejamento da Fundação Municipal de Saúde, no período de ____/____/2018 a ____/____/2018, de 2ª a 6ª feira, de 10:00 às 16:00h, pelo telefone (21) 2604-7155.

11.6.8 Dos demais documentos exigidos:

11.6.8.1 Declaração da candidata de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CRFB/88.

11.7 O **ENVELOPE “B”** (Programa de Trabalho e Proposta Financeira) deverá ser apresentado conforme definido no Anexo F (Roteiro para Elaboração do Programa de Trabalho e Proposta Financeira) do Projeto Básico – Anexo I, em meio eletrônico/digital e em uma via impressa. A via impressa deve ser encabeçada por índice relacionando todos os documentos e as folhas em que se encontram e apresentada em 01 (uma) via, em papel timbrado da Organização Social (inclusive, se for o caso, os formulários a serem anexados), numerada, sem emendas ou rasuras, na forma de original, com assinatura e identificação do representante legal da Entidade ou aquele com poderes para realizar atos jurídicos na última página, com rubrica em todas as páginas e comprovação de sua aprovação pelo Conselho de Administração da Organização Social, sob pena de desclassificação. Deve conter ainda



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

identificação do(s) responsável(eis) pela elaboração da Proposta (coordenador, assistente de coordenação e demais membros da equipe) e obedecer à ordem descrita no Projeto Básico.

11.7.1 Não serão aceitos programas de trabalho encaminhados por *e-mail* ou pelo correio e os programas de trabalho entregues em meio eletrônico/digital não substituem a versão impressa;

11.7.2 É obrigatória a utilização dos modelos de formulários apresentados como anexos, assim como é obrigatório o preenchimento de todos eles, sob pena de desclassificação do programa de trabalho;

11.7.3 A desconformidade aos padrões e documentações exigidas por este Edital incorrerá na desclassificação do programa de trabalho apresentado. É imprescindível a apresentação de todos os itens previstos no Anexo I - Projeto Básico, na sequência estabelecida e com a devida identificação;

11.7.4 A planilha de custos proposta pela instituição deverá ser inserida no envelope “B” seguindo o modelo previsto no Projeto Básico;

11.7.5 Na formulação do programa de trabalho, as Organizações Sociais deverão computar todas as despesas e custos operacionais relacionados com os serviços a serem executados, especialmente os de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e securitária (quadros de pessoal), bem como os gastos com o cumprimento das normas pertinentes à saúde, segurança e medicina do trabalho;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.7.6 Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições do programa de trabalho ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes referenciados;

11.7.7 Deverá ser incluída no envelope “B” a comprovação da existência, no quadro de pessoal da Organização Social, de pelo menos 3 (três) profissionais com formação específica para a gestão das atividades a serem desenvolvidas, notória competência e experiência comprovada na área de atuação, mediante a apresentação de *curriculum vitae* contendo os seguintes dados:

11.7.7.1 Nome completo;

11.7.7.2 Formação e titulações acadêmicas/profissionais e data de conclusão dos cursos;

11.7.7.3 Instituições em que prestou serviços na área de atuação, informando datas de início e término dos vínculos;

11.7.7.4 Projetos, programas e planos de ação em que participou na área de atuação da qualificação requerida, informando a função desempenhada, instituição responsável, data de início e de conclusão.

11.7.8 Deverão ser apresentados documentos que comprovem o previsto no subitem anterior em original ou cópia autenticada;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.7.9 Deverão ser apresentados, ainda, todos os documentos e atestados, previstos no Anexo I - Projeto Básico, que comprovem a experiência técnica da Organização Social proponente;

11.7.10 Para a elaboração dos programas de trabalho, as Organizações Sociais participantes deverão conhecer todos os elementos informativos fornecidos pela Fundação Municipal de Saúde, além de, a seu critério, acessar as fontes adicionais de informação disponíveis, tendo em vista o completo conhecimento do objeto, em prol da apresentação do programa de trabalho adequado aos propósitos deste Chamamento Público;

11.7.11 A Proposta Financeira deverá ser detalhada, apontando o volume dos recursos financeiros alocados para custeio de cada tipo de despesa, ao longo de cada mês do Contrato de Gestão, conforme modelo do Anexo D deste edital;

11.7.12 Na hipótese da Entidade participante possuir o CEBAS, ou seja, sendo Organização Social que goze da imunidade tributária prevista no artigo 195, § 7º, da Constituição Federal de 1988, esta deverá também apresentar junto à Proposta Econômica o comprovante de certificação CEBAS atualizado ou declaração expedida pelo respectivo Ministério que contenha prazo de validade de fruição da referida imunidade;

11.7.12.1 A Organização Social participante portadora do CEBAS deverá aplicar os percentuais oriundos dos seus benefícios fiscais em forma de desconto sobre o valor da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proposta Financeira que irá basear a execução do Contrato de Gestão objeto do presente Chamamento Público.

11.7.13 Fica limitado em até 6 % (seis por cento) do valor global do Contrato de Gestão a apresentação das despesas denominadas como Gerenciais e Administrativas, contidas no **Anexo E - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO E METAS FÍSICAS**, letra D.

11.12 Da forma de apresentação da documentação de habilitação e do programa de trabalho e proposta financeira:

11.12.1 Os documentos exigidos no ENVELOPE “A” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada em ambos os lados, frente e verso, se este último contiver notações ou outras informações relevantes, rubricados pelo representante legal da Organização Social, em qualquer caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal nas folhas de documentação, poderá a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, solicitar ao representante da Organização Social, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que, durante a sessão de abertura do envelope “B”, sane a incorreção. Somente a falta de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

representante legal ou a recusa do mesmo em atender ao solicitado é causa suficiente para inabilitação da Organização Social;

11.12.2 Os documentos do ENVELOPE “B” – PROGRAMA DE TRABALHO E PROPOSTA FINANCEIRA – serão apresentados na forma prescrita no Anexo I, sendo elaborados pela Organização Social, assinados pelo seu representante legal. O custo apresentado pela Organização Social para execução do contrato de gestão deverá ser expresso em algarismos e por extenso, sem rasuras ou entrelinhas, prevalecendo, em caso de discrepância, o valor por extenso;

11.12.2.1 O programa de trabalho deverá ser apresentado em documento original e também em meio magnético ou digital (pen drive, DVD-ROM, CD-ROM etc.), prevalecendo, em caso de discrepância, o consignado em documento original.

11.12.3 As Organizações Sociais arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas e dos documentos de habilitação. A Fundação Municipal de Saúde, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos no Chamamento Público ou os seus resultados;

11.12.4 As solicitações de autenticação dirigidas exclusivamente aos integrantes da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, deverão ser requeridas antes do início da sessão de abertura dos envelopes,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

preferencialmente com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data marcada para abertura da sessão de abertura dos envelopes;

11.12.5 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá verificar a autenticidade dos documentos apresentados, por quaisquer meios disponíveis, inclusive via *web*, podendo suspender a sessão para a realização da aludida diligência.

11.12.6 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá, em qualquer fase do Chamamento Público, promover as diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.

11.12.7 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá sanear eventuais omissões ou falhas puramente formais observadas na documentação de habilitação e no programa de trabalho, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da Chamamento Público.

11.12.8 Os certificados, declarações, registros e certidões que não tenham prazo de validade declarado no próprio documento ou na legislação específica, deverão ter sido emitidos há no máximo 90 (noventa) dias antes da data da sessão de abertura de envelopes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.12.9 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

11.12.10 Após a data e horário estabelecidos para a entrega dos invólucros, nenhum envelope poderá ser recebido.

11.12.10.1 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação ou substituição de documentos exigidos e não inseridos nos envelopes “A” e “B”. No entanto, a seu exclusivo critério, a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá solicitar informações e/ou esclarecimentos complementares que julgar necessários, desde que não prejudique as demais Organizações Sociais (OS) participantes do Chamamento Público.

11.12.11 Será DESCLASSIFICADA a Organização Social (OS) cuja proposta de trabalho não atenda às especificações técnicas constantes nos anexos deste instrumento.

11.12.12 Serão lavradas Atas Circunstanciadas das sessões de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e das propostas de projetos.

11.12.12.1 Não será levado em consideração nenhum outro documento anexado além daqueles indicados no Chamamento Público, e não será permitida a realização de alteração no modelo da proposta de trabalho, devendo ser preenchidos todos os seus



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

respectivos campos, rubricadas todas as folhas e assinada ao final.

11.12.13 Qualquer proposta em desacordo com as exigências deste instrumento será desclassificada.

12. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO:

12.1 No dia e hora definidos da cláusula 6.1, reunida a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, serão credenciados os representantes das Organizações Sociais e entregues os documentos mencionados na cláusula 11.1.

12.1.1 A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a Organização Social participante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela Organização Social nas sessões públicas relacionadas ao presente Chamamento.

12.2 Após o credenciamento, serão recebidos os Envelopes “A” e “B” pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, nos termos da cláusula 11 deste edital;

12.3 Após a recepção dos envelopes “A” e “B”, na presença dos representantes das Organizações Sociais e dos demais interessados presentes ao ato público, a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, dará início



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

à abertura dos envelopes, momento em que não mais se aceitará documentação ou proposta de outras Entidades;

12.3.1 Após a entrega dos envelopes “A” e “B” não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017.

12.4 Os envelopes “A” e “B” serão abertos e todos os seus documentos serão rubricados pelos representantes presentes na sessão;

12.5 A análise dos documentos constantes nos envelopes “A” e “B” será feita pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, em reunião reservada;

12.5.1 Para essa análise a Comissão poderá recorrer a assessoramento técnico, jurídico e econômico, quando achar necessário.

12.6 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, divulgará a classificação dos programas de trabalho, após serem analisados e pontuados na forma da cláusula 13.2, pelo mesmo modo da divulgação do Edital.

12.7 Os envelopes “A” e “B” das Organizações Sociais ficarão em poder da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, até a assinatura do Contrato de Gestão pela Organização Social vencedora do Chamamento, momento em que sua retirada pelos representantes credenciados será permitida. Caso tais



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

documentos não sejam retirados até 5 (cinco) dias úteis após a publicação do Contrato de Gestão no Diário Oficial do Município de São Gonçalo, serão destruídos;

12.8 Será declarada vencedora a Organização Social que obtiver maior pontuação em seu programa de trabalho e cumprir os requisitos de habilitação conforme prescrito no presente edital;

12.9 Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, contendo todos os atos praticados na sessão de recebimento e de abertura de envelopes, dentre os quais o registro dos representantes credenciados, devendo ser rubricados e assinados pelos membros da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, e pelos representantes das Organização Sociais participantes do Chamamento Público que estiverem presentes ao ato;

12.10 O resultado do julgamento declarando a Organização Social vencedora do Chamamento Público será proferido no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento das Propostas.

13. DOS CRITÉRIOS OBJETIVOS DE JULGAMENTO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO:

13.1 Cada um dos membros da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, lançará nota em relação a cada um dos critérios objetivos definidos na cláusula 13.2, sendo a nota final, a média aritmética das notas atribuídas por cada um dos membros;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.1.1 A soma dos critérios objetivos definidos na cláusula 13.2 deverá alcançar a nota 10 (dez).

13.2. O julgamento dos programas de trabalho levará em conta os critérios objetivos descritos na Tabela abaixo e conforme Anexo Técnico F do Projeto Básico:

CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PARA A AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E ECONÔMICAS

CRITÉRIO	ITENS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA POSSÍVEL
F1. ATIVIDADE. Adequação da proposta de atividade Assistencial à Capacidade Operacional das Unidades.	1.1. Organização da atividade	1.1) 21 PONTOS
	1.2. Incrementos de atividade.	1.2) 4 PONTOS
	Total: 25 pontos (PESO 3)	
F2. QUALIDADE. Adequação das atividades propostas referentes à QUALIDADE da assistência prestada	2.1 Ações voltadas à Qualidade Objetiva – Comissões	2.1) 10 PONTOS
	2.2. Ações voltadas à Qualidade Subjetiva relacionadas à satisfação dos pacientes e/ou acompanhantes	2.2) 15 PONTOS
	Total: 25 pontos (PESO 3)	
F3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.	3.1. Experiência anterior	3.1) 10 PONTOS
	3.2. Estrutura diretiva da Unidade	3.2) 4 PONTOS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Adequação entre os meios sugeridos, seus custos, cronogramas e resultados presumidos.	3.3. Organização de serviços médicos assistenciais e de enfermagem	3.3) 10 PONTOS
	3.4. Organização de serviços administrativos, financeiros e gerais.	3.4) 12 PONTOS
	3.5. Ciência e Tecnologia	3.5) 7 PONTOS
	3.6. Organização dos Recursos Humanos.	3.6) 3 PONTOS
	3.7. Prazos propostos para implantação e pleno funcionamento dos serviços.	3.7) 4 PONTOS
	Total: 50 pontos (PESO 3)	
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL:		100 PONTOS

13.3 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, desclassificará:

13.3.1 As propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Edital e seus anexos;

13.3.2 As propostas com preço excessivo, consideradas como tais as que excederem o valor do orçamento estimado na cláusula 4.1 do Edital;

13.3.3 As propostas manifestamente inexequíveis;

13.3.3.1 Consideram-se manifestamente inexequíveis os programas de trabalho cujos valores sejam inferiores a 10%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

(dez por cento) da estimativa oficial, ressalvada à participante desclassificada, em prazo razoável estipulado pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, a possibilidade de demonstrar a viabilidade de sua oferta por meio de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do Contrato de Gestão, em atenção as metas previstas no mesmo.

13.3.4 As propostas que não atingirem a pontuação total mínima de 50 (cinquenta) pontos e que não alcancarem o mínimo de 50 % (cinquenta por cento) do total possível em cada um dos CRITÉRIOS (1 – Atividade; 2 – Qualidade; e 3 – Qualificação Técnica).

13.4 Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá fixar o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para que as Organizações Sociais participantes apresentem novas propostas contendo programas de trabalho e respectiva documentação;

13.5 Até a assinatura do Contrato de Gestão, a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá desclassificar propostas das Organizações Sociais participantes, por meio de decisão motivada, se tiver ciência de circunstância, anterior ou posterior ao julgamento das propostas, que configure desrespeitos aos termos deste edital, respeitado o contraditório;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.5.1 A desclassificação mencionada na cláusula 13.5 não ensejará direito à indenização ou ao ressarcimento de eventuais despesas e ocorrerá sem prejuízo de aplicação das sanções eventualmente cabíveis.

13.6 Havendo empate, será vencedora a Organização Social que apresentar maior pontuação no critério F1 ITEM ATIVIDADE (somatório do item 1.1 e 1.2). Persistindo o empate, considerar-se-á vencedora a Organização Social que tiver obtido maior pontuação no critério F 3. ITEM TÉCNICA (somatório dos itens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6 e 3.7);

13.6.1 No caso de os critérios estabelecidos na cláusula 13.6 não serem suficientes para resolver a situação de empate entre duas ou mais propostas, o desempate se dará através de sorteio promovido na sessão.

14. DOS RECURSOS:

14.1 Ao final do Chamamento Público e, declarada a vencedora do procedimento por intermédio de publicação em Diário Oficial do Município de São Gonçalo, qualquer participante poderá manifestar imediatamente e motivadamente a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentar por escrito suas razões recursais, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para, se desejarem, apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo assegurada a vista imediata dos autos do Chamamento Público aos interessados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.2 A não apresentação das razões recursais escritas acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões orais.

14.2.1 Não serão aceitas razões recursais escritas encaminhadas por serviço postal, correio eletrônico ou fax, sendo para todos os fins consideradas como não apresentadas.

14.2.2 As razões recursais escritas deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, e entregues no protocolo da sede da Fundação Municipal de Saúde, localizado à Rua Dr. Nilo Peçanha, 110, 13º andar, Gabinete da Vice-Presidência - Centro, São Gonçalo/RJ, das 10 às 17 horas.

14.3 A falta de manifestação imediata e motivada da Organização Social quanto à sua intenção recursal acarretará a decadência do direito de recorrer;

14.4 Recebido o recurso, o Presidente da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá reconsiderar seu ato, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão;

14.5 O provimento do recurso importará apenas a invalidação dos atos não suscetíveis de aproveitamento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

15. DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

15.1 Uma vez homologado o resultado do Chamamento Público e promovidos os atos administrativos pertinentes à “adjudicação”, a Organização Social vendedora, dentro do prazo de validade de sua proposta, deverá atender à convocação da Fundação Municipal de Saúde para a assinatura do Contrato de Gestão, em 02 (dois) dias, a contar da data da publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo ou de comunicação formal;

15.2 Deixando a Organização Social vendedora de assinar o Contrato de Gestão no prazo fixado na cláusula 15.1, poderá a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, convocar as demais participantes, por ordem de classificação, até a constatação de Organização Social que atenda ao edital, sendo declarada vencedora;

15.3 No momento da assinatura do Contrato de Gestão, a Organização Social vencedora deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Chamamento Público, por meio de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente, conforme modelo Anexo IV.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1 A recusa da Organização Social vencedora em assinar o contrato de gestão dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 16.3.

16.2 Sem prejuízo de eventuais responsabilizações cíveis e criminais, a Organização Social participante deste Chamamento Público que, de qualquer forma, praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos do Chamamento, sujeita-se às penalidades previstas no subitem 16.3.

16.3 Pelo descumprimento total ou parcial de obrigação assumida no programa de trabalho e no Contrato de Gestão, a Fundação Municipal de Saúde poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções previstas no artigo 87 combinado com o artigo 116 da Lei Federal n.º 8.666/1993, garantida prévia defesa:

16.3.1 Advertência;

16.3.2 Multa de mora no valor de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato de Gestão ou, se for o caso, do saldo não atendido do Contrato de Gestão.

16.3.3 Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato de Gestão ou do saldo não atendido do Contrato de Gestão, conforme o caso, e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da Organização Social.

16.3.4 Suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

16.3.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.3.6 Perda de qualificação como Organização Social no âmbito do Município de São Gonçalo.

16.4 As sanções previstas nos subitens 16.3.1, 16.3.4, 16.3.5 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nos subitens 16.3.2, 16.3.3 e 16.3.6 e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato de Gestão, garantida defesa prévia ao interessado.

16.5 As multas previstas nos subitens 16.3.2 e 16.3.3 não possuem caráter compensatório, e, assim, o seu pagamento não eximirá a organização social da responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

16.6 As multas aplicadas poderão ser compensadas com repasses devidos à Organização Social mediante requerimento expresso nesse sentido.

16.7 As sanções estabelecidas nos subitens 16.3.4 e 16.3.5 são da competência do Presidente Fundação Municipal de Saúde e a estabelecida no subitem 16.3.6 é de competência da Comissão Qualificadora de Organizações Sociais.

16.8 A sanção prevista no subitem 16.3.5 poderá também ser aplicada às Organizações Sociais que, em processos seletivos ou negócios jurídicos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

administrativos firmados com a Administração Pública direta ou indireta de qualquer nível federativo, tenham:

16.8.1 Sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

16.8.2 Demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

17. DO FORO:

17.1 Fica eleito o foro Central da Comarca de São Gonçalo do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou demandas referentes à execução do objeto desta convocação pública e da adjudicação dela decorrente.

18. DA REPACTUAÇÃO:

18.1 Por ocasião da prorrogação ou alteração na forma das cláusulas 7.2 e 7.3, em havendo interesse público que justifique o aumento do custo nominal do Contrato de Gestão e dotação orçamentária específica para esse fim, os repasses financeiros para consecução dos objetivos do Contrato de Gestão poderão ser revistos, observados os seguintes fatores:

18.1.1 No caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto do contrato de gestão, deverá ser



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria;

18.1.2 Em relação aos demais custos e despesas previstos no Contrato de Gestão, será observado como limite para revisão a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - Especial (IPCA-E) do IBGE.

18.2 Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos no programa de trabalho exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva;

18.3 Em qualquer hipótese de reajuste previsto no subitem 18.1, o pleito deverá ser apresentado por meio de planilha analítica, sendo submetida à análise da Fundação Municipal de Saúde.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1 Todos os prazos mencionados neste Edital serão sempre contados em dias corridos, salvo indicação em contrário, excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no órgão ou entidade;

19.2 Qualquer alteração de finalidade ou do regime de funcionamento da Organização Social, que implique na mudança das condições que instruíram sua qualificação, deverá ser comunicada, com a devida justificativa, imediatamente, à Fundação Municipal de Saúde e à Comissão de Qualificação de Organização Social, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

19.3 À Adjudicatária caberá inteira responsabilidade por todos os encargos e despesas com salários de empregados, acidentes que possam vir a ser vítimas quando em serviço e por tudo assegurado nas leis sociais e trabalhistas, ficando responsável, outrossim, por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros ou ao patrimônio municipal por seus empregados;

19.4 Fica esclarecido que a Fundação Municipal de Saúde não admitirá qualquer alegação posterior que visa ao ressarcimento de custos não previstos no programa de trabalho e no contrato de gestão, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração de encargos fiscais;

19.5 Na execução dos serviços contratados deverão ser observadas, rigorosamente, as especificações preestabelecidas no Projeto Básico e no Programa de Trabalho. Quando necessários, os ensaios, testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais, para a verificação da boa execução do objeto do presente Chamamento Público, correm à conta da participante;

19.6 Integram o presente Edital todas as instruções, observações e restrições contidas nos seus anexos:

19.6.1 **ANEXO I** –Projeto Básico;

19.6.1.1 Anexo Técnico A – Identificação;

19.6.1.2 Anexo Técnico B– Gestão das Unidades;

19.6.1. 3 Anexo Técnico C – Acompanhamento do Contrato de Gestão, Avaliação e Metas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

19.6.1.4 Anexo Técnico D – Destinação dos Recursos Orçamentários;

19.6.1.5 Anexo Técnico E – Cronograma de Desembolso;

19.6.1.6 Anexo Técnico F – Roteiro para elaboração do Programa de Trabalho;

19.6.1.7 Anexo Técnico G - Grade de medicamentos;

19.6.1.8 Anexo Técnico H – Lista de Patrimônio;

19.6.1.9 Anexo Técnico I – Lei Municipal n.º 370/2011;

19.6.1.10 Anexo Técnico J – Decreto Municipal n.º 008/2018;

19.6.1.11 Anexo Técnico L – Planta Baixa Unidade Municipal Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC).

19.6.2 **ANEXO II** – Modelo de Carta de Credenciamento;

19.6.3 **ANEXO III** – Modelo de Atestado de Visita Técnica;

19.6.4 **ANEXO IV** – Modelo de Declaração de Fato Superveniente;

19.6.5 **ANEXO V** – Modelo de Declaração de que a instituição não possui em sua Diretoria pessoa que participe da Diretoria de outra fundação privada ou associação;

19.6.7 **ANEXO VI** – Modelo de Declaração de que a instituição não possui em seus quadros funcionais, profissionais que tenham ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da estrutura da administração pública municipal nos últimos 12 meses;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

19.6.8 **ANEXO VII** – Modelo de declaração de que a instituição não possui em sua diretoria pessoa que participe da diretoria de outra organização social e de que não é controlada por grupo de pessoas físicas ou jurídicas que controla outra organização social;

19.6.9 **ANEXO VIII** – Modelo de Declaração de que a instituição não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de que não emprega menor de dezesseis anos;

19.6.10 **ANEXO IX** – Termo de permissão de uso;

19.6.11 **ANEXO X** - Minuta do Contrato de Gestão.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2018.

Claudio Fernando de F. Gomes
Presidente

Leandro de S. Fernandes Brandão
Membro

Deivid Robert de Cresci Campos
Membro

Rilson Sá Barreto
Membro

Claudia Valéria da Silva Aguiar
Membro



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO BÁSICO E ANEXOS TÉCNICOS

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”. (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 196)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

SUMÁRIO

Sumário

PROJETO BÁSICO	57
1. DO OBJETO:	58
2. JUSTIFICATIVA:	59
3. PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:	79
4. DO LOCAL DA ENTREGA DA PROPOSTA DE TRABALHO E DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:	80
5. DA REPRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL:.....	82
6. DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA:	83
7. INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE MUNICIPAL DE PRONTO ATENDIMENTO - PRONTO- SOCORRO CENTRAL DR.º ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC):	98
8. ATIVIDADES:	106
9. CIRURGIAS ELETIVAS:	117
10. VALIDADE DAS PROPOSTAS:	124
11. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS:	124
12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:	124
ANEXO A – IDENTIFICAÇÃO	126
1. IDENTIFICAÇÃO:	126
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO:	127
3. ASPECTOS DO MUNICÍPIO:.....	128
4. REDE ASSISTENCIAL:	135
5. PROGRAMAÇÃO PACTUADA E INTEGRADA – PPI:	162
ANEXO TÉCNICO B - GESTÃO DAS UNIDADES	166
1. RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS):	166
2. OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS):.....	167
3. DAS OBRIGAÇÕES, DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:	168
4. RESPONSABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL PELOS ATOS DE SEUS EMPREGADOS E DE TERCEIROS POR ELA CONTRATADOS:	185
5. DEMAIS ENCARGOS:.....	188



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

6. CONTROLE DE QUALIDADE:	189
7. CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS:	190
8. ASSISTÊNCIA HOSPITALAR:.....	191
9. ROTINAS DE FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTOS:.....	193
10. REGISTRO DE PACIENTES:.....	194
11. SISTEMA DE INFORMAÇÃO:	194
12. COMISSÕES:	194
13. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO:.....	195
14. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO:	196
15. INDICADORES E METAS:	198
16. PRAZO:.....	199
17. SUPERVISÃO:	199
18. ELEMENTOS DISPONÍVEIS:	200
ANEXO C - ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO, AVALIAÇÃO E METAS.....	201
1. CRITÉRIOS GERAIS PARA O ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS:	201
2. RESPONSABILIDADES NO ACOMPANHAMENTO:.....	202
3. COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO (CFT):.....	202
4. ÂMBITOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO:.....	203
5. ARTICULAÇÃO COM OUTROS NÍVEIS ASSISTENCIAIS – REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA:.....	208
6. INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E METAS:	210
7. PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL:	218
8. ATRIBUIÇÕES DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM RELAÇÃO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE:	218
ANEXO D - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	231
1. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:	231
ANEXO E - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO E METAS FÍSICAS.....	250
ANEXO F - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO E PROPOSTA FINANCEIRA.....	252
A. INTRODUÇÃO:	252
B. ÍNDICE DO DOCUMENTO:	253
C. TÍTULO:.....	253



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

D. PROPOSTA DE MODELO GERENCIAL:.....	253
E. PROPOSTA DE ATIVIDADE ASSISTENCIAL:	256
F. DIMENSIONAMENTO DE PESSOAL:	256
G. MATRIZ DE AVALIAÇÃO PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO:	262
ANEXO G - GRADE DE MEDICAMENTOS.....	267
ANEXO H - RELAÇÃO DE PATRIMÔNIO.....	276
ANEXO I – LEI MUNICIPAL Nº. 370/2011.....	280
ANEXO J – DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2018.....	289
ANEXO L – PLANTA BAIXA UNIDADE MUNICIPAL DE PRONTO ATENDIMENTO - PRONTO- SOCORRO CENTRAL DR.º ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC).	300



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO BÁSICO

PROJETO BÁSICO VISANDO O GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, por meio de CONTRATO DE GESTÃO, com pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada pelo Município de São Gonçalo como ORGANIZAÇÃO SOCIAL para atuação no âmbito da saúde, que assegure assistência universal e gratuita à população, unicamente para o Sistema Único de Saúde (SUS), no espaço do Pronto-Socorro Dr.^o Armando Gomes de Sá Couto (PSC), localizado no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Proponente: Fundação Municipal de Saúde (FMS)

Área responsável pela elaboração do Projeto Básico: Subsecretaria Municipal de Saúde de Urgência e Emergência.

ANEXO TÉCNICO A – Identificação

ANEXO TÉCNICO B– Gestão das Unidades

ANEXO TÉCNICO C – Acompanhamento do Contrato de Gestão, Avaliação e Metas

ANEXO TÉCNICO D – Destinação dos Recursos Orçamentários

ANEXO TÉCNICO E – Cronograma de Desembolso

ANEXO TÉCNICO F – Roteiro para elaboração do Programa de Trabalho

ANEXO TÉCNICO G - Grade de medicamentos

ANEXO TÉCNICO H – Lista de Patrimônio

ANEXO TÉCNICO I – LEI MUNICIPAL

ANEXO TÉCNICO J – DECRETO MUNICIPAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO L – Planta Baixa Unidade Municipal De Pronto Atendimento - Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes De Sá Couto (PSC).

1. DO OBJETO:

1.1 O presente Projeto Básico objetiva a seleção e a contratação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada pelo Município de São Gonçalo como Organização Social para atuação no âmbito da saúde, para a GESTÃO, GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, bem como a administração de toda infraestrutura hospitalar, inclusive sua manutenção, por meio de CONTRATO DE GESTÃO, nos termos deste instrumento e do futuro Edital, que assegure assistência universal e gratuita à população, unicamente para o Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC). Assim, será garantida a assistência adequada aos pacientes com referência organizada para os diversos níveis e atenção. O estudo da demanda da região e a oferta dos relevantes serviços assistenciais oferecidos pelas unidades demonstra a necessidade de manutenção dos mesmos por intermédio de contrato de gestão com Organização Social. As bases para o planejamento estão relacionadas às necessidades da população, resultando no dimensionamento dos recursos humanos e materiais necessários para sustentar todos os níveis de complexidade das diversas atividades assistenciais a serem desenvolvidas. As despesas com luz, água/esgoto e resíduos hospitalares serão por conta da contratante.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2. JUSTIFICATIVA:

2.1 A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) representou um símbolo para as políticas públicas de saúde no país. A saúde foi definida como um direito de todos e um dever do Estado, que por sua vez deve garanti-la por meio de políticas sociais e econômicas. O SUS representou um corte em relação ao padrão antecedente, que atendia apenas à população atada ao mercado de trabalho formal, excluindo boa parte da sociedade do acesso aos serviços públicos de saúde. A CRFB/88 universalizou o direito à saúde, todos os brasileiros teriam direito de receber assistência estatal, dentro de uma rede regionalizada e hierarquizada.

2.2 Em âmbito infraconstitucional temos como principal normativa a Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que define o SUS em seu artigo 4º como *“O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).”*.

2.3 Por sua vez, tanto em âmbito constitucional (artigo 199, § 1º, da CRFB/88) como no infraconstitucional (artigos 4º, § 2º, e 24-26, da Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990), é permitida a participação de pessoas jurídicas de privado, com ou sem fins lucrativos, no SUS, mediante contrato ou convênio.

2.4 A transferência do gerenciamento de serviços de saúde foi prevista, originalmente, no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

documento referencial da reforma gerencial promovida pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, que previa a “publicização” dos serviços não exclusivos de Estado para entidades sem fins lucrativos qualificadas como organizações sociais e que assinassem contrato de gestão com o poder público.

2.5 Vale dizer que, tal transferência ocorreu porque, o Estado Brasileiro, como aconteceu com outros Estados, experimentou (desde a década de 90) uma reforma da Administração Pública, acompanhando o movimento da globalização e os imperativos da chamada política neoliberal, em que diante de uma situação de crise chegou-se à constatação da impossibilidade e ineficiência do poder público no cumprimento de todas as competências traçadas pela Constituição Federal Brasileira de 1988, especialmente no atendimento aos serviços públicos sociais (saúde, educação, previdência social, moradia, etc.), o que levou o Estado a buscar novas formas de realizar tais objetivos, reduzindo, por meio de novos instrumentos, seu aparelhamento administrativo, como é o caso da tentativa da presente parceria.

2.6 Verificando a falência do Estado Social ou Burocrático, o Estado Brasileiro buscou outro paradigma: O Estado Gerencial. O Estado Gerencial parte do pressuposto de que o Estado também está sujeito às mesmas falhas que acometem o indivíduo e, assim, o Estado pode sucumbir ao clientelismo e à corrupção. O Estado Gerencial valoriza a iniciativa privada. O particular não é visto com desconfiança. Sua participação é salutar, tendo em vista seu *know-how* e *expertise*. A proposta do Estado Gerencial é ser eficiente, nada melhor do que avocar a atuação do agente privado, sabidamente eficiente, para auxiliá-lo a cumprir suas metas. O Estado Gerencial vem com o fito de superar as



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

falhas e os vícios decorrentes do formalismo, a saber, a morosidade pelo excesso de burocracia e a incapacidade de um controle meramente formalístico assegurar resultados ótimos. Nesta esteira, o Estado Gerencial tem sua atenção focada nos resultados. Ao invés de criar e cumprir cegamente os procedimentos, processos e formas de uma maneira geral, em detrimento do aspecto qualitativo e do retorno social (com implicações econômicas e desenvolvimentistas para o país), o Estado Gerencial prefere optar por um modelo que enalteça e privilegie o resultado qualificado.

2.7 Nessa toada, a reforma foi conduzida por um Plano Diretor que preconizava estratégias articuladas de fortalecimento das atividades de direção superior da Administração Pública Federal, assim como das demais atividades privativas de Estado; e de desoneração da ação estatal direta no campo das atividades e serviços públicos não privativos, especialmente os de natureza social; e das atividades estatais voltadas para o mercado.

2.8 Para o ramo de atividades voltadas para o mercado, o Plano visava a privatização. Para as atividades e serviços não privativos, indicava a publicização da ação pública, ou seja, a absorção dessas atividades e serviços, normalmente voltadas ao provimento de benefícios sociais aos cidadãos, por entidades civis sem fins lucrativos qualificadas pelo Poder Público.

2.9 Nesse contexto da Reforma do Estado surgiram as denominadas Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.10 As Organizações Sociais são um novo tipo de Entidade, disciplinadas na esfera federal pela Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, tendo na esfera desta municipalidade a Lei n.º 370, de 29 de agosto de 2011, regulamentada pelo Decreto n.º 008, de 18 de janeiro de 2018. Estas Entidades atuam na área de ensino, pesquisa científica e tecnológica, proteção do meio ambiente, cultura e saúde.

2.11 A estratégia de transferência das atividades estatais “publicizáveis” para o Terceiro Setor, garantido o fomento público, partiu das seguintes premissas:

2.11.1 reconhecimento do Terceiro Setor como um setor constituído por associações civis sem fins lucrativos que não são de propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e que estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público;

2.11.2 ao se libertar das obrigações de execução direta de atividades e serviços voltados para o cidadão, o Governo poderia exercer sobre essas atividades um controle estratégico de cobrança dos resultados relacionados aos objetivos das políticas públicas, tendo no contrato de gestão o instrumento de regulação da atuação da OS;

2.11.3 o modelo de OS tornava mais fácil e direto o controle social, visto que previa a participação de representantes dos diversos segmentos representativos da sociedade civil nos conselhos de administração;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.11.4 o modelo de OS iria favorecer o financiamento, pela sociedade civil (constituidora da OS), das atividades públicas não estatais, especialmente por meio de doações;

2.11.5 apesar de as organizações sociais, por estarem fora da Administração Pública indireta, gozarem de autonomia administrativa e financeira, seus dirigentes seriam chamados a assumir responsabilidades maiores, em conjunto coma sociedade, na gestão da instituição e na melhoria da eficiência e qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão a um menor custo;

2.11.6 uma vez qualificada como OS, a entidade civil sem fins lucrativos estaria habilitada a receber recursos financeiros e a administrar bens e equipamentos do Estado, obrigando-se, em contrapartida, a cumprir compromissos estabelecidos no contrato de gestão e, inclusive, de alcançar metas de desempenho relacionadas à qualidade e à efetividade dos serviços prestados ao público;

2.11.7 a diferença fundamental entre o contrato de gestão e o convênio de transferência de recursos para o setor privado; visto que no contrato de gestão as vinculações mútuas seriam muito mais profundas e permanentes, porque as dotações que seriam transferidas às OS, por força do contrato de gestão, estariam destacadas no orçamento destinado ao seu órgão supervisor, no Orçamento Público da União, cabendo às mesmas um papel central na implementação das políticas sociais do Estado;

2.11.8 a direção superior das OS seriam exercidas por um conselho de administração constituído majoritariamente por representantes do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Poder Público e da Sociedade garantiriam um modelo de cogestão das atividades publicizadas; e

2.11.9 o controle da aplicação dos recursos públicos transferidos à OS, por parte do Poder Público, seria realizado dentro do modelo de controle por resultados, tendo como base o cumprimento dos compromissos estabelecidos no contrato de gestão e das metas de desempenho pactuadas com a entidade civil.

2.12 Importante ressaltar que tal modelo de gestão passou pelo crivo de constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF):

“Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. TERCEIRO SETOR. MARCO LEGAL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS. LEI Nº 9.637/98 E NOVA REDAÇÃO, CONFERIDA PELA LEI Nº 9.648/98, AO ART. 24, XXIV, DA LEI Nº 8.666/93. MOLDURA CONSTITUCIONAL DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E SOCIAL. SERVIÇOS PÚBLICOS SOCIAIS. SAÚDE (ART. 199, CAPUT), EDUCAÇÃO (ART. 209, CAPUT), CULTURA (ART. 215), DESPORTO E LAZER (ART. 217), CIÊNCIA E TECNOLOGIA (ART. 218) E MEIO AMBIENTE (ART. 225). ATIVIDADES CUJA TITULARIDADE É COMPARTILHADA ENTRE O PODER PÚBLICO E A SOCIEDADE. DISCIPLINA DE INSTRUMENTO DE COLABORAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA. INTERVENÇÃO INDIRETA. ATIVIDADE DE FOMENTO PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE RENÚNCIA AOS DEVERES ESTATAIS DE AGIR. MARGEM DE CONFORMAÇÃO CONSTITUCIONALMENTE ATRIBUÍDA AOS AGENTES POLÍTICOS DEMOCRATICAMENTE ELEITOS. PRINCÍPIOS DA CONSENSUALIDADE E DA PARTICIPAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 175, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO. EXTINÇÃO PONTUAL DE ENTIDADES PÚBLICAS QUE APENAS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONCRETIZA O NOVO MODELO. INDIFERENÇA DO FATOR TEMPORAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DEVER CONSTITUCIONAL DE LICITAÇÃO (CF, ART. 37, XXI). PROCEDIMENTO DE QUALIFICAÇÃO QUE CONFIGURA HIPÓTESE DE CREDENCIAMENTO. COMPETÊNCIA DISCRICIONÁRIA QUE DEVE SER SUBMETIDA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA PUBLICIDADE, MORALIDADE, EFICIÊNCIA E IMPESSOALIDADE, À LUZ DE CRITÉRIOS OBJETIVOS (CF, ART. 37, CAPUT). INEXISTÊNCIA DE PERMISSIVO À ARBITRARIEDADE. CONTRATO DE GESTÃO. NATUREZA DE CONVÊNIO. CELEBRAÇÃO NECESSARIAMENTE SUBMETIDA A PROCEDIMENTO OBJETIVO E IMPESSOAL. CONSTITUCIONALIDADE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO INSTITUÍDA PELA NOVA REDAÇÃO DO ART. 24, XXIV, DA LEI DE LICITAÇÕES E PELO ART. 12, §3º, DA LEI Nº 9.637/98. FUNÇÃO REGULATÓRIA DA LICITAÇÃO. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA IMPESSOALIDADE, DA PUBLICIDADE, DA EFICIÊNCIA E DA MOTIVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO PARA OS CONTRATOS CELEBRADOS PELAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS COM TERCEIROS. OBSERVÂNCIA DO NÚCLEO ESSENCIAL DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CF, ART. 37, CAPUT). REGULAMENTO PRÓPRIO PARA CONTRATAÇÕES. INEXISTÊNCIA DE DEVER DE REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IMPESSOALIDADE, ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO OBJETIVO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS CEDIDOS. PRESERVAÇÃO DO REGIME REMUNERATÓRIO DA ORIGEM. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PARA O PAGAMENTO DE VERBAS, POR ENTIDADE PRIVADA, A SERVIDORES. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 37, X, E 169, §1º, DA CONSTITUIÇÃO. CONTROLES PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRESERVAÇÃO DO ÂMBITO CONSTITUCIONALMENTE DEFINIDO PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO (CF, ARTS. 70, 71, 74 E 127 E SEGUINTE). INTERFERÊNCIA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTATAL EM ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES PRIVADAS (CF, ART. 5º, XVII E XVIII). CONDICIONAMENTO À ADESÃO VOLUNTÁRIA DA ENTIDADE PRIVADA. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À CONSTITUIÇÃO. AÇÃO DIRETA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE PARA CONFERIR INTERPRETAÇÃO CONFORME AOS DIPLOMAS IMPUGNADOS.

1. A atuação da Corte Constitucional não pode traduzir forma de engessamento e de cristalização de um determinado modelo pré-concebido de Estado, impedindo que, nos limites constitucionalmente assegurados, as maiorias políticas prevalecentes no jogo democrático pluralista possam pôr em prática seus projetos de governo, moldando o perfil e o instrumental do poder público conforme a vontade coletiva.

2. Os setores de saúde (CF, art. 199, caput), educação (CF, art. 209, caput), cultura (CF, art. 215), desporto e lazer (CF, art. 217), ciência e tecnologia (CF, art. 218) e meio ambiente (CF, art. 225) configuram serviços públicos sociais, em relação aos quais a Constituição, ao mencionar que 'são deveres do Estado e da Sociedade' e que são 'livres à iniciativa privada', permite a atuação, por direito próprio, dos particulares, sem que para tanto seja necessária a delegação pelo poder público, de forma que não incide, in casu, o art. 175, caput, da Constituição.

3. A atuação do poder público no domínio econômico e social pode ser viabilizada por intervenção direta ou indireta, disponibilizando utilidades materiais aos beneficiários, no primeiro caso, ou fazendo uso, no segundo caso, de seu instrumental jurídico para induzir que os particulares executem atividades de interesses públicos através da regulação, com coercitividade, ou através do fomento, pelo uso de incentivos e estímulos a comportamentos voluntários.

4. Em qualquer caso, o cumprimento efetivo dos deveres constitucionais de atuação estará, invariavelmente, submetido ao que a doutrina contemporânea denomina de controle da Administração Pública sob o ângulo do resultado (Diogo de Figueiredo Moreira Neto).

5. O marco legal das Organizações Sociais inclina-se para a atividade de fomento público no domínio dos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

serviços sociais, entendida tal atividade como a disciplina não coercitiva da conduta dos particulares, cujo desempenho em atividades de interesse público é estimulado por sanções premiais, em observância aos princípios da consensualidade e da participação na Administração Pública.

6. A finalidade de fomento, in casu, é posta em prática pela cessão de recursos, bens e pessoal da Administração Pública para as entidades privadas, após a celebração de contrato de gestão, o que viabilizará o direcionamento, pelo Poder Público, da atuação do particular em consonância com o interesse público, através da inserção de metas e de resultados a serem alcançados, sem que isso configure qualquer forma de renúncia aos deveres constitucionais de atuação.

7. Na essência, preside a execução deste programa de ação institucional a lógica que prevaleceu no jogo democrático, de que a atuação privada pode ser mais eficiente do que a pública em determinados domínios, dada a agilidade e a flexibilidade que marcam o regime de direito privado.

8. Os arts. 18 a 22 da Lei nº 9.637/98 apenas concentram a decisão política, que poderia ser validamente feita no futuro, de afastar a atuação de entidades públicas através da intervenção direta para privilegiar a escolha pela busca dos mesmos fins através da indução e do fomento de atores privados, razão pela qual a extinção das entidades mencionadas nos dispositivos não afronta a Constituição, dada a irrelevância do fator tempo na opção pelo modelo de fomento – se simultaneamente ou após a edição da Lei.

9. O procedimento de qualificação de entidades, na sistemática da Lei, consiste em etapa inicial e embrionária, pelo deferimento do título jurídico de 'organização social', para que Poder Público e particular colaborem na realização de um interesse comum, não se fazendo presente a contraposição de interesses, com feição comutativa e com intuito lucrativo, que consiste no núcleo conceitual da figura do contrato administrativo, o que torna inaplicável o dever constitucional de licitar (CF, art. 37, XXI).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

10. A atribuição de título jurídico de legitimação da entidade através da qualificação configura hipótese de credenciamento, no qual não incide a licitação pela própria natureza jurídica do ato, que não é contrato, e pela inexistência de qualquer competição, já que todos os interessados podem alcançar o mesmo objetivo, de modo incluyente, e não excluyente.

11. A previsão de competência discricionária no art. 2º, II, da Lei nº 9.637/98 no que pertine à qualificação tem de ser interpretada sob o influxo da principiologia constitucional, em especial dos princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (CF, art. 37, caput). É de se ter por vedada, assim, qualquer forma de arbitrariedade, de modo que o indeferimento do requerimento de qualificação, além de pautado pela publicidade, transparência e motivação, deve observar critérios objetivos fixados em ato regulamentar expedido em obediência ao art. 20 da Lei nº 9.637/98, concretizando de forma homogênea as diretrizes contidas nos inc. I a III do dispositivo.

12. A figura do contrato de gestão configura hipótese de convênio, por consubstanciar a conjugação de esforços com plena harmonia entre as posições subjetivas, que buscam um negócio verdadeiramente associativo, e não comutativo, para o atingimento de um objetivo comum aos interessados: a realização de serviços de saúde, educação, cultura, desporto e lazer, meio ambiente e ciência e tecnologia, razão pela qual se encontram fora do âmbito de incidência do art. 37, XXI, da CF.

13. Diante, porém, de um cenário de escassez de bens, recursos e servidores públicos, no qual o contrato de gestão firmado com uma entidade privada termina por excluir, por consequência, a mesma pretensão veiculada pelos demais particulares em idêntica situação, todos almejando a posição subjetiva de parceiro privado, impõe-se que o Poder Público conduza a celebração do contrato de gestão por um procedimento público impessoal e pautado por critérios objetivos, por força da incidência direta dos princípios constitucionais da impessoalidade, da publicidade e da eficiência na Administração Pública (CF, art. 37, caput).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

14. *As dispensas de licitação instituídas no art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666/93 e no art. 12, §3º, da Lei nº 9.637/98 têm a finalidade que a doutrina contemporânea denomina de função regulatória da licitação, através da qual a licitação passa a ser também vista como mecanismo de indução de determinadas práticas sociais benéficas, fomentando a atuação de organizações sociais que já ostentem, à época da contratação, o título de qualificação, e que por isso sejam reconhecidamente colaboradoras do Poder Público no desempenho dos deveres constitucionais no campo dos serviços sociais. O afastamento do certame licitatório não exime, porém, o administrador público da observância dos princípios constitucionais, de modo que a contratação direta deve observar critérios objetivos e impessoais, com publicidade de forma a permitir o acesso a todos os interessados.*

15. *As organizações sociais, por integrarem o Terceiro Setor, não fazem parte do conceito constitucional de Administração Pública, razão pela qual não se submetem, em suas contratações com terceiros, ao dever de licitar, o que consistiria em quebra da lógica de flexibilidade do setor privado, finalidade por detrás de todo o marco regulatório instituído pela Lei. Por receberem recursos públicos, bens públicos e servidores públicos, porém, seu regime jurídico tem de ser minimamente informado pela incidência do núcleo essencial dos princípios da Administração Pública (CF, art. 37, caput), dentre os quais se destaca o princípio da impessoalidade, de modo que suas contratações devem observar o disposto em regulamento próprio (Lei nº 9.637/98, art. 4º, VIII), fixando regras objetivas e impessoais para o dispêndio de recursos públicos.*

16. *Os empregados das Organizações Sociais não são servidores públicos, mas sim empregados privados, por isso que sua remuneração não deve ter base em lei (CF, art. 37, X), mas nos contratos de trabalho firmados consensualmente. Por identidade de razões, também não se aplica às Organizações Sociais a exigência de concurso público (CF, art. 37, II), mas a seleção de pessoal, da mesma forma como a contratação de obras e serviços, deve ser posta em prática através de um procedimento objetivo e impessoal.*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

17. *Inexiste violação aos direitos dos servidores públicos cedidos às organizações sociais, na medida em que preservado o paradigma com o cargo de origem, sendo desnecessária a previsão em lei para que verbas de natureza privada sejam pagas pelas organizações sociais, sob pena de afronta à própria lógica de eficiência e de flexibilidade que inspiraram a criação do novo modelo.*

18. *O âmbito constitucionalmente definido para o controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas da União (CF, arts. 70, 71 e 74) e pelo Ministério Público (CF, arts. 127 e seguintes) não é de qualquer forma restringido pelo art. 4º, caput, da Lei nº 9.637/98, porquanto dirigido à estruturação interna da organização social, e pelo art. 10 do mesmo diploma, na medida em que trata apenas do dever de representação dos responsáveis pela fiscalização, sem mitigar a atuação de ofício dos órgãos constitucionais.*

19. *A previsão de percentual de representantes do poder público no Conselho de Administração das organizações sociais não encerra violação ao art. 5º, XVII e XVIII, da Constituição Federal, uma vez que dependente, para concretizar-se, de adesão voluntária das entidades privadas às regras do marco legal do Terceiro Setor.*

20. Ação direta de inconstitucionalidade cujo pedido é julgado parcialmente procedente, para conferir interpretação conforme à Constituição à Lei nº 9.637/98 e ao art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666/93, incluído pela Lei nº 9.648/98, para que: (i) o procedimento de qualificação seja conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF, e de acordo com parâmetros fixados em abstrato segundo o que prega o art. 20 da Lei nº 9.637/98; (ii) a celebração do contrato de gestão seja conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF; (iii) as hipóteses de dispensa de licitação para contratações (Lei nº 8.666/93, art. 24, XXIV) e outorga de permissão de uso de bem público (Lei nº 9.637/98, art. 12, § 3º) sejam conduzidas de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF; (iv) os contratos a serem celebrados pela Organização Social com terceiros, com recursos públicos, sejam



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade; (v) a seleção de pessoal pelas Organizações Sociais seja conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade; e (vi) para afastar qualquer interpretação que restrinja o controle, pelo Ministério Público e pelo TCU, da aplicação de verbas públicas.”. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 1.923/DF – Distrito Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Relator Ministro Ayres Britto. Relator p/ Acórdão Ministro Luiz Fux. Julgamento em 16/04/2015. Tribunal Pleno. Publicação no DJ em 17/12/2015). (Negritamos e grifamos)

2.13 Tal forma de gestão representa uma modernização na administração de serviços de saúde no âmbito do SUS e proporcionará à população assistência completa, integral, qualificada, humana e resolutive. Este resultado ocorrerá a um custo adequado, utilizando modelo gerencial moderno, flexível e transparente que permite, além de alto grau de resolubilidade e satisfação do usuário.

2.14 Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC).está reorientando o modelo de gestão e de atenção à saúde, visando atingir novos patamares de prestação dos serviços para proporcionar elevada satisfação ao usuário, associada ao aperfeiçoamento do uso dos recursos públicos.

2.15 A introdução de novos mecanismos de gerenciamento dos processos assistenciais faz-se necessária para modernizar a regulação do acesso aos serviços de saúde, fortalecer os mecanismos de controle social, cobrir vazios assistenciais e as relações insatisfatórias entre



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

profissionais e usuários. Tais fatores constituem alvo, da Secretaria Municipal Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), e tem como finalidade de melhorar a qualidade dos serviços, racionalizar e potencializar o uso de novos recursos, compartilhar gestão e investimentos e estabelecer novos mecanismos formais de contratualização, com metas assistenciais.

2.16 A assistência aos usuários e toda a linha de cuidado, desde a atenção primária até os procedimentos mais complexos, é garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de forma organizada e hierarquizada. O conceito estruturante a ser utilizado é que o atendimento aos usuários com quadros agudos deve ser prestado por todas as portas de entrada do SUS, possibilitando a resolução de seu problema ou transportando-o, responsavelmente, para um serviço de maior complexidade, dentro de um sistema hierarquizado e regulado.

2.17 Outros óbices à administração eficiente, eficaz e efetiva são as dificuldades da aquisição de insumos e medicamentos, além da manutenção e aquisição de equipamentos. A agilização na gerência destes recursos materiais é fundamental para a melhor atenção ao usuário com necessidades urgentes e cruciais de manutenção da vida. Tais dificuldades surgem durante a execução dos processos administrativos. É necessária a busca por novas formas de gestão para que muitos destes processos cursem com maior simplicidade e eficácia, buscando um menor custo para a administração pública.

2.18 O modelo de Gestão em parceria com Organizações Sociais tem demonstrado, ao longo dos últimos anos, ser apropriado, eficiente, eficaz e efetivo, atendendo favoravelmente aos interesses da sociedade. A reorientação do modelo de gestão e de atenção à saúde, utilizando-se de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Organização Social (OS), foi escolha da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), que visa atingir novos patamares de prestação dos serviços para proporcionar elevada satisfação ao usuário, associada ao aperfeiçoamento do uso dos recursos públicos.

2.19 Constatou-se que a formalização dos contratos de gestão, objeto deste Projeto Básico, atende aos preceitos constitucionais da prestação dos serviços de assistência à saúde e permite que a Administração Pública, dentro da sua obrigação de prestar esses serviços, valha-se de terceiros por ela contratados. Ademais, por prescindir da cobrança de tarifas, o modelo gerencial proposto respeita a obrigação de gratuidade da prestação dos serviços de assistência à saúde, desonerando os usuários de qualquer espécie de pagamento. O modelo gerencial proposto, como forma flexível de administração de gestão, obedecerá aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), observando as políticas públicas voltadas para a regionalização da saúde.

2.20 A Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) entende que deve estar presente e atenta aos cuidados de urgência e emergência e atenção hospitalar, tendo o Complexo Hospitalar Zé Garoto, formado pelo Pronto-Socorro Central Dr.^o Armando Gomes de Sá Couto (PSC), como principais pilares dessas ações. Neste contexto, o Complexo Municipal Zé Garoto é um conjunto de Unidades Públicas, que tem como atividade fim o atendimento ao usuário SUS que necessite de cuidados de saúde em seus diversos níveis de complexidade, necessitando para o seu adequado funcionamento, de apoio administrativo e técnico para a execução de suas finalidades gerenciais e assistenciais, tais como logística e abastecimento, gerenciamento de pessoas, faturamento, informação, etc.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.21 A Subsecretaria Municipal de Saúde de Urgência e Emergência elaborou o presente Projeto Básico, com vistas à contratação de prestação de serviços unicamente para o Sistema Único de Saúde (SUS), que contemplem todas as necessidades que viabilizem o gerenciamento e a execução de atividades de serviços de saúde por intermédio de Contrato de Gestão com indicadores e metas

2.22 A gestão e operação da Unidade Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC) foi concebida de forma a implantar um novo modelo de prestação de serviços, já nos moldes da Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (HUMANIZASUS), com a vinculação de metas quantitativas e indicadores de desempenho.

2.23 Neste momento, é necessário reorientar o modelo de gerenciamento dos serviços de saúde, buscando atingir novos patamares de prestação dos serviços para proporcionar otimização do uso dos recursos públicos e economia nos processos de trabalho associados à elevada satisfação do usuário. Para atingir este objetivo, a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) utilizará pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Município de São Gonçalo no âmbito da saúde, para gerir de forma plena o PRONTO-SOCORRO CENTRAL DR.º ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC), localizada no Município de São Gonçalo.

2.24 O serviço a ser contratado visa assegurar a prestação de serviços assistenciais em caráter contínuo e eficiente, objetivando o aumento da capacidade de atendimento e a redução da espera para realização de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

atendimentos, consultas, cirurgias, exames e resultados, promovendo, desta forma, maior qualidade no atendimento ao usuário.

2.25 Podem ser destacados como benefícios adicionais pertinentes a este modelo de serviço, a integralidade do funcionamento do serviço, sem interrupções motivadas por falta de manutenção, falta de insumos ou reposição de peças e ausência de pessoal médico e técnico especializado, pois a instituição contratada ficará integralmente responsável pelas manutenções preventivas e corretivas e pela contratação de pessoal devidamente qualificado.

2.26 Outrossim, merece destaque, ainda, a economicidade que o município pretende alcançar com a contratação dos serviços de uma Organização Social (OS), por meio da eficiência que se espera de uma gestão especializada, que provocara a redução no custo unitário de cada serviço/produto atualmente despendido pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), após estimativa realizada pela equipe técnica.

2.27 Cabe ressaltar, que diante das diversas características que cada Organização Social (OS) pode apresentar, que variam desde a recepção de certificados até a o ganho de escala de suas aquisições e serviços, a análise prévia da economicidade mediante a pesquisa de mercado restou prejudicada, pelo que se entendeu pela sua avaliação com base na eficiência que pretende ser gerada pela gestão especializada futuramente contratada, traçando um paralelo com os números da gestão atual.

2.28 Diante desse cenário, tornou-se possível empregar indicadores que analisem as várias dimensões da qualidade por parte da equipe técnica,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

conforme o proposto por Donabedian (os sete pilares) – eficiência, eficácia, efetividade, otimização, aceitabilidade, legitimidade e equidade

2.29 O enfoque tradicional considera principalmente a estrutura, objeto muito mais fácil de ser caracterizado, avaliado e medido. A ênfase nos indicadores de resultados da assistência sempre foi uma aspiração, mas esbarrava na necessidade de definição sobre como construí-los.

2.30 Sabe-se que resultados guardam íntima relação com os processos, mas esse conhecimento não basta para identificar indicadores apropriados.

2.31 A transposição desta, considerando-se os serviços de saúde em geral, é possível empregar indicadores que analisem as várias dimensões da qualidade propostas por Donabedian (os sete pilares) - eficiência, eficácia, efetividade, otimização, aceitabilidade, legitimidade e equidade. O enfoque tradicional considera principalmente a estrutura, objeto muito mais fácil de ser caracterizado, avaliado e medido. A ênfase nos indicadores de resultados da assistência sempre foi uma aspiração, mas esbarrava na necessidade de definição sobre como construí-los. Sabe-se que resultados guardam íntima relação com os processos, mas esse conhecimento não basta para identificar indicadores apropriados.

2.32 Desta forma, a categorização para programas, como por exemplo o de planejamento familiar, pode ser feita da seguinte maneira (De Geyndt, 1995):

2.32.1 estrutura: políticas existentes, recursos alocados, gerenciamento dos programas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.32.2 processo: escolha dos métodos; informação fornecida aos usuários; competência técnica; relações interpessoais; mecanismos de incentivo à continuidade; oferta adequada de serviços;

2.32.3 resultado: intermediários (desempenho) - novas adesões; taxa de continuidade e abandono; usuários atuais; conhecimento do cliente; saúde dos clientes; satisfação do cliente;

2.32.4 resultado: final (demográfico) - taxa de fertilidade; nascimentos evitados; crescimento da população.

2.33 Considerando a necessidade de reorganização Estrutural da Unidade de Saúde para melhor funcionamento e adequações juntos as normas regulamentadoras.

2.34 Considerando as Portarias MS/GM n.^{os} 529, de 1º de abril de 2013, e 3.410, de 30 de dezembro de 2013.

2.35 Considerando a inexistência de projetos que avaliem o planejamento estrutural que operacionalizem a ampliação de leitos.

2.36 Considerando a atual estrutura técnica da secretaria de saúde.

2.37 Considerando a necessidade de Avaliação de Indicadores de estrutura, que visam melhoras na qualidade do atendimento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.38 Considerando os atuais indicadores de produção, temos o objetivo após contratação da Organização Social (OS), aumentar em no mínimo 80% o número de cirurgias.

2.39 Indicadores são parâmetros pré-definidos para que se tenha o maior controle possível sobre o que acontece dentro de um negócio, com o intuito de que as melhores atitudes sejam tomadas para que a situação se aproxime do esperado. Um indicador de saúde é de extrema importância para manter o controle de qualquer processo.

2.40 A utilização de indicadores de saúde permite o estabelecimento de padrões, bem como o acompanhamento de sua evolução ao longo dos anos. Embora o uso de um único indicador isoladamente não possibilite o conhecimento da complexidade da realidade social, a associação de vários deles e, ainda, a comparação entre diferentes indicadores de distintas localidades facilita sua compreensão. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), esses indicadores gerais podem subdividir-se em três grupos:

2.40.1 aqueles que tentam traduzir a saúde ou sua falta em um grupo populacional. Exemplos: razão de mortalidade proporcional, coeficiente geral de mortalidade, esperança de vida ao nascer, coeficiente de mortalidade infantil, coeficiente de mortalidade por doenças transmissíveis;

2.40.2 aqueles que se referem às condições do meio e que têm influência sobre a saúde. Exemplo: saneamento básico;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.40.3 aqueles que procuram medir os recursos materiais e humanos relacionados às atividades de saúde. Exemplos: número de unidades básicas de saúde, número de profissionais de saúde, número de leitos hospitalares e número de consultas em relação a determinada população (Laurenti e cols., 1987);

2.40.4 Os indicadores esperados estão relacionados no Anexo C, item 6.9.2, foram com base nos valores esperados pelos gestores das Unidades de Saúde e Indicadores da ANS (Agencia Nacional de Saúde);

2.40.5 Com estas ações, a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) passará a ser fiscalizadora, mediante a análise do alcance das metas trazidas pelos indicadores de gestão que farão parte do Contrato a ser firmado, e não precisará se incumbir da contratação de médicos, funcionários administrativos, de serviço de agendamento e na aquisição de insumos para o funcionamento dos serviços. Adicionalmente, estará garantida maior agilidade e eficiência no atendimento à população, promovendo economia nos processos de trabalho.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

3.1 O prazo inicial de vigência do Contrato de Gestão, decorrente do presente Chamamento Público, será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

3.2 O prazo do Contrato de Gestão poderá ser prorrogado, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, depois de demonstrada a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

consecução dos objetivos contratuais e das metas estabelecidas, mediante a aprovação da gestão pela Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) e pela Autoridade Administrativa supervisora e, ainda, a indicação, garantia e aprovação dos recursos orçamentários necessários para as despesas.

4. DO LOCAL DA ENTREGA DA PROPOSTA DE TRABALHO E DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

4.1. A entrega dos envelopes contendo Documentação e Programa de Trabalho ocorrerá no dia 21 de Fevereiro de 2018, às 10:00 horas, na sede da FMS/SEMSADC (sala de reunião), localizada à Rua Dr. Nilo Peçanha, n.º 110, 13º andar, Centro – São Gonçalo/RJ, CEP 24445-360.

4.2 Até 05 (cinco) dias úteis, antes da data fixada para entrega das propostas, poderão ser solicitados esclarecimentos por escrito à Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 001 de 2018, instituída e designada pela Portaria n.º 002/FMS/2018 (publicada no DO em 18/01/2018), devendo ser protocolada no protocolo da Fundação Municipal de Saúde, localizado à Rua Dr. Nilo Peçanha 110, 13ª andar, Centro – São Gonçalo/RJ, das 10:00 às 16:00.

4.2.1 Os esclarecimentos deverão ser respondidos pela Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 001 de 2018, instituída e designada pela Portaria n.º 002/FMS/2018 (publicada no DO em 18/01/2018), no prazo de até 3 (três) dias úteis, antes da realização da sessão de recebimento e de abertura de envelopes, com a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

divulgação da resposta pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital.

4.3 Os Interessados poderão formular impugnações ao Edital, em até 3 (três) dias úteis anteriores à abertura da sessão de recebimento e de abertura de envelopes, à Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 001 de 2018, instituída e designada pela Portaria n.º 002/FMS/2018 (publicada no DO em 18/01/2018), devendo ser protocolada no protocolo da Fundação Municipal de Saúde, localizado à Rua Dr. Nilo Peçanha 110, 13ª andar, Centro – São Gonçalo/RJ, das 10:00 às 16:00. Decairá do direito de impugnar o Edital perante a Administração o Participante que não o fizer tempestivamente.

4.3.1 As Impugnações deverão ser decididas pela Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 001 de 2018, instituída e designada pela Portaria n.º 002/FMS/2018 (publicada no DO em 18/01/2018), em até 2 (dois) dias antes da sessão de recebimento e de abertura de envelopes, com a divulgação da decisão pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital.

4.4 A Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 001 de 2018, instituída e designada pela Portaria n.º 002/FMS/2018 (publicada no DO em 18/01/2018), nas respostas dos esclarecimentos e impugnações, poderá solicitar/pedir apoio técnico, quando necessário, de outros setores/órgãos da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.5 Não serão aceitos esclarecimentos ou impugnações ao Edital encaminhadas por serviço postal, *e-mail* ou *fac-símile*.

4.6 O Chamamento Público não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração nos prazos indicados, a sessão de recebimento e abertura de envelopes será realizada no mesmo horário e local indicados neste Edital, salvo quando houver designação expressa de outra data pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, a ser publicada no Diário Oficial.

4.7 As Organizações Sociais participantes deverão assumir todos os custos associados à elaboração de suas propostas, não cabendo nenhuma indenização pela aquisição dos elementos necessários à organização e apresentação das propostas.

5. DA REPRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

5.1 A Organização Social (OS) poderá se fazer representar por dirigente, por procurador ou pessoa devidamente credenciada, por meio de instrumento público ou particular, escrito e firmado pelo representante legal da mesma, a quem seja outorgado ou conferido amplos poderes de representação em todos os atos e termos do Edital.

5.2 Quando se tratar de dirigente da Organização Social (OS), este deverá apresentar o Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor, registrado em



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

cartório, acompanhado da ata de aprovação da eleição de sua atual diretoria, registrados em Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

5.3 Quando se tratar de representante designado pela Organização Social (OS), o credenciamento deverá ser feito por meio de procuração pública ou particular (esta com firma reconhecida pelo dirigente máximo da Organização), com dados de identificação do representante, devendo constar expressamente poderes de representação em todos os atos e termos do Edital.

5.4 É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica, a representação de mais de 01 (uma) Organização Social (OS) no presente Chamamento Público.

5.5 Ficará impedido de quaisquer manifestações em referência a fatos relacionados com a presente Seleção, o representante da Organização Social participante, que não apresentar o instrumento de representação, ou cuja documentação não atenda às especificações acima citadas.

5.6 Na análise, julgamento e classificação dos Programas de Trabalho apresentados serão observados os critérios definidos no Edital, conforme índices de pontuação expressamente determinados.

6. DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA:

6.1. Deverão ser entregues no dia e horário estabelecidos neste instrumento, em 02 (dois) envelopes distintos, opacos, devidamente fechados e rotulados de Envelope A e Envelope B:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ENVELOPE A: DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE.
EDITAL DE SELEÇÃO N.º 001/2018.
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.
RAZÃO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

ENVELOPE B: PROGRAMA DE TRABALHO E PROPOSTA FINANCEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE.
EDITAL DE SELEÇÃO Nº 001/2018.
PROGRAMA DE TRABALHO.
RAZÃO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

6.2 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá exigir, em qualquer oportunidade, os esclarecimentos complementares que julgar necessários à perfeita compreensão dos documentos e das propostas apresentadas ou a seu exclusivo critério promover diligências.

6.3 Será inabilitada a Organização Social (OS) que deixar de apresentar qualquer um dos documentos acima listados ou apresentá-los vencidos na data de apresentação dos mesmos, ou fora do prazo de validade consentido.

6.4 A Organização Social (OS), na Sessão Pública, poderá se fazer representar por dirigente ou por procurador, conforme Cláusula 5 deste documento.

6.5 Para manter a ordem durante a Sessão Pública, à Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá restringir a quantidade de representantes/procuradores de cada Organização Social (OS) participante, tendo em vista o espaço físico.

6.6 A documentação do “**ENVELOPE A – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**” deverá ser apresentada em original ou em cópia



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

reprográfica, autenticada em ambos os lados (frente e verso, este último se presente alguma anotação), composta dos seguintes documentos:

6.6.1 Da habilitação jurídica:

6.6.1.1 Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor registrado em Cartório, acompanhado de ata de comprovação da eleição da Diretoria e do Conselho de Administração ambos com mandato vigente, registrados em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

6.6.1.1.1 Na hipótese de existir alteração no documento, posteriormente à constituição da Organização Social (OS), os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor, a fim de comprovar que o objeto social e as normas estatutárias estão focadas no objeto do Contrato de Gestão.

6.6.1.2 Cédula de Identidade e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil do representante legal da Organização Social (OS).

6.6.1.3 Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, de que a Organização Social (OS) não possui em seu quadro nenhum funcionário que pertença aos 1º e 2º escalões da Administração Pública Municipal, emitida pelo representante legal da Organização Social (OS).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.6.1.4 Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, de que a Organização Social (OS) concorda que a Secretaria Municipal de Controle Interno bem como a Controladoria Interna da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Auditoria Geral, terá amplo e irrestrito acesso à documentação contábil e financeira da Organização Social (OS) como um todo e do Contrato de Gestão.

6.6.1.5 Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, que em sua Diretoria não tem pessoas que participem da diretoria de outra associação ou fundação privada.

6.6.1.6 Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, que a Organização Social (OS) tem ciência que deverá ofertar percentual mínimo de trabalho voluntário, na forma do artigo 10, inciso V, do Anexo Único, do Decreto Municipal n.º 008/2018.

6.6.1.7 Comprovação de existência legal da Organização Social (OS) há pelo menos 02 (dois) anos, conforme dispõe o artigo 2º, inciso III, do Lei Municipal n.º 370/2011.

6.6.1.8 Comprovação, por meio de alvará vigente, de que o local da sede da Organização Social (OS) é o mesmo constante no Estatuto Social.

6.6.1.9 Aprovação da celebração do Contrato de Gestão pelo Conselho de Administração da Organização Social (OS).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.6.1.10 Certidão de Regular Funcionamento emitida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ou do respectivo Ministério Público Estadual onde estiver localizada a sede, no caso de Fundações Privadas.

6.6.1.11 Regimento Interno dispondo, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências, bem como sua aprovação pelo Conselho de Administração;

6.6.1.12 Regulamento próprio, pautado nos princípios gerais aplicáveis à Administração Pública, contendo os procedimentos que adotará para as aquisições e a contratação de serviços e obras necessários à execução do Contrato de Gestão, bem como sua aprovação pelo Conselho de Administração;

6.6.2 Da regularidade fiscal e trabalhista:

6.6.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), pertinente à sua finalidade e compatível com o objeto do Chamamento Público.

6.6.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e / ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Organização Social (OS), pertinente à sua finalidade e compatível com o objeto do Chamamento Público;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.6.2.3 Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

6.6.2.3.1 A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributos Federais e Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da Organização Social (OS).

6.6.2.3.2 A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da Organização Social (OS) será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e certidão da Dívida Ativa estadual ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que a Organização Social (OS), pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual.

6.6.2.3.3 A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da Organização Social (OS) será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a Organização



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Social (OS), pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

6.6.2.4 Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS).

6.6.2.5 Cópia do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), se houver.

6.6.2.6 Comprovação de Isenção do INSS (artigo 308 da Instrução Normativa INSS/DC N.º 100 de 18.12.2003), caso a Organização Social (OS) seja isenta.

6.6.2.7 Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, ou Declaração firmada pela Organização Social (OS), na forma do Anexo VIII de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CRFB/88.

6.6.2.7.1 Para as Organizações Sociais (OS) sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a mesma tem sua sede.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.6.2.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

6.6.3 Da qualificação econômico-financeira:

6.6.3.1 Certidões negativas de falência, insolvência civil e recuperação judicial ou extrajudicial expedidas pelo Distribuidor da sede da Organização Social (OS).

6.6.3.1.1 As Organizações Sociais (OS) sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6.3.1.2 Não serão aceitas certidões com validade expirada ou passadas com mais de 90 (noventa) dias contados da efetiva pesquisa do cartório em relação à data da realização da Chamamento Público.

6.6.3.2 Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados do Último Exercício, já exigíveis, nos termos da exigência legal, vedada a substituição por Balancetes ou Balanços provisórios, assim apresentados:

6.6.3.2.1 O documento acima referenciado deverá estar devidamente assinado por Contador ou por outro



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

6.6.3.4.2 A Demonstração Contábil compreende a Demonstração do Resultado do Exercício.

6.6.3.4.3 O documento acima referenciado deverá conter fotocópias autenticadas das páginas do Termo de Abertura, Encerramento e Registro no órgão competente, extraídas do Livro Diário.

6.6.3.4.4 As fotocópias do Livro Diário deverão conter a indicação do seu número, do número de registro no órgão competente e a numeração das folhas onde se encontram os lançamentos que comprovem a sua boa situação financeira.

6.6.3.4.5 A Organização Social (OS) deverá apresentar memorial, assinado pelo profissional responsável por sua elaboração, devidamente registrado perante o CRC, contendo os índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira.

6.6.3.3 A boa situação financeira, será avaliada pelos Índices de Solvência Geral (SG), de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou superiores a 1 (um). Caso os referidos índices sejam inferiores a 1 (um) deverá a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

licitante comprovar que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
SG = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo Ativo Total
LC = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo Ativo Circulante
Passivo Circulante

6.6.4 Da qualificação técnica:

6.6.4.1 Capacidade técnico-profissional:

6.6.4.1.1 Indicação de profissional técnico habilitado com registro ou inscrição perante ao Conselho Regional de Medicina (CRM), responsável técnico da instituição, com vínculo profissional perante a Organização Social (OS).

6.6.4.1.1.1 A comprovação do vínculo profissional com a Organização Social (OS) poderá ser realizado com:

6.6.4.1.1.1.1 Apresentação do Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor, do qual prove que profissional pertence à Diretoria da Organização Social (OS);

6.6.1.1.1.2 Apresentação da CTPS (ou outro documento trabalhista legalmente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

reconhecido), no caso do profissional pertencer ao quadro de empregados da Organização Social (OS);

6.6.4.1.1.3 Termo de contrato, de natureza privada, que comprove a vinculação entre as partes.

6.6.4.1.1.2 Certidão de Registro e Quitação na entidade profissional competente, referente ao profissional indicado na subcláusula 6.6.4.1.1.

6.6.5 Capacidade técnico-operacional:

6.6.5.1 Comprovação de aptidão da Organização Social (OS) para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do Chamamento Público, informando sobre a reputação ético-profissional da Organização por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

6.6.5.1.1 A informação sobre a reputação ético-profissional da Organização Social (OS) deverá indicar o local, natureza, volume, duração, qualidade e cumprimento dos prazos que permitam avaliar a mesma.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.6.5.2 Certidão vigente do registro da Organização Social (OS) no Conselho Regional de Medicina (CRM) e no Conselho Regional de Administração (CRA), emitida pelo órgão competente da circunscrição do domicílio ou sede da Organização Social (OS).

6.6.5.3 Alvará vigente do domicílio ou da sede da Organização Social (OS).

6.6.5.4 Documento que comprove inscrição da Organização Social (OS) no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES).

6.6.6 Da vistoria técnica:

6.6.6.1 Comprovante de realização de vistoria da Unidade de Saúde ou declaração da Organização Social (OS) que conheceu as condições locais do objeto, indicando, expressamente, que tomou conhecimento de todas as informações técnicas referentes ao(s) objeto(s) do Chamamento Público.

6.6.6.1.2 Na ocasião da visita, a Organização Social (OS) receberá o Atestado de Visita Técnica (Anexo III) devidamente assinado.

6.6.6.2 As Visitas Técnicas à Unidade Pronto-Socorro Central (PSC) deverão ser agendadas no setor de Planejamento da Fundação Municipal de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Saúde, no período de ____/____/2018 a ____/____/2018, de 2ª a 6ª feira, de 10:00 às 16:00h, pelo telefone (21) 2604-7155.

6.6.7 Dos demais documentos exigidos:

6.6.7.1 Declaração da candidata de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CRFB/88.

6.7 O “**ENVELOPE B – PROPOSTA DE TRABALHO E PROPOSTA FINANCEIRA**” deverá ser materializado tendo como base as condições estabelecidas neste documento e no Edital, observados os seguintes requisitos:

6.7.1 A Proposta de Trabalho, elaborada segundo o Roteiro apresentado no ANEXO I, deverá ser iniciada por índice que relacione todos os documentos e as folhas em que se encontram. Será apresentada em 01 (uma) via impressa, (os protocolos não deveram ser impressos devendo ser entregues gravados em mídia digital em CD/DVD), numeradas e rubricadas, sem emendas ou rasuras, na forma original, para fins de apreciação quanto aos parâmetros para pontuações previstas (ANEXOS II e III), bem como rubricado (todas as páginas) e assinado pelo representante legal da Organização Social (OS), e deverá conter os elementos abaixo indicados obedecida a seguinte ordem:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.7.1.1 Projeto Técnico contendo o seu plano operacional, em arquivo eletrônico e impresso, expressando:

6.7.1.1.1 Número do Chamamento Público e o objeto do mesmo;

6.7.1.1.2 Apresentação da Proposta de Trabalho, conforme Roteiro descrito nos Anexos deste Edital;

6.7.1.1.3 Dimensionamento de pessoal;

6.7.1.1.4 Especificação do orçamento para execução do Programa de Trabalho.

6.8 As Organizações Sociais (OS) arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas e dos documentos de habilitação. A Fundação Municipal de Saúde (FMS), em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos no Chamamento Público ou os seus resultados.

6.9 Será DESCLASSIFICADA a Organização Social (OS) cuja proposta de trabalho não atenda às especificações técnicas constantes nos anexos deste instrumento.

6.10 Após a data e horário estabelecidos para a entrega dos invólucros, nenhum envelope poderá ser recebido.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.11 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação ou substituição de documentos exigidos e não inseridos nos envelopes “01” e “02”. No entanto, a seu exclusivo critério, a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá solicitar informações e/ou esclarecimentos complementares que julgar necessários, desde que não prejudique as demais Organizações Sociais (OS) participantes do Chamamento Público.

6.12 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá, em qualquer fase do Chamamento Público, promover as diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.

6.13 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá verificar a autenticidade dos documentos apresentados, por quaisquer meios disponíveis, inclusive via web, podendo suspender a sessão para a realização da aludida diligência.

6.14 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

6.15 Serão lavradas Atas Circunstanciadas das sessões de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e das propostas de projetos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.16 Não será levado em consideração nenhum outro documento anexado além daqueles indicados no Chamamento Público, e não será permitida a realização de alteração no modelo da proposta de trabalho, devendo ser preenchidos todos os seus respectivos campos, rubricadas todas as folhas e assinada ao final.

6.17 Qualquer proposta em desacordo com as exigências deste instrumento será desclassificada.

6.18 Os certificados, declarações, registros e certidões que não tenham prazo de validade declarado no próprio documento ou na legislação específica, deverão ter sido emitidos há no máximo 90 (noventa) dias antes da data da sessão de abertura de envelopes.

7. INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE MUNICIPAL DE PRONTO ATENDIMENTO - PRONTO-SOCORRO CENTRAL DR.º ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC):

7.1 Os serviços de saúde deverão ser prestados conforme especificado neste Instrumento e no futuro Edital, nos exatos termos da legislação pertinente ao Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente o disposto na Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, na Portaria MS/GM n.º 1.020, de 13 de maio de 2009, na Portaria MS/GM n.º 2.048, de 05 de novembro de 2002, na Portaria PRT GM/MS n.º 342, de 4 de março de 2013, na Portaria MS/GM n.º 104, de 15 de janeiro de 2014, entre outras, com observância dos princípios veiculados pela legislação, e em especial:

7.1.1 Universalidade de acesso aos serviços de saúde.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.1.2 Integralidade de assistência, entendida como sendo o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema, em atuação conjunta com os demais equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), existentes no Município.

7.1.3 Gratuidade de assistência, sendo vedada a cobrança em face de pacientes ou seus representantes, responsabilizando-se a Organização Social (OS) contratada por cobrança indevida feita por seu empregado ou preposto.

7.1.4 Fornecimento gratuito de medicamentos, previamente pactuados, aos pacientes em atendimento no Pronto-Socorro Central (PSC), mediante prescrição do profissional médico responsável pelo atendimento em questão.

7.1.5 Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.

7.1.6 Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

7.1.7 Direito de informação às pessoas assistidas, sobre sua saúde.

7.1.8 Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.1.9 Prestação dos serviços com qualidade e eficiência, utilizando-se dos equipamentos de modo adequado e eficaz.

7.2 São características Específicas da Prestação de Serviços na Unidade Pronto-Socorro Central Dr.^o Armando Gomes de Sá Couto (PSC):

7.2.1 Proporcionar atendimentos emergenciais de média complexidade de qualidade nas especialidades de clínica médica, ortopedia, odontologia e cirurgia geral.

7.2.2 Proporcionar atendimentos ambulatoriais de qualidade nas especialidades de ortopedia, urologia, cardiologia e cirurgia geral.

7.2.3 Internações de curta e longa permanência a pacientes com necessidades emergências que necessitam de atendimento e cuidados intensivos.

7.2.4 Disponibilizar oferta de exames de imagens eletivos e de emergência.

7.2.5 Unidade de Saúde de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde/Saúde da Família e a Rede Hospitalar, devendo compor uma rede organizada nas Áreas de Planejamento objeto do Projeto Básico.

7.2.6 Unidade de saúde fundamental à reorganização da rede de atendimento às Urgências e Emergências do Município, de acordo com as resoluções do Ministério da Saúde e da Política Nacional de Atenção às Urgências.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.3 Localização da Unidade:

Qtde.:	Quantidade de Unidade de Pronto Atendimento:	Local do Município:
1	PRONTO-SOCORRO CENTRAL DR.º ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC)	São Gonçalo – PRACA ESTEPHANIA DE CARVALHO S/N Bairro: Zé Garoto

7.4 Estrutura Física da Unidade Municipal de Pronto Atendimento:

7.4.1 Descrição da Unidade Municipal Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC):

Quadro 2. Descrição do Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC) - CNES: 2696746

Externa

Área de convivência externa

1º Piso

Recepção

Acolhimento (classificação de risco) com 04 postos de atendimento

Setor de Adjunto

Sala de espera para atendimento médico

2 Consultórios Clínica Médica

1 Consultório de Ortopedia

2 Consultórios de Cirurgia Geral (Sala de sutura)

1 Sala de Técnico de aparelho gessado



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1 Sala de Estabilização 1 leito
1 Sala de Eletrocardiograma
1 Sala de observação masculina com 7 leitos
1 Sala de observação feminina com 7 leitos
2 Sala Day Clinic com 4 leitos cada totalizando 8 leitos
Expurgo
Setor de Radiologia
Setor de Trauma com 10 leitos
Sala de Medicações com 18 assentos
Sala de Coleta
Banheiro
Direção Geral

2º Piso

01 Enfermaria feminina com 8 leitos
01 Enfermaria masculina com 10 leitos
01 Enfermaria masculina de ortopedia com 6 leitos
02 Enfermarias femininas de ortopedia com 3 leitos cada
01 Enfermaria RUE masculina com 5 leitos
01 Enfermaria RUE coronariana com 7 leitos
01 CTI com 9 leitos
01 Isolamento CTI
01 Sala RPA com 3 leitos
01 Sala de Ortopedia
Centro cirúrgico com 03 salas
Sala de Endoscopia e Colonoscopia
Recepção da tomografia e marcação de consultas e exames
Sala administrativa da tomografia
Sala de Tomografia



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 Consultórios ambulatoriais de Ortopedia, Cirurgia

Posto de Enfermagem

Sala de Nutrição

Expurgo

Copa

Farmácia

NIR – Núcleo Interno de Regulação

03 Banheiros

3º piso

Estar Médico

Estar profissionais da radiologia

Estar da enfermagem

Copa

02 banheiros

Recursos Humanos

Sala de Reunião

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil

Sala de Serviço Social

Sala de Faturamento

Sala de Supervisão de enfermagem

Sala de Psicologia

Sala da Odontologia hospitalar

Direção de Enfermagem

7.5 Perfil da Assistência:

7.5.1. Acolhimento:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação assistencial e técnica feita pelo profissional de enfermagem que recepciona o usuário desde sua chegada, ouvindo sua queixa, permitindo que ele expresse suas preocupações, angústias, e ao mesmo tempo, colocando os limites necessários, garantindo atenção resolutiva. A partir do acolhimento, após registrar o nome do usuário no sistema informatizado, o usuário é encaminhado à área da recepção onde aguardará a chamada para finalizar o registro. Sendo capaz de reconhecer agravos da saúde que coloquem a vida do usuário em risco permitindo maior agilidade no atendimento médico.

7.5.2 Recepção:

A partir do acolhimento, após registrar o nome do usuário no sistema informatizado, o usuário é encaminhado à área da recepção onde guardará a chamada para finalizar o registro.

7.5.3 Classificação de Risco:

Alteração na lógica do atendimento, permitindo que o critério de priorização da atenção ao usuário seja o agravo à saúde e/ou grau de sofrimento e não mais a ordem de chegada. Realizado por enfermeiro que utiliza os protocolos técnicos indicados pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), com base nas diretrizes do Ministério da Saúde, e identifica os usuários que necessitam de tratamento imediato, considerando o potencial de risco, agravo à saúde ou grau de sofrimento e providencia de forma ágil o atendimento adequado para cada caso.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.5.4 Atendimento Médico:

Oferecido para adultos e para crianças, disponível 24h por dia em todos os dias do ano de acordo com a classificação de risco. Poderão estar compreendidos no atendimento médico qualquer outro exame complementar, procedimento ou observação clínica.

7.5.5 Atuação do Serviço Social:

Serviço prestado aos usuários da Unidade Municipal Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC), por intermédio de profissional capacitado, devendo também participar ativamente nos fluxos e processos de regulação de pacientes.

7.5.6 Procedimentos:

Realizados após atendimento médico, tais como administração de medicação, nebulização, oxigenioterapia por cateter nasal, máscara e aparelhos de fluxos, aspiração das vias aéreas superiores, lavagem gástrica, sutura simples, inserção de sondas e tubos, curativos, punções venosas, drenagens, etc., realizados em usuários atendidos no Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC).

7.5.7 Exames:

São realizados no Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC), exames radiológicos de tomografia, Raio X, Endoscopia, Colonoscopia, exames laboratoriais e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

eletrocardiogramas. Os exames são solicitados aos usuários, pelos médicos.

7.5.8 Cuidado Multiprofissional:

Para todo e qualquer usuário do Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC).

7.6.9 Fornecimento de Medicação:

Para os usuários que se encontram em observação na sala amarela, enfermarias, CTI, centro cirúrgico e para os que aguardam transferência e demais locais das unidades de saúde de referência desse projeto, prescritos pelo médico da unidade. Também para os usuários classificados como risco verde/azul que necessitem de medicação durante o pronto atendimento.

8. ATIVIDADES:

8.1 As atividades assistenciais do Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC) serão executadas nas 24 horas do dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados.

8.2 A Unidade de Saúde Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC) é porta de entrada de emergência, ordenando junto com as UPA's, UMPA's e demais Unidades da Rede, a Rede de Urgência e Emergência da região, funcionando como local de primeiro atendimento (acolhimento e atendimento médico) e estabilização (sala vermelha) dos pacientes oriundos da demanda espontânea ou regulados e referenciados



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

dos pré-hospitalares fixo e móvel, que ou ficam em observação (sala amarela) ou são internados pela regulação em vaga zero ou não, para resolução ou seguimento de seu agravo, clínico, psiquiátrico ou traumático. E na transversalidade das ações assistências de urgência e emergência para a Rede.

8.3 O Pronto-Socorro Central Dr.^o Armando Gomes de Sá Couto (PSC) estará diretamente ligado a Subsecretaria de Urgência e Emergência, sofrendo controle e supervisão da Secretaria Municipal de Saúde e Fundação Municipal de Saúde (FMS), No caso de necessidade de regulação de leites será necessário acionar a Subsecretaria de Regulação Controle avaliação e auditoria.

8.5 Para a organização das ações assistenciais da emergência foram definidas as seguintes estratégias e atividades básicas:

8.5.1 Acolhimento com classificação de risco na porta de entrada.

8.5.2 Atendimento de emergência.

8.5.3 Atendimento, acompanhamento e avaliação dos pacientes em observação nas salas amarelas e vermelha, tanto adulto quanto pediátrica.

8.5.4 Solicitações de internação, transferência, exames e procedimentos de alta, média e baixa complexidade;

8.5.5 Emissão de AIH;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.5.6 Referência garantida para Unidade da região para os atendimentos da atenção básica;

8.5.7 Transporte inter-hospitalar dos pacientes do Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC), que necessitem de continuidade dos cuidados de emergência ou que necessitem de transferência para outra unidade da Rede de Atenção às Urgências, sendo o transporte devidamente regulado;

8.5.8 Transversalidade em outras Unidades da Rede, ou seja, a Subsecretaria Municipal de Saúde de Urgência e Emergência poderá, a critério técnico assistencial, em conjunto da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) e da Fundação Municipal de Saúde (FMS), disponibilizar recursos materiais e humanos pertinentes para atuarem em outras Unidades da Rede que se fizerem necessários;

8.5.10 Todas as demais atividades essenciais de atenção e assistência às demandas emergentes e urgentes, dos pacientes que procuram a Unidade.

8.6 Com base nesta organização, a Organização Social (OS) contratada deverá prever todas as necessidades de contratação e aquisição de serviços para prestação da assistência prevista neste Chamamento Público, no que tange às ações assistenciais de urgência e emergência do Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC), com a garantia de que a estrutura disponibilizada atenda às necessidades dos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), objeto do Contrato de Gestão.

8.7 Serviços a serem contratados:

8.7.1 Contratação de recursos humanos administrativos e assistenciais (profissionais de saúde e de apoio às atividades de urgência e emergência); sendo que a Fundação Municipal de Saúde (FMS) poderá descontar os valores de pessoal cedidos à contratante. Os valores de desconto utilizados como base nas planilhas de custos de recursos humanos apresentadas pela contratada.

8.7.2 Aquisição de material permanente (mobiliário hospitalar e equipamentos).

8.7.3 Aquisição de insumos (material médico cirúrgico, roupa, outros).

8.7.4 Aquisição de medicamentos e materiais de consumo.

8.7.5 Serviços de apoio a diagnose e terapêutica.

8.7.6 Contratação de serviços de apoio (vigilância, alimentação, limpeza, recolhimento de lixo especial, lavanderia, roupa).

8.7.7 Contratação de serviço de transporte inter-hospitalar, ambulância tipo D, de acordo com o preconizado na Portaria MS/GM n.º 2.048, 05 de novembro de 2002.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.7.7.1 O serviço de ambulância a ser contratado poderá ser somente ambulância tipo D com motorista e a tripulação da viatura pode ser feita pelos profissionais das Unidades.

8.8 A formatação do serviço deverá prover os recursos humanos e materiais para garantir uma demanda mínima de 900 atendimentos/dia entre acolhimento, consultas e procedimentos médicos e de enfermagem para atender as emergências traumáticas, clínicas e psiquiatrias.

8.9 O desenho operacional assistencial deverá se fundamentar na Política de Atenção às Urgências, Portaria MS/GM n.º 2.048, de 05 de novembro de 2002, e Portaria MS/GM n.º 1.600, de 07 de julho de 2011, diretrizes para a formulação da assistência.

8.10 O Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC) deverá contar, obrigatoriamente, com os seguintes profissionais:

8.10.1 coordenador médico;

8.10.2 gerente administrativo;

8.10.3 gerente de enfermagem;

8.10.4 médico generalista/emergencista;

8.10.5 médico pediatra;

8.10.6 médico cardiologista;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.10.7 médico ortopedista;

8.10.8 enfermeiro;

8.10.9 técnico de enfermagem;

8.10.10 técnico de radiologia (se o serviço de raio x não for terceirizado);

8.10.11 auxiliar de serviços gerais;

8.10.12 maqueiro; e

8.10.13 auxiliar administrativo.

8.11 Todos os profissionais que atuam na emergência devem ter formação em suporte básico e avançado devida no trauma e no suporte clínico e cardiológico, com um perfil de emergencista e suporte a pacientes críticos, dado o perfil de atendimento da Unidade.

8.12 A Organização Social (OS) vencedora, deverá implementar e manter serviço de hemodinâmica.

8.13 Quadro de Metas Físicas:

**PRONTO-SOCORRO CENTRAL DR.º ARMANDO GOMES DE SÁ
COUTO (PSC)**

ATIVIDADES	META FÍSICA
------------	-------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1. Pronto atendimento em Clínica Médica ativo nas 24 horas (equipes de 12h)	01 leito
2. Leitos de observação	14 leitos
3. Leitos Day Clinic	08 leitos
4. Leitos Trauma (Sala Vermelha)	10 leitos
5. Leitos Enfermaria (ortopedia)	09 Leitos
6. Leitos Enfermaria RUE masculina	05 Leitos
7. Leitos Enfermaria RUE coronariana	07 Leitos
8. Leitos CTI	09 Leitos sendo 01 de isolamento
9. Leitos RPA	03 Leitos
10. Leitos Enfermaria	18 Leitos
11. Ambulância tipo D com motorista	1 ambulância

(*) Cirurgia

8.14 Funcionamento dos Hospitais:

8.14.1 O Hospital deve funcionar nas 24 horas do dia, sábados, domingos e feriados, com quadro de saúde e de apoio capaz de manter e contemplar durante todo o período de funcionamento toda a demanda assistencial e administrativa da unidade, tanto para as atividades de rotina no Hospital, quanto para apoio assistencial e de retaguarda de emergência, nas diversas especialidades assistenciais de suporte a urgência e emergência clínica, traumática e psiquiátrica de qualquer complexidade, de tal forma que o quantitativo de profissionais seja capaz de cumprir todas as metas assistenciais, administrativas e gerenciais que fazem parte do presente Projeto. Além disso, deve o corpo clínico, assistencial e de apoio ser adequado ao nível de complexidade da instituição e dos serviços descritos no presente Chamamento Público.

8.14.2 O Pronto-Socorro Central Dr.^o Armando Gomes de Sá Couto (PSC) deverá ter um serviço de documentação médica e arquivo médico onde, além dos prontuários, boletins de atendimento e outros documentos, deverá também receber todos os prontuários e documentos médicos assistenciais da antiga gestão, mantendo-os



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

sob sua guarda, disponibilizando para consulta por parte dos pacientes e fornecendo certidões e afins dentro do que preceitua a legislação vigente.

8.14.3 A Organização Social (OS) contratada ofertará os serviços de saúde diversos do hospital, utilizando seus recursos humanos e técnicos, exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional a produção da seguinte (tabela abaixo) quantidade mínima de procedimentos nos seus diversos serviços assistenciais, além de cumprir as metas estabelecidas neste Projeto Básico.

8.15 Quadro de Metas Físicas:

A – MÉTODOS DIAGNÓSTICOS

ATIVIDADES	METAS
Laboratório de análises clínicas	Ativo nas 24h
*Tomografia computadorizada Ativa	Ativo nas 24h
*Radiologia simples	Ativo nas 24h
*Ultrassonografia	Ativo nas 12h
Arco em C	Ativo nas 24h
Anatomia Patológica	Ativa por 8h/dia

Os exames previstos na Tabela SUS e necessários ao longo das internações deverão ser disponibilizados pela Unidade. O Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia (SADT) previsto devem atender às necessidades do Complexo Hospitalar, incluindo o ambulatório para os exames de imagem. Dentro da transversalidade da assistência de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

urgência e emergência da Rede, os exames componentes do Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia (SADT) que tenham portabilidade, como endoscopia, ecocardiografia, entre outros, poderão, a critério técnico das Subsecretarias Municipais de Saúde de Urgência e Emergência e de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria, atender em outras Unidades da Rede.

B – SERVIÇOS e LEITOS (com estimativa de altas considerando taxa de ocupação)

PLANILHA DE INTERNAÇÃO - ANO 2016														
LEITOS	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Tot	%
Enf. Masc.	33	42	46	44	65	69	56	56	70	50	49	47	637	14
Enf. Fem.	17	20	26	20	40	50	35	35	37	36	39	25	373	08
Obs. Masc.	72	63	103	67	70	125	106	106	92	96	80	97	1.087	24
Obs. Fem.	49	64	76	55	56	93	84	84	93	92	61	116	938	21
CTI	11	14	24	15	16	19	26	26	40	23	21	31	273	06
Trauma	68	68	86	56	103	124	128	128	95	111	122	150	1.222	27
Corredor	00	04	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	04	00
TOTAL	250	275	361	257	350	480	435	435	427	408	372	466	4.534	

PLANILHA DE CIRURGIAS - ANO 2016													
LEITOS	Jan	Fe v	Mar	Ab r	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Tot
Ortopedi a	43	44	60	45	54	68	67	54	62	45	52	62	656
Geral	27	30	37	45	43	44	45	43	37	36	28	26	441
Vascular	24	10	27	30	34	24	16	39	31	22	21	18	296
TOTAL	70	84	124	120	131	136	128	136	130	103	101	106	1.393

(*) Estão incluídas as cirurgias de urgência e emergência em retaguarda à Subsecretaria Municipal de Saúde de Regulação, Avaliação e Controle: cirurgia geral, cirurgia cirurgia vascular, cirurgia ortopédica. Ou seja, as urgências e emergências nessas especialidades deverão ser asseguradas na unidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.16 Caso o número mensal de exames não seja atingido, o saldo poderá ser usado em outros procedimentos a critério da Fundação Municipal de Saúde (FMS).

8.17 O Hospital com relação ao total de intervenções cirúrgicas a serem realizadas, não deve ter o montante total excedendo 20% de intervenções de baixa complexidade, de acordo com a classificação e normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

8.18 Garantir em exercício nas Unidades Hospitalares quadro de recursos humanos qualificado e compatível ao porte da Unidade e aos Serviços previstos, conforme estabelecido nas normas ministeriais atinentes e vigentes, tendo também definida sua infra-estrutura técnico-administrativa nas 24 (vinte e quatro) horas dia para fazer frente às demandas assistenciais e operacionais da unidade, respeitando seu perfil assistencial, conforme descrito na tabela abaixo:

8.18.1 Perfil Assistencial:

8.18.1.1 Medicina Interna.

8.18.2 Emergência:

8.18.2.1 Clínica Geral;

8.18.2.2 Ortopedia;

8.18.2.3 Odontologia;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.18.2.4 Radiologia;

8.18.2.5 Anestesiologia.

8.18.3 Ambulatório:

8.18.3.1 Ortopedia;

8.18.3.2 Cirurgia Geral;

8.18.3.3 Vascular.

8.18.4 Radiologia.

8.18.5 Rotina Médica:

8.18.5.1 Nefrologia;

8.18.5.1 Neurologia (Para parecer);

8.18.5.1 Clínica Médica;

8.18.5.1 Cardiologia;

8.18.5.1 Ortopedia (Para parecer);

8.18.5.1 Cirurgia Geral;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.18.5.1 Cirurgia Vascular.

8.18.6 Anestesiologia.

8.18.7 Terapia Intensiva adulta.

8.19 Atender a demanda referenciada pela PPI (Programação Pactuada Integrada) do Município durante 24 (vinte quatro horas) /dia, 7 (sete) dias por semana, referenciada nas especialidades das Clínicas Médica, Cirúrgica, Ortopédica, Terapia Intensiva, Anestesiologia, apresentando como perfil principal o atendimento de urgência e trauma, acrescido dos procedimentos de cirurgias eletivas conforme estabelecido neste Documento.

9. CIRURGIAS ELETIVAS:

A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem tanto à redução do risco de doença e de outros agravos, quanto ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. As ações e serviços obedecem aos princípios de: (I) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; (II) integralidade de assistência em todos os níveis de complexidade do sistema e (III) igualdade da assistência à saúde, através da conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos do Estado e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde a população.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Para atender às diretrizes do SUS, a Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo, identificando a existência de Fila de Espera para os mais diversos tipos de ações e procedimentos cirúrgicos eletivos, estabelece como atividade inerente ao PSC o desenvolvimento das cirurgias eletivas de media complexidade ambulatorial e hospitalar e propõe o incremento quantitativo e qualitativo dessas ações através da execução dos procedimentos **cirúrgicos pelos serviços de ortopedia, cirurgia geral, cirurgia vascular, e cirurgia vascular conforme quadro abaixo:**

9.1 Quantitativo Médio Mensal Estimado por Especialidade Cirúrgica:

CENTRO CIRÚRGICO	DESAGREGAÇÃO	ESTIMATIVA/MÊS
Número de Cirurgias eletivas Hospitalares	Cirurgia Geral	40
	Cirurgia Ortopédica	60
	Cirurgia Vascular	30
TOTAL DE CIRURGIAS ELETIVA		130

*Há obrigatoriedade de realizar a previsão de diálise nos leitos de CTI.

** Caso ocorra o aumento da demanda, o quantitativo de cirurgias poderá ser repactuado, conforme interesse do parceiro público.

9.2 Para disponibilizar procedimentos cirúrgicos acima descritos, visando a redução da fila de espera e o atendimento à demanda reprimida em curto prazo, considerando a capacidade instalada do Hospital, a Fundação Municipal de Saúde (FMS) estima, como forma complementar, a realização de um mínimo de 205 (duzentos e cinco) cirurgias eletivas por mês. Tal quantitativo foi estimado em função da capacidade instalada do Hospital e poderá ser revisado à maior, de acordo com as condições de ocupação dos leitos e demandas prioritárias.

9.2 Para garantir o atendimento da demanda acima estimada, serão adotados os seguintes preceitos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.2.1 O quadro acima estimado reflete a demanda prioritária para a realização de cirurgias eletivas na estrutura do Hospital, considerando a sua capacidade instalada. Para tanto, a Fundação Municipal de Saúde (FMS), em conjunto com a Organização Social (OS) contratada, promoverá o dimensionamento, mês a mês, do quantitativo de procedimentos, especialidades, porte e complexidade dos procedimentos a serem realizados;

9.2.2 As cirurgias eletivas deverão ser reguladas pela Subsecretaria Municipal de Saúde de Regulação, Controle e Avaliação e, poderão, em comum acordo entre a Fundação Municipal de Saúde (FMS) e a Organização Social (OS) contratada, ser dimensionadas a maior, conforme necessidade identificada pela dita Subsecretaria;

9.2.3 A Fundação Municipal de Saúde (FMS) poderá ceder profissionais, na forma da Lei Municipal n.º 370/2011.

9.2.4 Após a definição dos procedimentos a serem realizados, caberá à Organização Social (OS) contratada, a aquisição/disponibilização dos insumos, materiais e medicamentos necessários para as cirurgias, bem como a organização permanente do centro cirúrgico e leitos de suporte.

9.2.5 Nos casos das cirurgias que envolvam aquisições de alto custo, como órteses e próteses, ou complexidade que alterem a rotina hospitalar, serão avaliados em conjunto com a Organização Social (OS) contratada as aquisições e os custos envolvidos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.2.6 Os serviços serão prestados através de profissionais regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina (CRM), que deverão desenvolver as atividades descritas mediante critérios e qualidade técnica exigida.

9.2.7 Atender os pacientes com respeito e dignidade de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços.

9.2.8 A Organização Social (OS) contratada deverá oferecer suporte imediato a possíveis complicações pós-operatórias; garantia de internação prolongada em casos de complicações pós-cirúrgicas e material necessário às cirurgias, previstos na Tabela do SUS.

9.3 O encaminhamento dos pacientes que será feito da seguinte forma:

9.3.1 A organização do agendamento e atendimento referendado é de responsabilidade da Subsecretaria Municipal de Saúde de Regulação, Avaliação e Controle. Os pacientes que possuem referência/contra referência com as indicações cirúrgicas serão apreciadas conforme suas referências e agendadas de acordo com a urgência respeitando-se a ordem cronológica da referência.

9.3.2 Os pacientes deverão ser encaminhados através da rede pública municipal à Subsecretaria Municipal de Saúde de Regulação, Avaliação e Controle para agendar consulta pré-cirúrgica. Indicado o procedimento cirúrgico, acompanhado dos documentos específicos, o paciente retorna à Subsecretaria



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Municipal de Saúde de Regulação, Avaliação e Controle para
autorização e agendamento do procedimento.

9.4 A relação de pacientes encaminhados e submetidos ao procedimento cirúrgico deverá ser encaminhada, pela Organização Social (OS) contratada, a Subsecretaria Municipal de Saúde de Regulação, Avaliação e Controle, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, constando nome do paciente, cartão nacional do SUS, município de residência e tipo de cirurgia.

9.5 Considerando a Portaria MS/GM n.º 252, de 6 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política Nacional de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de Média Complexidade Ambulatorial, o quadro abaixo descreve os procedimentos cirúrgicos que deverão ser realizados no Pronto Socorro Central (PSC) de acordo com as especialidades disponíveis.

PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS		
	CÓDIGO	PROCEDIMENTO
4	806501	artroscopia
5	811602	postectomia

PROCEDIMENTOS HOSPITALARES		
	CÓDIGO	PROCEDIMENTO
12	39003108	amputação do dedo (cada)
13	39003124	artroplastia parcial do quadril
14	48020095	cirurgia de varizes bilateral
15	48020087	cirurgia de varizes unilateral
16	33004080	colecistectomia
17	33015082	colecistectomia videolaparoscópica
18	33007080	coledocostomia com ou sem colecistectomia
19	33006083	coledocotomia com ou sem colecistectomia



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

20	34008020	colpoperineoplastia anterior e posterior
21	34021027	colpoperineoplastia anterior e posterior com amputação de colo
22	42002079	extirpacao de tumor ou adenoma da mama
23	33007071	fistulectomia ou fistulotomia anal
24	33030073	hemorroidectomia
25	33006113	herniorrafia crural (bilateral)
26	33005117	herniorrafia crural (unilateral)
27	33009112	herniorrafia epigástrica
28	33010110	herniorrafia incisional
29	33012113	herniorrafia inguinal (bilateral)
30	33011117	herniorrafia inguinal (unilateral)
31	33014116	herniorrafia recidivante
32	33015112	herniorrafia umbilical
33	31005101	hipospadia (1 tempo)
34	31006108	hipospadia (2 tempos)
35	34017038	histerectomia com anexectomia uni ou bilateral
36	34010033	histerectomia total
37		
38	33016119	laparotomia exploradora
39		
40	42004071	mastectomia simples
41	34012036	miomectomia
42	34021035	miomectomia videolaparoscópica
43	34001050	ooforectomia uni ou bilateral
44	31006078	orquidopexia unilateral
45	31011071	orquiectomia bilateral
46	31004075	orquiectomia unilateral
47	31004105	postectomia
48	31005110	prostatectomia suprapúbica
49	39024083	redução incruenta da fratura dos ossos do antebraço
50	33023115	reparação outras hérnias (inclui herniorrafia



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

		muscular)
51	31005128	ressecção endoscópica de próstata
52	39002217	retirada de fio ou pino transósseo
54	39012190	tenorrafia
55	34001034	traquelectomia (amputação conização
56	39009130	tratamento cirúrgico da fratura da diáfise do fêmur
57	39013081	tratamento cirúrgico da fratura diafisária dos ossos do antebraço
58	39011160	tratamento cirúrgico da fratura do tornozelo unimaleolar
59	39015068	tratamento cirúrgico da fratura supra-condiliana do úmero
60	39013138	tratamento cirúrgico da fratura transtrocanteriana
61	31002072	tratamento cirúrgico da hidrocele
62	34013024	tratamento cirúrgico da incontinência urinária por via vaginal
63	31003079	tratamento cirúrgico da varicocele
64	39016080	tratamento cirúrgico de fratura diafisária do rádio
65	39011151	tratamento cirúrgico de fratura da diáfise da tíbia
66	39023176	tratamento cirúrgico do pé torto congênito
67	31005098	vasectomia parcial ou completa

9.6 Critérios de execução para as cirurgias eletivas no âmbito municipal:

9.6.1 Atender os pacientes com respeito e dignidade de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços;

9.6.2 Justificar ao paciente ou ao seu representante legal, por escrito, as razões técnicas alegadas da decisão de não realização ou realização de qualquer procedimento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.6.3 A Organização Social (OS) contratada deverá apresentar relação dos profissionais que disponibiliza para execução dos serviços;

9.7 O encaminhamento dos pacientes para os procedimentos cirúrgicos eletivos será feito da seguinte forma:

9.7.1 A execução dos procedimentos cirúrgicos eletivos não exclui a obrigação da Organização Social (OS) contratada na execução do tratamento cirúrgico de urgência.

10. VALIDADE DAS PROPOSTAS:

10.1 O prazo de validade das propostas não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua emissão.

11. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS:

11.1 A Fundação Municipal de Saúde (FMS) poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso do Chamamento Público e da contratação são aquelas previstas na Lei Federal n.º 8.666/1993, na Lei Municipal n.º 370/2011 e Decreto



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Municipal n.º 008/2018, bem como nos instrumentos regulamentadores do respectivo Chamamento.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2018.

Identificação e assinatura do servidor responsável

Aprovo, em _____ de _____ de _____.

Identificação e assinatura da autoridade competente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO A – IDENTIFICAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Do Município:

Estado: Rio de Janeiro

Município: São Gonçalo

Código do IBGE: 3304904

Prefeito Municipal: José Luiz Nanci

Endereço: Rua Feliciano Sodré nº 100, Centro - São Gonçalo - CEP:
24.440-440.

Telefone: 21 2199-6300

Fax: 21 2199-6373 / 2199-6322

Site: www.saogoncalo.rj.gov.br

E-mail: gabinete@pmsg.rj.gov.br

1.2 Da Fundação Municipal de Saúde (FMS):

CNPJ: 28.636.579/0001-07

Presidente: Dimas de Paiva Gadelha Junior

Endereço: Rua Dr. Nilo Peçanha, 110, 13º andar, Centro – São
Gonçalo/RJ, CEP 24445-360.

Telefone: 21 2199-6800.

Fax: 21 2199-6800.

E mail: saude@pmsg.rj.gov.br



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO:

Município situado entre as 20 maiores cidades mais populosas do Brasil, São Gonçalo foi uma das primeiras cidades brasileiras a se industrializar, chegando a ser conhecida como a Manchester Fluminense. Seu nome presta uma homenagem ao padroeiro São Gonçalo do Amarante.

Divisão administrativa: São Gonçalo - sede, Ipiíba, Monjolos, Neves e Sete Pontes

CEP: 24400-000 **DDD:** 21

Localização: Região Metropolitana

Área: 248,7 km²

População: 1.038.081. Estimativa de habitantes no ano de 2015 (Fonte: IBGE)

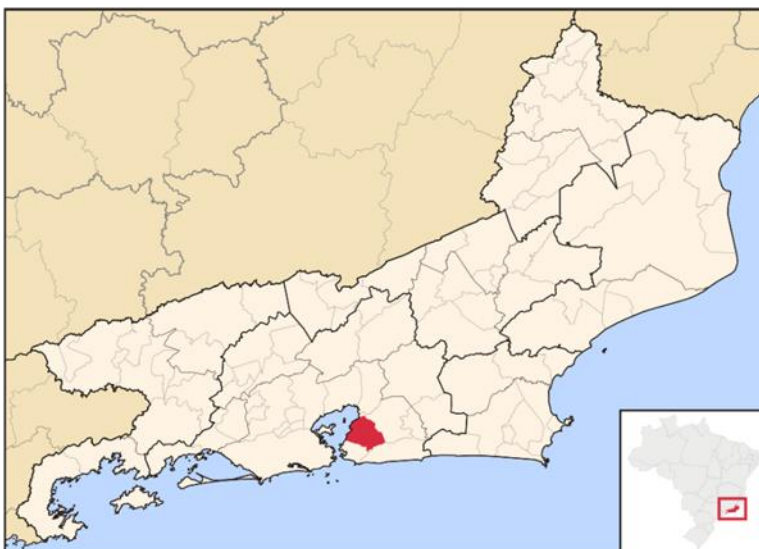
Limites: Niterói, Itaboraí, Maricá e Guapimirim

Altitude: 19 m

Clima: Tropical

Temp. média anual: 28 C

Distância da Capital: 25 km



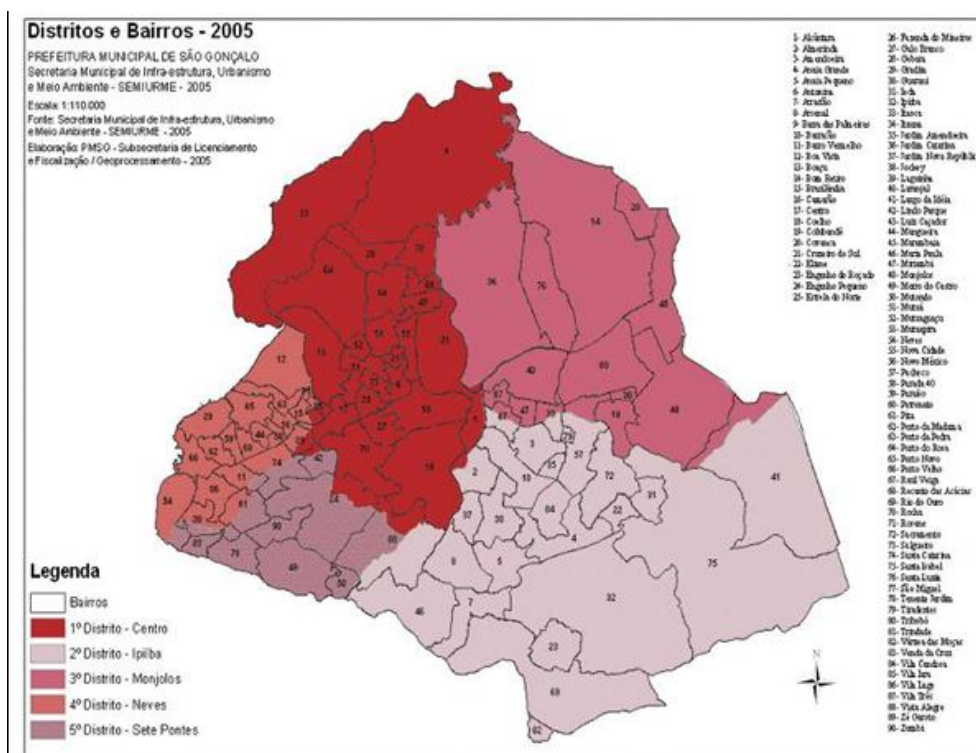
Sua divisão administrativa é constituída de cinco distritos: São Gonçalo, Neves, Sete Pontes, Monjolos e Ipiíba, onde estão distribuídos 110 bairros existentes, conforme Lei Municipal n.º 582/2014.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Sua divisão administrativa é constituída de cinco distritos: São Gonçalo, Neves, Sete Pontes, Monjolos e Ipiíba, onde estão distribuídos 110 bairros existentes. Conforme Lei 582/14, publicado no DO de São Gonçalo em 12 de agosto de 2014.

Figura 1 – Mapa de São Gonçalo segundo organização dos bairros:



Fonte: <http://www.pmsg.rj.gov.br/mapas.php>

Possui extensa malha rodoviária, sendo cortado por três importantes rodovias, sendo uma federal, BR 101, de duas estaduais, a RJ 104 e a RJ 106.

3. ASPECTOS DO MUNICÍPIO:

3.1 Socioeconômicos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das 10.308 empresas pesquisadas em 2010, 90,11% pertenciam ao setor de serviços e 9,85% pertenciam ao setor de indústrias. É importante destacar que 89% destas empresas são classificadas como pequenas, possuindo quadro funcional não superior a nove funcionários.

Em 2010, do total da população economicamente ativa, 18,63% atuavam no comércio e 53,75% no setor de serviços, 67,91 % possuíam empregos formais, 51,03 % ensino médio completo e 68,47% recebiam até 2 salários mínimos.

Grande parte da população desloca-se diariamente para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói para trabalhar, caracterizando um movimento pendular diário.

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São Gonçalo é 0,739, ocupando a 795ª posição nacional e a 14ª no Estado. São Gonçalo teve um incremento no seu IDHM de 36,10% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (32%). Entretanto, apesar da evolução, o IDHM de São Gonçalo, em 2010, ficou abaixo da média do estado do Rio de Janeiro.

A renda per capita média de São Gonçalo cresceu 72,12% nas últimas duas décadas, passando de R\$388,85 em 1991 para R\$539,00 em 2000 e R\$669,30 em 2010. A extrema pobreza passou de 5,92% em 1991 para 3,03% em 2000 e para 1,55% em 2010.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Recentemente, grandes empreendimentos têm gerado expectativas de desenvolvimento industrial para a região. Em 2006 foi criado um grande condomínio industrial no bairro de Guaxindiba, que irá hospedar cerca de quinze indústrias que juntas gerarão aproximadamente 4 mil empregos. Em 2011 foi celebrado convênio entre a Prefeitura Municipal de São Gonçalo e a PETROBRÁS para a instalação do Porto de São Gonçalo, que servirá no processo de construção do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, obra suspensa temporariamente.

3.2 Aspectos Geográficos e Ambientais:

O relevo da cidade é constituído por 25% com característica serrana, 60% de baixada e 15% de praias e restinga. O clima se caracteriza como tropical quente e úmido, cuja temperatura varia entre 36,9°C, a máxima anual, e 12,3°C, a mínima anual, com média mensal de 21,2 °C e sua bacia hidrográfica é formada pelos rios Bomba, Imboaçu, Aldeia, Muriqui, Guaxindiba e Alcântara que percorrem os municípios de São Gonçalo, Niterói e Itaboraí. Estes rios, importantes para o equilíbrio da Baía de Guanabara, viraram verdadeiros depósitos de esgoto “in natura”, devido ao lançamento de efluentes domésticos e industriais.

De acordo com dados dos Estudos Socioeconômicos dos municípios, apresentado pelo TCE/RJ em 2012, para o município de São Gonçalo, o esgotamento sanitário adequado distribuía-se entre a rede geral de esgoto ou pluvial (em 64,1% dos domicílios) e fossa séptica (0,2% dos domicílios). Outros 35,7%, utilizavam formas inadequadas como fossa rudimentar, rio, lago ou mar e valas. O município de São Gonçalo conta apenas com uma Estação de Tratamento de Esgoto, a qual apresenta sérios problemas que resultam em tratamento ineficiente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Dados do mesmo estudo revelam que o abastecimento de água era feito adequadamente, através da rede geral de distribuição, em 80,9% dos domicílios. Formas inadequadas, como a utilização de poço ou nascente dentro ou fora da propriedade, ou o armazenamento de água da chuva, eram utilizadas em 19,1% dos domicílios.

O processo de ocupação do solo aconteceu de forma desorganizada a partir da década de 50, com o início de grandes loteamentos clandestinos. Este processo contribuiu na dinâmica ambiental do município de São Gonçalo, onde atualmente, sofre com a escassez de área verde.

O serviço de coleta de resíduos é realizado por empresa contratada, mas ainda podemos ver alguns pontos de despejo irregular no município. São Gonçalo conta hoje com um aterro sanitário, instalado no bairro Anaia. Segundo o Censo 2010, 88,7% da população têm seu lixo coletado por empresa contratada, 6,2% queimam seus lixos e 5,1% destinam seus resíduos em caçambas, terrenos baldios e no logradouro.

3.3 Aspectos Demográficos:

A população urbana em 2000 representava 100% e em 2010 a passou a representar 99,93% do total. Apresenta densidade demográfica de mais de 4.035,90 habitantes por km². É o segundo Município mais populoso do Estado, sendo superado somente pela capital. Correspondendo a 6,10% da população estadual e 0,5% da população brasileira.

O Município tinha em 2006, um número aproximado de 302.905 domicílios, com uma taxa de ocupação de 87%. Dos 39.527 domicílios



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

não ocupados, 6% em uso ocasional. Já de acordo com o Censo IBGE 2010, contava com 326.079 domicílios ocupados (taxa de ocupação de 94%), 19.781 domicílios não ocupados e 86 domicílios coletivos, ou seja, com aumento expressivo nos últimos anos na ocupação dos domicílios. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 3,9% em média. Em 2000, este grupo representava 9,2% da população, já em 2010 detinha 12,0% do total da população municipal.

Conforme o censo 2010 a população masculina representa 475.264, enquanto a população feminina é de 524.464 hab.

POPULAÇÃO ESTIMADA SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA NO ANO DE 2010:

Idade	População Masculina	População Feminina	Total População	Porcentagem do total da população
Menor de 1 ano	5.701	5.563	11.264	1%
1 a 4 anos	23.859	23.537	47.396	5%
5 a 9 anos	33.388	32.874	66.262	7%
10 a 14 anos	41.654	40.118	81.772	8%
15 a 19 anos	38.604	39.555	78.159	8%
20 a 29 anos	80.078	86.389	166.467	17%
30 a 39 anos	79.216	86.168	165.384	17%
40 a 49 anos	69.708	77.615	147.323	15%
50 a 59 anos	52.982	62.435	115.417	12%
60 a 69 anos	30.588	39.022	69.610	7%
70 a 79 anos	14.594	21.682	36.276	4%
80 anos e mais	4.892	9.506	14.398	1%
Total Geral	475.264	524.464	999.728	100%

Fonte: IBGE 2010

POPULAÇÃO ESTIMADA SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA NO ANO DE 2012:

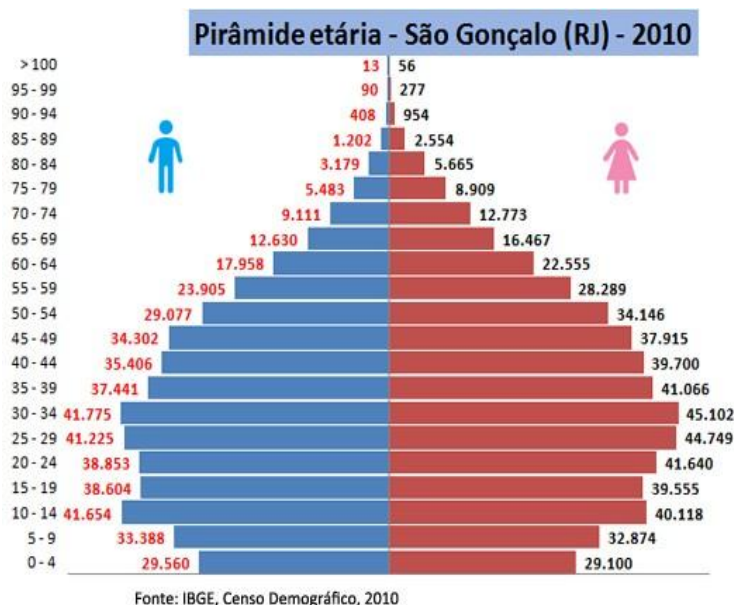


ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Idade	População Masculina	População Feminina	Total População	Porcentagem do total da população
Menor de 1 ano	6.452	6.163	12.615	1%
1 a 4 anos	23.593	23.415	47.008	5%
5 a 9 anos	33.936	33.413	67.349	7%
10 a 14 anos	42.338	40.775	83.113	8%
15 a 19 anos	39.237	40.204	79.441	8%
20 a 29 anos	81.391	87.806	169.197	17%
30 a 39 anos	80.515	87.582	168.097	17%
40 a 49 anos	70.852	78.888	149.740	15%
50 a 59 anos	53.851	63.459	117.310	12%
60 a 69 anos	31.090	39.662	70.752	7%
70 a 79 anos	14.833	22.038	36.871	4%
80 anos e mais	4.972	9.663	14.635	1%
Total Geral	483.060	533.068	1.016.128	100%

Fonte: DATASUS /TABNET/IBGE

GRÁFICO ETÁRIO:



Outro importante dado a considerar, verificado através da pirâmide etária, é a prevalência da população jovem (10-39 anos) com o maior contingente populacional do Município e um aumento na expectativa de vida. De acordo com o Ministério da Saúde (fonte: Portal da Saúde/ Sala



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

de Situação), em 2010 a esperança de vida ao nascer para o município de São Gonçalo estava em torno de 74,96 anos de idade.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 19,4 por mil nascidos vivos, em 2000, para 14,6 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 30,9. Já na UF, a taxa era de 14,2, em 2010, de 21,2, em 2000 e 29,9, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos.

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - São Gonçalo – RJ			
	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,2	69,5	75,0
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	30,9	19,4	14,6
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	35,3	21,9	16,4
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,0	1,9	1,5

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 5,4 anos na última década, passando de 69,5 anos, em 2000, para 75,0 anos, em 2010. Em 1991, era de 66,2 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

4. REDE ASSISTENCIAL:

A rede assistencial de saúde no município de São Gonçalo está organizada em ações de Atenção Básica, Atenção Especializada e Assistência hospitalar/urgência e emergência.

4.1 Atenção Básica

A rede básica municipal representa o primeiro contato de acolhimento e a formação de vínculos com as equipes de saúde, sendo também o local prioritário para que o exercício da clínica do cuidado aconteça. Cumpre ainda a função essencial de coordenar os fluxos e contra fluxos das pessoas pelos diversos serviços na rede de atenção.

Segundo a Portaria MS/GM n.º 648, de 28 de março 2006, a atenção básica caracteriza-se como: Conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas às populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações.

Do ponto de vista da organização funcional, o usuário a partir do primeiro nível de atenção é referenciado para os outros níveis. Significa que é neste nível que se estabelece o vínculo entre o cidadão e o serviço de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

saúde. Mesmo referenciado a outros níveis do sistema, continua vinculado à unidade básica, que pode ser acionada a qualquer momento. No primeiro nível a responsabilidade pela atenção integral é compreendida desde o cuidado com os casos agudos até o acompanhamento dos casos crônicos.

Áreas Estratégicas de Operacionalização da Atenção Básica

De acordo com a Política Nacional de Saúde, para operacionalizar a atenção básica devem ser priorizadas como estratégicas as seguintes áreas:

Saúde da Criança	Saúde Mental
Saúde do Adolescente	Urgências
Saúde da Mulher	Meningite
Saúde do Idoso	Malária
Saúde do Adulto	Hepatites virais
Saúde Bucal	Hanseníase
Saúde da Pessoa com Deficiência	Tuberculose
Saúde do Trabalhador	DST/AIDS

O Sistema Municipal de Saúde está em processo de reestruturação da atenção básica, com o objetivo de oferecer serviços de saúde ampliados, humanizados, resolutivos e adequados às necessidades da população.

O Programa Saúde da Família (PSF) é o modelo de Atenção prioritário, com 200 equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e cobertura de aproximadamente 50 % da população de São Gonçalo no Ano de 2015. Cada equipe é composta por um médico generalista, um enfermeiro, um técnico de enfermagem e, em média, seis agentes comunitários de saúde. Possuímos ainda, 109 equipes de Saúde Bucal e 25 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Os Pólos Sanitários oferecem atendimentos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

nas especialidades básicas em odontologia, programas de saúde, imunização e desenvolvem ações de vigilância epidemiológica e ambiental. Os tipos de Unidades de Saúde estão relacionados na tabela abaixo:

UNIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA, POR TIPO – SG/RJ	
TIPO DE UNIDADE	QUANTIDADE
Unidade Básica de Saúde	01
Unidades Básicas de Saúde da Família	123
Clínica da Família	02
Pólos Sanitários	05

Fonte: SEMSADC

4.2 Relação das Unidades de Saúde da Atenção Básica

PÓLO SANITÁRIO RIO DO OURO

BAIRRO	EQUIPE	Coord. Ágatha – RO	CNES	ENDEREÇO
Tribobo	84,87	USF Badger Silveira	3029107	Rua Acácio Raposo, s/n
Tribobó	88	USF José Avelino de Souza	2291711	Rua Jose Francisco Batista Rios, s/n
Novo México	902	USF Enf. Luiza de Marillac	3029085	Rua Godofredo Siqueira Leite, s/n
Arsenal	86,412	USF Adão Pereira Nunes	2291584	Av. Eugênio Borges, s/n
Eng. do Roçado	218	USF Hiparco Ferreira	2297329	Alameda Alagoas, s/n
Ípiiba	217	USF Ípiiba		Estrada de Ipiiba, s/n, CIEP 414
Santa Izabel	208/430	USF Santa Izabel	2291541	Estrada da Serrinha, s/n
Itaitindiba	362	USF Jose Jorge Cortes Freitas		Rua Capitão Alberto Soares, s/n
Bairro Eliane	203	USF Manuel de Abreu	2291835	Rua Estrada da Meia Noite, s/n
Bairro Ieda	420			
Sacramento	202			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Jdm Republica	409	USF Republica Jardim	5935296	Rua Laudelina de Almeida, 41, Qd. 6
Raul Veiga	343	USF Raul Veiga	7445687	Rua Nereu Ramos, 355
Capote	17,18	USF Mal.Candido Rondon	2291843	Rua Exp. José Custódio Sampaio, s/n
Almerinda	210,211,212	USF Almerinda	5469953	Rua Sargento Fernando Fontes, 412
Anaia Pequeno	85/435	USF Anaia	2297272	Rua Clodomiro Antunes da Costa
Barracão	354,358	USF Emílio Ribas	2291851	Estrada do Sacramento, s/n
Sacramento	201			
Jóquei	206,207	USF Marileia Cardoso	5469910	Rua Waldomiro Lobo, s/n
Jóquei	408	USF Flavio Henrique de Brtio	5936586	Rua Oscar Gomes, s/n
Maria Paula	213,214,215,216	USF Doutel de Andrade	2297264	Avenida Odilon Noberto Ferreira, s/n
Vila Candoza	407	USF Vila Candoza	5935261	Estrada do Coelho, s/n

PÓLO SANITÁRIO JORGE TEIXEIRA DE LIMA

BAIRRO	EQUIPE	Coord. Françoise – JTL	CNES	ENDEREÇO
Jardim Catarina	303/306	USF Agenor Jose da Silva	5473632	Rua Eugenio Flomentim, s/n
Jardim Catarina	304,305	USF Jardim Catarina III	5473594	Rua Caetes, lt 30 qd. 84
Jardim Catarina	308,309	USF Jardim Catarina V	5474000	Rua Francilvania, Qd 149, Lt 16
Jardim Catarina	310,311,313	USF Floriano Barbosa	5473659	Avenida Albino Imparato, s/n
Jardim Catarina	315	USF Jardim Catarina VII	2291967	Rua Madeira Freitas, 2, qd 81
Jardim Catarina		USF Jardim Catarina I	2297221	Av.Albino Imparato, s/n
Jardim Catarina	317,318	USF João Goulart	2291673	Rua dos Marfins s/n
Jardim Catarina	320	USF Jardim Catarina VIII	5469945	Rua Aldea de Matos, s/n, CIEP Anita Garibaldi
Jardim Catarina	322	USF Jardim Catarina IX	2291975	Rua Adelaide Lima, 252



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Santa Luzia	359, 436	USF Santa Luzia	2297248	Av. Santa Luzia, s/n
Santa Luzia	426	USF Elza Borges	6787851	Rua Visconde de Seabra, s/n
Bom Retiro	300	USF Roberto Silveira	2291681	Rua Joaquim Nabuco, s/n
Bom Retiro	301	UBS Jeremias de Matos Fontes		Rua Laudelino Freire, s/n
Guaxindiba	302/504	USF Luiz Pasteur	2291630	R. Zilda Silvaes, s/n
Lagoinha	324	USF Luiz Paulo Guimarães	2291738	Rua Aristides Lima, s/n
Laranjal	325,326			
Laranjal	327,353	USF Juarez Antunes	2291622	Rua Alzira Vargas, s/n
Largo da Idéia	329	USF Largo da Idéia	2291649	Rua Gerônimo Pina, s/n
Marambaia	422	USF Ari Teixeira	2291886	Rua General Savari, s/n
Marambaia	441/013/440	USF Marambaia	7044895	Rua Alviar de Matos, s/n
Monjolos	340, 416	USF Anibal Porto	6000894	Rua Almirante Pena Boto, 1923
Vila Três	360/505	USF Vila Três	5726956	R. Nestor Pinto Alves, 380
Vista Alegre	423	USF Vista Alegre	6127797	Rua Manoel Santana, It 23
Apollo III	437	USF Apollo III	6931324	Rua José Gabriel de Souza, qd 1, It 07
Apollo III	438/439	USF Apollo III	6952429	Rua:Severino Barbosa, 172

PÓLO SANITÁRIO PAULO MARQUES RANGEL

BAIRRO	EQUIPES	Coord. Ilza Anna – PMR	CNES	ENDEREÇO
Boaçu	6, 7	USF Mahatma Gandhi	2291878	Rua Francisco Barbeiro, s/n
Boaçu	8,9,10	USF Alexander Fleming	2291827	Rua Capitão Acácio, s/n
Fazenda dos Mineiros	30,66	USF Carlos Chagas	2291568	Rua Exp Manoel Chagas, s/n
Fazenda dos Mineiros	31	USF Fazenda dos Mineiros	5473500	Rua Leoncio Correa, 2341
Itaoca	35	USF Albert Sabin	2291770	Estr. Itaoca, s/n



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Itaúna	36,37,38	USF Itaúna I	2291983	Travessa Ernestina Pires, 100
Itaúna	39	USF Itaúna II	5473608	Estrada da Conceição, s/n
Palmeiras	64	USF Neuza Goulart Brizola	2291754	Estrada de Palmeiras, s/n
Palmeiras II	421	USF Palmeiras II	6005217	Rua Deputado Silva Santos
Recanto das Acácias/Salgueiro	72 14	USF David Capistrano	3029123	Estrada da Sapucaia, s/n
Portão do Rosa	500,501,502	USF Portão do Rosa	7430582	Rua Alfredo Bahiense, s/n
Boa Vista	401/402	USF Dr. José Bruno Neto	3029077	Rua Joaquim Vieira de Souza, 316
Bairro Rosane	103/403	USF Getulio Vargas	2291665	Rua Minas Gerais, s/n
Boa Vista	321	USF Boa Vista/Abacatão	5474043	Rua Pires do Rio, 211
Mutua	53/54	USF Mutua II	2292009	Rua Francisco Nunes, s/n
São Miguel	82/83	USF São Miguel	2702673	Rua Coronel Gurgel, 56 fundos
Mutuapira	57/58/59	USF Alberto Constantino Farah	2291762	Estrada da Conceição, s/n
Mutuaguaçu	55	USF Mutuaguaçu	2292017	Rua David Alves, s/n
Mutua	52	USF Mutua I	6946917	Rua Verão, 68
Antonina /Cruz do Sul	4,5 e 27	USF Antonina/Cruzeiro do Sul	3284611	Rua Walter da Costa Dias, 80
Nova Cidade	61/63	USF Nova Cidade	2291932	Avenida Vicente de Lima Cleto, s/n
Fazenda dos Mineiros	44	USF Manoel da Ilhota	5473676	Avenida Flávio Monteiro de Barros, 546

PÓLO SANITÁRIO WASHINGTON LUIZ

BAIRRO	EQUIPES	Coord. Denise – WL	CNES	ENDEREÇO
Água Mineral	20	USF Água Mineral	5474760	Rua: Monza, s/n
Engenho Pequeno	425	USF Juvenil Francisco Ribeiro	2291592	Estrada da Basileia, s/n
Engenho Pequeno	406	USF Engenho Pequeno	5873983	Rua Cássio Raposo, s/n



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estrela do Norte Galo Branco	29/32/34	USF Madre Tereza de Calcutá	2292025	Estrada Boqueirão Pequeno, 1015
Galo Branco	33	USF Galo Branco	5469937	Rua Egidio Justi, s/n
Lindo Parque	40	USF Lindo Parque I	5474019	Rua Humberto Campos, 53
Lindo Parque	41	USF Lindo Parque II	5473535	Rua Gurupá, 270
Morro da Torre	411	USF Zé Garoto	6000843	Rua Francisca Marques, 205
Pita	328	USF Pita	5469961	Rua Mentor Couto, 925
Porto da Pedra	410, 433	USF Barbosa Lima Sobrinho	2291894	Rua Abílio José de Matos
Rocha	73,74,75	USF Wally Figueira da Silva	2291800	Estr. de Malafaia, s/n
Galo Branco	76,78	USF Menino de Deus	3029115	Rua Antonio Xavier, 219
Rocha	79	USF Rocha	3284646	Rua Louvaldino Antonio de Lima, 137, Lt 28
Vila Iara	104	USF Vila Iara	5474027	Rua Leopoldo Marins, Lt 8, casa 1
Zumbi	23	USF Zumbi	5469929	Rua Sena Borges, 2004
Barro Vermelho	424	USF Armando Gueirros	2291789	Rua: Siqueira Campos, s/n
Brasilândia	11, 12	USF Brasilândia	2291924	Rua: Miguel Ângelo, s/n
Gradim	903	USF Bocayuva Cunha	3148505	Rua Cruzeiro do Sul, s/n
Gradim	427,428, 431, 432	USF Ana Neri	2291614	Rua Silvio Vallet, Lt 18
Morro do Castro	901, 904	USF Armando Leão Ferreira	3029093	Alameda Estados Unidos, s/n
Neves	404/405/503	USF Neves I	5473993	Rua Floriano Peixoto, 954
Porto Novo	100	USF Bento da Cruz	5474035	Rua Domingos Carvalhães, s/n
Santa Catarina	434, 454	USF Luiz Carlos Prestes	2291703	Rua: Dr.º Jurumenha, s/nº
Tenente Jardim	455	USF Tenente Jardim	7044879	Rua: Dr.º March, 2.295



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Venda da Cruz	413	USF Venda da Cruz	5995191	Avenida Santos Dumont, 48
Vila Lage	1	USF Vila Lage	5473942	Avenida Lucio Tome Feitera, s/n
Paiva	418,419	USF Victor Chimelly	6004512	Rua Capita Joao Monteiro, s/n
Porto Novo	Rede	UBS Haroldo P. Nunes	2291908	Rua Capitão João Manoel, 1359
Porto da Madama	Rede /417	UBS Robert Kock / USF Patronato	6004504	Rua Ary Parreiras, s/n

PÓLO SANITÁRIO HÉLIO CRUZ

BAIRRO	EQUIPES	Coord. KEILA – HC	CNES	ENDEREÇO
Luiz Caçador	42, 43	USF Tancredo Neves	2291657	Estrada da Trindade, s/n
Trindade	93, 96			
Trindade	92	USF Trindade	2291991	Rua Juiz de Fora, 581
Mutondo	45,47,49, 91, 97,98, 99,367	CLINICA GONÇALENSE		Rua Dr.º Alfredo Backer, 358
Coelho	912,913,9 14	USF Coelho	5473683	Rua Candido Reis, 293
Trindade	89,94,95	USF Irmã Dulce	2291819	Rua Domingos Damasceno Duarte, 809
Bandeirantes	341	USF Bandeirantes	2291576	Rua Joaquim Laranjeiras, s/n
Miriambi I E II	337/338			
Amendoeira	204, 205	USF Osvaldo Cruz	2291606	Rua Domingos da Costa, s/n
Jardim Alcântara	2, 3	USF Jardim Alcântara	5473950	Rua: Anísio Teixeira, 130
Colubande	19	USF Colubande	5473683	Rua August Rush, 45
Colubande	21,22	USF Colubande	5474825/5474 817	Rua Exp. Barli Azevedo Vieira, 48
Colubande	24	USF Colubandê	2814811	Avenida Marica, 240
Colubande	25	USF Colubande		Rua Melchiades Picanço, 52
Mutondo	50	USF Mutondo	5473985	Rua Campos, 20



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Lagoinha	323	USF Lagoinha	2291738	Rua Mariana, 74, casa 01
Pacheco Tiradentes	356,347	USF Tiradentes/Pacheco	2291959	Rua Major Rubens Vaz, 12
Pacheco	355,915	PS Adolpho Lutz	2297302	Rua Nazário Machado, s/n
Laranjal	414	USF Alvorada	5994411	Rua Vicentina Goulart, 61
Chumbada	48, 51	USF Mutondo II	3284638	Rua Leandro Leal, 11
Nova Cidade	415	USF Nova Cidade	600886	Rua Ponte Negra, Lt 330

Fonte: SEMSADC

PÓLOS SANITÁRIOS E ESPECIALIDADES OFERTADAS

O Município de São Gonçalo possui cinco Pólos sanitários ligados diretamente aos postos de saúde, oferecendo as especialidades médicas descritas abaixo:

ESPECIALIDADES OFERTADAS	PÓLOS SANITÁRIOS				
	HÉLIO CRUZ 2297213	PAULO MARQUES RANGEL 2297205	JORGE TEIXEIRA DE LIMA 2202959	RIO DO OURO 2297256	WASHINGTON LUIZ 2291533
ALERGOLOGIA					X
CARDIOLOGIA	X	X	X	X	X
CLÍNICA MÉDICA	X	X	X	X	X
DERMATOLOGIA	X	X	X	X	X
ENDOCRINOLOGIA	X	X	X	X	
FARMACÊUTICO	X	X	X	X	X
FISIOTERAPIA	X			X	X
FONOAUDIOLOGIA		X		X	X
GASTROENTEROLOGIA					X
GERIATRIA			X	X	X
GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA	X	X	X	X	X
HEPATOLOGIA					X
HOMEOPATIA					X
NEFROLOGIA	X				
NEUROLOGIA				X	X



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

NUTRIÇÃO	X		X	X	X
ODONTOLOGIA			X		
ORTOPEDIA	X				X
OTORRINOLARINGOLOGIA	X				
PEDIATRIA	X	X	X	X	X
PNEUMOLOGIA	X				X
PROCTOLOGIA					X
PNEUMO/INFANTIL	X				
PSICOLOGIA	X	X	X	X	X
PSIQUIATRIA					X
SERVIÇO SOCIAL	X		X	X	X
TERAPIA OCUPACIONAL				X	
TISIOLOGIA					X
UROLOGIA					X

Fonte: SEMSADC

4.3 Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD)

Em 2013, foi instituído no Município o Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD) com 100% de cobertura. O SAD é composto de 10 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 4 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP). O primeiro é composto de médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, assistente social e um terapeuta em cada equipe. Enquanto o EMAP é constituído por um psicólogo, nutricionista, farmacêutico, terapeuta ocupacional, dentista e fonoaudiólogo. A principal finalidade é atender pacientes acamados e com dificuldade de locomoção, reorganizando o cuidado domiciliar na cidade e reduzindo o período de permanência de pacientes internados, abrindo espaço para que outras pessoas utilizem os leitos. Com fins operacionais, o Município de São Gonçalo foi subdividido territorialmente. Desse modo, apresenta entre 96.000 a 109.000 habitantes por região totalizando 10 Regiões Estratégicas de Saúde.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Mapa do Município de São Gonçalo por Região Estratégica de Saúde:

10 REGIÕES ESTRATÉGICAS DE SAÚDE



4.4 Saúde Bucal

A Política Nacional de Saúde Bucal, continuará a ser implementado de acordo com as diretrizes do Programa Brasil Sorridente em conformidade a suas projeções. Desta forma, o diagnóstico das doenças bucais será precoce, seguido de imediato início do tratamento, com o objetivo de interromper a progressão da doença e impedindo o surgimento de eventuais incapacidades e danos recorrentes.

O tratamento irá dar prioridade aos procedimentos conservadores, visando a manutenção dos elementos dentários, trazendo como prioridade a prevenção, promoção e recuperação da saúde bucal, descaracterizando a mutilação, garantindo assistência integral em todos os níveis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

A reabilitação busca recuperar de forma parcial ou total as capacidades funcionais perdidas com as doenças detectadas, buscando a reintegração do indivíduo a sociedade.

A Atenção Básica em Saúde Bucal tem buscado continuamente formas de ampliar a oferta e a qualidade dos serviços prestados dentro das Equipes de Saúde Bucal (ESB's) – Modalidade I (Cirurgião Dentista e Auxiliar em Saúde Bucal) das ESF's (109 equipes) e das Equipes de Saúde Bucal das UBS's (Pólo Sanitário Rio do Ouro, Paulo Marques Rangel, Anaia , PAM Alcântara).

4.5 Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF)

Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) foram criados pelo Ministério da Saúde em 2008 com o objetivo de apoiar a consolidação da Atenção Básica no Brasil, ampliando as ofertas de saúde na rede de serviços, assim como a resolutividade, a abrangência e o alvo das ações.

Atualmente regulamentados pela Portaria MS/GM n.º 2.488, de 21 de outubro de 2011, configuram-se como equipes multiprofissionais que atuam de forma integrada com as equipes de Saúde da Família (ESF), as equipes de atenção básica para populações específicas (consultórios na rua, equipes ribeirinhas e fluviais) e com o Programa Academia da Saúde. Esta atuação integrada permite realizar discussões de casos clínicos, possibilita o atendimento compartilhado entre profissionais tanto na Unidade de Saúde como nas visitas domiciliares, permite a construção conjunta de projetos terapêuticos de forma que amplia e qualifica as intervenções no território e na saúde de grupos populacionais. Essas ações de saúde também podem ser intersetoriais, com foco prioritário nas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ações de prevenção e promoção da saúde. Atualmente possuímos 25 equipes NASF modalidade II com atuação em todo território coberto pelas equipes de Estratégia de Saúde da Família.

4.6 Produção da Atenção Básica

A produção das Unidades de Saúde da Atenção Básica, apresentada nas tabelas abaixo, foram obtidas do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA). Os dados foram coletados até o mês de fevereiro de 2016 e incluem a produção dos anos de 2014 e 2015.

Durante o ano de 2015, houve a implantação do Sistema e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB) pela Clínica Municipal Gonçalense. O sistema e-SUS AB é uma estratégia do Departamento de Atenção Básica para reestruturar as informações da Atenção Básica em nível nacional, estando alinhada com a proposta de reestruturação dos Sistemas de Informação em Saúde do Ministério da Saúde. O e-SUS AB suprime a necessidade de lançamento da produção das US's (ou UC's) no SIAB (ou SISAB) e no BPA. No e-SUS AB a produção processada tanto quando utilizado o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), como quando empregado o sistema com Coleta de Dados Simplificada (CDS).

Na tabela abaixo apresentamos as consultas e atendimentos realizados pelos profissionais das 200 Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) de Atenção Básica. Cerca de 2.808.787 procedimentos foram realizados durante o ano de 2015.

Quadro 1 - Grupo de procedimentos de média complexidade:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO
Procedimentos especializados realizados por profissionais médicos, outros de nível superior e nível médio.	Exames ultrassonográficos
Cirurgias ambulatoriais especializadas	Diagnose
Procedimentos traumato-ortopédicos	Fisioterapia
Ações especializadas em odontologia	Terapias especializadas
Patologia clínica*	Prótese e órteses
Anatomopatologia e citopatologia	Anestesia
Radiodiagnóstico*	Hemoterapia*

Fonte: tabela de procedimentos do SIA/SUS

* Esses grupos incluem procedimentos de alta e média complexidade

4.7 Unidades Especializadas no Município de São Gonçalo

UNIDADES ESPECIALIZADAS DE SAÚDE POR TIPO SG/RJ	
TIPOS DE UNIDADE DE SAÚDE	QUANTIDADE
Policlínicas de Especialidades	04
Policlínicas de Especialidades	01
Centro de Atenção Psicossocial Adulto (CAPSII)	02
Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD)	01
Núcleo de Atenção aos Ostomizados	01
Residência Terapêutica	04
Hemonúcleo	01

Fonte: SEMSADC

4.8 Policlínicas do Município e especialidades ofertadas

O Município possui quatro Policlínicas e um ambulatório com serviços de saúde especializados, conforme informados a seguir:

	Serviços de Saúde especializados
--	---



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIALIDADES OFERTADAS	PAM NEVES CNES: 2297299	PAM ALCÂNTARA CNES: 2297280	PAM COELHO CNES: 2291746	AMBULATÓRIO DO HOSPITAL LUIZ PALMIER CNES:	POLICLÍNICA BARRO VERMELHO
Alergologia		X			
Angiologia	X	X			
Cardiologia	X	X		X	X
Cirurgia/Cabeça e Pescoço		X			
Cirurgia Geral			X		
Cirurgia Vascular		X			
Clínica Médica	X	X	X		X
Dermatologia		X			X
Ecografia		X			
Endocrinologia	X	X		X	
Farmacêutico	X	X	X		
Fisioterapia					X
Fonoaudiologia	X	X	X		X
Gastroenterologista					
Geriatria	X				
Ginecologia/Obstetrícia	X	X	X	X	X
Hepatologia		X			
Infectologia	X				
Nefrologia					
Neurologia	X	X	X		
Neuropediatria			X		
Nutrição	X	X	X	X	
Odontologia				X	X
Oftalmologia		X			
Ortopedia	X				
Otorrinolaringologia	X	X			
Pediatria	X	X	X		X
Pneumologia					
Psicologia	X	X	X	X	X
Psiquiatria	X		X		
Radiologia			X		
Reumatologia		X			
Serviço Social	X	X	X		
Urologia		X			X
Mastologia				X	

Fonte: SEMSA-SG/2016

4.9 Saúde Mental

O Programa Municipal de Saúde Mental de São Gonçalo vem buscando



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

desenvolver ações de promoção de saúde e qualificar o atendimento em Saúde Mental nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto-Socorro Mario Nijar Alcântara (Emergência Psiquiátrica), Centros de Atenção Psicossocial e Serviço Residencial Terapêutico.

A clientela, portadora de intenso sofrimento psíquico, é alvo de todo o trabalho do Programa, visando a desospitalização/ desinstitucionalização, estando atento aos Hospitais Psiquiátricos conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) que prestam serviços ao Município (Clínica Nossa Senhora das Vitórias, que se encontra sob Gestão Municipal, e a Clínica Santa Catarina), e processo de desospitalização em fase de conclusão, do Hospital Colônia de Rio Bonito, tendo como base a continuidade da desconstrução da lógica asilar. Para tal, se estrutura com os seguintes dispositivos: Emergência Psiquiátrica (leitos psiquiátricos em Hospital Geral), dois CAPS II (Mutua e Porto da Madama), uma Residência Terapêutica, um CAPS II ad e um CAPSI.

É fato que o uso prejudicial de crack, álcool e outras drogas, na atualidade, tem se transformado no fator de risco mais importante para diversas situações de vulnerabilidade à saúde física dos cidadãos e que, o olhar estritamente psiquiátrico para tais situações faz com que os danos relacionados às substâncias psicoativas sejam de certa forma, negligenciados de diversas formas em nossa sociedade.

Para que haja um avanço na forma de enfrentar essa questão a Prefeitura Municipal de São Gonçalo realizou no ano de 2013 a adesão ao Programa Crack é Possível Vencer que desenvolve, em parceria com outros Ministérios, uma ação integrada que envolve três frentes de atuação: prevenção, cuidado e autoridade. Dentro desses três aspectos, o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

programa integra vários grupos sociais, trabalhando, simultaneamente, na prevenção, no combate, na reabilitação e na reintegração social.

O programa é um amplo trabalho realizado pelos Ministérios da Justiça, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação e da Secretaria de Direitos Humanos, visando a oferecer aos grupos de risco irrestrito apoio em todas as suas necessidades, contribuindo, desta forma, para a redução dos índices de consumo de drogas.

O Programa Municipal de Saúde Mental para a referida cidade apresenta particularidades relativas à presença de uma cultura asilar muito intensa, em todas as esferas. Assim, inúmeras ações estão sendo empreendidas pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) e Fundação Municipal de Saúde (FMS), como ampliação da rede com a construção de 1 CAPS AD III 24h, 2 Unidades de Acolhimento sendo 2 infantis e 2 Adulto e desenvolvimento de ações a partir da atuação de equipes multiprofissionais para a construção de uma Cidade Saudável, baseando-se sempre, nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Programa de Saúde Mental disponibiliza os seguintes equipamentos: emergência psiquiátrica, situada no Pronto-Socorro Mario Nijar em Alcântara (PSA), que atualmente conta com 12 leitos psiquiátricos, para suprir o atendimento à crise de usuários acometidos por transtornos mentais por um período de 72 horas ou mais se for necessário; 2 (dois) CAPS II – Porto da Madama (não habilitado até o momento) e Paulo Marcos Costa; 1 (um) CAPS II Álcool e Drogas; 1 (um) CAPS Infantojuvenil; 4 (quatro) residências terapêuticas, sendo que 1 (uma) encontra-se em processo de implantação (Laranjal); 1 (hum) ambulatório



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ampliado em saúde mental, localizado no PAM Coelho e 2 (dois) Ambulatórios de Psiquiatria, que localizam-se no Pólo Sanitário Washington Luiz Lopes e PAM Neves.

4.10 Consultório de Rua

Em 2008, foi instituída a Política Nacional para Inclusão Social da população em situação de rua, que visa implementar políticas públicas intergovernamentais, envolvendo as áreas da saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura, etc. O que se deseja com a estratégia de atenção à população de rua é uma aproximação a partir da construção de vínculo e do cuidado, tendo em vista que este grupo vem encontrando barreiras nas unidades tradicionais de atenção à saúde. Esta estratégia também tem como função a construção de fluxos seguros de atenção através dos diversos serviços da rede Sistema Único de Saúde (SUS). O próprio movimento geográfico dessa população é por si só um motivo para se trabalhar com equipes volantes que possam gerir um cuidado longitudinal a essa população.

A saúde da população em situação de rua é um fenômeno multidimensional e complexo. Esta população é composta por pessoas de todas as faixas etárias, com diferentes perfis, envolvendo usuários de drogas, pessoas portadoras de transtorno mentais, entre outros.

O trabalho a ser desenvolvido tem a rua enquanto território. Tomando como base a Política Nacional de Atenção Básica (Portaria GM/MS n.º 2.448, de 2 de outubro de 2011) e a Rede de Saúde Mental e Psicossocial (Portaria GM/MS n.º 3.088, de 23 de dezembro de 2011), busca-se associar a Estratégia de Saúde da Família e o Consultório na Rua, a fim



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

de se promover um cuidado integral à saúde da população em situação de rua desse Município.

A Equipe de Consultório na Rua deve abranger toda a população em situação de rua do Município de São Gonçalo, devido ao quantitativo dessa população e sua distribuição por todo o Município.

Cada equipe contará com 01 médico, 01 enfermeiro, 01 técnico de enfermagem, 06 agentes comunitários de saúde, sendo pelo menos 01 agente social. Essa mesma equipe agregará uma Equipe de Saúde Mental, composta por 01 psicólogo, 01 assistente social e 01 musicoterapeuta ou terapeuta ocupacional, além de uma Equipe de Saúde Bucal, composta por Cirurgião Dentista e 1 Técnico de Saúde Bucal. Esta composição inclui a equipe como de MODALIDADE III segundo a portaria que institui o Consultório na Rua. Compreender essa população em suas demandas e necessidades requer profissionais atentos, criativos, articulados no campo interdisciplinar e intersetorial, despojados de preconceitos, pré-noções e, acima de tudo, compromissados eticamente, politicamente e tecnicamente com ações sociais que de fato se materializem como respostas concretas do poder público a esses cidadãos.

4.11 Centros Especializados Em Reabilitação – CER

A habilitação e reabilitação visam garantir o desenvolvimento de habilidades funcionais das pessoas com deficiência para promover sua autonomia e independência. O Viver sem Limite iniciou a implantação dos Centros Especializados em Reabilitação - CER para ampliar o acesso e a qualidade desses serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Em dezembro de 2013 o Município de São Gonçalo foi contemplado, aprovado na CIR metro II e CIB RJ, com CER Tipo III (física, intelectual e visual) de Gestão Municipal e CER Tipo II (intelectual e auditiva) em Instituição Filantrópica conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O CER Tipo III está previsto para o PAM Neves (reforma e ampliação). A média do número de usuários atendidos deve considerar a especialidade atendida, sendo na Reabilitação Física: mínimo de 200 usuários/mês, Reabilitação Intelectual: mínimo de 200 usuários/mês e na Reabilitação Visual: mínimo de 150 usuários/mês.

A rede de cuidados a saúde da pessoa com deficiência, realiza atendimentos de avaliação/encaminhamentos a pacientes que necessitem de órteses e próteses e meios auxiliares de locomoção.

4.12 Produção da Atenção Especializada

MEDIA ANUAL DE CONSULTAS	
ESPECIALIDADE	QUANTIDADE
Alergologia	700
Angiologia	2.350
Cardiologia	13.520
Clínica médica	38.100
Proctologista	2.250
Dermatologia	11.840
Endocrinologia	3.820
Fisioterapia	3.020
Fonoaudiologia	9.000
Gastroenterologia	1.530
Geriatria	4.300
Ginecologia	21.050
Ginecologia obstétrica	3.850
Hanseníase	1.680
Hepatologia	170



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Homeopatia	640
Neurologia	2.190
Neurologia pediátrica	460
Nutricionista	4.480
Odontologia	1.800
Ortopedia	4.880
Otorrinolaringologia	1.150
Pediatria	20.550
Pneumologia	3.170
Pneumologia infantil	390
Psicologia	6.600
Psiquiatria	12.000
Tisiologia	3.960
Urologia	3.350

Fonte: SEMSADC /2016

4.13 Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência

A atenção hospitalar apresenta o maior nível de complexidade no sistema, ocupando importante papel na pirâmide de atenção à saúde, responsável pela prestação de serviços especializados. Historicamente assumiu características plural e fragmentada na prestação da assistência, muitas vezes desvinculadas dos demais serviços integrantes da rede assistencial.

Os serviços ofertados na atenção hospitalar são integrantes dos níveis de média e alta complexidade, estando intimamente ligados à diversidade das especialidades médicas, inovações tecnológicas e qualificação profissional. Destaca-se a seguir o elenco de procedimentos hospitalares de alta complexidade.

A assistência hospitalar e urgência/emergência pública no Município de São Gonçalo são compostas pelo: Pronto-Socorro Central Dr.º Armando de Sá Couto (PSC), Pronto-Socorro Mário Nijar Quintanilha, pelo Hospital Infantil Darcy S. Vargas - e o Hospital Luiz Palmier (maternidade)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

além de duas UPA's 24 horas Tipo II de Gestão Estadual, São Gonçalo 1 (Colubandê) e São Gonçalo 2 (Santa Luzia) e 02 UPA's Municipais Tipo II nos bairros de Pacheco e Nova Cidade. Contamos ainda com hospital de referência regional, Hospital Estadual Alberto Torres.

4.14 Profissionais de Saúde e Tipos de Leitos nas Unidades Hospitalares Municipais

Hospital Infantil Darcy Vargas Filho **CNES: 2704595**

PROFISSIONAIS	QUANTIDADES
Enfermeiros	6
Auxiliar de Enfermagem	30
Pediatra	34
Recepcionistas	8
Técnicos de Radiologia	6
Nutricionista	4
Assistente Administrativo	21
Psicólogo	3
Técnico de Enfermagem	44
Auxiliar de Laboratório de Análises	3

Fonte: CNES (Consulta realizada em fevereiro de 2015)

O Hospital possui ao todo, 38 leitos sendo dividido em: 6 de pediatria Cirúrgica, 31 em Pediatria Clínica e 1 Unidade de isolamento.

Pronto-Socorro Central Dr.º Armando de Sá Couto (PSC) **CNES: 2696746**

PROFISSIONAIS	QUANTIDADES
Auxiliar de Enfermagem	71
Farmacêutico	1
Médico Clínico	57
Dentista Clínico Geral	9
Técnicos de Enfermagem	34
Médico Neurologista	1
Enfermeiro	21
Médico Ortopedia e Traumatologia	22
Técnico em Laboratório de Farmácia	1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Assistente Social	12
Médico Anestesiologista	12
Médico em Medicina Intensiva	4
Fisioterapeuta	10
Técnico em Patologia Clínica	13
Técnico em Terapia Intensiva	1
Médico Coloproctologista	1
Auxiliar em Saúde Bucal	1
Médico Urologista	4
Fonoaudiólogo	2
Médico Pediatra	1
Médico Generalista	2
Técnico em Radiologia e Imagem	5
Cirurgião Protista Dentista	1
Médico Em Radiologia e Diagnóstico por Imagem	1
Auxiliar Técnico em Patologia Clínica	2
Psicólogo Clínico	5
Médico Ginecologista e Obstetra	1
Médico Cardiologista	5
Nutricionista	4
Terapeuta Ocupacional	1
Médico Infectologista	1

Fonte: CNES (consulta realizada em fevereiro 2016)

O Pronto-Socorro Central possui ao todo, 85 leitos hospitalares, sendo Pronto atendimento em Clínica Médica ativo nas 24 horas 01 leito, Leitos de observação 14 leitos, Leitos Day Clinic 08 leitos, Leitos Trauma (Sala Vermelha) 10 leitos, Leitos Enfermaria (ortopedia) 09 Leitos, Leitos Enfermaria RUE masculina 05 Leitos, Leitos Enfermaria RUE coronariana 07 Leitos, Leitos CTI 09 Leitos sendo 01 de isolamento, Leitos RPA 03 Leitos, Leitos Enfermaria 18 Leitos.

Pronto-Socorro Mário Nijar
CNES:2292084

PROFISSIONAIS	QUANTIDADES
Psicólogo Clínico	8
Médico Clínico	40
Técnico de Enfermagem	36
Médico Cirurgião Geral	10
Médico Anestesiologista	5
Médico Neurologista	1
Enfermeiro	27
Técnico em Radiologia e Imagem	7
Auxiliar de Enfermagem	14
Médico Dermatologista	1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nutricionista	8
Médico Psiquiatra	7
Médico Infectologista	1
Dentista Clínico Geral	12
Técnico de Patologia Clínica	3
Médico de Medicina Intensiva	1
Fisioterapeuta	13
Assistente Social	11
Médico Cardiologista	1

Fonte: CNES (consulta realizada em fevereiro 2016)

O Pronto-Socorro Alcântara possui ao todo, 71 leitos hospitalares, sendo 44 destinados a Clínica Geral, 19 em Psiquiatria e 8 em Cirurgia Geral.

Hospital Luiz Palmier
CNES:2297590

PROFISSIONAIS	QUANTIDADES
Almoxarife	6
Diretor De Serviços De Saúde	1
Ginecologista E Obstetra	29
Técnico De Enfermagem	80
Cirurgião Dentista/Bucomaxilo	2
Assistente Administrativo	53
Médico Clínico	6
Dentista Especialista Para Pacientes Especiais	4
Auxiliar De Enfermagem	87
Médico Radiologista E De Imagem	4
Enfermeiro	8
Psicólogo	12
Pediatra	12
Mastologista	2
Médico Terapia Intensiva	1
Técnico De Laboratório	2
Nutricionista	10
Enfermeiro Obstétrico	1
Médico Pneumologista	1
Fonoaudiologia	5
Médico Legista	1
Médico Proctologista	3
Assistente Social	7
Recepcionista Geral	14
Digitador	2
Médico Patologista	1
Auxiliar De Escritório	1
Médico Cirurgião Plástico	3



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Médico Urologista	2
Médico Anestesiologista	2

Fonte: CNES (consulta realizada em fevereiro 2016.)

O Hospital Luiz Palmier possui ao todo, 83 leitos hospitalares, sendo 8 destinados a Ginecologia, 49 em obstetrícia Clínica e 26 em Obstetrícia Cirúrgica.

4.15 Total de Leitos disponíveis na Rede própria do Município

TIPO DE LEITO	TOTAL DE LEITOS DA REDE PRÓPRIA
Unidade Isolamento	1
Cirurgia Pediátrica	6
Pediatria	31
Ginecologia	8
Obstetrícia Cirúrgica	26
Obstetrícia Clínica	49
Cirurgia Geral	58
Psiquiatria	19
Ortopedia Traumatológica	22
Clínica Geral	37
Unidade Intermediária Adulto	15
UTI Adulto	5

Fonte: CNES/DATASUS (Consulta realizada em fevereiro de 2016)

4.16 Unidade de Pronto Atendimento (UPA)

As Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) são definidas, de acordo com a Portaria MS/GM n.º 2.048, de 05 de novembro de 2002, como unidades não-hospitalares de atendimento às urgências e emergências, que devem estar aptas a prestar atendimento resolutivo aos pacientes acometidos por quadros agudos ou crônicos. Consideradas serviços de média complexidade, as UPA's conforme estabelece a Portaria MS/GM n.º 1.020, de 13 de maio de 2009, deve possuir área física apropriada ao seu porte. Com atenção especial aos fluxos de trabalho. Além disso, elas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

devem possuir as seguintes áreas:

- I - Pronto Atendimento;
- II - Atendimento de Urgência;
- III - Apoio ao Diagnóstico e Terapia;
- IV - Observação;
- V - Apoio Técnico;
- VI - Apoio Logístico; e
- VII - Apoio Administrativo.

O Município de São Gonçalo possui 2 UPA's Tipo II, localizadas nos bairros de Pacheco e Nova Cidade.

4.17 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)

O SAMU 192 Metropolitana II/RJ foi implantado e inaugurado em 04 de setembro de 2004, como o primeiro SAMU Regional do Brasil, sendo um projeto construído coletivamente, por todos os Secretários de Saúde da região.

Este serviço tem a responsabilidade de atender mais de dois milhões de habitantes desta Região em situação de urgência clínica, psiquiátrica, pediátrica e gineco-obstétrica.

O Ministério da Saúde e os Secretários de Saúde dos sete Municípios Metropolitana II/RJ (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim e Maricá) realizaram pactos que garantiram o funcionamento do Serviço.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Este serviço se operacionaliza por intermédio da Central de Regulação Médica de Urgência que está localizada no município de Niterói.

4.18 Base descentralizada do Município de São Gonçalo

O Município dispõe de 02 USA (Unidade de Suporte Avançado) e 06 USB (Unidade de Suporte Básico) habilitadas que recebem mensalmente recursos em ordem de 50% do Ministério da Saúde para custeio do serviço e estão em processo de emplacamento e habilitação de 02 Motolâncias.

Atualmente o serviço está se adequando para ser vistoriado pelos Consultores da CGUE/MS no intuito de ser qualificado e obter um aumento no repasse financeiro ao município de aproximadamente 80% do que já recebe atualmente.

Foi implantada a Base da SAMU/SG no Centro da Cidade, que comporta 02 USA e 04 USB e em 2014 foi adaptada uma segunda Base no Pólo de Ensino em Vista Alegre.

4.19 Transporte Fora de Domicilio (TFD)

O Tratamento Fora de Domicílio (TFD), instituído pela Portaria SAS/MS n.º 55, de 24 de fevereiro de 1999, é um instrumento legal que visa garantir, através do SUS, tratamento médico a pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem por falta de condições técnicas. Assim, o TFD consiste em uma ajuda de custo ao paciente, e em alguns casos, também ao acompanhante, encaminhados por ordem médica à unidades de saúde de outro município ou Estado da Federação,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

quando esgotados todos os meios de tratamento na localidade de residência do mesmo, desde que haja possibilidade de cura total ou parcial, limitado no período estritamente necessário a este tratamento e aos recursos orçamentários existentes. Destina-se a pacientes que necessitem de assistência médico-hospitalar cujo procedimento seja considerado de alta e média complexidade eletiva.

5. PROGRAMAÇÃO PACTUADA E INTEGRADA – PPI:

A Programação Pactuada e Integrada é um processo instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde (Portaria GM/MS n.º 399, de 22 de fevereiro de 2006), onde, em consonância com o processo de planejamento, são definidas e quantificadas as ações de saúde para população residente em cada território, bem como efetuados os pactos intergestores para garantia de acesso da população aos serviços de saúde. Tem por objetivo organizar a rede de serviços, dando transparência aos fluxos estabelecidos e definir, a partir de critérios e parâmetros pactuados, os limites financeiros destinados à assistência da população própria e das referências recebidas de outros municípios. Define a programação das ações de saúde em cada território e norteia a alocação dos recursos financeiros para saúde a partir de critérios e parâmetros pactuados entre os gestores. Nesse contexto, a PPI vem sendo discutida na região da metropolitana II (São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Niterói, Maricá e Silva Jardim) com a finalidade de adequar a atual realidade de cada município aos procedimentos oferecidos anteriormente. A finalização nas ações de diminuir, agregar ou retirar serviços vem sendo discutida na região visando a renegociação, através do gestor local, na CIR Metro II e CIB - RJ.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

6. SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS EM SAÚDE DA REDE PRÓPRIA:

6.1 Capacidade instalada da Rede Laboratorial do Município

O Município de São Gonçalo possui dois laboratórios de Análises Clínicas que estão situados no interior do Pronto-Socorro Mário Nijar de Alcântara e no interior do Pronto-Socorro Dr.^o Armando de Sá Couto (PSC), funcionando diariamente 24 horas para atendimento **EXCLUSIVO** as urgências e emergências e internações que fazem parte das unidades informadas realizando uma média anual de **240.000 exames**.

A equipe do laboratório é composta por profissionais de nível superior: Biólogo, Farmacêutico, Biomédico; e nível médio: técnicos e auxiliares de laboratório.

MÉDIA ANUAL DE EXAMES REALIZADOS PELOS LABORATÓRIOS MUNICIPAIS

CÓDIGO DO SUS	PROCEDIMENTO REALIZADO	TOTAL DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS EM REDE PRÓPRIA
202010120	Dosagem de Acido Urico	2.500
202010180	Dosagem de Amilase	3.400
202010201	Dosagem de Bilirrubina Total de Frações	4.100
202010228	Dosagem de Cálcio Ionizável	170
202010210	Dosagem de Cálcio	1.300
202041260	Dosagem de Cloreto	1.900
202010295	Dosagem de Colesterol Total	1.800
202010317	Dosagem de Creatinina	16.500
202010325	Dosagem de Creatinofosfoquinase (CPK)	9.200
202010333	Dosagem de Creatinofosfoquinase Fração Mb	750
202010368	Dosagem de Desidrogenase Láctica	3.400
202010422	Dosagem de Fosfatase Alcalina	3.100
202010465	Dosagem de Gama-Glutamil-Transferase (Gama Gt)	3.900
202010473	Dosagem de Glicose	13.200
202010554	Dosagem de Lipase	3.400
202010600	Dosagem de Potássio	10.500
202010627	Dosagem de Proteínas Totais e Frações	400



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

202010619	Dosagem de Proteínas Totais	2.800
202010635	Dosagem de Sódio	10.500
202010643	Dosagem de Transaminase Glutâmico-Oxalacética (Tgo)	6.500
202010651	Dosagem de Transaminase Glutâmico-Piruvica (TGP)	6.500
202010678	Dosagem de Triglicerídeos	1.800
202010694	Dosagem de Uréia	16.500
202010732	Gasometria (Ph Pco2 Po2 Bicarbonato As2 (Exceto Base)	11.100
202010134	Determinação de Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada	350
202010142	Determinação de Tempo e Atividade da Protrombina (TAP)	4.150
20201050	Determinação de Velocidade de Hemossedimentação (VHS)	900
202010380	Hemograma Completo	47.500
202020410	Pesquisa de Células Le	2.300
202020487	Prova de Consumo de Protrombina	5.500
202020495	Prova de Retração do Coágulo	1.700
202030300	Pesquisa de Anticorpos Anti-Hiv-1 + Hiv-2 (Elisa)	8.000
202030784	Pesquisa de Anticorpos Igg e Igm Contra Antígeno Central do Vírus da Hepatite B (Anti-Hbc-Total)	1.500
202030792	Pesquisa de Anticorpos Igg Contra Arbovirus (Dengue e Febre Amarela)	300
202030970	Pesquisa de Antígeno de Superfície do Vírus da Hepatite B (Hbsag)	200
202031179	Vdrl p/ Detecção de Sífilis em Gestante	3.500
202050092	Dosagem de Microalbumina na Urina	700
202050300	Pesquisa de Proteínas Urinárias (Por Eletroforese)	19.000
202060217	Dosagem de Gonadotrofina Corionica Humana (Hcg, BetaHcg)	1.500
202120023	Determinação Direta e Reversa de Grupo Abo	50
202120082	Pesquisa de Fator RH (Inclui D Fraco)	6.500

Fonte: DATASUS/TABNET (Consulta realizada em fevereiro de 2016)

6.2 Capacidade Instalada da Rede de Diagnósticos por Imagem

Atualmente, é contratado pelo município, cerca de 70% dos exames de diagnósticos por imagem, sendo os 30% que fazem parte da rede própria, realizados na rede de urgência e emergência, para atender apenas a população ali assistida.

6.3 Capacidade instalada da Rede Municipal de Fisioterapia



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Município de São Gonçalo conta com atendimento fisioterapêutico aos pacientes internados nas unidades de Urgências/emergências localizados no Pronto-Socorro Central e Pronto-Socorro de Alcântara. São realizados atendimentos pelos profissionais do NASF na atenção básica, nas Academias de Saúde e pelos profissionais do SAD.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO TÉCNICO B - GESTÃO DAS UNIDADES

1. RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS):

1.1 Definir as diretrizes e políticas de saúde a serem implantadas na Unidade;

1.2 Criar uma Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e / ou da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), específica para efetuar o acompanhamento da Administração e Operacionalização do Pronto-Socorro Central (PSC), por técnicos;

1.3 Fornecer à Organização Social (OS) executora do contrato de gestão, e a seu pessoal o apoio necessário à plena consecução dos objetivos do Contrato e Projeto Básico;

1.4 Acompanhar, supervisionar e fiscalizar, a execução das atividades desenvolvidas;

1.5 Repassar pontualmente os recursos financeiros previstos, de acordo com o cronograma e condições estabelecidas;

1.6 Controlar a qualidade dos serviços contratados, identificando possíveis distorções e sugerindo constantes ajustes;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.7 Possibilitar o uso dos bens móveis e imóveis, mediante a viabilização dos correspondentes termos de cessão de uso;

1.8 Inventariar e avaliar os bens referidos no item acima, anteriormente à formalização dos termos de cessão de uso;

1.9 Monitorar e realizar estudos comparativos dos indicadores de resultados e custos das Unidades de Negócios do Hospital, tendo em vista a Implantação de modelos inovadores;

1.10 Realizar permanente vistoria quanto à precariedade dos equipamentos ou aquisição de novos, fornecendo pareceres técnicos quanto da solicitação pela Organização Social (OS) contratada.

2. OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS):

2.1 Fiscalizar o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, acompanhando o desenvolvimento dos serviços prestados, conferindo sua execução, e atestando documentos fiscais pertinentes, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos contratuais.

2.1.1 Ocorrendo eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, devem ser anotadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando, caso seja preciso, os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, devendo ainda ser exigidas as medidas corretivas necessárias.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.1.2 As irregularidades e/ou problemas no desenvolvimento dos serviços devem ser notificadas à contratada, por escrito, fixando-se prazo para a sua correção, devendo-se prestar-lhe esclarecimentos sobre as circunstâncias em que foram observadas tais falhas na prestação.

2.2 Especificar e estabelecer normas e diretrizes para a execução dos serviços ora contratados, definindo as prioridades, regras, bem como os prazos e etapas para cumprimento das obrigações, fornecendo à contratada, em tempo hábil, as informações necessárias e relevantes à consecução dos serviços a serem executados, colocando-se à disposição desta as informações técnicas sobre os serviços executados.

2.3 Comunicar à contratada, por escrito, quaisquer modificações no objeto a ser prestado, bem como estipular prazos para sua adequação;

2.4 Embargar a continuação dos serviços que estejam sendo executados em desacordo com os elementos dos serviços, com as obrigações da contratada e/ou com as Normas de Segurança, das quais a contratada declara ter pleno conhecimento.

3. DAS OBRIGAÇÕES, DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

3.1 Administrar e operar o Pronto-Socorro Central (PSC) dentro das diretrizes definidas pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), com apoio da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), com atendimento exclusivo aos usuários do SUS, de forma gratuita, no



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

estabelecimento de saúde cujo uso lhe foi permitido, vedado prestação de serviço à entidade de saúde suplementar;

3.2 Dar continuidade a implantação de protocolos clínicos e administrativos em todos os departamentos visando a otimização da gestão;

3.3 Garantir a contratação de profissionais médicos qualificados para atender adultos e crianças nos casos de urgência e emergência, de forma a oferecer aos usuários serviços assistenciais de excelência;

3.4 Praticar remuneração compatível com os níveis médios de mercado praticados na rede privada de saúde, no pagamento de salários e de vantagens de qualquer natureza aos dirigentes e empregados, garantindo o funcionamento ininterrupto da Unidade;

3.5 Contratar e pagar integralmente o pessoal necessário à execução dos serviços inerentes às atividades, ficando esta como a única responsável pelo pagamento dos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, respondendo integral e exclusivamente, em juízo ou fora dele, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações, presentes ou futuras;

3.6 Observar, na prestação dos serviços:

3.6.1 Respeito aos direitos dos usuários, atendendo-os com dignidade de modo universal e igualitário;

3.6.2 Manutenção da qualidade na prestação dos serviços;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.6.3 Respeito à decisão do usuário em relação ao consentimento ou recusa na prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;

3.6.4 Garantia do sigilo dos dados e informações relativas aos usuários;

3.6.5 Garantia que o usuário será atendido no acolhimento apenas pelo profissional de saúde (enfermeiro) para toda e qualquer informação;

3.6.6 Esclarecimento dos direitos aos usuários, quanto aos serviços oferecidos;

3.6.7 Responsabilidade civil e criminal pelo risco de sua atividade;

3.6.8 Inserção obrigatória dos procedimentos autorizados e dos medicamentos dispensados nos protocolos terapêuticos estabelecidos pelas instâncias municipal, federal e estadual;

3.6.9 Utilizar para a contratação de pessoal, critérios técnicos inclusive quanto ao gerenciamento e controle de recursos humanos, observando as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas e previdenciárias;

3.6.10 Contratar serviços de terceiros para atividades acessórias e apoio, sempre que necessário, responsabilizando-se pelos encargos daí decorrentes;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.6.11 Responsabilizar-se, civil e criminalmente perante os pacientes, por eventual indenização de danos morais decorrentes de ação, omissão, negligência, imperícia ou imprudência, decorrentes de atos praticados por profissionais subordinados. E também responsabilizar-se por eventuais danos materiais e morais oriundos de ações por erros médicos além daqueles decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, ou relações com terceiros, como por exemplo, fornecedores;

3.6.12 Manter controle de riscos da atividade e seguro de responsabilidade civil nos casos pertinentes;

3.6.13 Adotar o símbolo e o nome designativo da unidade de saúde cujo uso lhe for permitido, devendo a variável aviso, em lugar visível, assim como da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

3.6.14 Administrar e manter em perfeitas condições os bens móveis (incluindo equipamentos e instrumental) e imóveis públicos cedidos pela CONTRATANTE, cujo uso lhe seja permitido ou necessário para a realização dos serviços contratados, inclusive substituindo-os por outros do mesmo padrão técnico, caso seja necessário, de forma a realizar as atividades contratadas (Manutenção Preditiva, Preventiva e Corretiva);

3.6.15 Manter uma ficha histórica com as intervenções realizadas nos equipamentos ao longo do tempo, especificando o serviço executado e as peças substituídas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.6.16 Disponibilizar permanentemente toda e qualquer documentação ou base de dados para acesso irrestrito e/ou auditoria do Poder Público;

3.6.17 Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como com todos os gastos e encargos com materiais e concessionárias;

3.6.18 Caso seja necessário, computadores, de acordo com a necessidade do sistema informatizado de gestão implantado, cuja configuração mínima seja compatível com a estabelecida pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), adequada para rodar o sistema informatizado de gestão do Pronto-Socorro Dr.^o Armando Gomes de Sá Couto (PSC), a ser disponibilizado pela Organização Social (OS) contratada;

3.6.19 Utilizar, os sistemas informatizados de gestão, acompanhamento do contrato de gestão, centro de custo da unidade gerenciada, gestão de pessoal, e os demais sistemas compatíveis com o modelo de gestão proposto neste termo, a serem disponibilizados pela Organização Social (OS) contratada, e alimentá-los continuamente com as informações requeridas, sob pena de inviabilizar a apuração da produção e não comprovação do atingimento das metas contratadas;

3.6.20 Fornecer:

3.6.20.1 Atendimento médico;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 3.6.20.2 Assistência de enfermagem;
- 3.6.20.3 Assistência social;
- 3.6.20.4 Materiais médicos e insumos;
- 3.6.20.5 Fornecimento de medicamentos para tratamento;
- 3.6.20.6 Fornecimento de insumos para utilização no Pronto-Socorro Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC);
- 3.6.20.7 Exames laboratoriais;
- 3.6.20.8 Exames de imagem/radiográficos;
- 3.6.20.9 Profissionais para atuar na recepção;
- 3.6.20.10 Profissionais de saúde para atuar no acolhimento;
- 3.6.20.11 Serviços de esterilização dos materiais médicos, tanto de materiais termo resistentes quanto de materiais termo sensíveis;
- 3.6.20.12 Engenharia clínica, manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos disponibilizados para funcionamento do Pronto-Socorro Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.6.20.13 Aquisição e reposição de uniformes e enxoval no padrão estabelecido pela Fundação Municipal de Saúde (FMS);

3.6.20.14 Nutrição dos usuários em observação e dos acompanhantes, e, dos profissionais que estão em horário de trabalho, quando aplicável, dentro de padrões adequados de qualidade;

3.6.20.15 Gases medicinais;

3.6.20.16 Limpeza;

3.6.20.17 Sistema de câmeras de vigilância;

3.6.20.18 Lavanderia;

3.6.20.19 Manutenção predial e conforto ambiental;

3.6.20.20 Coleta, transporte e tratamento de resíduos;

3.6.20.21 Ambulância para transporte inter-hospitalar de usuários críticos e semicríticos. O transporte deve ser feito em ambulância apropriada, devidamente tripulada e equipada conforme Portaria MS/GM n.º 2.048, de 5 de novembro de 2002, sem prejuízo ao atendimento praticados no Pronto-Socorro Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC);

3.6.20.22 Roupas hospitalares no padrão estabelecido pela Fundação Municipal de Saúde (FMS);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.6.20.23 Equipamentos de uso permanente;

3.6.21 Realizar, por meio de seus profissionais médicos, a prescrição de medicamentos no Pronto-Socorro Central (PSC) acordo com as listas de medicamentos estabelecidas pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), padronizadas pelo SUS e os protocolos clínicos. Se a prescrição não atender a esse requisito, a Organização Social (OS) contratada deverá solicitar autorização a CONTRATANTE para prescrever o produto. Se não for observado o trâmite acima descrito, e a CONTRATANTE vier a ser compelida a fornecê-lo, poderá descontar a quantia paga do valor repassado mensalmente a Organização Social (OS) contratada;

3.6.23 Arcar com despesas de concessionária de serviços públicos, tais como, energia elétrica, telefone, entre outras, mantendo os pagamentos em dia para evitar interrupção no fornecimento;

3.6.24 Responsabilizar-se pela prestação de serviços de assistência em casos de calamidades, surtos, epidemias e catástrofes. Nestes casos, será possível a repactuação do Contrato de Gestão, visando o equilíbrio econômico-financeiro, se houver necessidade;

3.6.25 Aplicar todas as normas e protocolos da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) nos casos de acidente vascular cerebral isquêmico;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.6.26 Observar, durante todo o prazo do contrato de gestão, a Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde (PNH/MS), visando ao cumprimento do modelo de atendimento humanizado;

3.6.27 Requerer autorização prévia da CONTRATANTE, na hipótese de a Organização Social (OS) contratada se dispuser a prestar serviço originalmente não previsto no Contrato e seus Anexos, ou, se desejar executar de modo distinto serviço já previsto, apresentando as razões do seu pleito, com demonstrações das vantagens e garantia do cumprimento do Contrato. A alteração não poderá resultar em padrão inferior de desempenho e modificar substancialmente o objeto do Contrato de Gestão;

3.6.28 Utilizar os imóveis cedidos pela CONTRATANTE, conforme permissão de uso;

3.6.29 Manter controle de ponto de todos os profissionais em serviços na Unidade Pronto-Socorro Dr.^o Armando Gomes de Sá Couto (PSC), aferindo-o e alimentando o sistema informatizado de gestão;

3.6.30 Manter os profissionais de saúde permanentemente capacitados e atualizados. A informação sobre a capacitação da equipe deve ser passada a Fundação Municipal de Saúde (FMS) e a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) mensalmente. Ambas poderão, a qualquer momento, solicitar a capacitação específica em alguma área;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.6.31 Emitir o cartão de cadastro do usuário da Unidade Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC);

3.6.32 Dar conhecimento imediato à CONTRATANTE de todo e qualquer fato que altere de modo relevante o normal desenvolvimento do Contrato, ou que, de algum modo interrompa a correta prestação do atendimento aos usuários da Unidade Pronto-Socorro Central Dr.º Armando Gomes de Sá Couto (PSC);

3.6.33 Apresentar à CONTRATANTE mensalmente:

3.6.33.1 Relação dos valores financeiros repassados, com indicação da Fonte de Recursos,

3.6.33.2 Relatório Consolidado da Produção Contratada X Produção Realizada;

3.6.33.3 Relatório Consolidado do alcance das metas de qualidade (Indicadores).

3.6.34 Apresentar à CONTRATANTE, no prazo por ela estabelecido, informações adicionais ou complementares que esta venha formalmente a solicitar;

3.6.35 Apresentar relatório com informações detalhadas, além dos relatórios trimestrais previstos, de acordo com regulamentação da CONTRATANTE e na periodicidade por ela estabelecida, especialmente sobre:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.6.35.1 Listagem com identificação dos atendimentos realizados, devidamente segmentados pela sua natureza;

3.6.35.2 Estatísticas de óbitos;

3.6.35.3 Interação com a rede pública de atenção à saúde e com os complexos reguladores, estadual e municipal, especialmente quanto aos problemas envolvendo remoção e transferência de usuários;

3.6.35.4 Relação dos profissionais da Unidade Pronto-Socorro Dr.^o Armando Gomes de Sá Couto (PSC), responsáveis pela prestação dos serviços, incluindo sua formação e titulação;

3.6.35.5 Quaisquer outras informações que a CONTRATANTE julgar relevantes sobre as prestações do serviço e sobre as condições financeiras da CONTRATADA;

3.6.36 Apresentar à CONTRATANTE, mensalmente, relatório contendo todos os procedimentos realizados, bem como toda a documentação exigida, nos termos indicados e segundo a metodologia adotada pelo Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIHSUS);

3.6.37 Alimentar e atualizar os sistemas informatizados de gestão, com as informações completas acerca dos serviços prestados e procedimentos realizados, de forma a evitar glosas do Sistema Nacional de Auditoria do SUS;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.6.38 Alimentar e atualizar os sistemas de informação a serem adotados pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);

3.6.39 Apresentar à CONTRATANTE, trimestralmente, folha de pagamento de salários, em que constem os pagamentos aos profissionais e comprovantes de quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados que prestam ou prestaram serviços no âmbito deste Contrato de Gestão;

3.6.40 Apresentar à Ouvidoria da CONTRATANTE, trimestralmente, relatório com as reclamações dos usuários, bem como as respostas fornecidas, as providências adotadas em cada caso e o tempo de resposta e de adoção das providências;

3.6.41 Dar conhecimento imediato à CONTRATANTE de vícios ocultos nas Unidades Pronto-Socorro Dr.^o Armando Gomes de Sá Couto (PSC);

3.6.42 Fornecer os relatórios, documentos e informações previstos, de forma a permitir sua integração em bancos de dados, em base eletrônica, conforme padrão determinado pela CONTRATANTE;

3.6.43 Assegurar à CONTRATANTE o acesso irrestrito e em tempo real ao banco de dados referido;

3.6.44 Arquivar vias originais dos relatórios previstos, após analisadas e aprovadas pela CONTRATANTE, na sede da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Organização Social (OS) contratada, que deverá mantê-las em arquivo, conforme legislação vigente;

3.6.45 Apresentar à CONTRATANTE, anualmente, o instrumento de convenção trabalhista, devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, bem como sua adesão e efetivo cumprimento desta convenção, na forma da lei;

3.6.46 Informar à Fundação Municipal de Saúde (FMS) e à Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), durante todo o prazo do Contrato de Gestão, as seguintes informações:

3.6.46.1 Estatísticas mensais dos atendimentos;

3.6.46.2 Lista dos serviços oferecidos e dos profissionais de saúde responsáveis pelo atendimento dos usuários, devidamente habilitados nos respectivos conselhos profissionais do Estado do Rio de Janeiro;

3.6.46.3 Informações de contato (telefone, endereço de correio eletrônico, formulário eletrônico, endereço de correspondência) para recebimento de reclamações, sugestões e esclarecimento de dúvidas dos usuários.

3.6.47 Realizar o monitoramento permanente da prestação dos serviços, especialmente nos itens necessários à apuração do cumprimento de suas obrigações;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.6.48 Garantir que a Unidade Pronto-Socorro Dr.^o Armando Gomes de Sá Couto (PSC); esteja devidamente cadastrada e atualizada no banco de dados do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), conforme legislação vigente e instituído pela Portaria MS/SAS n.^o 376, de 03 de outubro de 2000;

3.6.49 Garantir os itens condicionantes para o correto credenciamento e habilitação dos serviços e exames realizados junto ao Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), tais como: carga-horária, CBO, equipamentos e demais requisitos necessários;

3.6.50 Garantir que todos os profissionais que executam ações e/ou serviços de saúde por ela empregados e ativos estejam devidamente cadastrados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);

3.6.51 Compor equipe de faturamento devidamente qualificada e corretamente dimensionada para a geração das informações que subsidiarão o preenchimento dos Sistemas de Informação Nacionais do DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde) e do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIHSUS);

3.6.52 Notificar ao órgão competente todos os casos de notificação compulsória que porventura sejam diagnosticados no Pronto-Socorro Dr.^o Armando Gomes de Sá Couto (PSC);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.6.53 Providenciar estrutura física e técnica que permita a instalação de telefone e linha telefônica (*hot line*) como ponto de ligação direta, por 24 horas semanais, ao canal de comunicação da Ouvidoria da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e / ou da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) com os usuários;

3.6.54 A instalação de bens móveis ou imobilizados nos equipamentos objeto da permissão de uso, assim como as benfeitorias realizadas naqueles já existentes serão incorporados ao patrimônio municipal, sem possibilidade de retenção ou retirada sem prévia autorização do Poder Público;

3.6.55 Faltando 60 (sessenta) dias para o término do Contrato de Gestão deverá ser realizada a atualização cadastral dos equipamentos, mobiliário e materiais permanentes, por meio de inventário de todos os equipamentos existentes, informando sua localização, o nome e tipo do equipamento, assim como seu número de patrimônio;

3.6.56 Visando garantir um padrão homogêneo de atendimento de excelência, a Organização Social (OS) contratada deverá comprometer-se a atender às necessidades apontadas pelo Programa de Acreditação Internacional adotado pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);

3.6.57 A prescrição dos profissionais da Organização Social (OS) contratada quanto aos medicamentos e insumos de uso pelo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

paciente ambulatorial, deverá observar as listas padronizadas pelo SUS e os protocolos clínicos. Caso a prescrição não atenda esse requisito, a Organização Social (OS) contratada deverá solicitar autorização da CONTRATANTE para prescrever o produto.

3.6.58 Responsabilizar-se pelo processo de administração direta da Unidade, envolvendo:

3.6.58.1 Contratação e gestão do pessoal necessário à operação da Unidade;

3.6.58.2 Efetivação dos processos de compra de materiais e insumos necessários à operação da Unidade;

3.6.58.3 Prestar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma contínua aos equipamentos e instalações hidráulicas, elétricas e de gases em geral e predial, incluindo nas mesmas a reposição de peças;

3.6.59.4 Manter o padrão de qualidade de atendimento dentro das exigências contratuais, que serão baseadas nas diretrizes constantes deste contrato e as características de atividade assistenciais, do presente Projeto Básico;

3.6.59.5 Disponibilizar relatórios gerenciais com as informações solicitadas na periodicidade constante no anexo do presente Projeto Básico aos técnicos da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.6.59.6 Utilizar a logomarca da Cidade de São Gonçalo/ Fundação Municipal de Saúde (FMS) e do SUS, em todos os documentos emitidos pelo Executor contratado.

3.6.59.7 Não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, exceto se aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);

3.6.59.8 Assegurar o Sistema Aberto de visitas aos pacientes, de segunda a segunda, por no mínimo oito horas diárias consecutivas;

3.6.59.9 Manter sempre atualizado prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelos prazos previstos em lei;

3.6.59.10 Devolver à Fundação Municipal de Saúde (FMS) e à Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), após término do contrato, toda área, equipamentos, instalações e utensílios em perfeitas condições de uso, ressalvados os casos de obsolescência e desgaste natural, substituindo aqueles que não mais suportarem recuperação, conforme identificação prévia deles por prepostos de ambas as partes;

3.6.59.11 Os bens deverão ser recebidos por um preposto designado pela firma contratada, serem devidamente inventariados quando da assinatura do contrato, mediante assinatura de Termo de Cessão de Uso, e de forma idêntica



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

deverão ser devolvidos na oportunidade do seu encerramento, por qualquer motivo, inclusive aqueles incorporados posteriormente no transcorrer do contrato.

4. RESPONSABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL PELOS ATOS DE SEUS EMPREGADOS E DE TERCEIROS POR ELA CONTRATADOS:

4.1. A Organização Social (OS) contratada será responsável, objetivamente, pela imperícia, por falhas técnicas, pela falta de hígidez financeira e por prejuízos causados pelos terceiros por ela contratados para a execução de serviços do Contrato;

4.2 Os profissionais contratados pela Organização Social (OS) contratada para a prestação dos serviços de saúde da Unidade Pronto-Socorro Dr.^o Armando Gomes de Sá Couto (PSC), deverá ter comprovada capacidade técnica, com formação adequada ao serviço desempenhado e estar em dia com suas obrigações junto aos respectivos conselhos de classe;

4.3 Os profissionais responsáveis pelos serviços médicos deverão ter formação em curso de Medicina, em nível superior, por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, e deverão, ainda, estar registrados no respectivo conselho profissional;

4.4 Os profissionais responsáveis pelos serviços de enfermagem: os enfermeiros deverão ter formação no mínimo em curso de Enfermagem, em nível superior, por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, e deverão, ainda, estar registrados no respectivo conselho profissional; os Técnicos de Enfermagem deverão ter formação em curso técnico específico para Técnico de Enfermagem, e deverão, ainda, estar



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

registrados no respectivo conselho profissional. Fica vedada a contratação de Auxiliares de Enfermagem;

4.5 Os profissionais responsáveis pelos serviços de assistência social deverão ter formação em curso de Serviço Social, em nível superior, por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, e deverão, ainda, estar registrados no respectivo conselho profissional;

4.6 Os demais profissionais envolvidos diretamente na prestação dos serviços de atenção à saúde deverão estar registrados no respectivo conselho profissional e atender às normas e requisitos próprios, conforme a regulamentação do Ministério da Saúde (MS);

4.7 Os contratos entre a Organização Social (OS) contratada e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo relação de qualquer natureza entre os terceiros e o Poder Público;

4.8 Na hipótese de contratação de serviços de terceiros, os contratos entre a Organização Social (OS) contratada e os terceiros deverão prever cláusula de possibilidade de sub-rogação à CONTRATANTE, visando à continuidade da prestação adequada dos serviços;

4.9 A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, informações sobre a contratação de terceiros para a execução dos serviços do Contrato, inclusive para fins de comprovação das condições de capacitação técnica e financeira;

4.10 O conhecimento da CONTRATANTE acerca de eventuais contratos firmados com terceiros não exime a Organização Social (OS) contratada



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes do Contrato de Gestão;

4.11 A Organização Social (OS) contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato de gestão, não podendo ser imputada qualquer responsabilidade a CONTRATANTE;

4.12 A Organização Social (OS) contratada será responsável pela imperícia, imprudência, negligência e por prejuízos causados pelos seus diretores e empregados na execução do Contrato de Gestão;

4.13 Todos os empregados e terceiros contratados pela Organização Social (OS) contratada deverão portar identificação (crachás) e estar devidamente uniformizados, exibindo a logomarca estabelecida pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), quando estiverem no exercício de funções nas dependências da Unidade Pronto-Socorro Dr.^o Armando Gomes de Sá Couto (PSC);

4.14 Os profissionais a serem alocados nas funções indicadas no presente Projeto Básico deverão possuir qualificação e estar em quantitativo mínimo exigido pelo Ministério da Saúde para habilitação e faturamento pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) dos serviços prestados aos beneficiários do SUS na unidade. Para tanto, deverão ser atendidas as obrigatoriedades da legislação vigente, inclusive a que diz respeito à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.15 A seleção de pessoal pela Organização Social (OS) contratada deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, nos termos do regulamento próprio a ser editado pela própria;

4.16 A Organização Social (OS) contratada deverá dispor de mecanismos para pronta substituição de seus profissionais em caso de faltas, de forma a não interromper ou prejudicar os serviços prestados à população.

4.17 Caso seja necessário, a CONTRATANTE poderá disponibilizar profissionais concursados para atuar nas unidades com objetivo de redução de custos.

5. DEMAIS ENCARGOS:

5.1. A Organização Social (OS) contratada é responsável por todos os encargos e obrigações concernentes à legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias, previdenciária que resultem todas as despesas decorrentes dos serviços prestados, assim como, despesas de eventuais trabalhos não previstos, mas indispensável à execução das atividades;

5.2. A inadimplência da Organização Social (OS) contratada, com referência ao item acima, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade da efetivação de seu pagamento;

5.3. A Organização Social (OS) contratada se obriga a prestar contas e apresentar à CONTRATANTE os documentos relativos a correta execução das suas obrigações trabalhistas dos seus servidores empregados na execução do Contrato de Gestão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

6. CONTROLE DE QUALIDADE:

6.1. Compete a Organização Social (OS) contratada realizar:

6.1.1 Treinamento e capacitação periódica dos profissionais de coleta, com emissão de certificados;

6.1.2 Treinamento e capacitação dos profissionais da área técnica e todos os envolvidos no sistema, com emissão de certificados;

6.1.3 Implantar formulários para registro de procedimentos realizados;

6.1.4 Elaborar Procedimento Operacional Padrão - POP's pertinentes aos processos realizados;

6.1.5 Implantar controle de qualidade interno;

6.1.6 Implantar controle de qualidade externo (PELM ou PNCQ);

6.1.7 Realizar calibração de equipamentos;

6.1.8. Realizar auditorias internas;

6.1.9 Realizar ações do programa da qualidade de acordo com o estabelecido nas normas ISO GUIA 17025 e NIT/DICLA 083.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

7. CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS:

7.1 A Organização Social (OS) contratada atenderá com seus recursos humanos e técnicos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades abaixo descritas.

7.2 O Serviço de Admissão da Organização Social (OS) contratada solicitará aos pacientes, ou a seus representantes legais, a documentação de identificação do paciente e a documentação de encaminhamento, se for o caso, especificada no fluxo estabelecido pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e / ou pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) dentro dos princípios da regulação assistencial no município;

7.3 O acesso aos exames de apoio diagnóstico e terapêutico oferecidos a pacientes externos, realizar-se-á de acordo com o fluxo estabelecido pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e / ou pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), dentro dos princípios da regulação assistencial no Município;

7.4 A Organização Social (OS) contratada fica obrigada a internar paciente, no limite dos leitos em operação, obrigando-se, na hipótese de falta ocasional de leito vago, a encaminhar os pacientes aos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) instalados na região em que a Organização Social (OS) contratada, em decorrência da assinatura deste instrumento, presta serviços de assistência à saúde.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.5 O acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas pela Organização Social (OS) contratada serão efetuados por intermédio dos dados registrados no Sistema de Informações Hospitalares (SIH), no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), bem como por meio dos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e / ou pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) e também os indicadores das partes variáveis 1, 2 e 3.

8. ASSISTÊNCIA HOSPITALAR:

8.1 A assistência à saúde prestada em regime de hospitalização compreenderá o conjunto de atendimentos oferecidos ao paciente desde sua admissão no hospital até sua alta hospitalar pela patologia atendida, incluindo-se aí todos os atendimentos e procedimentos necessários para obter ou completar o diagnóstico e as terapêuticas necessárias para o tratamento no âmbito hospitalar.

8.2 No processo de hospitalização estão incluídos:

8.2.1 Tratamento das possíveis complicações que possam ocorrer ao longo do processo assistencial, tanto na fase de tratamento, quanto na fase de recuperação;

8.2.2 Tratamentos, concomitantes, diferentes daquele classificado como principal que motivou a internação do paciente e que podem ser adicionalmente necessários, devido às condições especiais do paciente e/ou outras causas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.2.3 Tratamento medicamentoso que seja requerido durante o processo de internação;

8.2.4 Procedimentos e cuidados de enfermagem necessários durante o processo de internação;

8.2.5 Alimentação, incluídas nutrição enteral e parenteral;

8.2.6 Assistência por equipe médica especializada, pessoal de enfermagem e pessoal auxiliar;

8.2.7 Utilização de Centro Cirúrgico e procedimentos de anestesia;

8.2.8 O material descartável necessário para os cuidados de enfermagem e tratamentos;

8.2.9 Diárias de hospitalização em quarto compartilhado ou individual, quando necessário devido às condições especiais do paciente principalmente em relação as normas que dão direito à presença de acompanhante, previstas na legislação que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS);

8.2.10 Diárias nas UTIS - Unidades de Terapia Intensiva, se necessário;

8.2.11 Sangue e hemoderivados;

8.2.12 Fornecimento de roupas hospitalares;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.2.13 Procedimentos especiais de alto custo, como hemodiálise, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, e outros que se fizerem necessários ao adequado atendimento e tratamento do paciente, de acordo com a capacidade instalada, respeitando a complexidade dos Hospitais.

8.3 Atendimento ambulatorial:

8.3.1 Basicamente, o atendimento ambulatorial previsto para o PSC estará dimensionado para as consultas de seguimento aos pacientes em pós-operatório pelo período tecnicamente recomendado, exames de imagem e demais serviços ambulatoriais necessários.

9. ROTINAS DE FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTOS:

9.1 A Unidade deve possuir Rotinas de Funcionamento e Atendimento escritas, atualizadas sistematicamente e assinadas pelo Responsável Técnico pela Unidade. As rotinas devem abordar todos os processos envolvidos na assistência que contemplem desde os aspectos organizacionais até os operacionais e técnicos, da mesma forma que deverá ter uma rotina de manutenção preventiva de materiais e equipamentos.

9.2 As Rotinas deverão contemplar, no mínimo, os seguintes itens:

9.2.1 Critérios de avaliação dos pacientes e, se for o caso, de indicação de procedimento cirúrgico;

9.2.2 Procedimentos médicos-cirúrgicos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.2.3 Procedimentos de enfermagem;

9.2.4 Rotinas de suporte nutricional;

9.2.5 Rotinas de controle de Infecção Hospitalar;

9.2.6 Ficha própria para descrição do ato cirúrgico;

9.2.7 Rotinas de acompanhamento ambulatorial dos pacientes.

10. REGISTRO DE PACIENTES:

10.1 A Unidade deverá possuir um prontuário para cada paciente com as informações completas do quadro clínico e sua evolução, todas devidamente escritas, de forma clara e precisa, datadas e assinadas pelo profissional responsável pelo atendimento.

11. SISTEMA DE INFORMAÇÃO:

11.1 Manter instalados e atualizados todos os Sistemas de Informações utilizados pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) e pelo Ministério da Saúde, além daqueles previstos em Lei e outros que venham a ser implantados ao longo do Contrato de Gestão.

12. COMISSÕES:

12.1 O Hospital, deverá possuir no mínimo, as seguintes comissões:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.1.1 Comissão de Análise de Prontuário;

12.1.2 Comissão de Análise de Óbitos;

12.1.3 Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;

12.1.4 Comissão de Ética Médica.

13. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO:

13.1 Conteúdo das informações mensais encaminhadas pelo Contratado:

13.1.1 Informações da atividade assistencial:

13.1.1.1 A Organização Social (OS) contratada, para apoio à gestão do Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto (PSC), encaminhará a Fundação Municipal de Saúde (FMS) e a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, as informações referentes à atividade assistencial realizada

13.2 Sistema de avaliação:

13.2.1 Com a finalidade de estabelecer as regras para efetivação do pagamento da Organização Social (OS) contratada, ficam estabelecidos os seguintes princípios e procedimentos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.2.1.1 A atividade assistencial da Organização Social (OS) contratada subdivide-se em 03 (três) modalidades, conforme especificação e quantidades relacionadas na ATIVIDADE ASSISTENCIAL, a saber:

13.2.1.1.1 Atendimento Hospitalar (internação);

13.2.1.1.2 Atendimento de Urgência e Emergência;

13.2.1.1.3 Serviço de Auxiliar de Diagnóstico e Terapia (SADT).

13.2.1.2 As 03 (três) modalidades de atividade assistencial acima relacionadas são referenciais à rotina do atendimento a ser oferecido aos usuários.

13.3 Além das atividades de rotina, o hospital poderá realizar outras atividades do Sistema Único de Saúde, submetidas à prévia análise e autorização da Fundação Municipal de Saúde (FMS), conforme especificado no item ASSISTENCIAL, respeitadas as limitações previstas em Lei.

14. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO:

14.1. Visando ao acompanhamento e avaliação do Projeto Básico e o cumprimento das atividades estabelecidas para o contrato, a contratada deverá apresentar instrumento institucional de acompanhamento, avaliação e controle dos Contratos de Gestão, firmados entre a Fundação Municipal de Saúde (FMS) e a Organização Social vencedora, bem como



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

deverá apresentar a produção na forma definida pela Comissão Técnica de Fiscalização, de forma a exercer o gerenciamento de unidades e programas de saúde, conforme Decreto Municipal n.º 008/2018. A Contratada deverá, ainda, manter em dia todas as informações referentes aos Registros de Autorização de Internação Hospitalar (AIH), do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), além de outros registros oficiais que a Fundação Municipal de Saúde (FMS) assim determinar.

14.2. A Fundação Municipal de Saúde (FMS) e a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) deverão ter acesso ao sistema informatizado utilizado pela contratada no âmbito do Município. Este acesso poderá ser por intermédio de senha para acesso direto ao sistema e/ou por meio de um *software* integrador.

14.3. A Fundação Municipal de Saúde (FMS) e a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) procederão à análise mensal dos dados enviados pela Direção da Unidade para que sejam atestados os serviços vinculados aos repasses de recursos.

14.4. Será realizada por parte Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) do contrato de gestão do Pronto-Socorro Central (PSC), a avaliação a cada período de 3 (três) meses (trimestral) dos indicadores e metas do trimestre findo, para a avaliação e pontuação dos indicadores.

14.5. No primeiro relatório de atividade deverão vir especificados os bens permanentes adquiridos e aqueles recebidos em doação ou outras formas, com as respectivas notas fiscais e o local de uso dos mesmos dentro da unidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.6. Todos os contratos e respectivos anexos dos contratos, de serviços firmados pela Organização Social (OS) contratada com prestadores, devem ser enviados assim que os serviços forem iniciados, devidamente datados e assinados por ambas as partes, com a descrição de todos os serviços a serem prestadas, metas a ser alcançada, a forma de como serão medidos, bem como com todas as cláusulas contratuais de acordo com as normas legais vigentes no país.

14.7. A Unidade deverá ser dotada de controle de ponto eletrônico, cujo relatório deve ser apresentado a Fundação Municipal Saúde (FMS) sempre que solicitado e deve ser o espelho fiel do que se informa no relatório da Comissão Técnica de Fiscalização.

14.8. A Unidade deve funcionar com prontuário eletrônico com integração com a atenção primária, integração com os módulos laboratoriais, integração com os modos de imagem, registros de todos os dados clínicos, receituário eletrônico, controle de estoque de materiais e farmácia, numeração do prontuário pelo número do CPF do paciente ou DNV, emissão de relatórios gerenciais mensais para envio a cada funcionário sua produção, registro obrigatório em cada consulta de ao menos um CID (campo obrigatório).

14.9. Utilização de uniforme e crachá padrão da Fundação Municipal de Saúde (FMS) para todos os funcionários.

15. INDICADORES E METAS:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1 A cada período de 3 (três) meses (trimestral) será realizada por parte da Comissão Técnica de Fiscalização – CTF, Fundação Municipal de Saúde (FMS), a avaliação e pontuação dos indicadores.

16. PRAZO:

16.1 Tão logo o Contrato de Gestão seja firmado, a Organização Social (OS) contratada terá até 60 (sessenta) dias, para concluir o processo seletivo integral dos recursos humanos para o início das atividades,

16.2 Conforme o item 8.7.1 - Contratação de recursos humanos administrativos e assistenciais (profissionais de saúde e de apoio as atividades de urgência e emergência); sendo que a Fundação Municipal de Saúde (FMS) poderá descontar os valores de pessoal cedidos a contratante. Os valores de desconto utilizados como base nas planilhas de custos de recursos humanos apresentadas pela contratada.

17. SUPERVISÃO:

17.1. A Coordenação e supervisão direta da prestação de serviço do Pronto-Socorro Central (PSC), são de competência da Subsecretaria Municipal de Saúde de Urgência e Emergência;

17.2. A Fiscalização da execução dos serviços caberá à Fundação Municipal de Saúde (FMS) e à Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), visando a qualidade e otimização dos recursos e a correção de possíveis desvios encontrados, bem como articulará e efetivará o processo de acompanhamento e avaliação com base no cumprimento de metas, dos prazos e da análise de indicadores de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

produção, de cobertura da população e de qualidade e eficiência dos serviços contratados;

17.3. A Organização Social (OS) contratada se submeterá a todas as medidas, processos e procedimentos da fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), não eximem a Organização Social (OS) contratada de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas e especificações, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

18. ELEMENTOS DISPONÍVEIS:

18.1. Portarias vigentes do Ministério da Saúde e legislação em vigor.

18.2. Material de Controle de Qualidade Hospitalar.

18.3. Planta baixa dos dois pavimentos das Unidades.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO C - ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO, AVALIAÇÃO E METAS

1. CRITÉRIOS GERAIS PARA O ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS:

1.1 O presente Contrato de Gestão tem como principal objetivo garantir a melhora do desempenho e a qualidade nas Unidades Assistenciais por meio da criação de instrumentos de monitoramento e da atribuição de incentivos financeiros.

1.2 Os instrumentos de monitoramento e de atribuição de incentivos financeiros permitirão uma gestão rigorosa e ao mesmo tempo equilibrada que, consciente das necessidades da população, vise à mudança de perspectiva assistencial, com uma abordagem totalizante, gerando autonomia para os indivíduos e melhorando assim, o acesso da população aos cuidados de saúde.

1.3 O acompanhamento do Contrato Gestão não é uma finalidade em si mesmo. Pode-se considerar como parte do processo de avaliação do contrato a identificação e a avaliação de problemas, a discussão e a tomada de decisões sobre as ações que precisam ser implementadas.

1.4 A Subsecretaria Municipal de Saúde de Urgência e Emergência, com apoio da Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), elaborará os instrumentos para o monitoramento e avaliação e realizará o acompanhamento do Contrato de Gestão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2. RESPONSABILIDADES NO ACOMPANHAMENTO:

2.1 A Fundação Municipal de Saúde (FMS), como Contratante, é responsável por levar a cabo as ações que derivam do processo de acompanhamento visando à qualidade e otimização dos recursos e a correção de possíveis desvios e para tanto será criada uma Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) que articule e efetive o processo de acompanhamento e avaliação.

3. COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO (CFT):

3.1 A Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) realizará o acompanhamento e a avaliação do funcionamento e da qualidade assistencial dos serviços de saúde contratado, de acordo com os critérios, parâmetros e calendário previamente definidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), com apoio da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), e de suas Subsecretarias, para a gestão da Organização Social (OS);

3.2 Sempre que necessários outros técnicos poderão ser convidados a participar das reuniões de acompanhamento, bem como poderão ser chamados a emitir pareceres técnicos complementares e coadjuvantes às ações de avaliação da Comissão Técnica de Fiscalização (CTF).

3.3 Os membros da Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), titulares e suplentes, serão definidos e nomeados pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e publicados no DO municipal.

3.4 As funções da Comissão serão:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.4.1 Realizar reuniões periódicas, segundo calendário elaborado de forma consensual pelos membros que a compõem;

3.4.2 Avaliar os indicadores de acompanhamento e avaliação pactuados e as informações sobre o funcionamento dos serviços;

3.4.3 Analisar as intercorrências no funcionamento dos serviços, os possíveis desvios e suas causas, mormente em relação às metas assistenciais;

3.4.4 Indicar as medidas corretivas aos desvios observados, encaminhando-as ao gestor da Organização Social (OS) contratada para as correções necessárias;

3.4.5 Analisar preliminarmente propostas de implantação, extinção, ampliação e otimização dos serviços executados;

3.4.6 Avaliar a pontuação no quadro de indicadores de acompanhamento, avaliação e metas;

4. ÂMBITOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO:

4.1 Aspectos básicos organizacionais:

4.1.1 Caberá à Organização Social (OS) contratada descrever e executar:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.1.1.1 Mecanismos de informação e comunicação à população sobre:

4.1.1.1.1 Os serviços que oferta;

4.1.1.1.2 Indicadores de avaliação de desempenho destes serviços utilizando padrões estabelecidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), bem como suas Subsecretarias;

4.1.1.1.3 Os meios de acesso da população aos serviços de saúde ofertados;

4.1.1.1.4 Disponibilizar de maneira visível o nome dos profissionais de plantão na unidade;

4.1.1.2 Sistema gerencial de informação com acesso pela *internet*.

4.1.1.2.1 Registros a serem utilizados na atividade assistencial;

4.1.1.2.2 Recepção e encaminhamento dos usuários aos serviços;

4.1.1.2.3 Registros a serem utilizados nos procedimentos administrativos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.1.1.2.4 Referência e contra referência responsável e regulada dos usuários a outros serviços ou a outros níveis assistenciais;

4.1.1.2.5 Ser dotado de mecanismos que possibilitam disponibilizar em tempo real as informações sobre os atendimentos, bem como as informações econômicas, todas aquelas que a Fundação Municipal de Saúde (FMS) julgar necessárias ao acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão;

4.1.1.2.6 Implantar o ponto eletrônico e disponibilizar a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) o controle diário da frequência dos profissionais que atuam na Unidade.

4.2 Todos os aspectos apontados anteriormente deverão estar em acordo com os critérios estabelecidos pelo Plano Municipal de Saúde/SG, com os Planos e Protocolos Assistenciais de Atenção Hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), bem como com as Políticas de Saúde e Portarias do Ministério da Saúde e demais legislações em vigor.

4.3 As referências que apontam a boa prática clínica são:

4.3.1 As melhores evidências disponíveis e aceitas de práticas clínicas baseadas em evidências;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.3.2 O consenso de sociedades científicas e associações profissionais;

4.3.3 Processos de trabalho consensuados pelos profissionais que pertencem ao serviço de saúde contratado ou a outros serviços no âmbito territorial;

4.3.4 Protocolos e linhas de cuidados estabelecidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), bem como suas Subsecretarias;

4.4 As referências de boas práticas citadas acima não são excludentes, e sim complementares e sua operacionalidade dependerá do que a defina em cada caso.

4.5 Os parâmetros que se relacionam diretamente com a boa prática clínica e que possam ser objeto de avaliação por parte da Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) são:

4.5.1 Qualificação dos profissionais;

4.5.2 Utilização do prontuário clínico eletrônico;

4.5.3 Uso de todos os outros registros da atividade assistencial necessários;

4.5.4 Respeito ao Plano de Educação Permanente e Excepcional da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), como no caso das capacitações para dengue, gripe A, entre outros;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.5.5 Respeito aos Planos: Municipal de Saúde, Complementares ou Excepcionais da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);

4.5.6 Respeito aos Planos de Emergências, Desastres e Contingências dada pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);

4.5.7 Política de Humanização - Protocolos da unidade sobre Acolhimento e Classificação de Risco, e sobre o diagnóstico e tratamento das patologias mais incidentes na Atenção Hospitalar;

4.5.8 Registro dos agravos de notificação compulsória - SINAN;

4.5.9 Perfil de prescrição farmacêutica;

4.5.10 Auto-avaliação assistencial pelos profissionais;

4.5.11 Avaliação dos serviços de saúde pelos profissionais lotados nas Unidades;

4.5.12 Avaliação externa da prática assistencial;

4.5.13 Avaliação externa da satisfação do usuário;

4.5.14 Respeito às necessidades dos pacientes através da disponibilização dos meios necessários para o tratamento, sejam



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

estes recursos humanos, medicamentos, equipamentos ou outros relacionados.

4.6 Esses critérios serão utilizados para avaliar a atenção ao usuário:

4.6.1 Grau de informação do usuário sobre o conteúdo, organização e funcionamento dos serviços de saúde contratados;

4.6.2 Boa comunicação entre os profissionais de saúde e os usuários;

4.6.3 Incentivo a autonomia dos usuários;

4.6.4 Tratamento individualizado e personalizado;

4.6.5 Percepção do usuário em relação ao funcionamento dos serviços de saúde através de pesquisas de satisfação, sendo a informação obtida através de questionário de pesquisa de opinião realizado pela instituição parceira ou por órgão designado ou contratado para tal fim.

5. ARTICULAÇÃO COM OUTROS NÍVEIS ASSISTENCIAIS – REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA:

5.1 Uma efetiva articulação entre os níveis assistenciais comportará uma continuidade nas linhas de cuidado das unidades. Esta articulação se dará com o apoio da Subsecretaria Municipal de Saúde de Urgência e Emergência e se fará entre a Instituição Parceira, a Coordenação da Área de Planejamento, a Rede de Atenção Básica, as Unidades de Urgência e Emergência, as UPA's e UMPA's da região onde a unidade está instalada,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ao Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), Superintendência dos Institutos nas questões relativas à assistência psiquiátrica.

5.2 Para assegurar a continuidade no processo assistencial serão necessários:

5.2.1 Atenção multiprofissional, instituída por meio de práticas clínicas cuidadoras e baseadas na gestão de linhas de cuidado;

5.2.2 Universalidade, equidade e integralidade no atendimento às urgências;

5.2.3 Humanização da atenção, garantindo efetivação de um modelo centrado no usuário e baseado nas suas necessidades de saúde;

5.2.4 Protocolos, consensos clínicos e linhas de cuidado sobre Acolhimento e Classificação de Risco e sobre as patologias e os processos que possam ser solucionados nas Unidades de Pronto Atendimento;

5.2.5 Suporte e rotinas administrativas adequadas que evitem os deslocamentos desnecessários dos pacientes referenciados ao nível hospitalar ou a outras unidades da rede;

5.2.6 Acordos entre profissionais sobre a informação clínica necessária para dar suporte e continuidade ao processo terapêutico;

5.2.7 Integração com outros setores no sentido de atuar nos condicionantes / determinantes do processo de saúde-doença.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

5.2.8 Utilização pelos profissionais de saúde das referências e contra referências estabelecidas;

5.2.9 Observância por parte dos profissionais da disponibilização de informação clínica necessária para dar suporte e continuidade ao processo terapêutico.

6. INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E METAS:

6.1 Esta proposta tem por objetivo acelerar a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde, uma vez que a falta de qualidade e a ineficiência quase sempre aumenta os custos e o prolongamento da necessidade de cuidados, de tratamentos e de cirurgias complementares.

6.2 Ao final de 12 (doze) meses de acompanhamento, a Fundação Municipal de Saúde (FMS), juntamente com a Organização Social (OS) contratada, deverá rever estes indicadores, com o objetivo de aperfeiçoar o monitoramento proposto, de acordo com as recomendações das diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

6.3 Mesmo após o cumprimento de todas as metas elencadas no Quadro de Indicadores e Metas, caso haja alguma queda na qualidade do atendimento em função de ação ou omissão imputável à administração da Organização Social (OS) contratada, a Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), baseada em relatório fundamentado enviado pela Subsecretaria Municipal de Saúde de Urgência e Emergência, poderá descontar até 10% (dez por cento) do valor de repasse mensal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.4 Em casos excepcionais de surtos ou situações emergenciais em saúde pública, outros indicadores e estatísticas de doenças de notificação compulsória serão incluídos para fins de acompanhamento.

6.5 O Sistema de Prontuário Eletrônico implantado nas unidades deve ser capaz de fornecer os resultados para TODOS os indicadores utilizados no acompanhamento do contrato.

6.6 A cada período de 3 (três) meses (trimestral) será realizada por parte da Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) a avaliação e pontuação dos indicadores e metas que condicionam o valor de pagamento.

6.7 Metas:

6.7.1 Meta 01 – Gestão;

6.7.2 Meta 02 - Unidade de Saúde.

6.8 Meta 01 - Gestão:

6.8.1 A Meta 01 tem como objetivo induzir boas práticas na gestão da Organização Social (OS) contratada e alinhá-las às prioridades definidas pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), como apoio da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC). Este recurso somente pode ser utilizado no objeto do Contrato de Gestão.

6.8.2 A CONTRATANTE solicitará a Organização Social (OS) contratada a apresentação de relatórios contendo dados e informações relativas aos resultados assistenciais e qualidade dos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

serviços prestados, conforme Quadro I de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação a seguir.

6.8.3 Os recursos financeiros serão repassados conforme cumprimento dos indicadores do Quadro de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação, de acordo com o percentual médio de metas atingidas conforme tabela.

Percentual de repasses financeiros de acordo com percentual médio de alcance de metas

PERCENTUAL MÉDIO DE ALCANCE DAS METAS	PERCENTUAL DE REPASSE FINANCEIRO
91% a 100%	100%
81% a 90%	90%

Na definição do percentual médio serão utilizados indicadores e metas definidas neste Projeto. Haverá a comparação entre metas propostas e atingidas em cada um dos tipos de indicadores.

No primeiro mês de atividade da Organização Social (OS) contratada, os indicadores do Quadro de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação não serão objeto de cobrança de metas, por ser correspondente à fase de implantação do Termo de Gestão e Parceria. Excepcionalmente, para o 1º trimestre de avaliação, serão considerados os indicadores dos meses 2 e 3.

Todas as despesas que forem eventualmente glosadas serão descontadas no repasse imediatamente posterior.

Juntamente com a entrega dos Relatórios de Prestação de contas trimestral deverão ser entregues as certidões negativas de INSS e FGTS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

dos funcionários contratados em regime CLT para execução deste Termo de Gestão e Parceria. A não entrega de qualquer documento inviabiliza o pagamento da parcela.

6.9 Meta 02 - Unidade de Saúde:

6.9.1 A avaliação do desempenho assistencial da Unidade de Saúde está representada por indicadores que constituem o grupo para a meta 02, conforme quadros abaixo, para o Pronto-Socorro Central (PSC).

6.9.2 A CONTRATANTE solicitará a Organização Social (OS) contratada a apresentação de relatórios contendo dados e informações relativas aos resultados assistenciais e qualidade dos serviços prestados.

Meta 01 –GESTÃO

ITEM	INDICADOR	FÓRMULA	FONTE	META
01	Percentual de BAE dentro do padrão de conformidades	Total de BAE dentro do padrão de conformidade x 100 Total de BAE analisados.	PEP	>90%
02	Índice de absenteísmo	Horas liquidadas faltantes x 100 Horas liquidadas disponíveis	Ponto Biométrico	<3%
03	Taxa de <i>Turnover</i>	Nº de Demissões + Nº de Admissões / 2 x 100 Nº de Funcionários ativos (no último dia do mês anterior)	Ponto Biométrico	>4
04	Número de cursos/treinamentos realizados	Total de horas homem treinados no mês / Número funcionários ativos no período.	Relatório	No mínimo 1/mês
05	Taxa de Acidente de Trabalho	CAT – Comunicação de Acidente de	Relatório	>1%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

		Trabalho.		
06	Meios de escuta dos usuários	SAU – Serviço de Atendimento ao Usuário	Relatório	Implantar
07	Avaliação da satisfação do usuário	Número de usuários satisfeitos / Total de usuários X 100	Relatório	≤ 80 %
08	Relatórios assistenciais e financeiros entregues no padrão e no prazo.	Relatórios assistenciais e financeiros entregues no padrão definido pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) até o 5º dia útil do mês.	Relatório	Até o 5º dia útil
09	Preenchimento adequado de fichas SINAN em todos os casos previstos	Número de fichas SINAN preenchidas X 100 Total de situações com SINAN obrigatório.	PEP	100%
10	Índice de questionários preenchidos pelos pacientes em observação.	Nº de questionários preenchidos x 100 Total de pacientes em observação.	Relatório	30%
11	Percentual de usuários satisfeitos / Muito Satisfeitos.	Nº de conceitos satisfeito e muito satisfeito x 100 Total de respostas efetivas.	Relatório	>85%

Meta 02- Unidade de Saúde

ITEM	Indicador	Fórmula	Fonte	Meta
01	Porcentagem de pacientes atendidos por médico	$\frac{\text{Nº de atendimentos médicos}}{\text{Nº total de pacientes acolhidos}} \times 100$	PEP	70%
02	Porcentual de pacientes atendidos por médico após acolhimento e classificação de risco.	$\frac{\text{Nº de pacientes atendidos por médico de acordo com tempo definido na classificação de risco}}{\text{x 100 Total de pacientes classificados com risco.}}$	PEP	100% Observação: vermelho 15 minutos; amarelo 60 minutos; verde até 3 hora e azul até 24 horas ou redirecionado a rede de atenção primária
03	Tempo de permanência na	Do número de	PEP	< 7 dia



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

	emergência.	pacientes- dia na observação / Número de saídas.		
04	Tempo de espera para o atendimento médico (após classificação de risco)	Dos tempos de espera entre a classificação de risco e o atendimento médico/ Total de atendimentos médicos.	PEP	< 180 minutos
05	Taxa de Mortalidade na unidade de Emergência (sala amarela e vermelha) 24h.	Nº de óbitos em pacientes em observação 24 (sala amarela + vermelha) x 100 total de saídas de pacientes em observação (todas as salas).	PEP	15%
06	Percentual de pacientes com diagnóstico de sepse que iniciaram antibioticoterapia em até 2 horas.	Total de pacientes com antibióticos infundidos em um tempo <2 horas na SEPSE x 100/ Total de pacientes com diagnóstico de SEPSE que receberam antibioticoterapia.	PEP	100%
07	Porcentagem de tomografias realizadas.	Total de pacientes que realizaram TC x 100 Total de pacientes.	PEP	100%
08	Percentual de Trombólise realizadas no tratamento do IAM com supra de ST.	Total de pacientes IAM com supra de ST Trombolisados/ Total de Pacientes com diagnóstico de IAM com supra de ST.	PEP	100%

Indicadores para o PSC – meta 01- Gestão do PSC:

ITEM	Indicador	Fórmula	Fonte	Meta
01	Manutenção das comissões de prontuário.	Ata de comissão de prontuário inseridas no PEP.	PEP	100%
02	Proporção de profissionais de saúde cadastrados (acompanhamento do cadastramento e atualização no CNES)	Nº de profissionais cadastrados no prontuário com correspondência CNES/ nº de profissionais	PEP	95%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

		cadastrados no prontuário x 100		
03	Somatório das despesas pagas no vencimento pelo total de despesas no período	Valor de despesas pagas no vencimento/ valor total de despesas no período.	Relatório	80%
04	Relação do gasto administrativo em relação ao total de gastos.	Valor gasto com a rubrica gestão da RUE no trimestre / Valor total gasto no trimestre conforme prestação de contas x 100.	Relatório	Máx. 5%
05	Compra de Itens abaixo do valor médio do banco de preços em saúde ou SMS.	Total de Itens comprados abaixo da média/ Total de itens adquiridos x 100.	Relatório	95%
06	Valor médio de medicamentos prescritos por usuário.	Valor das prescrições médicas nos últimos 3 meses (REMUME e não) / do N° total de usuários internados nos últimos 3 meses	PEP	Máxima R\$200,00
07	Valor médio de serviços de apoio diagnóstico e terapia prescrita por usuário.	Valor dos exames de SADT solicitados (fonte SIGTAP) / N° total de usuários atendidos nos últimos três meses.	PEP	Máxima R\$ 200,00
08	Cadastros de pessoas atendidas na unidade com número único e válido pelo algoritmo do CPF, para pessoas com 16 anos ou mais.	N° de pessoas cadastradas no PEP com preenchimento do campo CPF válido para pessoas cadastradas no PEP com 16 anos ou mais.	PEP	90%
09	Cadastrados de pessoas atendidas na unidade com número único e válido da DNV para pessoas com menos de 16 anos.	N° de pessoas cadastradas no PEP com preenchimento do campo DNV válido para pessoas com menos de 16 anos/ N° total de pessoas cadastradas no	PEP	90%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

		PEP com menos de 16 anos.		
10	Rotatividades de profissionais de equipes nas	Nº de profissionais substituídos + nº de profissionais admitidos /2 do nº total de profissionais ativos no período.	Ponto Biométrico	Máxima 15%
11	Índice de apresentação de AIH	Nº total de AIH apresentadas no mês/ 2 do nº total de internações mês x 100	DATASUS/PEP	1,05%
12	Taxa de Rejeição de AIH	Nº de AIH rejeitadas/ nº de AIH apresentadas x 100	DATASUS	5%
13	Percentual de prontuários de altas contendo guia pós alta para atenção primária.	Nº de prontuários contendo guia pós alta hospitalar/ total de prontuários analisados x 100	PEP/Plataforma SUBHUE	100%
14	Percentual de óbitos institucionais analisados pela comissão de óbitos.	Nº de óbitos ocorridos no mês / Nº de óbitos analisados pela comissão de óbitos x 100	PEP	100%

Meta 02- Qualificação da Unidade de Saúde

ITEM	Indicador	Fórmula	Fonte	Meta
01	Média de permanência na UTI adulto	Σ nº de paciente dia/ nº de saídas	PEP	30 dias
02	Média de permanência na Clínica Médica	Σ nº de paciente dia/ nº de saídas	PEP	21 dias
03	Média de permanência na Clínica Cirúrgica	Σ nº de paciente dia/ nº de saídas	PEP	10 dias
04	Taxa de mortalidade	Nº de óbitos /nº de saídas *100	PEP	< 15%
05	Taxa de mortalidade Operatória	Nº de óbitos até sete dias após cirurgia/nº de pacientes submetidos a cirurgia no mesmo período*100	PEP	<5%
06	Giro de leito	Nº de saídas no período/ Σ leitos dia disponíveis	PEP	<10
07	Taxa de ocupação Hospitalar	Σ nº de paciente dia/ Σ leitos dias (leitos	PEP	95%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

		(Instalados) *100		
08	Média de permanência na Pediatria	Σ nº de paciente dia internados na Pediatria/ nº de Saídas da Pediatria	PEP	21 dias
09	Tempo médio de permanência em Ortopedia	Σ nº de paciente dia internados na Ortopedia/ nº de Saídas Ortopedia	PEP	30 dias
10	Índice de infecção da corrente sanguínea	Total de infecções de corrente sanguínea em Pacientes submetidos à CVP/total de dias de todos os pacientes que permaneceram com CVP no período considerado*1000	PEP	≤30/1000
11	Índice de pneumonia associada a ventilação mecânica (VAP precoce)	Total de pneumonias em pacientes com VAP com início em período considerado/total de dias de todos os pacientes em ventilação mecânica no mesmo período analisado *1000	PEP	≤24/1000
12	Índice de infecção em cirurgias limpas	Total de pacientes com alta no período que tiveram Infecção no sítio cirúrgico de cirurgia limpa/Total de pacientes com alta no período que foram Submetidos a cirurgia limpa*100	PEP	≤8%

7. PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL:

7.1 As informações relacionadas aos indicadores e prestação de contas financeiras deverão ser encaminhadas para Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), para avaliação e controle dos Contratos de Gestão.

8. ATRIBUIÇÕES DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM RELAÇÃO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE:

8.1. Aspectos Gerais:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1.1 A Organização Social (OS) contratada deverá desenvolver, em consonância com as diretrizes gerais e da área de informações da Fundação Municipal de Saúde (FMS), com apoio da Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), e as seguintes ações:

8.1.1.1 Produzir, analisar e divulgar informações sobre a situação de saúde da sua área de abrangência e do hospital;

8.1.1.2 Participar do processo de definição, elaboração e divulgação de indicadores para monitoramento da situação de saúde e para cada grupo de indicadores (painel de monitoramento) e disponibilizar e divulgar essas informações segundo as necessidades da Subsecretaria Municipal de Saúde de Urgência e emergência;

8.1.1.3 Implantar/atualizar os sistemas de informação definidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), com apoio da Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);

8.1.1.4 Organizar e definir procedimentos, fluxos e rotinas para coleta dos dados dos diferentes sistemas de informação em vigência ou a serem implantados;

8.1.1.5 Organizar e definir os processos de trabalho para operação/alimentação dos diferentes sistemas de informação em vigência ou a serem implantados;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1.1.6 Encaminhar as diferentes bases de dados conforme rotinas estabelecidas pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), com apoio da Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil (SEMSADC).

8.2. Sistemas de Informação do Sistema Único de Saúde (SUS):

8.2.1 Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) ou Prontuário Eletrônico Clínico (PEC):

8.2.1.1 O Hospital deve ter todos os postos de trabalho definidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), com apoio da Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), informatizados e com um Prontuário Eletrônico (PEP) instalado e em funcionamento. Nessas unidades, o PEP deverá ser a fonte de dados única de registro de dados para qualquer sistema de informação oficial. Deve permitir gerar arquivos com estrutura de dados (layout) compatíveis.

8.2.1.2 O campo "numero do CPF (para pessoas >16 anos)" e "numero da Declaração de Nascido Vivo (DNV) (para pessoas < 16 anos)" são de preenchimento obrigatório no cadastro dos pacientes, devendo ser os primeiros campos a aparecerem no layout da ficha. Como mecanismo de busca de usuário deve constar as opções "busca por CPF/DN".

8.2.1.3 O valor contratual para o prontuário eletrônico considera:

8.2.1.3.1 conectividade;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.2.1.3.2 licença do produto;

8.2.1.3.3 *data center* (servidor);

8.2.1.3.4 suporte e treinamento;

8.2.1.3.5 customizações;

8.2.1.3.6 *Business Intelligence* (BI) para gestão do Hospital;

8.2.1.3.7 solução móvel (atendimento clínico médico e enfermeiro e cadastramento dos pacientes em *tablet* ou *smartphone*);

8.2.1.3.8 plataforma de autoatendimento (plataforma para os pacientes);

8.2.1.3.9 totem de autoatendimento como gerenciador de filas.

8.2.1.4 O prontuário deve funcionar satisfatoriamente durante todo o período de funcionamento da Unidade de Saúde. Para tanto deve prever contingenciamento para quedas de conectividade e velocidades baixas de conexão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.2.1.5 O prontuário deve permitir sincronização de todos os dados clínicos e cadastrais no âmbito do Município de São Gonçalo em no máximo 2 (duas) horas.

8.2.1.6 Os PEP's devem permitir gerar minimamente os seguintes relatórios para qualquer profissional da equipe:

8.2.1.6.1 Resultado dos indicadores por desempenho de cada Setor / Equipe do Hospital;

8.2.1.6.2 Número de atendimento realizados por cada profissional;

8.2.1.6.3 Valor e insumos gastos com cada paciente em material de consumo;

8.2.1.6.4 Todos os indicadores previstos no Contrato de Gestão.

8.2.1.7 Além disso, o prontuário deve possibilitar a impressão dos formulários padrão da Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil (SEMSADC). (encaminhamentos, atestados, receituários, requisição de exames etc.);

8.2.1.8 Os PEP's devem enviar mensalmente os indicadores da parte FIXO três por e-mail a cada um dos profissionais das equipes específicas de cada indicador.

8.2.2 Dicionários de dados:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.2.2.1 O Prontuário Eletrônico deverá encaminhar informações referentes à prática assistencial com base nos dicionários de dados previamente elaborados pela Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil (SEMSADC).

8.2.3 Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES):

8.2.3.1 O CNES foi instituído pela Portaria SAS/MS n.º 376, de 03 de outubro de 2000. Todos os estabelecimentos de saúde instalados em território nacional deverão ser cadastrados. O Cadastro consiste de um conjunto de fichas cadastrais - FCES, modelos de 1 a 14. Os profissionais de saúde vinculados ao estabelecimento deverão preencher e assinar o formulário FCES08.

8.2.3.2 Os dados deverão ser atualizados mensalmente. Todos os cadastros de profissionais de saúde e de estabelecimentos de saúde devem estar em consonância com as regulamentações da MS/ASA ou qualquer outra legislação ou orientação vigente, em âmbito do Ministério da Saúde ou Municipal, sendo a mais atual vigente a Portaria MS/SAS n.º 134, de 04 de abril de 2011, que constitui responsabilidades dos gestores quanto à correta atualização do SCNES;

8.2.3.3 O Hospital deve estar devidamente cadastrado e com o seu cadastro atualizado mensalmente no SCNES com a lista



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

de serviços ofertados, capacidade instalada e profissionais de saúde;

8.2.3.4 Constitui responsabilidade da Organização de Social (OS) contratada o acompanhamento das atualizações das fichas cadastrais dos profissionais de saúde bem como dos dados de atualização dos Estabelecimentos de Saúde sob sua gestão. Caberá à Subsecretaria Municipal de Saúde de Urgência e Emergência determinar as demais atribuições em relação a este sistema de informação, podendo ficar sob responsabilidade da Organização Social (OS) contratada a inclusão, bem como a atualização de todos os profissionais no SCNES.

8.2.3.5 Para o cadastramento dos profissionais contratados pela Organização Social (OS) contratada no SCNES devem seguir a padronização:

8.2.3.5.1 Vinculação: 02-autônomo;

8.2.3.5.2 Tipo: 01-Intermeado por Organização Social (OS);

8.2.3.5.3 Subtipo: 00-sem subtipo.

8.2.3.6 No caso de cadastramento de profissional que exerça 2 (dois) cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, deve ficar comprovada a compatibilidade de horários, conforme disposto no artigo 37, inciso XVI, alínea 'c', da Constituição



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Federal de 1998. Será utilizada a base de dados do Conselho Federal de Medicina, disponível no endereço eletrônico www.cfm.org.br, para a avaliação da compatibilidade entre o nome do profissional médico informado e o número de seu registro no Conselho.

8.2.3.7 A Unidade deve ter um número único de cadastro e fica vedado o mesmo Estabelecimento apresentar mais de um cadastro CNES para a mesma Unidade de mesmo nível de complexidade.

8.2.3.8 O *e-mail* e CPF são campos obrigatórios nos cadastros de profissionais.

8.2.4 Sistema de Informação Ambulatorial (SIA):

8.2.4.1 O SIA oferece aos gestores estaduais e municipais de saúde, em conformidade com as normas do Ministério da Saúde, instrumentos para operacionalização das funções de cadastramento, controle orçamentário, controle e cálculo da produção e para a geração de informações necessárias ao Repasse do Custeio Ambulatorial (RCA) (DATASUS).

8.2.4.2 Este sistema possui três componentes:

8.2.4.2.1 Cadastro - é atualizado a partir da Ficha de Cadastro de Estabelecimento de Saúde (FCES), por intermédio do aplicativo executado no nível central pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), com apoio da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil
(SEMSADC).

8.2.4.2.2 Programação - Ficha de Programação Físico-Orçamentária (FPO). Praticamente toda alteração cadastral implica em uma alteração na FPO, que deverá ser encaminhada à Subsecretaria Municipal de Saúde de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria, por intermédio de formulário próprio, que posteriormente enviará à Gerência de Processamento de Dados SUS, até o 15º dia do mês competência, para alteração correspondente no SIA;

8.2.4.2.3 Registro da Produção - Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) e/ou APAC;

8.2.5. O Prontuário Eletrônico (PEP) deve gerar informações através de arquivo com estrutura de dados (layout) compatível com o Sistema oficial do DATASUS, permitindo a importação e consolidação dos dados no Município.

8.2.6. Devem permitir ainda que os Hospitais possam gerar relatórios gerenciais de acompanhamento dos indicadores desse sistema e demais indicadores definidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), com apoio da Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil (SEMSADC).

8.2.7 Sistema de Informação Hospitalar (SIH):



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.2.7.1 O SIH oferece aos gestores estaduais e municipais de saúde, em conformidade com as normas do Ministério da Saúde, instrumentos para operacionalização das funções de cadastramento, controle orçamentário, controle e cálculo da produção e para a geração de informações necessárias ao Repasse do Custeio das AIH's (DATASUS);

8.2.7.2 O Prontuário Eletrônico (PEP) deve gerar informações através de arquivo com estrutura de dados (layout) compatível com o Sistema oficial do DATASUS, permitindo a importação e consolidação dos dados no Município;

Devem permitir ainda que o hospital possa gerar relatórios gerenciais de acompanhamento dos indicadores desse sistema e demais indicadores definidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), com apoio da Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);

8.2.7.3 O Prontuário Eletrônico (PEP) deve gerar informações através de arquivo com estrutura de dados (layout) compatível com o Sistema oficial do DATASUS, permitindo a importação e consolidação dos dados no Município. Devem permitir ainda que a equipe da Maternidade e do Hospital possa gerar relatórios gerenciais de acompanhamento dos indicadores desse sistema e demais indicadores definidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), com apoio da Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.2.7.4 Fica vedada a geração de numeração que não a autorizada para evitar duplicidade de numeração;

8.2.7.5 Todo profissional de saúde deve poder gerar uma lista nominal de todas as gestantes em acompanhamento pela sua equipe de saúde da família a qualquer momento.

8.2.8 Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN):

8.2.8.1 O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) é um sistema de informação, que conta com um recurso informatizado para coletar e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde. Possibilita uma análise global integrada de todas as doenças e agravos que constituem objeto de notificação compulsória, interesse nacional, estadual e/ou municipal, sendo o principal instrumento de coleta.

8.2.8.2 Através do registro e processamento dos dados sobre agravos de notificação em todo território nacional, fornece informações para análise do perfil da morbidade e contribui desta forma para a tomada de decisões em nível Municipal, Estadual e Federal.

8.2.8.3 Instrumentos de coleta de dados do SINAN:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.2.8.3.1 Ficha de notificação do SINAN. Deve ser preenchida pelo profissional que atendeu o paciente e fez a suspeitada doença ou agravo objeto de notificação;

8.2.8.3.2 Ficha de investigação do SINAN. Esta ficha é específica para cada doença ou agravo. Deve ser preenchida pelo profissional designado para esta atividade após a realização da investigação epidemiológica, algumas vezes com o apoio de técnicos da SVS / SUBPAV.

8.2.9 O Prontuário Eletrônico (PEP) deve gerar informações por intermédio de arquivo com estrutura de dados (layout) compatível com o Sistema Oficial do DATASUS, permitindo a importação e consolidação dos dados no Município.

8.2.10 Devem permitir ainda que cada Equipe de Estratégia de Saúde da Família possa gerar relatórios gerenciais de acompanhamento dos indicadores desse sistema e demais indicadores definidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), com apoio da Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil (SEMSADC).

8.2.11 Sistema de Nacional de Regulação (SISREG):

8.2.11.1 O Prontuário Eletrônico (PEP) deve gerar informações por intermédio de arquivo com estrutura de dados (layout) compatível com o Sistema Oficial do DATASUS, permitindo a importação e consolidação dos dados no Município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.2.11.2 Sistema *on-line*, ou seja, funciona com navegadores instalados em computadores conectados à *internet*. Esse sistema é oficial do Ministério da Saúde para o gerenciamento de todo Complexo Regulatório, indo da rede de atenção primária à internação hospitalar, visando à humanização dos serviços, maior controle do fluxo e a otimização na utilização dos recursos, além de integrar a regulação com as áreas de avaliação, controle e auditoria.

8.2.12 Outros Sistemas de Informação em Saúde:

8.2.12.1 Outros Sistemas de Informação em Saúde que venham a ser criados pelo Ministério da Saúde ou Sistemas já existentes que venham a ser solicitados pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), com apoio da Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), deverão ser preenchidos pela Organização Social que fará apoio à gestão dos Hospitais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO D - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**Unidade Municipal de Pronto Atendimento – Pronto Socorro Central Dr.
Armando Gomes de Sá Couto (PSC)**

1. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

1.1. Condições Gerais:

1.1.1 Para o repasse dos recursos previstos no Contrato de Gestão, a Organização Social (OS) deverá seguir os seguintes critérios:

1.1.1.1 Encaminhar, mensalmente, para Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) a prestação de contas dos Contratos de Gestão, tanto na parte assistencial como financeira;

1.1.1.2 Detalhamento de toda receita dos contratos, como repasses realizados, rendimentos de aplicação financeira e estornos;

1.1.1.3 Detalhamento de todas as despesas dos contratos de gestão, com apropriação por centro de custo, por tipo de despesa, por tipo de rubrica;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.1.1.4 Informação detalhada de todos os contratos de serviço e/ou consumo, assinado pela instituição com terceiros durante todo o período de vigência do Contrato de Gestão;

1.1.1.5 Informações detalhadas de todos os bens permanentes adquiridos com recursos do Contrato de Gestão;

1.1.1.6 Informações detalhadas de todo pessoal contratado pela instituição para execução do objeto contratado, tais como: nome, CPF, cargo, forma de contratação, carga horária, CNES, salário, benefícios, encargos patronais e provisionamento para férias, 13º salário e rescisões;

1.1.1.7 Anexação de todos os documentos fiscais que comprovam a execução financeira, como: nota fiscal, recibo, contratos assinados, extratos bancários de conta corrente e aplicação financeira, etc.;

1.1.1.8 Resultados alcançados para cada meta/indicador pactuados no Contrato de Gestão, assim como dados de produção, referentes ao período que será avaliado.

1.1.2 Os dados enviados pela Organização Social (OS) serão certificados por seu representante legal. Além disso, a Organização Social (OS) será responsável por:

1.1.2.1 Disponibilizar informações financeiras e gerenciais para auditorias externas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.1.2.2 Possuir uma conta corrente única em instituição financeira oficial para as movimentações bancárias.

1.1.3 Todas as informações relacionadas aos recursos repassados e demonstrativos gerenciais ficarão permanentemente à disposição da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e da Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), responsável pelo acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão.

1.1.4 A proposta de orçamento e o programa de investimentos deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração da Organização Social (OS) contratada.

1.2. Plano de aplicação de recursos financeiros:

1.2.1 Os recursos transferidos pela CONTRATANTE (FMS) a Organização Social contratada serão mantidos por esta em conta especialmente aberta para a execução do presente Contrato de Gestão em instituição financeira oficial e os respectivos saldos serão obrigatoriamente aplicados.

1.2.2 O montante de recursos previstos e repassados à contratada a título de provisionamento deverá ser depositado em conta específica, preferencialmente em conta poupança, sendo vedada a utilização desses recursos para custear despesas que não sejam oriundas de processos rescisórios ou de provisionamento obrigatórios.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.2.3 Na formulação das Propostas Técnicas e Econômicas, as proponentes deverão computar todas as despesas e custos operacionais relacionados com os serviços a serem executados, especialmente os de natureza tributária (taxas e impostos), trabalhista, previdenciária e securitária (quadros de pessoal), bem como os gastos com o cumprimento das normas pertinentes à Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho, além de prever, obrigatoriamente, o desconto no total previsto para a execução do Contrato de Gestão dos valores referentes aos percentuais advindos dos benefícios fiscais oriundos do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

1.2.4 A Organização Social (OS) contratada deve zelar pelo equilíbrio financeiro entre receita e despesa, de modo a evitar déficit orçamentário ou financeiro.

1.3 Execução orçamentária e prestação de contas:

1.3.1 Para a execução orçamentária do presente Contrato de Gestão será seguido o seguinte procedimento:

1.3.1.1 A transferência de recursos orçamentários para a contratada se dará em parcelas mensal, que serão liberadas conforme cronograma especificado anexo ao contrato e condicionada à apresentação e aprovação das prestações de contas das parcelas percebidas.

1.3.2. A prestação de contas se dará:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.3.2.1 A prestação de contas mensal deverá ser disponibilizada, até o 10º dia útil de cada mês, junto com notas fiscais, contratos de prestação de serviços firmados com empresas terceirizadas e qualquer outro documento que se entenda pertinente, para fins de acompanhamento pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Comissão Técnica de Fiscalização (CTF).

1.3.3 No ato da prestação de contas, deverão ser disponibilizadas as certidões negativas da Organização Social (OS) contratada, bem como as Guias de Recolhimento de INSS e FGTS dos valores relativos aos funcionários contratados em regime CLT para execução deste Contrato de Gestão, além do extrato bancário que comprove a existência do provisionamento de férias, décimo terceiro salário e rescisão dos funcionários.

1.4 Descrição dos recursos orçamentários no cronograma de desembolso:

1.4.1 Os recursos orçamentários estão divididos em 02 (duas) partes, sendo uma parte fixa e uma parte variável.

1.4.2 Recursos orçamentários pela Gestão Direta do Pronto-Socorro Central (PSC) (parte fixa):

1.4.2.1 Os recursos orçamentários para gestão direta dos serviços consistem em um montante fixo, com repasse mensal antecipado, destinado ao custeio de recursos humanos e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

prestação de serviços de manutenção e funcionamento do Hospital;

1.4.2.2 As despesas previstas e não realizadas no mês de referência deverão ser objeto de ajustes nos demonstrativos do mês subsequente.

1.4.3 Recursos orçamentários em função de resultados apresentados:

1.4.3.1 A CONTRATANTE solicitará à Organização Social (OS) contratada a apresentação de relatórios contendo dados e informações relativas à produtividade e qualidade dos serviços prestados, conforme Quadro de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação.

1.4.4 Recursos orçamentários para adaptações das instalações das Unidades:

1.4.4.1 O repasse será realizado de acordo com o Cronograma de Desembolso.

1.5 Condições para destinação dos recursos orçamentários no Cronograma de Desembolso e metas físicas:

1.5.1 A 1ª parcela dos recursos financeiros, destinada ao custeio de recursos humanos e prestação de serviços de manutenção e funcionamento da unidade será repassada no ato da assinatura do contrato e as demais a cada 30 (trinta) dias conforme apresentação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

do Relatório de Prestação de Contas, de acordo com o Cronograma a seguir.

1.5.2 Considerando a disponibilidade orçamentária, o preço máximo que a Administração Pública está disposta a pagar mensalmente é de R\$ 36.000.000,00

REPASSES	PERÍODO	VALOR MÁXIMO A SER PAGO
1ª parcela	Na assinatura do Contrato	R\$ 3.000.000,00
2ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.000.000,00
3ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.000.000,00
4ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.000.000,00
5ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.000.000,00
6ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.000.000,00
7ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.000.000,00
8ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.000.000,00
9ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.000.000,00
10ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.000.000,00
11ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.000.000,00
12ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 3.000.000,00

1.5.3 Do montante expresso no item 1.5.1, tem-se que R\$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil reais), será destinado à investimento em bens móveis, utensílios médicos hospitalares e equipamentos e será repassado em 12 parcelas mensais de igual valor.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.5.4 Poderão fazer parte de um aditivo específico para investimento, no caso de liberação de recursos para aquisição de bens e equipamentos, reformas e ou ampliação da unidade.

1.6. Dotação orçamentária:

1.6.1 A execução do presente Contrato de Gestão onerará a dotação orçamentária:

Programa de Trabalho n.º 2351.10.302.2049.2.107;

Natureza da Despesa n.º 3.3.90.39.00;

Fonte n.º 00 e 21.

1.7 Despesas glosadas:

1.7.1 Todas as despesas que não forem eventualmente reconhecidas pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e / ou Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) como pertinentes ao Contrato de Gestão, deverão ser ressarcidas à conta específica do mesmo com demonstração por meio de extrato bancário no prazo determinado.

1.8 Manutenção e apresentação dos documentos fiscais e contábeis:

1.8.1 A Organização Social (OS) contratada deverá manter em perfeita ordem todos os documentos fiscais e contábeis, especialmente os respectivos livros e os comprovantes de todas as despesas contraídas, devendo apresentá-los sempre que requerido pelos órgãos fiscalizadores competentes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.8.2 As informações fiscais e contábeis deverão ser encaminhadas através do Relatório de Prestação de Contas trimestral assinada pelo responsável da Organização Social (OS) contratada e também por via magnética. Todos os comprovantes fiscais deverão ser emitidos em nome da Organização Social (OS) contratada e seus originais ficarão sob sua guarda e à disposição dos órgãos fiscalizadores.

1.8.3 As notas fiscais devem estar devidamente quitadas, contendo aposição de carimbo identificador da Organização Social (OS) contratada, bem como a data e a assinatura de seu preposto.

1.8.4 Somente serão aceitos os recibos e as notas fiscais quando emitidos com data posterior à assinatura do Contrato de Gestão e de seus respectivos termos aditivo. No momento do “atesto”, o valor unitário de cada item/insumo/ material de consumo ou permanente deve constar na nota a ser atestada. Todos os recibos e notas fiscais devem ter o atesto do Diretor da Unidade.

1.8.5 As multas decorrentes dos atrasos nos pagamentos das obrigações por parte da Organização Social (OS) contratada serão de sua inteira responsabilidade, desde que o repasse tenha obedecido ao Cronograma de Desembolso.

1.9. Aquisição de materiais permanentes:

1.9.1 As aquisições de materiais permanentes efetuadas com recursos oriundos deste Contrato de Gestão deverão ser



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

incorporadas e patrimoniadas pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), devendo a Organização Social (OS) contratada apresentar os documentos e informações pertinentes tão logo realize a aquisição e utilizar o código CNES na placa de cada item a ser patrimoniado no ato da compra. O levantamento de itens que consta na tabela de equipamentos do CNES de cada unidade cadastrada deve ser atualizado a cada movimentação de patrimônio e fornecido como um dos relatórios a Comissão Técnica de Fiscalização (CTF).

1.10. Modelos:

1.10.1 Demonstrativo detalhado das receitas e despesas do período;

1.10.2 Vinculação dos gastos ao objeto - diário de entradas e saídas de recursos;

1.10.3 Relatório patrimonial;

1.10.4 Demonstrativo de pessoal contratado pela instituição;

1.10.5 Demonstrativo de pessoal da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) atuando na Organização Social contratada;

1.10.6 Demonstrativo de serviços continuados contratados;

1.10.7 Relatório de saldo de estoque;

1.10.8 Balancete financeiro.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.11 Outros formulários e a revisão destes poderão ser definidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e / ou pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil ao longo do Contrato de Gestão:

1.11.1 RELATÓRIO FINANCEIRO – MÊS - XXXXX;

1.11.2 RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: XXXXX,
CPF: XXXXXX.

QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DETALHADO DAS RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO (Anexar extrato bancário)

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Fundação Municipal de Saúde		PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO	
Banco: XXXX		Agência XXXXX; Conta XXXX	
1. RECEITAS		MÊS XXX	TOTAL
1.1	Repasse x de y do Contrato de Gestão		
1.2	Outras receitas para aplicação no objeto do contrato de Gestão		
1.3	Rendimentos de aplicações financeiras		
1.4	Outras receitas		
1.5	Saldo em conta corrente		
1.6	Devolução de pagamento		
(A) TOTAL DE RECEITAS NO PERÍODO			
2. DESPESAS			
2.1	Gastos com pessoal (pessoa física)		
2.1.1	Salários		
2.1.2	Vale transporte		
2.1.3	Vale Alimentação		
2.1.4	Pagamento a autônomos (RPA)		
2.1.5	Estagiários / Bolsistas		
2.1.6	INSS		
2.1.7	FGTS		
2.1.8	FGTS Multa Rescisória		
2.1.9	Contribuição Sindical		
2.1.10	Seguro de vida		
2.1.11	IRRF		
Subtotal			
2.2	Serviços Tomados (Pessoa Jurídica)		
2.2.1	Auditoria externa		
2.2.2	PIS / COFINS / CSLL		
2.2.3	Serviço de Terceiros		
2.2.4	Serviços Gráficos		
2.2.5	Assessoria Jurídica		
2.2.6	Consultoria		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.2.7	Vigilância e Segurança		
Subtotal			
2. DESPESAS (continuação)			
2.3	Despesas Gerais - Não Operacionais		
2.3.1	Aluguel		
2.3.2	Condomínio		
2.3.3	Telefone		
2.3.4	Luz		
2.3.5	IPTU		
2.3.6	Cartório		
2.3.7	Correios		
2.3.8	Material de Consumo / Copa e Cozinha / Limpeza		
2.3.9	Material de Escritório		
2.3.10	Instalações, Manutenção e Reparos		
2.3.11	Tarifas bancárias		
2.3.12	Reforma e instalações		
2.3.13	Locação de veículos		
2.3.14	Frete		
2.3.15	Publicações		
2.3.16	Locomoção urbana		
2.3.17	Despesas Diversas		
2.3.18	Material médico-cirúrgico		
Subtotal			
2.4	Despesas com provisionamento		
2.4.1	Despesas com provisão para 13º Salário		
2.4.2	Despesas com provisão para Férias		
2.4.3	Rescisão contratual		
2.4.4	XXXXXXXXXX		
Subtotal			
2.5	Despesas Operacionais (Atividades relacionadas diretamente ao objeto)	Mês xxx	TOTAL
2.5.1	Capacitação		
2.5.2	Eventos		
2.5.3	Seminários		
2.5.4	Diárias		
2.5.5	Passagem		
Subtotal			
2.6	Aquisição de bens permanentes	Mês xxx	TOTAL
	Informática		
	Mobiliário		
	Equipamentos		
	Veículo		
Subtotal			
(B) TOTAL DE DESPESAS NO PERÍODO			
SALDO DE RECURSOS NO PERÍODO (A-B)			

RELATÓRIO PATRIMONIAL – MÊS – XXXX RESPONSÁVEL PELAS
 INFORMAÇÕES: XXXXXXXX - CPF: XXXXXXXX
 LISTA DE BENS PERMANENTES ADQUIRIDOS NO PERÍODO

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Fundação Municipal de Saúde						PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO			
Numeração (com código)	Descr.	Quant.	NF	Classe	Fornec.	Data de Aquisição	Valor Total	Alocação	Vinculação do gasto ao objeto



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNES)										(Justificativa para a aquisição)

RELATÓRIO DE SALDO DE ESTOQUE

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: xxxxx CPF: xxxxxxxx

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Fundação Municipal de Saúde	PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO
---	---

Itens	Quantidade											
	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
MATERIAL MÉDICO-CIRÚRGICO												
Algodão												
Esparadrapo												
Compressa												
ETC												
MATERIAL DE ESCRITÓRIO												
Papel												
Toner												
Caneta												
ETC												
IMPRESSOS												
Receituário												
Evolução												
Solicitação de Exames												
ETC												

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Fundação Municipal de Saúde	PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO	
---	---	--

01 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE, CONFORME CONTIDO NO CNPJ	02 -PROCESSO DE CONCESSÃO	03 - EXERCÍCIOS
04 - NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE NO CNPJ	05 - CONTRATO N.º	06 - UF

07.TIPO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

07.1 PARCIAL – EXECUÇÃO DA PARCELA N.º _____ DE ____/____/____ A ____/____/____.	07.2 FINAL – EXECUÇÃO DO CONVÊNIO: DE ____/____/____ A ____/____/____.
---	---

8.RELATÓRIO CONSUBSTANCIADO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1.AÇÕES PROGRAMADAS:

8.2.AÇÕES EXECUTADAS:

8.3.BENEFÍCIOS ALCANÇADOS:

09-AUTENTICAÇÃO

____/____/____
DATA

NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO
REPRESENTANTE LEGAL

QUADRO 2 - VINCULAÇÃO DOS GASTOS AO OBJETO
DIÁRIO de Entradas e Saídas de recursos

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Fundação Municipal de Saúde	PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO
---	--

01 - NOME DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	02 - AÇÃO	03 -PROCEDIMENTO N.º	04 - CONTRATO N.º
---------------------------------	-----------	----------------------	-------------------

05.TIPO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

05.1.PARCIAL:PERÍODO DE EXECUÇÃO DE _____
05.2.FINAL:PERÍODO DE EXECUÇÃO DO CONVÊNIO: _____
PARCELA N.º _____

EXECUÇÃO FÍSICA – CONFORME PLANILHA DE CUSTEIO E INVESTIMENTOS

6- Item	07-Descrição do Tipo do Recurso	08-Valor Proposto	09.Valor Executado	10. Percentual Executado
---------	---------------------------------	-------------------	--------------------	--------------------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

--	--	--	--	--

QUADRO 2 - VINCULAÇÃO DOS GASTOS AO OBJETO
DIÁRIO de Entradas e Saídas de recursos

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Fundação Municipal de Saúde		PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO	
01 - NOME DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	02 - AÇÃO	03 -PROCEDIMENTO N.º	04 - CONTRATO N.º

EXECUÇÃO FÍSICA – CONFORME PLANILHA DE CUSTEIO E INVESTIMENTOS

6- Item	07-Descrição do Tipo do Recurso	08-Valor Proposto	09-Valor Executado	10. Percentual Executado

EXECUÇÃO FINANCEIRA (EM R\$)

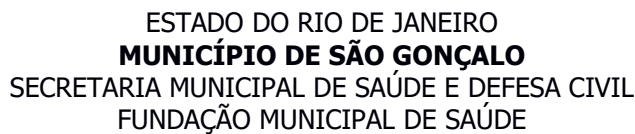
12 – Receita				13 – Despesa				14 – Saldo				
Concedente	Executor	Aplicação Financeira	Total	Natureza de Despesa	Concedente	Executor	Aplicação Financeira	Total	Concedente	Executor	Aplicação Financeira	Total

15 – AUTENTICAÇÃO

___/___/___

DATA NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL
ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Fundação Municipal de Saúde	PRESTAÇÃO DE CONTAS RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS	ANEXOIII
01 - NOME DA ORGANIZAÇÃO	02 - PROCEDIMENTO N.º	03 - CONTRATO N.º



SOCIAL		
--------	--	--

16 - Autenticação

____/____/____ _____ _____
Nome do Representante Legal Nome do Representante Legal

01 - NOME DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	02 - PROCEDIMENTO N.º	03 - CONTRATO N.º
---------------------------------	-----------------------	-------------------

04 - TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONSTATAS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

N. ° _____ DE _____ A _____

05 - TIPO DE ATENDIMENTO:			06 - FOLHA: ____ / ____	
07 - Nº DE ORDEM	08 - NOME DO BENEFICIÁRIO	09 - NÚMERO DE CPF e/ou REGISTRO	10 – DATA	
			10.1 INGRESSO	10.2 -DESLIGAMENTO

13 - Autenticação

____/____/____ _____ _____
Nome do Representante Legal Nome do Representante Legal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO E - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO E METAS FÍSICAS

Estimativa de Valores Unitários, Metas Física e Cronograma de Desembolso

Itens de Custeio	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Total
------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	--------	--------	--------	-------

A – Pessoal													
Salários													
Outras Formas de Contratações													
Encargos													
Provisionamentos (13 Salário e Férias)													
Provisionamentos (Rescisão)													
Benefícios													
Outras (HE, AN e Insal)													
Total (A)													

B - Materiais e Medicamentos													
Medicamentos													
Materiais de Consumo													
Dieta Interal e Parainteral													
Outras (a especificar)													
Total (B)													

C - Area de Apoio													
Água e Esgoto													
Alimentação													
Coleta de Resíduos Hospitalares													
Energia Elétrica													
Exames Laboratoriais e de Imagem													
Hemodialise													
Lavanderia													
Limpeza PJ													
Prest. Serviços - Apoio Adm.													
Segurança Patrimonial e Vigilância													



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Seguros													
Telefone													
Transporte - Ambulancia/Veiculos													
Uniforme													
Manutenção Equip. Hosp.													
Manutenção Predial													
Outras (a especificar)													
Total (C)													

D - Gerenciais e Administrativas													
Assessoria Juridica													
Auditorias Contabil, Fiscal e Financeira													
Contabilidade													
Educação Continuada													
Material de Escritorio													
Tecnologia da Informação													
Outras (Rateio da OS)													

Total (D)													
------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Total do Custeio (a+b+c+d)=e													
-------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

F - Itens de investimentos*													
Outras (a especificar)													

TOTAL GERAL DO CONTRATO DE GESTÃO = E+F													
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO F - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO E PROPOSTA FINANCEIRA

A. INTRODUÇÃO:

Entende-se que o Programa de Trabalho é a Proposta Técnica e Econômica com a demonstração do conjunto dos elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequada para caracterizar o perfil da unidade e o trabalho técnico gerencial definido no objeto desta convocação pública.

A proponente deverá demonstrar a viabilidade técnica e a estimativa das despesas referentes à execução das atividades propostas, com definição de métodos e prazos de execução, assegurando a plena exeqüibilidade do objeto da contratação prevista. O projeto apresentado deverá conter a descrição sucinta, com clareza, da proposta, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem alcançados pela comunidade, a abrangência geográfica a ser atendida, bem como os resultados a serem obtidos.

Na formulação das Propostas Técnicas e Econômicas, as proponentes deverão computar todas as despesas e custos operacionais relacionados com os serviços a serem executados, especialmente os de natureza tributária (taxas e impostos), trabalhista, previdenciária e securitária (quadros de pessoal), bem como os gastos com o cumprimento das normas pertinentes à Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Na formulação da Proposta Técnica e Econômica, as proponentes deverão computar todas as despesas e custos operacionais relacionados com os serviços a serem executados, no limite do montante da parcela variável estimada para contratação do serviço de gestão, sendo vedado o cômputo dos valores relativos a parcela variável para utilização do custeio mensal dos serviços.

Fica esclarecido que a Fundação Municipal de Saúde (FMS) não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados nos preços, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração dos encargos fiscais.

Este Anexo destina-se a orientar os interessados para elaboração do projeto a ser apresentado, que deve conter obrigatoriamente todos os seus itens indicados neste roteiro listados em um índice que apresentará cada item.

B. ÍNDICE DO DOCUMENTO:

O Índice deverá relacionar todos os tópicos e as respectivas folhas em que se encontram.

C. TÍTULO:

Proposta Técnica e Econômica para o gerenciamento e execução das atividades e serviços de saúde no Pronto-Socorro Central (PSC).

D. PROPOSTA DE MODELO GERENCIAL:

Este item deverá caracterizar o Modelo Gerencial, descrevendo:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1. As rotinas dos procedimentos dos diversos serviços de saúde que caracterizem os serviços assistenciais das unidades;
2. As rotinas e protocolos referentes a medicamentos e materiais de consumo gerais e médico-hospitalares;
3. O número de comissões ou grupos de trabalho que implantará nas unidades de saúde, especificando nome, conteúdo, membros componentes (apenas enunciar o perfil dos componentes que integram a Comissão), objetivos da Comissão para o primeiro ano de contrato, frequência de reuniões, controle das mesmas pela direção médica etc.;
4. Organização específica da Comissão de Prontuário Clínico: membros que a compõem, organização horária, organização da distribuição de tarefas, etc.;
5. Outras iniciativas e Programas de Qualidade que o proponente já tenha em desenvolvimento ou pense iniciar sua implantação; neste caso deve apresentar um plano de organização específico com definição de alcance, metodologia, tempos de implantação, orçamento previsto etc.;
6. Regimento Interno da Unidade (indicar a forma de publicação do mesmo);
7. Ações voltadas à qualidade relacionadas à satisfação dos pacientes e/ou acompanhantes, implantação de um serviço de acolhimento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8. Recursos Humanos estimados, apontando, por categoria, a quantidade de profissionais, a carga horária de trabalho e o salário base totais (em reais);
9. Recursos Humanos estimados, apontando, por categoria, a quantidade de profissionais, a carga horária de trabalho e a incidência de encargos patronais de forma separada ao salário base total (em reais);
10. Organização das atividades de apoio, incluindo a sistemática de programas de manutenção predial e de equipamentos;
11. Prazos propostos para implantação e para pleno funcionamento de cada serviço proposto (cronograma) de acordo com a atividade prevista;
12. Proposta detalhada de implantação em até dois meses, de cabeamento embutido dos setores hospitalares que necessitem, assim como a colocação de câmeras de segurança, com possibilidade de visualização pela *internet* com *login* e senha.
13. Mecanismo de controle para que todos os serviços contratados e materiais de consumo conttenham o “atesto” do diretor da unidade. No momento do atesto, o valor unitário de cada item/ insumo/ material de consumo ou permanente deve constar na nota a ser atestada;
14. Mecanismo de controle do patrimoniameto de cada item adquirido, incluindo o código CNES e o setor do hospital na placa de patrimônio de cada um dos itens. Esses itens são os que constam na tabela de equipamentos do CNES / DATASUS, demonstrando também através de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

planilha, a forma como fora a atualização de cada movimentação de patrimônio;

15. Os protocolos não devem ser impressos. Estes deverão ser anexados a proposta por meio de mídia eletrônica – CD. Devendo o arquivo eletrônico ter um índice que facilite a busca dos protocolos para serem analisados e tenha a fonte de origem informada, mesmo que seja a própria proponente.

E. PROPOSTA DE ATIVIDADE ASSISTENCIAL:

As atividades a serem desempenhadas pelo PSC correspondem ao gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde da Unidade, garantida a assistência universal e gratuita à população.

Planilha de Estimativa de Custos Mensais PSC (*)

PRESTADORES DE SERVIÇOS	VALORES
AMBULÂNCIA	
CONCESSIONÁRIAS	
LIMPEZA	
SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICOS E TERAPÊUTICOS	
DISPENSACÃO DE MEDICAMENTOS	
GASES MEDICINAIS	
ACOLHIMENTO	
GESTÃO DE SOFTWARE/ INFORMÁTICA/ SISTEMAS de INFORMAÇÃO	
DIVERSOS	

(*) O exames radiológicos e laboratoriais previstos são todos aqueles previstos pela tabela SUS para a Unidade de Terapia Intensiva, além dos listados para o PSC, no Termo de Referência.

F. DIMENSIONAMENTO DE PESSOAL:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Para compor a avaliação deste item, o proponente deverá preencher os Quadros I e II, conforme modelos a seguir, apresentando-os no corpo de sua Proposta Técnica e Econômica item “Dimensionamento de Pessoal”.

O Dimensionamento de Pessoal também deverá seguir os modelos de planilha abaixo, como ocorrido com o dimensionamento de atividade. Aqui deverá observar-se a necessidade de pessoal de acordo com o percentual de atividade prevista para o período. Assim, esse dimensionamento também deverá ser realizado de acordo com um cronograma de implementação e incremento de pessoal, como realizado para a atividade prevista. Colocar separadamente o dimensionamento para o Pronto Atendimento e para a Unidade de Terapia Intensiva. Assim, esse dimensionamento também deverá ser realizado de acordo com o Anexo I – Projeto Básico e Anexos, – Programa de Trabalho, contemplando o cronograma de metas físicas de implementação apresentado, demonstrando a evolução mensal para todo o período do Contrato de Gestão.

QUADRO I – DIMENSIONAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA CADA EQUIPE/SETOR DA UNIDADE (a)

Categoria	Carga Horária	Nº	Salário Base	Encargos Totais
Equipe				
Médico Especialista XXXX	40h	XXXXX	XXXXXX	XXXXX
Enfermeiro especialidade XXXX	30h	XXXXX	XXXXXX	XXXXX
ETC	40h	XXXXX	XXXXXX	XXXXX
ETC	30h	XXXXX	XXXXXX	XXXXX

QUADRO II – DIMENSIONAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE (VALORES COM ENCARGOS E BENEFÍCIOS) (b)

Recursos Humanos	CH	Quantidade	Salário Base	Insalubridade	Adicional Noturno	Totais
Médico Especialista XXXX						
Enfermeiro						



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

especialidade XXXX						
ETC						
Total Funcionário						
Total Salários						
Encargos Sociais e Trabalhistas						
INSS Empresa						
INSS terceiros						
FGTS						
Férias + 1/3						
13º Salário						
Rescisórios						
Encargos Fiscais						

Tabela I - CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PARA A AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E ECONÔMICAS

CRITÉRIO	ITENS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA POSSÍVEL
F1. ATIVIDADE. Adequação da proposta de atividade Assistencial à Capacidade Operacional das Unidades.	1.1. Organização da Atividade	1.1) 21 PONTOS
	1.2. Incrementos de atividade.	1.2) 4 PONTOS
	Total: 25 pontos (PESO 3)	
F2. QUALIDADE. Adequação das atividades propostas referentes à QUALIDADE da assistência prestada	2.1 Ações voltadas à Qualidade Objetiva – Comissão	2.1) 10 PONTOS
	2.2. Ações voltadas à Qualidade Subjetiva relacionadas à satisfação dos pacientes e/ou acompanhantes	2.2) 15 PONTOS
	Total: 25 pontos (PESO 3)	
F3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. Adequação entre os meios sugeridos, seus custos, cronogramas e resultados presumidos.	3.1. Experiência anterior	3.1) 10 PONTOS
	3.2. Estrutura diretiva da Unidade	3.2) 4 PONTOS
	3.3. Organização de serviços médicos assistenciais e de enfermagem.	3.3) 10 PONTOS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.4. Organização de serviços administrativos, financeiros e gerais.	3.4) 12 PONTOS
3.5. Ciência e Tecnologia	3.5) 7 PONTOS
3.6. Organização dos Recursos Humanos	3.6) 3 PONTOS
3.7. Prazos propostos para implantação e funcionamento dos serviços	3.7) 4 PONTOS
Total: 50 pontos (PESO 3)	
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL:	100 PONTOS

Serão desclassificadas as propostas técnicas que:

a) Não atingirem uma Pontuação total **mínima** de 50 (cinquenta) pontos e que não alcancem 50% do total possível em cada um dos CRITÉRIOS:

a.1) Atividade;

a.2) Qualidade; e

a.3) Qualificação Técnica.

b) Não atenderem às exigências deste termo;

c) Que contiverem uma estimativa de despesas para custeio das atividades Pronto Socorro Central (PSC), com valores manifestamente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

inexeqüíveis.

c.1) Consideram-se manifestamente inexeqüíveis os programas de trabalho cujos valores sejam inferiores a 10% (dez por cento) da estimativa oficial, ressalvada à participante desclassificada, em prazo razoável estipulado pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 38/SEMSADC/2017, a possibilidade de demonstrar a viabilidade de sua oferta por meio de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato de gestão, em atenção as metas previstas no mesmo.

No julgamento da Pontuação Técnica para a definição da Nota Técnica (NT) será considerado o somatório dos resultados obtidos por cada fator de avaliação (valor do ponto alcançado vezes o peso instituído), divididos por três (03) conforme fórmula a seguir:

$$NT = \frac{F1 + F2 + F3}{3}$$

O Julgamento da Proposta Técnica será definido através do ITP (Índice Técnico da Proposta), que consistirá no resultado da apuração obtida na Nota Técnica (NT), dividida pela maior pontuação de Nota Técnica (MNT) dentre todas as propostas:

$$ITP = \frac{NT}{MNT}$$

No julgamento das Propostas para a definição da Nota de Preço (NP)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

serão avaliados os Preços Propostos (PP) pelos participantes da seleção, sendo atribuída a nota dez (10) à Proposta de Menor Preço (MP), nota oito (8) ao segundo Menor Preço (MP), nota seis (6) ao terceiro Menor Preço (MP), nota quatro (4) ao quarto Menor Preço (MP) e dois (2) ao quinto Menor Preço (MP), conforme fórmula a seguir:

$$NP = \frac{MP \times 10}{PP}$$

A classificação das propostas far-se-á pela média ponderada das propostas técnicas e de preço, mediante a aplicação da seguinte fórmula com os respectivos pesos:

PROPOSTA TÉCNICA: PESO = 90 PROPOSTA DE PREÇOS: PESO = 10

$$A = \frac{((ITP \times 90) + (NP \times 10))}{10}$$

Onde:

A= Avaliação ITP = Proposta Técnica NP = Proposta de Preços.

Será declarada vencedora do procedimento de Seleção a Organização Social Classificada, cuja avaliação total das propostas, técnica e de preço, venha a obter a melhor pontuação, assim considerada aquela que atingir a maior média ponderada das valorizações das propostas de técnica e de preço, de acordo com a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

fórmula acima descrita.

G. MATRIZ DE AVALIAÇÃO PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO
DAS PROPOSTAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO:

**F1 ITEM ATIVIDADE – NO CONJUNTO DA PROPOSTA
CORRESPONDE A 25 PONTOS POSITIVOS E PESO 3:**

F1. ATIVIDADE – AVALIA AS AÇÕES PROPOSTAS PARA A ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE		PONTUAÇÃO (25 PONTOS) PESO 3	
		POR ITEM	TOTAL
IMPLANTAÇÃO DE FLUXOS*	Fluxos Operacionais compreendendo circulação dos usuários em atendimento, em espera e em áreas restritas como salas de observação, de atendimento.	01 ponto	06 pontos
	Fluxo operacional para material médico hospitalar e medicamentos.	01 ponto	
	Fluxos para registros e documentos	01 ponto	
	Fluxo unidirecional para materiais esterilizados	01 ponto	
	Fluxo unidirecional para roupas	01 ponto	
	Fluxo unidirecional para resíduos de saúde.	01 ponto	
IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO	Implantação de Logística de Suprimentos	02 pontos	10 Pontos
	Política de Recursos Humanos a ser implantada	05 pontos	
	Proposta para Regimento Interno da unidade	01 ponto	
	Proposta para Regimento do Serviço de Enfermagem	01 ponto	
	Proposta para Regimento do Corpo Clínico	01 ponto	
IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS	Apresentar Instrução / manual para Atuação em Protocolos	01 ponto	05 Pontos
	Apresentar Instrução / manual para Faturamento de Procedimentos	01 ponto	
	Apresentar Instrução / manual de Desenvolvimento Financeiro	01 ponto	
	Apresentar Instrução / manual de Gerencia do Almoxarifado	01 ponto	
	Apresentar Proposta de Educação em Saúde / Capacitação.	01 ponto	
INCREMENTO DE ATIVIDADE	Em 5% acima das metas anuais (sem elevar custos)	01 ponto	04 Pontos
	Em 10% acima das metas anuais (sem elevar custos)	02 ponto	
	Em maior ou igual a 15% acima das metas (sem elevar custos)	04 ponto	
TOTAL DE PONTOS PARA O ITEM RELACIONADO COM ATIVIDADE – 25 PONTOS E PESO 3			

*A forma de apresentação será considerada levando-se em conta a clareza e o entendimento do fluxo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

F2. ITEM QUALIDADE - NO CONJUNTO DA PROPOSTA CORRESPONDE A 25 PONTOS POSITIVOS E PESO 3.

F2.1 QUALIDADE OBJETIVA – AVALIA MEDIDAS DA PROPOSTA DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE:		PONTUAÇÃO 10 PONTOS (PESO 3)	
		POR ITEM	TOTAL
COMISSÃO DE PRONTUÁRIOS	Proposta de Constituição (membros, finalidade)	01 ponto	03 pontos
	Proposta de Regimento Interno	01 ponto	
	Cronograma de Atividade Anual	01 ponto	
COMISSÃO DE ÉTICA	Proposta de Constituição (membros, finalidade)	0,5 ponto	02 pontos
	Proposta de Regimento Interno	01 ponto	
	Cronograma de Atividade Anual	0,5 ponto	
COMISSÃO DE INFECÇÃO	Proposta de Constituição (membros, finalidade)	0,5 ponto	02 pontos
	Proposta de Regimento Interno	01 ponto	
	Cronograma de Atividade Anual	0,5 ponto	
OUTRAS COMISSÕES Reconhecido a apresentação de até 02 (duas) comissões	Proposta de Constituição (membros, finalidade)	01 ponto	03 pontos
	Proposta de Regimento Interno	01 ponto	
	Cronograma de Atividade Anual	01 ponto	
2.2 QUALIDADE SUBJETIVA – AVALIA MEDIDAS DE PROMOÇÃO DE RELAÇÃO HUMANA E APOIO SOCIAL NA COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA DA UNIDADE		PONTUAÇÃO 15 PONTOS (PESO 3)	
ACOLHIMENTO	Manual com indicação das formas de notificação, recepção, orientação social e apoio psicossocial aos usuários e familiares na Emergência, conforme Classificação de Risco.	03 pontos	05 pontos
	Proposta para a implantação do acolhimento dos usuários na Unidade.	02 pontos	
ATENDIMENTO	Instrução de definição de conduta para os acompanhantes de usuários idosos, crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais, conforme previsão da legislação vigentes.	02 pontos	10 pontos
	Proposta de implantação do serviço de atendimento ao usuário	02 pontos	
	Proposta p/ implantação de Serviço de Atendimento ao Usuário com realização periódica de pesquisa de satisfação do usuário, com definição de uso das informações.	02 pontos	
	Proposta de implantação do sistema de contra-referencia às Equipes da Saúde da Família.	01 ponto	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proposta de implantação do sistema de referencia para hospitais ou outros pontos da rede.	01 ponto
Proposição de projetos assistenciais e sociais (relacionamento com as equipes de saúde da família, comunidades, campanhas educativas para o usuário, etc) MATRICIAMENTO	02 pontos
OS SUBITENS QUALIDADE OBJETIVA + QUALIDADE SUBJETIVA SOMAM 25 PONTOS.	

F3. ITEM TÉCNICA - NO CONJUNTO DA PROPOSTA CORRESPONDE A 50 PONTOS E PESO 03

F3. TÉCNICA – AVALIA A CAPACIDADE GERENCIAL DA PROPONENTE QUANTO A ADMINISTRAR UMA UNIDADE DE SAÚDE CONDUIZIR AS AÇÕES ASSISTENCIAIS COM BOM NÍVEL DE DESEMPENHO GARANTINDO TERAPIA DE ALTO NÍVEL COM EQUIPE TITULADA NAS ÁREAS QUE SE PROPOE ASSISTIR.		PONTUAÇÃO 50 PONTOS (PESO 3)	
		POR ITEM	TOTAL
EXPERIÊNCIA ANTERIOR EM GERÊNCIA DE UNIDADES DE SAÚDE (Comprovação através de atestados de capacidade técnica)	Item 1 - Comprovação de Gestão de Unidade com CTI por até 02 anos	1,0 ponto	10 pontos
	Item 1 - Comprovação de Gestão de Unidade com CTI por mais de 02 anos	2,0 pontos	
	Item 2 - Comprovação de Gestão em Unidade de Pronto Atendimento e ou Pronto Socorro por até 02 anos	2,0 pontos	
	Item 2 - Comprovação de Gestão em Unidade de Pronto Atendimento e ou Pronto Socorro por mais de 02 anos.	3,0 pontos	
	Item 2 - Comprovação de Gestão em Unidade de Pronto Atendimento e ou Pronto Socorro por mais de 05 anos.	4,0 pontos	
	Item 3 - Comprovação de Gestão em Unidade com Centro Cirúrgico por até 2 anos.	1,0 ponto	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

	Item 3 - Comprovação de Gestão em Unidade com Centro Cirúrgico por mais de 2 anos.	2,0 pontos	
	Item 4 - Comprovação de Gestão em Unidade com mais de 50 (cinquenta) leitos por até 2 anos.	1,0 ponto	
	Item 4 - Comprovação de Gestão em Unidade com mais de 50 (cinquenta) leitos por mais de 2 anos.	2,0 pontos	
ESTRUTURA DA DIREÇÃO	Explicitação de Competências/ atribuições bem definidas com apresentação em organograma do Núcleo Gestor.	02 pontos	04 pontos
	Titulação de Mestrado e/ou Doutorado dos membros do Núcleo Gestor da instituição, valendo para cada certificado o máximo de 0,5 para Mestrado e 01 ponto para Doutorado.	02 pontos	
IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS E FUNCIONAMENTO DE EQUIPE INTERDISCIPLINAR	Apresentação de Quadro de Pessoal Médico por área de Atenção compatível com as atividades propostas no Plano de Trabalho, constando forma de vínculo, horário e salário.	02 pontos	10 pontos
	Protocolos Assistenciais de Atenção Médica e Rotinas Operacionais para urgência e emergência	02 pontos	
	Apresentação de Quadro de Metas para a área médica.	02 pontos	
	Apresentação de Quadro de Pessoal Técnico por área de atividade profissional, compatível com as atividades do Plano de Trabalho, constando forma de vínculo, horário, salário.	02 pontos	
	Protocolos de Enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais) na área urgência e emergência	02 pontos	
IMPLEMENTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE OUTROS SERVIÇOS	Instrução para o funcionamento do Serviço Social com especificação de estrutura, normas e rotinas definidas, as área de abrangência, horário e equipe mínima.	02,5 pontos	12 pontos
	Normas para o funcionamento do Serviço de Administração Geral com especificação de estrutura, normas e rotinas definidas, as áreas de abrangência, horário e equipe mínima.	03,5 pontos	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

		Manual para Padronização de Medicamentos e materiais médico hospitalares.	03,5 pontos	
		Termos de Referência para a contratação de terceiros para os Serviços de Limpeza, Vigilância e outros.	02,5 pontos	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA		Modelo de Proposta para Convênio de Cooperação Técnica com Entidades de Ensino para desenvolvimento de estágios curriculares, treinamentos e residências.	02 pontos	07 pontos
		Modelo de proposta de Parcerias com Instituições para desenvolvimento de Projetos de Pesquisa na área urgência e emergência especializada e/ou de saúde pública.	02 pontos	
		Termo de Referência para desenvolvimento de projeto em educação permanente com vista à capacitação da equipe interdisciplinar das unidades.	03 pontos	
POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS		Apresentar Projeto para definição da Política de Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes. Criação de Comissão Específica.	01 pontos	03 pontos
		Proposta para estabelecimento de Normas para Seleção Simplificada de Pessoal, Contrato de Trabalho e Avaliação de Desempenho Sugestão de Condutas para combater absenteísmo e estimular produção.	01 pontos	
		Registros e Controles de Pessoal. Modelo para escalas com simulado de férias (propor critérios de afastamento) após o primeiro ano de Contrato.	01 pontos.	
METODOLOGIA DE PROJETOS		Apresentou a Proposta de Trabalho seguindo o Roteiro do termo de referencia com adequado Planejamento, Visão de Futuro, oportunos cronogramas de Execução, Custos estimados e resultados factíveis.	02 pontos	04 pontos
		Nos Projetos Tático e Operacionais observou a definição dos objetivos a alcançar e definiu as estratégias de implantação.	02 pontos	
TOTAL DE PONTOS PARA O ITEM RELACIONADO COM QUALIFICAÇÃO TECNICA – 50 PONTOS E PESO 3.				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO G - GRADE DE MEDICAMENTOS

N.º	MEDICAMENTOS	APRESENTAÇÃO
001	Acatazolamida 250 mg	COMP
002	Acebrofilina 10 mg/ml	FRS
003	Acetato de Retinol + Aminoácidos + Metionina + Cloranfenicol	TUBO
004	Acetazolamida 250 mg	CPR
005	Acepromazina 2mg/ml	F/A
006	ACETILCISTEINA 100 MG GRANULADO 5G	ENV
007	ACETILCISTEINA 100MG/ML 3ML	AMP
008	Acetilcisteína 20/ml 80ml	FRS
009	Acetilcisteína 200mg granulado	ENV
010	ACETILCISTEINA 600 MG GRANULADO	ENV
011	ACICLOVIR 250MG	CPR
012	ACICLOVIR 250MG INJ.	F/A
013	ACICLOVIR CREME 50MG/G 10G	TB
014	Ácido acetilsalicílico 100mg	CPR
015	Ácido acetilsalicílico 500mg	CPR
016	Ácido Fólico 5mg	CPR
017	ÁCIDO FOLÍNICO 15MG	CPR
018	Ácido gama-aminobutírico 0,050 g; Monocloridrato de L-lisina 0,050 g; Cloridrato de tiamina (vit. B1) 0,002 g; Cloridrato de piridoxina (vit. B6) 0,004 g; Pantotenato de cálcio 0,004 g; Excipiente q.s.p. 1 comprimido. Cada 10 ml de xarope contém: Ácido gama-aminobutírico 0,100 g; Monocloridrato de L-lisina 0,100 g; Cloridrato de tiamina (vit. B1) 0,004 g; Cloridrato de piridoxina (vit. B6) 0,008 g; Pantotenato de cálcio 0,008 g; 500 MG	CPR
019	ACIDO GRAXO ESSENCIAL 100ML	FRS
020	ACIDO TRANEXANICO 250 MG/ML	AMP
021	ACIDO TRANEXANICO 250MG/ 5MI 100 ml	CPR
022	ACIDO VALPROICO 250 MG	CPR
023	ACIDO VALPROICO 250 MG/ 5MI 100 ml	FRS
024	ACIDO VALPROICO 500 MG	CPR
025	ADENOSINA 3 MG/ML 2ML	AMP
026	ÁGUA BIDEUTILADA - 10ML	AMP
027	ÁGUA BIDEUTILADA - 500ML	FRS
028	ALBENDAZOL 200MG	CPR
029	Albendazol 40mg/ml 10ml	FRS
030	Albendazol comprimido mastigável 400mg	CPR
031	ALBUMINA HUMANA 20% - FR 50ML + EQUIPO	FRS
032	Alendronato de Sódio 10mg	CPR
033	Alendronato de Sódio 70mg	CPR
034	Alfetanila 50 mg/5 ml	FRS
035	Alopurinol 100mg	CPR
036	Alopurinol 300mg	CPR
037	ALPRAZOLAN 0,25 mg	CPR
038	ALPRAZOLAN 0,5 mg	CPR
039	ALPRAZOLAN 1,0 mg	CPR
040	ALPROSTADIL 20 MCG	F/A
041	ALTEPLASE	F/A
042	Ambroxol 3mg/ml 120ml	FRS
043	Ambroxol 6mg/ml 120ml	FRS
044	AMICACINA 250MG/ML 2ML	AMP



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

045	AMICACINA 50MG/ML 2ML	AMP
046	AMINOFILINA 100MG	CPR
047	AMINOFILINA 24MG/ML 10ML	AMP
048	AMIODARONA , cloridrato 50MG/ML 3ML	AMP
049	Amiodarona, Cloridrato 100 mg	CPR
050	Amiodarona, Cloridrato 200 mg	CPR
051	AMITRIPTILINA 25MG	CPR
052	AMOXACILINA + CLAV. DE POTÁSSIO 1G	F/A
053	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 500 mg / 125 mg	CPR
054	Amoxicilina + Clavulanato de potássio suspensão oral 50/12,5 mg/ml	FRS
055	Amoxicilina cápsula 500 mg	CPR
056	Amoxicilina pó para suspensão oral 50mg/ml 60ml	FRS
057	AMPICILINA 1G	F/A
058	AMPICILINA 1G + SUBACTAN 0,5 G	F/A
059	ANFOTERICINA B 50MG	F/A
060	Anlodipino, besilato de, 10mg	CPR
061	Anlodipino, besilato de, 5mg	CPR
062	Atrovastatina Calcica	CPR
063	ATENOLOL + CLOTARDILONA	CPR
064	Atenolol 25mg	CPR
065	Atenolol 50mg	CPR
066	ATENSINA 0,100MG	CPR
067	ATRACURIO 10MG/ML 2,5ML	AMP
068	ATROPINA 0,25MG/ML 1ML	AMP
069	AZATIOPRINA 50 MG	CPR
070	AZITROMICINA 500 MG	CPR
071	AZITROMICINA 600MG SUSP	FR
072	Azitromicina suspensão oral 40mg/ml	FRS
073	azopt colírio 1%	fr
074	Baclofen 10 mg	CPR
075	Beclometasona, dipropionato de, pó, solução inalante ou aerossol 50 mg/dose e 200 mg/dose	FRS
076	Benzalcônio + Latanoprost 2,5 ml	FRS
077	Benzilpenicilina benzatina pó para suspensão injetável 1.200.000 U.I.	F/A
078	Benzilpenicilina benzatina pó para suspensão injetável 600.000 U.I.	F/A
079	BENZILPENICILINA CRISTALINA 5.000.000 UI	F/A
080	Benzilpenicilina procaína + Benzilpenicilina potássica suspensão injetável 300.000 UI + 100.000 UI	F/A
081	BENZILPENICILINA 300+G POTÁSSICA 100.000UI	F/A
082	BENZOATO DE BENZILA 25% 100ML	FRS
083	Betametasona (Dipropionato) + betametasona (fosfato sodico)	Amp
084	Betametasona (fosfato dissodico) + betametasona (acetato)	Amp
085	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% (1MEQ/ML) - AMP 10ML	AMP
086	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% 250ML	FRS
087	Binatoprosta, Colírio	FRS
088	Biperideno 2mg	CPR
089	Biperideno 4 mg (por comprimido de liberação controlada)	CPR
090	Biperideno 4mg	CPR
091	BROMAZEPAM 3 MG	CPR
092	BROMAZEPAM 6 MG	CPR
093	BROMETO IPATRÓPIO 0,25MG 20ML	FRS
094	Bromoprida 10mg	FRS
095	BROMOPRIDA 10MG	CPR
096	Bromoprida 4mg/ml 20ml	FRS
097	BROMOPRIDA 5MG/ML 2ML	AMP
098	Budesonida + Formoterol	CPR
099	BUDESONIDA 0,25MG/ML 2ML	UNID
100	Budesonida 50mcg aerosol Nasal	FRS
101	BUPIVACAÍNA 0,5% + GLICOSE 4ML	AMP
102	BUPIVACAÍNA 0,5% S/V 20ML	FRS
103	Bupvacaina, cloridrato 0,5% (com epinefrina) 20 ml	FRS
104	Bupvacaina, cloridrato 0,5% (com epinefrina) 20 ml	FRS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

105	Bupvacaina, cloridrato 0,5% (Isobárica) 20 ml	FRS
106	Bupvacaina, cloridrato 0,5% (sem epinefrina) 20 ml	FRS
107	Bupvacaina, cloridrato 0,5% + Glicose 80mg/ml 4 ml	Amp
108	Bupvacaina, cloridrato 0,75% (emm epinefrina) 20 ml	FRS
109	Butil brometo escopolamina + dipirona 10mg/250mg	CPR
110	Butil brometo escopolamina + dipirona 333,4+6,67mg 20ml	FRS
111	CABERGOLINA 0,5 MG	CPR
112	Captopril 25mg	CPR
113	Captopril 50mg	CPR
114	CARBAMAZEPINA 200MG	CPR
115	CARBAMAZEPINA 20MG/ML 100ML	FRS
116	Carbolitium 450 mg	CPR
117	Carbonato de Calcio 600 mg	CPR
118	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG	CPR
119	CARVÃO VEGETAL ATIVADO	CPR
120	Carvedilol 12,5mg	CPR
121	CARVEDILOL 25MG	CPR
122	Carvedilol 3,125mg	CPR
123	CARVEDILOL 75MG	COMP
124	Cefalexina sódica ou cefalexina, cloridrato de, cápsula 500mg	CPR
125	Cefalexina sódica ou cefalexina, cloridrato de, suspensão oral 50 mg/ml 60ml	CPR
126	CEFALOTINA 1G	F/A
127	CEFALOZINA 1G	F/A
128	CEFEPIMA 1G	FRS
129	CEFEPIMA 2G	FRS
130	CEFOTAXIMA 1000MG F/A + DILUENTE	F/A
131	cefoxitina sódica 1 gr	F/A
132	CEFTAZIDIMA 1G IV	F/A
133	CEFTRIAXONA 1G IM	F/A
134	CEFTRIAXONA 1G IV	F/A
135	CEFUROXIMA 750 MG	F/A
136	CEFUROXIMA 250 MG/5ML	FRS
137	Cefuroxima 250mg	CPR
138	Cefuroxima 500mg	CPR
139	CETAMINA 50MG/ML 10ML	FRS
140	Cetoconazol 2% creme 30gr	TUBO
141	CETOCONAZOL 20MG/G 30G	TB
142	CETOPROFENO 100MG IM 2ML	AMP
143	CETOPROFENO 100MG IV	FRS
144	Cetoprofeno 50 mg	Caps
145	Ciclopentolato, Colírio	fr
146	CINARIZINA 75 mg	CPR
147	Cinarizina 25mg	CPR
148	Cinarizina 75mg	CPR
149	CIPROFLOXACINO 200MG 100ML	FRS
150	Ciprofloxacino, cloridrato de, 500mg	CPR
151	Cisatracurio 10 mg / 5 ml	Amp
152	Cisatracurio 20 mg /10 ml	AMP
153	Claritromicina 125 mg/5 ml	Frs
154	Claritromicina 500mg	CPR
155	CLARITROMICINA 500MG	F/A
156	CLINDAMICINA 150MG/ML 4ML	AMP
157	Clomipramina, cloridrato de, comprimido 25 mg	UNIDADE
158	Clomipramina, cloridrato de, comprimido 10 mg	UNIDADE
159	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML	FRS
160	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML 20ML	FRS
161	CLONAZEPAN 0,5 MG	CPR
162	CLONAZEPAN 2 MG	CPR
163	Clonidina Cloridrato de (0,2 MCG)	CPR
164	Clonidina Cloridrato de 150 mg/ml	AMP
165	Clopidogrel 75mg	CPR
166	Cloreto de Potássio 60mg/ml 150ml	FRS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

167	Cloreto de proximetacaina, solução oftálmica	FRS
168	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100ML	FRS
169	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML	FRS
170	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500ML	FRS
171	CLORETO DE SÓDIO 20 % 10ML	AMP
172	CLORETO POTÁSSIO 10% 10ML	AMP
173	CLORETO POTÁSSIO 19,1% 10ML	AMP
174	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG	CPR
175	Cloridrato de Hidroxizina 2 mg/ml	Fr
176	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 100 MG	CPR
177	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 25 MG	CPR
178	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 50 MG	CPR
179	CLORPROMAZINA 100MG	CPR
180	CLORPROMAZINA 25 MG/ML	AMP
181	CLORPROMAZINA 25MG	AMP
182	Clorpromazina, cloridrato comp 100mg	UNIDADE
183	Clorpromazina, cloridrato comp 25mg	UNIDADE
184	Codeína + Paracetamol	CPR
185	COLAGENASE + CLORANFENICOL 30G	TB
186	Colagenase 1,2 U/g	Tb
187	CONTRASTE NÃO IÔNICO 300MG 50ML	FRS
188	Contraste não iônico isoosmolar 100 ml	FRS
189	Crema de Ácidos Graxos 200 Gr	Fr
190	Dapsona 100 mg	Comp
191	Daxazosina 2 mg	CPR
192	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML 2ML	AMP
193	Desloratadina xarope	Fr
194	Dexametasona + Neomicina 10g	TUBO
195	DEXAMETASONA 1MG/G 10GR	TUBO
196	DEXAMETASONA 2MG/ML 1ML	AMP
197	Dexametasona creme 0,1% 10g	TUBO
198	DEXAMETAZONA ELIXIR 100ML	FRS
199	Dexclorfeniramina 0,4 mg/mL 100ml	FRS
200	DEXCLORFENIRAMINA 2MG	CPR
201	Dexclorfeniramina, maleato de, 2mg	FRS
202	DIAZEPAM 10 MG	CPR
203	DIAZEPAM 10MG/2ML	AMP
204	DIAZEPAM 5MG	CPR
205	DIAZEPAM 5MG/ML 2ML	AMP
206	Diclofenaco de Potássio 50mg	CPR
207	Diclofenaco de Sódio 100mg	CPR
208	DICLOFENACO POTÁSSIO 25MG/ML 3ML	AMP
209	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML 3ML	AMP
210	DIFENIL-HIDANTOINA 50MG/ML	AMP
211	Digoxina 0,25mg	CPR
212	DILTIAZEN 30MG	CPR
213	DILTIAZEN 60MG	CPR
214	DIMETICONA 40MG	CPR
215	DIMETICONA 75MG GOTAS 10ML	FRS
216	Dipirona sódica 500 mg	CPR
217	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML 2ML	AMP
218	Dipirona sódica solução oral 500 mg/ml 10ml	FRS
219	Divalproato de Sódio 250 mg	CPR
220	Divalproato de Sódio 500 mg	CPR
221	DOBUTAMINA 12,5MG/ML AMP 20ML	AMP
222	DOMPERIDONA 1MG/ML 100ML	FRS
223	DOPAMINA 5MG/ML AMP 10ML	AMP
224	Enalapril 10mg	CPR
225	Enalapril 20mg	CPR
226	ENOXAPARINA S. 20MG/0,4ML - SERINGAS	SER
227	ENOXAPARINA S. 40MG/0,4ML - SERINGAS	SER
228	ENOXAPARINA S. 60MG/0,6ML - SERINGAS	SER



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

229	EPINEFRINA 1MG/ML	AMP
230	Eritromicina, estearato de, comprimido 500mg	CPR
231	Eritromicina, estearato de, suspensão oral 250mg/5ml 60ml	FRS
232	ERTAPENEN 1G	F/A
233	ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 4 MG/ML + 500MG/ML 5ML	AMP
234	ESCOPOLAMINA 10MG	CPR
235	ESCOPOLAMINA 20MG/ML 1ML	AMP
236	ESCOPOLAMINA+DIPIRONA 10 MG/250MG	CPR
237	ESPIRAMICINA 250MG	CPR
238	ESPIRAMICINA 500MG	CPR
239	Espironolactona 25mg	CPR
240	ETILEFRINA 10MG/ML AMP 1ML	AMP
241	ETOMIDATO 2MG/ML 10ML	AMP
242	FENITOINA 50MG/ML AMP 5ML	AMP
243	Fenitoína sódica comprimido 100 mg	UNIDADE
244	Fenitoína sódica suspensão oral 25 mg/ml	UNIDADE
245	FENOBARBITAL 100MG	CPR
246	FENOBARBITAL 200MG/ML 2ML	AMP
247	FENOBARBITAL 40MG/ML 20ML	FRS
248	Fenobarbital comprimido 100 mg	UNIDADE
249	Fenobarbital solução oral 40 mg/ml	UNIDADE
250	Fenoterol, bromidrato 5mg/ml 20ml	FRS
251	FENTANIL 0,05MG 5ML	AMP
252	FITOMENADIONA 10MG/ML 1ML IM	AMP
253	Fluconazol 150mg	CPR
254	FLUCONAZOL 2MG/ML 100ML	FRS
255	Fluconazol Creme (tubo)	TUBO
256	Fludocortizona 0,1 mg	CPR
257	FLUFENAZINA 25 MG/ML	AMP
258	FLUMAZENIL 0,5MG	AMP
259	Flunarizina + dihidroergocristina 60 mg	CPR
260	Fluoresceína Sódica 1% solução oftálmica	FRS
261	Fluxetina 20 mg	CPR
262	Fumarato de Formoterol 12/400 mg	CPR
263	FUROSEMIDA 20MG 2ML	AMP
264	Furosemida 40mg	CPR
265	GENTAMICINA 5MG/ML 5ML	FRS
266	GENTAMICINA 80MG INJ	AMP
267	Gentamicina Solução Oftálmica	FRS
268	Glibenclamida 5mg	CPR
269	Glicazida 30 mg	CPR
270	GLICERINA 12% FR 250ML	FRS
271	GLICERINA SUPOSITÓRIO	UNIDADE
272	Glicosamina 1,5 mg	CPR
273	GLICOSE 10% 500ML	FRS
274	GLICOSE 25% 10ML	AMP
275	GLICOSE 5% 500ML	FRS
276	GLICOSE 50% 10ML	AMP
277	Glimepirida 4 mg	CPR
278	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% 10ML	AMP
279	HALOPERIDOL 50MG/ML 1ML DECANOATO	AMP
280	HALOPERIDOL 5MG/ML 1ML	AMP
281	Haloperidol comprimido 1mg	UNIDADE
282	Haloperidol comprimido 5mg	UNIDADE
283	HALOTANO 100ML	FRS
284	HALOTANO 250ML	FRS
285	HEPARINA 5000UI 0,25ML	AMP
286	HEPARINA 5000UI 5ML	FRS
287	HIDRALAZINA 20MG/ML 1ML	AMP
288	HIDRALAZINA 25MG	CPR
289	HIDRALAZINA 50MG	CPR
290	Hidroclorotiazida 25mg	CPR



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

291	HIDROCORTIZONA 100MG - F/A + DIL.	F/A
292	HIDROCORTIZONA 500MG - F/A + DIL.	F/A
293	Hidroxido de alumínio + Hid. Magnésio + Dimeticona 240 ml	FRS
294	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 6% 100ML	FRS
295	HIDROXIZINA 2MG/ML	FRS
296	Hisperidina + Diosmina	CPR
297	Ibuprofeno 300mg	CPR
298	Ibuprofeno 600mg	CPR
299	Ibuprofeno suspensão oral 20mg/ml 20ml	FRS
300	IMIPENEM + CILASTATINA 500 MG	F/A
301	IMIPRAMINA 25 MG	CPR
302	IMUNOGLOBULINA ANTI RH 300 2ML	UM
303	indometacina 25 mg	comp
304	Ipatropio 0,25mg/ml 20ml	FRS
305	ISOFLURANO 100ML	FRS
306	ISOSSORBIDA 10MG	CPR
307	ISOSSORBIDA 20MG MONONITRATO	CPR
308	ISOSSORBIDA 5MG CPR SUB. LING.	CPR
309	Isossorbida, dinitrato de, sublingual 5mg	CPR
310	Isossorbida, mononitrato de, 40mg	CPR
311	Itraconozal 100 mg	CPR
312	IVERMECTINA 6 MG	CPR
313	Ketamina 50 mg	FRS
314	lactulose 667 mg/ml	sache
315	lactulose 667 mg/ml	frs
316	levodopa 100mg + benzerazida 25mg	CPR
317	levodopa 200 mg + Carbidopa 50 mg + entacapon 200 mg	COMP
318	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	CPR
319	Levodopa 200mg + Carbidopa 50mg	CPR
320	Levodopa 250mg + Carbidopa 25mg	CPR
321	LEVOFLOXACINA 500 MG	CPR
322	LEVOFLOXACINA 500 MG FRASCO	FRS
323	LEVOMEPROMAZINA 100MG	CPR
324	LEVOMEPROMAZINA 25MG	CPR
325	Levotiroxina 100mcg	CPR
326	Levotiroxina 25mcg	CPR
327	Levotiroxina 50mcg	CPR
328	LIDOCAÍNA 10% SPRAY FR 50ML	FRS
329	LIDOCAÍNA 2% GEL 30GR	TUBO
330	LIDOCAÍNA 2% S/V 20ML	FRS
331	LIDOCAÍNA 2% S/V 5ML	AMP
332	LINESULIDA 600MG/300 ML	F/A
333	Loratadina 10mg	CPR
334	Loratadina xarope 1 mg/ml 100ml	FRS
335	Losartana Potassica 50mg	CPR
336	MANITOL 20% 250ML	FRS
337	Mebendazol 100mg	CPR
338	Mebendazol suspensão oral 20 mg/ml 30ml	CPR
339	MEROPENEM 1G	F/A
340	Meperidina, Cloridrato 100 mg/2 ml	Amp
341	MEROPENEM 500MG	F/A
342	Metformina cloridrato 500mg	CPR
343	Metformina, cloridrato 850mg	FRS
344	Metildopa 250 mg	CPR
345	Metildopa 500 mg	CPR
346	METILERGOMETRINA 0,125MG	DRG
347	METILERGOMETRINA 0,2MG/ML 1ML	F/A
348	METILFENIDATO 10 MG	CPR
349	METILPREDNISOLONA 125MG	F/A
350	METILPREDNISOLONA 500MG	F/A
351	METOCLOPRAMIDA 5MG/ML 2ML	AMP
352	Metoclopramida, cloridrato de, 10 mg	CPR



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

353	Metoclopramida, cloridrato de, 4mg/ml 10ml	FRS
354	Metronidazol + Nistatina Creme Vaginal	TUBO
355	Metronidazol 250 mg	CPR
356	Metronidazol creme vaginal 5,0%	TUBO
357	Metronidazol suspensão oral 40mg/ml 100ml	FRS
358	Metropolol 1 mg	AMP
359	Miconazol, nitrato de, creme vaginal 20mg/g 80g	TUBO
360	MIDAZOLAN 15MG	CPR
361	MIDAZOLAN 5MG/ML 10ML	AMP
362	MIDAZOLAN 5MG/ML 3ML	AMP
363	Milrinona 20mg/20ml	F/A
364	MISOPROSTOL 200MCG	CPR
365	MISOPROSTOL 25MCG	CPR
366	MORFINA 0,2MG/ML 1ML	AMP
367	MORFINA 10 MG	COMP
368	MORFINA 10MG/ML 1ML	AMP
369	MOXIFLOXACINA 400MG	FRS
370	Muporcin 20mg/g 15g	TUBO
371	NALAXONA 0,4MG/ML 1ML	AMP
372	Neomicina + Bacitracina 10g	TUBO
373	Neomicina 3,5mg/g 10g	TUBO
374	NEOSTIGMINA 0,5MG/ML 1ML	AMP
375	NIFEDIPINA 10MG SUB. LINGUAL	CPS
376	NIFEDIPINA 20MG RETARD	CPR
377	Nimesulida 50 mg/ml 15ml	FRS
378	NIMODIPINA 30MG	CPR
379	NISTATINA 100.000UI/ML SUSP. ORAL 50ML	FRS
380	Nistatina Creme Vaginal 25.000ui 60g	TUBO
381	Nistatina suspensão oral 100.000 UI/ml 50ml	FRS
382	NISTATINA+OXIDO DE ZINCO 45GR	BIS
383	NITRATO DE PRATA 1% SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA	FRS
384	Nitrazepam 5 mg	CPR
385	Nitrofurantoína 100 mg	CPR
386	NITROGLICERINA 5MG/ML 5ML	AMP
387	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO 50MG	AMP
388	NOREPINEFRINA 8 MG/4ML	AMP
389	NORFLOXACINO 400MG	CPR
390	Nortriptilina, cloridrato 10 mg	CPR
391	Nortriptilina, cloridrato 25 mg	CPR
392	Nubain 10 mg/ml	AMP
393	ÓLEO MINERAL 100ML	FRS
394	Omeprazol 20mg	CPR
395	OMEPRAZOL 40MG	F/A
396	ONDANSETRONA, CLORIDRATO DISPERSÍVEL 4 MG	CPR
397	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 4 MG/2 ml	AMP
398	OXACILINA 500 INJ.	F/A
399	Oxido de Zinco + Retinol + Vitamina D3	TUBO
400	OXITOCINA 5UI	AMP
401	PANCURÔNIO Brometo 2MG/ML 2ML	AMP
402	Paracetamol 500mg	CPR
403	Paracetamol solução oral 200 mg/ml 15ml	FRS
404	paroxetina 15 mg	CPR
405	paroxetina 20 mg	CPR
406	PENTOXIFILINA 20MG	AMP
407	PENTOXIFILINA 400MG	CPR
408	PERICIAZINA 0,4% SOLUÇÃO ORAL	FRS
409	PERICIAZINA 10 MG	CPR
410	PERMETRINA A 1% 60ML	FRS
411	PERMETRINA A 4% 60ML	FRS
412	PETIDINA 50MG/ML 2ML	AMP
413	PIPERACILINA+TAZOBACTAN 4,5	F/A
414	Pirimetamina 25 mg	COMP



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

415	piridostigmina, Brometo de 60 mg	CPR
416	POLIHAXANIDA	FRS
417	POLIMIXINA B 5.000UI	F/A
418	PREDINIZONA 5MG	CPR
419	Prednisolona, fosfato sódico de, solução oral 1.34 mg/ml 100ml	FRS
420	Prednisona 20mg	CPR
421	Prednisona 5mg	CPR
422	Prolopa 200/50	CPR
423	Prometazina 25mg	CPR
424	PROMETAZINA 25MG/ML 2ML	AMP
425	PROMETAZINA 50MG	CPR
426	Povidona 2,5% solução oftálmica	Fr
427	Propafenona ,Cloridrato 300 mg	CPR
428	Propanolol 1 mg	AMP
429	propatilnitrato 10 mg	CPR
430	PROPOFOL 10MG/ML 20ML	AMP
431	Propranolol, cloridrato 40mg	CPR
432	RANITIDINA 15MG/ML 120ML	FRS
433	RANITIDINA 25MG/ML 2ML	AMP
434	Ranitidina, cloridrato 150mg	CPR
435	RINGER COM LACTADO 500ML	FRS
436	RINGER SIMPLES 500ML	FRS
437	RIVAROXABANA 15MG	CPR
438	RIVAROXABANA 20 MG	Comp
439	Rivastigmina 1,5 mg	CPR
440	Rivastigmina 4,5 mg	CPR
441	Rocurônio, Brometo 10 mg/ml 5 ml	Fr/amp
442	ropivacaina 0,75 % 20 ml	FRS
443	ROSUVASTATINA 20MG	CPR
444	Saccharomyces boulardii 100mg	CPR
445	Saccharomyces boulardii 200 mg	ENV
446	Sais para reidratação oral pó para solução oral, composição conforme descrito na RENAME 2006	ENV
447	SALBUTAMOL 2 MG	CPR
448	SALBUTAMOL 0,5MG/ML 1ML	AMP
449	SALBUTAMOL 2MG/ML 100ML	FRS
450	SALBUTAMOL SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO	FRS
451	Salbutamol, sulfato de, aerossol 100 mg/dose	FRS
452	Sertralina 50 mg	CPR
453	SEVOFLURANO 100ML	FRS
454	SEVOFLURANO 250ML	FRS
455	Sildenafil 25 mg	Comp
456	Simeticona 75mg/ml 15ml	FRS
457	Sinvastatina 40mg	CPR
458	Sinvastatina 10mg	CPR
459	Sinvastatina 20mg	CPR
460	SOLUÇÃO GELATINA 3,5% 500ML	F/A
461	SUCCINILCOLINA 100MG	F/A
462	Sugamedex Sódico 100 mg 2 ml	AMP
463	SULFACTANTE PULMONAR BOLVINO 25MG/ML 8ML	F/A
464	SULFADIAZINA 500MG	BIS
465	SULFADIAZINA DE PRATA CREME 1% 100GR	TB
466	SULFAMETOXAZOL + TRIMET 400MG + 80MG 60ML	FRS
467	SULFAMETOXAZOL + TRIMET INJ	AMP
468	Sulfametoxazol + Trimetoprima comprimido 400mg + 80mg	CPR
469	Sulfametoxazol + Trimetoprima suspensão oral 40mg + 8mg/ml 100ml	FRS
470	SULFATO DE MAGNESIO 50% AMP	AMP
471	SULFATO DE MORFINA 10 MG	CPR
472	Sulfato de Neomicina + Sulfato de Polimixina B Solução Oftálmica	FRS
473	Sulfato de Neomicina + Sulfato de Polimixina B Solução Oftálmica	TUBO
474	SULFATO FERROSO 125MG/ML 30ML	FRS
475	Sulfato ferroso 25mg/ml 30ml	FRS
476	Sulfato ferroso 40mg	CPR



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

477	TEICOPLAMINA 400MG	F/A
478	TENECTEPLASE 50 MG	F/A
479	TENOXICAN 20MG	CPR
480	TENOXICAN 20MG 2ML	F/A
481	Teofilina 100 mg	CPR
482	Teofilina 200 mg	CPR
483	Tiabendazol 500 mg	CPR
484	TIABENDAZOL 50MG/G 45GR TÓPICO	FRS
485	Tiabendazol Suspensão Oral 50 mg/ml 60ml	FRS
486	Tiamina	CPR
487	ticlopidina, Cloridrato 250 mg	CPR
488	Timolol, Maleato 5%	FRS
489	Timolol, Maleato 5% + Bimatropost	Fr
490	Timolol, Maleato 5% + Dorzalazina	FRS
491	TIOPENTAL 0,5MG	F/A
492	Tioridazina, cloridrato de 50 mg	CPR
493	Tobramicina Colírio (solução estéril)	FRS
494	Tobramicina Pomada oftálmica (tubo)	TUBO
495	topiramato 100 mg	CPR
496	TRAMADOL 50 MG/ML	AMP
497	TRAMADOL 100MG/ML	AMP
498	Tramadol 50 mg	Comp
499	TRAMADOL 50MG/ML	fr
500	travatam colírio	FRS
501	Trazodona, Cloridrato 100 mg	CPR
502	Tropicamida, Colírio	FRS
503	VALPROATO DE SÓDIO 250MG/5ML 100ML	FRS
504	VANCOMICINA 500MG	F/A
505	VARFARINA 5MG	CPR
506	VASOPRESSINA 20UI/ML	AMP
507	Vecurônio Brometo 4 mg/ml - 1 ml	AMP
508	Venlafaxina, Cloridrato 75 mg	CPR
509	Verapamil, cloridrato 80 mg	CPR
510	Vitamina K 1ml	AMP
511	VITAMINA C 200MG/ML 5ML	AMP
512	Vitamina C 500 mg	CPR
513	Vitamina C GTS 20ml	FRS
514	VITAMINA COMPLEXO B	AMP
515	Vitaminas complexo B	CPR
516	Vitaminas complexo B GTS	FRS
517	VITELINATO DE PRATA 1% 5ML	FRS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO H - RELAÇÃO DE PATRIMÔNIO

UNIDADE: P S C	CORREDOR		
	INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:		
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
	Longarina 4 lugares		
	Suporte TV		

UNIDADE: P S C	Cozinhal		
	INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:		
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
	Geladeira Consul 280 L		
	Bebedouro garrafão		

UNIDADE: P S C	RH		
	INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:		
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
	Ar cond. LG		
59379	Cadeira preta fixa		
	Geladeira Eletro Lux 280		
	Estante de aço 6 prateleiras		
	Mesa de ferro de 1 gav.		
103988 PMSG	Estabilizador		S/uso
	Impressora		S/uso
	CPUS		S/uso
	Arquivo mesa		S/uso
	Impressora HP		
59388	Monitor HP		
	Quadro de aviso		

UNIDADE: PS			
Central	I		
Star Enfermagem	INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO: 2014		
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

	Armário 2 portas		
	TV Samsung		

UNIDADE: PS			
Central		Faturamento	
		INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:	
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
	Frigobar		
	Armário pequena, 1 gaveta, 1 porta		
	Mesa madeira 3 gavetas		
	Cadeira preta fixa		
	CPV.		S/ uso
	No blak		S/ uso
	Armário 2 portas		
	Cabine verde		Doação
53901	Armário 1 gaveta, 1 porta		
	Mesa madeira 3 gavetas		
6054	Ar cond. Central		

UNIDADE: PS			
Central		STAR ENFERMAGEM	
		INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:	
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
	Geladeira Eletrolux dc 35		
	Escada 02 degraus		
132451 PMSG	Mesa 2 gav. Aço		
	Beliche		
	Beliche		
	Beliche		

UNIDADE: PS			
Central		ENFERMAGEM	
		INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:	
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
	Quadro cortiça GR		
	Quadro cortiça PQ		
7298	Mesa madeira 3 gav.		
	Cadeira fixa bege		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

	Cadeira fixa verde	3	
	Estante de 6 prateleiras		
	Mesa de computador		
	CPU		
	Monitor Braview		
	Mesa cinza nova 2 gav.		
	Geladeira Consul 230		
	Suporte soro		
	Mesa cabeceira 1 gav.		
	Retroprojektor		
	Ap. telefone		
	Ar cond. Elgm. 21000 BTVS		
	Cadeira fixa preta		
	Armário 8 portas bege		
	Extintor PQS		
	Extintor AP		

UNIDADE: PS			
Central		FATURAMENTO	
		INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:	
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
07502 PMSG	Cadeira preta giratória		
132523	Cadeira preta fixa		
132490	Cadeira preta fixa		
132492	Cadeira preta fixa		
	Cadeira preta fixa		
	Cadeira preta fixa		
9194	Mesa de comp.		
05145 FMS	Mesa comp.de madeira		
053456 FMS	Monitor LG		
	CPU neo PC		
103977 PMSG	Estabilizador		
103985 PMSG	Estabilizador		
	Monitor Braview		
	CPU Samsung		
	Monitor LG		
	Mesa de madeira c/ 2 gavetas		
511093	CPU Samsung		
25633 PMSG	Mesa comp. de madeira		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

--

--	--

UNIDADE: P S C		RH	
		INVENTÁRIO FÍSICO PERIÓDICO:	
Nº PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
5134 FMS	Mesa madeira 3 gavetas		
4206 FMS	Mesa madeira 3 gavetas		
132527	Cadeira preta fixa		
85237	Mesa de computador		
	Cadeira verde		Doação
59378	Cadeira preta		
	Mesa de madeira c/2 gav.		
2810	Arquivo de 4 gav.		
	Mesa de computado		Nova
	Armarinho c/2 porta		
	Cadeira giratória preta		
155566 PMSG	Impressora Samsung		
59387	Monitor		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I – LEI MUNICIPAL Nº. 370/2011

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais.

Considerando o disposto no artigo 30, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Considerando que é objetivo da Administração Municipal prestar um serviço de qualidade na defesa do interesse público e do bem comum com o fito de se garantir os direitos fundamentais dos cidadãos insculpidos no Lex Fundamentallis; Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

SEÇÃO I
DA QUALIFICAÇÃO

Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações Sociais as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura, à saúde e ao esporte, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

§ 1º As Organizações Sociais cujas atividades sejam dirigidas ao ensino poderão atuar exclusivamente em creches e no reforço escolar.

§ 2º As Organizações Sociais cujas atividades sejam dirigidas à saúde poderão atuar exclusivamente em unidades de saúde, nos Hospitais Municipais e nos equipamentos destinados ao Programa de Saúde da Família.

§ 3º Os contratos de gestão de que trata esta Lei serão submetidos ao controle externo da Câmara dos Vereadores, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas, ficando o controle interno a cargo do Poder Executivo.

§ 4º O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações Sociais as



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

peças jurídicas que já obtiveram tal qualificação perante outros Entes Públicos, observados os requisitos desta lei.

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como Organização Social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) previsão expressa de ter a entidade, como órgãos de deliberação superior e de direção, respectivamente, um Conselho de Administração e uma Diretoria, definidos nos termos do Estatuto, assegurado àquele composição e atribuições normativas e de controle básicos previstos nesta Lei;
- d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- e) composição e atribuições da Diretoria da entidade;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, no órgão oficial de comunicação do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão com o Município;
- g) em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;
- h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
- i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados;
- j) comprovação dos requisitos legais para constituição de pessoa jurídica;

II - ter sede ou filial localizada no Município de São Gonçalo;

III - estar constituída há pelo menos dois anos no pleno exercício das atividades citadas no caput do art. 1º desta Lei:

IV - comprovar a presença, em seu quadro de pessoal, de profissionais com formação específica para a gestão das atividades a serem desenvolvidas, notória competência e experiência comprovada na área de atuação; e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

V - ter a entidade recebido aprovação em parecer favorável, quanto ao preenchimento dos requisitos formais para sua qualificação como Organização Social, do Secretário Municipal da área correspondente.

§ 1º O Poder Público verificará, in loco, a existência e a adequação da sede ou filial da Organização Social, antes de firmar o contrato de gestão.

§ 2º As entidades qualificadas como Organizações Sociais serão incluídas em cadastro que será disponibilizado na rede pública de dados.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º O Conselho de Administração deve estar estruturado nos termos do respectivo Estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

I - ser composto por:

- a) cinquenta e cinco por cento no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;
- b) trinta e cinco por cento de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- c) dez por cento de membros eleitos pelos empregados da entidade.

II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho terão mandato de quatro anos, admitida uma recondução, e não poderão ser:

- a) cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Subsecretários Municipais e Vereadores; e
- b) servidor público detentor de cargo comissionado ou função gratificada;

III - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no Estatuto;

IV - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

V - o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano, e extraordinariamente, a qualquer tempo;

VI - os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à Organização Social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;

VII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a Diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem correspondentes funções executivas.

Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser incluídas entre as atribuições privativas do Conselho de Administração:

I - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;

II - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

III - designar e dispensar os membros da Diretoria;

IV - fixar a remuneração dos membros da Diretoria;

V - aprovar o Estatuto, bem como suas alterações, e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;

VI - aprovar o Regimento Interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;

VII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações, e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

VIII - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria;

IX - Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

SEÇÃO III
DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como Organização Social, com vistas à formação de uma parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas citadas no art. 1º desta Lei.

§ 1º A Organização Social da saúde deverá observar os princípios do Sistema Único de Saúde, expressos no art. 198 da Constituição Federal e no art. 7º da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990.

§ 2º O processo de seleção das Organizações Sociais dar-se-á nos termos do art. 24, XXIV, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com processo de seleção devidamente regulamentado pelo Poder Executivo.

§ 3º Nas estimativas de custos e preços realizadas com vistas às contratações de que trata esta Lei serão observados, sempre que possível, os preços constantes do sistema de registro de preços, ou das tabelas constantes do sistema de custos existentes no âmbito da Administração Pública, desde que sejam mais favoráveis.

§ 4º O Poder Público Municipal dará publicidade:

I - da decisão de firmar cada contrato de gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas;

II - das entidades que manifestarem interesse na celebração de cada contrato de gestão.

§ 5º É vedada a cessão total ou parcial do contrato de gestão pela Organização Social.

§ 6º Ficam excluídas do objeto dos Contratos de Gestão as escolas da rede pública municipal de ensino.

Art. 6º O contrato de gestão celebrado pelo Município, por intermédio da Secretaria Municipal competente conforme sua natureza e objeto, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade contratada e seu extrato será publicado no órgão oficial de comunicação do Município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Parágrafo Único - O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação do Conselho de Administração, ao Secretário Municipal da área competente.

Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão devem ser observados os princípios gerais do art. 37 da Constituição Federal e, também, os seguintes preceitos:

I - especificação do programa de trabalho proposto pela Organização Social, estipulação das metas a serem atingidas e respectivos prazos de execução bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - estipulação dos limites e critérios para a despesa com a remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais, no exercício de suas funções;

III - atendimento à disposição do § 2º do art. 5º desta Lei;

IV - atendimento exclusivo aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no caso das Organizações Sociais da Saúde.

Parágrafo Único - O Secretário Municipal da pasta competente deverá definir as demais cláusulas necessárias dos contratos de gestão de que for signatário.

SEÇÃO IV DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 8º A execução do contrato de gestão celebrado por Organização Social será fiscalizada pelo Secretário Municipal das áreas correspondentes.

§ 1º O contrato de gestão deve prever a possibilidade de o Poder Público requerer a apresentação pela entidade qualificada, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no órgão oficial de comunicação do Município.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão serão analisados, periodicamente, por comissão de avaliação indicada pelo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Secretário Municipal competente, composta por profissionais de notória especialização, que emitirão relatório conclusivo, a ser encaminhado àquela autoridade e aos órgãos de controles interno e externo.

Art. 9º Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por Organização Social, dela darão ciência à Procuradoria Geral do Município, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 10 - Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades cometidas pelas Organizações Sociais à Administração Municipal, ao Tribunal de Contas ou à Câmara Municipal.

Art. 11 - O balanço e demais prestações de contas da Organização Social devem, necessariamente, ser publicados no órgão oficial de comunicação do Município e analisados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

SEÇÃO V
DO FOMENTO ÀS ATIVIDADES SOCIAIS

Art. 12 - As Organizações Sociais serão destinados recursos orçamentários e eventualmente, bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º Ficam assegurados às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão, parcela de recursos para fins do disposto nesta Lei, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela Organização Social.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às Organizações Sociais, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

Art. 13 - Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Parágrafo Único - A permuta de que trata o caput dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Prefeito.

Art. 14 - Fica facultada ao Poder Executivo a cessão especial do servidor para as Organizações Sociais, com ônus para origem, durante a vigência do contrato de gestão.

§ 1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela Organização Social.

§ 2º Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por Organização Social a servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria.

Art. 15 - São extensíveis, no âmbito do Município, os efeitos dos arts. 12, 13 e 14 desta Lei para as entidades qualificadas como Organizações Sociais pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie as normas gerais emanadas da União, bem como os da legislação específica de âmbito estadual.

SEÇÃO VI DA DESQUALIFICAÇÃO

Art. 16 - O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como Organização Social quando verificado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e do saldo remanescente dos recursos financeiros entregues à utilização da Organização Social, sem prejuízo das sanções contratuais penais e civis aplicáveis à espécie.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Capítulo II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 - A Organização Social fará publicar na imprensa e no órgão oficial de comunicação do Município, no prazo máximo de noventa dias contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de serviços e obras necessários à execução do contrato de gestão, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 18 - Os Conselheiros e Diretores das Organizações Sociais, não poderão exercer outra atividade remunerada com ou sem vínculo empregatício, na mesma entidade.

Art. 19 - Nas hipóteses de a entidade pleiteante da habilitação como Organização Social existir há mais de cinco anos, contados da data da publicação desta Lei fica estipulado o prazo de dois anos para adaptação das normas do respectivo Estatuto ao disposto no art. 3º, incisos I a IV, desta Lei.

Art. 20 - Os requisitos específicos de qualificação das Organizações Sociais serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, a ser editado no prazo de sessenta dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 21 - Todas as publicações feitas no órgão oficial de comunicação do Município, determinadas nesta Lei, deverão também ser disponibilizadas na rede pública de dados.

Parágrafo Único - O Poder Executivo deverá disponibilizar na rede pública de dados relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das meias propostas com os resultados alcançados, incluindo a prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

Art. 22 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA PANISSET

Prefeita



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO J – DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2018

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 370/2011, QUE DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelas Constituições Federal e do Estado do Rio de Janeiro, e pela Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado, na forma das normas anexas ao presente Decreto, o Regulamento Geral de Qualificação e Contratação das Organizações Sociais no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de São Gonçalo.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, e revoga o Decreto n.º 232/2015.

São Gonçalo, 17 de janeiro de 2018.

JOSÉ LUIZ NANJI
Prefeito

ANEXO ÚNICO

DISPÕE SOBRE O CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO

CAPÍTULO I DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS **SEÇÃO I**

DOS REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO

Artigo 1º - O pedido de qualificação como Organização Social será encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde, por meio de requerimento escrito, acompanhado dos documentos que comprovem:

- I - ato constitutivo, devidamente registrado, dispondo sobre:
 - a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
 - b) finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
 - c) previsão expressa de ter a entidade, como órgãos de deliberação superior e de direção, um Conselho de Administração e uma Diretoria,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

definidos nos termos do Estatuto, assegurado àquele composição e atribuições normativas e de controle básicos previstos nos artigos 3º e 4º da Lei Municipal nº 370/2011;

d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;

e) composição e atribuições da diretoria da entidade;

f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão com o Município;

g) em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;

h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe forem destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

II – comprovar as exigências legais para constituição de pessoa jurídica;

III – Declaração informando que até a assinatura do instrumento de Contrato de Gestão terá sede ou filial localizada no Município de São Gonçalo;

IV – estar constituída e devidamente habilitada para o exercício pleno das atividades citadas no “caput” do art. 1º deste Decreto.

V – comprovar a presença, em seu quadro de pessoal, de profissionais com formação específica para a gestão das atividades a serem desenvolvidas, notória competência e experiência comprovada na área de atuação.

Parágrafo único. A entidade pleiteante deverá apresentar quando da apresentação do pedido de qualificação, seu projeto de alteração do estatuto, na forma do art. 3º, incisos I a IV da Lei nº 370/2011; firmando compromisso pela alteração estatutária no prazo legal.

SEÇÃO II

DO PROCEDIMENTO PARA A QUALIFICAÇÃO

Artigo 2º - Fica instituída a Comissão Qualificadora de Organizações Sociais, que terá competência para decidir sobre os requerimentos de qualificação das organizações sociais no âmbito do Município.

§ 1º A Comissão será designada pelo Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil, a quem também caberá a função de presidente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

§ 2º A Comissão se reunirá regularmente em prazo não superior a trinta dias, salvo motivo justificado.

Artigo 3º - A Secretaria Municipal em cuja área de atuação se situar a atividade descrita no artigo 1º da Lei Municipal nº 370/2011, autuará o requerimento e emitirá parecer no prazo de até trinta dias da data do protocolo, quanto ao preenchimento dos requisitos formais para a qualificação.

Artigo 4º - O processo será submetido à Comissão, para análise e decisão quanto à qualificação.

§ 1º A decisão que deferir ou indeferir o pedido de qualificação deverá ser publicada no veículo de comunicação oficial do Município.

§ 2º No caso de deferimento do pedido, o processo será encaminhado para emissão de decreto de qualificação, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da publicação do respectivo despacho.

§ 3º Em caso de indeferimento, a Comissão fará publicar o despacho no Diário Oficial.

§ 4º O pedido de qualificação será indeferido caso a entidade:

I - não se enquadre, quanto ao seu objeto social, nas áreas previstas no artigo 1º da Lei Municipal nº 370/2011;

II - não atenda aos requisitos estabelecidos nos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Municipal nº 370/2011 e neste Regulamento;

III - apresente a documentação discriminada no art. 2º da Lei Municipal nº 370/2011 e neste Regulamento de forma incompleta.

§ 5º Ocorrendo à hipótese prevista no inciso III do § 4º deste artigo, a comissão competente poderá conceder ao requerente o prazo de até 10 (dez) dias para a complementação dos documentos exigidos.

§ 6º As entidades qualificadas como Organizações Sociais serão incluídas em cadastro do Município.

§ 7º A pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, cujo pedido for indeferido, poderá requerer novamente a qualificação, a qualquer tempo, desde que atendidas às normas constantes da Lei Municipal nº 370/2011, bem como deste Decreto.

Artigo 5º - Qualquer alteração da finalidade ou do regime de funcionamento da organização, que implique mudança das condições que instruíram sua qualificação, deverá ser comunicada, com a devida justificação, imediatamente, à Secretaria Municipal competente na respectiva área de atuação, sob pena de cancelamento da qualificação, publicado no Diário Oficial do Município.

Artigo 6º - As entidades que forem qualificadas como Organizações Sociais serão consideradas aptas a assinar contrato de gestão com o Poder Público Municipal e a absorver a gestão e execução de atividades e serviços públicos e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

de interesse público nos termos da Lei Municipal nº 370/2011, somente mediante celebração de contrato de gestão.

CAPÍTULO II

DO CONTRATO DE GESTÃO SEÇÃO I

DAS CLÁUSULAS NECESSÁRIAS DO CONTRATO DE GESTÃO

Artigo 7º - O contrato de gestão celebrado pelo Município, por intermédio da Secretaria Municipal competente, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade contratada, conforme sua natureza e objeto e terá seu extrato publicado no Diário Oficial do Município.

Parágrafo Único - Poderá figurar como interveniente no contrato de gestão entidade integrante da administração indireta do município.

Artigo 8º - Na elaboração do contrato de gestão devem ser observados os seguintes preceitos:

- I - especificação do programa de trabalho, estipulação das metas a serem atingidas e respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;
- II - estipulação dos limites e critérios para a despesa com a remuneração e vantagens de qualquer natureza que vierem a ser percebidas por dirigentes e empregados das Organizações Sociais, no exercício de suas funções;
- III - disponibilidade permanente de documentação para auditoria do Poder Público;
- IV - atendimento à disposição do § 2º do artigo 5º da Lei Municipal nº 370/2011;
- V - vedação à cessão total ou parcial do contrato de gestão pela Organização Social;
- VI - atendimento exclusivo aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS;
- VII - o prazo de vigência do contrato, que deverá ser de até 60 (sessenta) meses, observando sempre o cumprimento das metas estabelecidas, com o percentual mínimo de 70% (setenta por cento) das metas definidas para o período anterior;
- VIII - o orçamento, o cronograma de desembolso e as fontes de receita para a sua execução;
- IX - estipulação da política de preços a ser praticada para execução das atividades objeto do contrato de gestão;
- X - vinculação dos repasses financeiros que forem realizados pelo Poder Público ao cumprimento das metas pactuadas no contrato de gestão;
- XI - discriminação dos bens públicos cujo uso será permitido à Organização Social quando houver;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

XII – em caso de rescisão do contrato de gestão, o patrimônio, os legados ou as doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, reverterão ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados.
Parágrafo Único - O Secretário Municipal competente deverá definir as demais cláusulas necessárias dos contratos de gestão de que for signatário, atendidas as especificidades da área de atuação objeto de fomento, podendo exigir, inclusive, a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras auditadas por auditores independentes.

SEÇÃO II
DA CONVOCAÇÃO PÚBLICA

Artigo 9º - A formalização do contrato de gestão será precedida necessariamente da publicação, no Diário Oficial do Município, de Convocação Pública para Parcerias com Organizações Sociais, da qual constarão:

- I - objeto da (s) parceria (s) que a Secretaria competente pretende firmar, com a descrição sucinta das atividades que deverão ser executadas;
 - II - indicação da data-limite para que as Organizações Sociais qualificadas manifestem expressamente seu interesse em firmar o contrato de gestão;
 - III - metas e indicadores de gestão;
 - IV - limite máximo de orçamento previsto para realização das atividades e serviços, observado o disposto no art. 5º
- § 3º da Lei Municipal nº 370/2011;
- V – critérios técnicos de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
 - VI – prazo, local e forma para apresentação da proposta de trabalho;
 - VII – designação da comissão de seleção; VIII - minuta do contrato de gestão.

Parágrafo Único - As minutas do edital de convocação e do contrato de gestão deverão ser previamente examinadas pela Procuradoria Geral do Município ou, se for o caso de convocação pública pertinente à área da saúde, à Procuradoria-Geral da Fundação Municipal de Saúde.

Artigo 10 - A proposta de trabalho apresentada pela entidade deverá conter os meios e os recursos necessários à prestação dos serviços a serem executados, e, ainda:

- I - especificação do programa de trabalho proposto;
- II - especificação do orçamento detalhado e de fontes de receita;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- III - definição de metas e indicadores de gestão adequados à avaliação de desempenho e qualidade na prestação dos serviços e respectivos prazos de execução;
- IV - estipulação da política de preços a ser praticada, observado o disposto no art. 5º, §3º, da Lei Municipal nº 370/2011 ou atender ao Sistema de Registro de Preços ou tabelas existentes no município;
- V - percentual mínimo de trabalho voluntário.

Artigo 11 - A data-limite referida no inciso II do art. 9º não poderá ser inferior a quinze dias contados da data da publicação da Convocação Pública no Diário Oficial do Município.

Parágrafo Único - No dia seguinte à data-limite, deverá ser publicada em site oficial a relação das entidades que manifestarem interesse na celebração do contrato de gestão, quando houver.

Artigo 12 - Caso não haja manifestação de interesse por parte das Organizações Sociais regularmente qualifica- das, a Secretaria interessada em firmar a parceria poderá repetir o procedimento de convocação quantas vezes forem necessárias.

Artigo 13 - Na hipótese de uma única Organização Social manifestar interesse na formalização do contrato de gestão objeto da convocação, e desde que atendidas às exigências relativas à proposta de trabalho, o Poder Público poderá celebrar com essa entidade o contrato de gestão.

Artigo 14 - Em envelope próprio, além do certificado de qualificação, a Organização Social que houver manifestado tempestivamente seu interesse em firmar contrato com o Município, deverá apresentar comprovação:

- I - da regularidade jurídica;
- II - da boa situação econômico-financeira da entidade; III - da experiência técnica da entidade ou de seu corpo técnico para desempenho da atividade objeto do contrato de gestão;

§ 1º A comprovação da boa situação financeira da entidade, prevista no inciso II deste artigo, far-se-á através do cálculo de índices contábeis usualmente aceitos.

§ 2º A exigência do inciso III deste artigo limitar-se-á à demonstração, pela entidade, de sua experiência técnica e gerencial na área relativa à atividade a ser executada, ou pela capacidade técnica do seu corpo dirigente e funcional, podendo ser exigido, conforme recomende o interesse público, e considerando a natureza dos serviços a serem executados e o tempo mínimo de experiência.

SUBSEÇÃO I COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Artigo 15 - A Comissão Especial de Seleção, instituída mediante portaria do Secretário competente, será composta por 03 (três) membros, sendo um deles designado como seu presidente.

Artigo 16 - Compete à Comissão Especial de Seleção:

- I - receber os documentos e programas de trabalho propostos no processo de seleção;
- II - analisar, julgar e classificar os programas de trabalho apresentados, em conformidade com as regras e critérios estabelecidos no edital, bem como declarar a Organização Social vencedora do processo de seleção;
- III - julgar os requerimentos apresentados no âmbito do processo de seleção e processar os recursos;
- IV - dirimir ou esclarecer eventuais dúvidas ou omissões.

SUBSEÇÃO II

JULGAMENTO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO

Artigo 17 - No julgamento dos programas de trabalho propostos, serão observados os critérios definidos no edital, conforme índices de pontuação expressamente determinados, cuja soma equivalha à nota dez.

Parágrafo Único – Será considerado vencedor do processo de seleção o programa de trabalho proposto que obtiver a maior pontuação na avaliação, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção em relação a cada um dos critérios definidos no edital, ao qual deverá ficar objetivamente vinculada.

Artigo 18 - O resultado do julgamento declarando a Organização Social vencedora do processo de seleção será proferido dentro do prazo estabelecido no edital e publicado no Diário Oficial do Município.

Artigo 19 - Decorridos os prazos sem a interposição de recursos ou após o seu julgamento, a Organização Social vencedora será considerada apta a celebrar o contrato de gestão.

Parágrafo único - Os recursos serão interpostos no prazo de 3 dias após a divulgação de que trata o Art. 18.

SUBSEÇÃO III

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Artigo 20 - Havendo ou não prévio processo seletivo, antes da assinatura do respectivo instrumento, o contrato de gestão deverá ser aprovado, em sua redação final:

- I - pelo titular da Secretaria da respectiva área de atuação;
- II - pelo Conselho de Administração da Organização Social, ou órgão equivalente no caso do conselho ainda não tiver sido constituído.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Artigo 21 - A Secretaria competente providenciará a publicação do extrato do contrato de gestão, após sua assinatura, no Diário Oficial, e o disponibilizará no Portal da Prefeitura na Internet.

Parágrafo único - A Secretaria competente deverá, ainda, disponibilizar, por meio eletrônico, as metas e os indicadores de desempenho pactuados, devidamente atualizados no Portal da Prefeitura na Internet.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Artigo 22 - A execução do contrato de gestão celebrado por Organização Social será fiscalizada pelo Secretário Municipal das áreas fomentadas correspondentes, com o auxílio de Comissão de Avaliação especialmente designada para este fim.

§ 1º O contrato de gestão deve prever a possibilidade de o Poder Público requerer a apresentação, pela entidade qualificada, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no Diário Oficial do Município.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão serão analisados, periodicamente, por Comissão de Avaliação indicada pelo Secretário Municipal, composta por profissionais de notória especialização, que emitirão relatório conclusivo, a ser encaminhado àquela autoridade e aos órgãos de controle interno e externo.

Artigo 23 - Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por Organização Social, dela darão ciência à Procuradoria Geral do Município, Controladoria Geral, Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público, para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação, sob pena, de responsabilidade solidária.

Artigo 24 - Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades cometidas pelas Organizações Sociais à Administração Municipal, ao Tribunal de Contas Estadual ou à Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV

DO FOMENTO ÀS ATIVIDADES SOCIAIS SEÇÃO I REPASSE DE RECURSOS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Artigo 25 - Às Organizações Sociais serão destinados recursos orçamentários e, eventualmente, a cessão especial de servidor ou bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º Ficam assegurados às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão, parcela de recursos para fins do disposto neste Decreto, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela Organização Social, mediante termo aditivo ao contrato que contemple o aumento proporcional da atividade fomentada.

Artigo 26 - As Organizações Sociais poderão captar, com responsabilidade própria, recursos privados para a execução dos contratos de gestão.

SEÇÃO II

PERMISSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS

Artigo 27 - Os bens públicos permitidos para uso vinculado ao contrato de gestão poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Município.

Parágrafo único - A permuta de que trata o “caput” dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Prefeito.

Artigo 28 - Não poderão ser objeto de permissão de uso para fins de execução dos serviços objeto de contrato de gestão as escolas da rede pública municipal de ensino.

§ 1º Os bens móveis e imóveis objeto da permissão de uso de que trata o “caput” deste artigo deverão ser previamente inventariados e relacionados circunstanciadamente em anexo integrante do contrato de gestão.

§ 2º As condições para permissão de uso serão aquelas especificadas no contrato de gestão.

Artigo 29 - Fica facultada a extensão, no âmbito do Município, os efeitos dos artigos 12, 13 e 14 da Lei Municipal nº 370/2011, para as entidades qualificadas como Organizações Sociais pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie as normas gerais emanadas da União, bem como os da legislação específica de âmbito estadual.

CAPÍTULO V

DA DESQUALIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Artigo 30 - As Secretarias Municipais competentes nas áreas de atuação referidas no art. 1º da Lei Municipal nº 370/2011, iniciarão o procedimento para



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

desqualificação da Organização Social, nas hipóteses elencadas neste Decreto.

Artigo 31 - A desqualificação ocorrerá quando a entidade:

- I – deixar de preencher os requisitos que originaria- mente deram ensejo à sua qualificação;
- II – não adaptar, no prazo legal, seu estatuto às exigências dos incisos I a IV do art. 3º da Lei Municipal nº 370/2011;
- III - dispuser de forma irregular dos recursos, bens ou servidores públicos que lhe forem destinados;
- IV - descumprir as normas estabelecidas na Lei Municipal nº 370/2011, neste Decreto ou na legislação municipal a qual deva ficar adstrita.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo conduzido pela Comissão de Qualificação de Organizações Sociais, assegurado o direito de ampla defesa respondendo os dirigentes da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A perda da qualificação como Organização Social acarretará a imediata rescisão do contrato de gestão firmado com o Poder Público Municipal.

§ 3º A desqualificação importará a reversão dos bens cujo uso tenha sido permitido pelo Município e do saldo remanescente de recursos financeiros entregues à utilização da Organização Social, sem prejuízo das sanções contratuais, penais e civis aplicáveis.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 32 - A Organização Social fará publicar na imprensa e no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de noventa dias contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de serviços e obras necessários à execução do contrato de gestão, e ainda compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Artigo 33 - Os Conselheiros e Diretores das Organizações Sociais não poderão exercer outra atividade remunera- da, com ou sem vínculo empregatício, na mesma entidade.

Artigo 34 - Todas as publicações feitas no Diário Oficial do Município, determinadas na Lei Municipal nº 370/2011.

Parágrafo Único - O Poder Executivo deverá disponibilizar na rede pública de dados relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, incluindo a prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Artigo 35 - O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, bem como pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo da execução do contrato de gestão, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do contrato de gestão pelo órgão interessado.

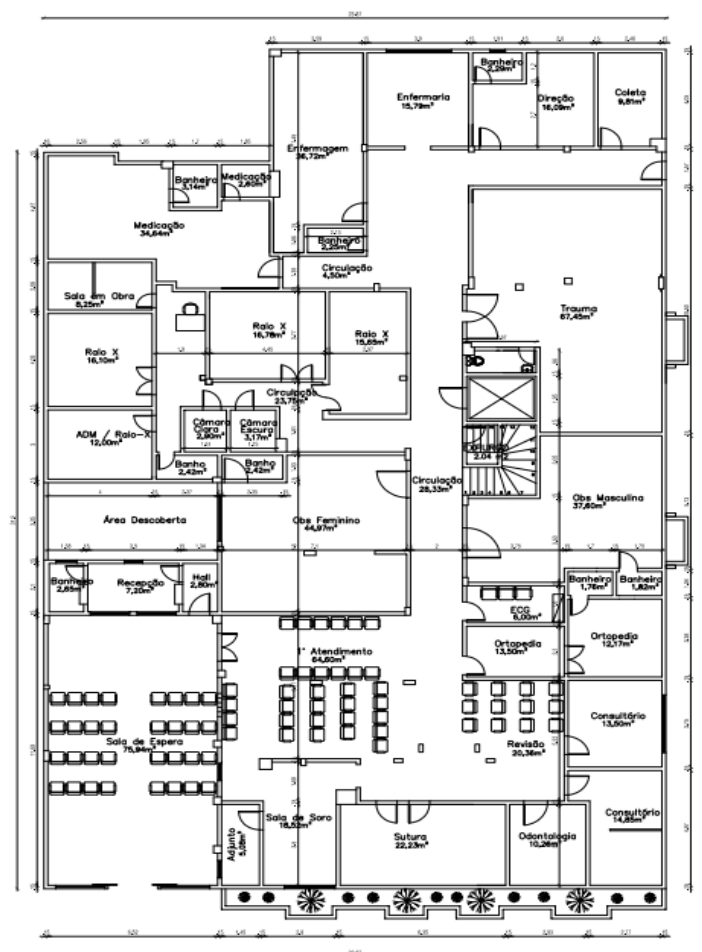
Artigo 36 - A seleção de pessoal, da mesma forma como a contratação de obras e serviços, deve ser posta em prática através de um procedimento objetivo e impessoal.

Artigo 37 - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



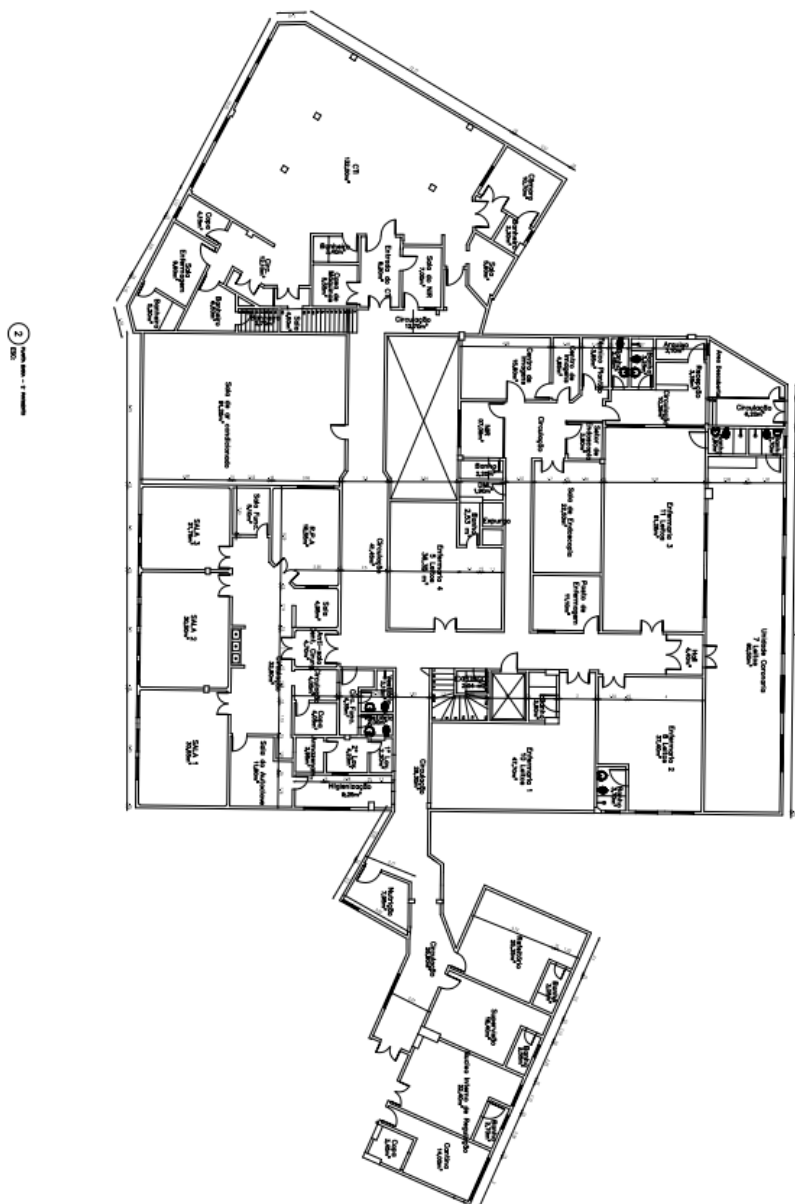
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ANEXO L – PLANTA BAIXA UNIDADE MUNICIPAL DE PRONTO
ATENDIMENTO - PRONTO-SOCORRO CENTRAL DR.º ARMANDO
GOMES DE SÁ COUTO (PSC).**



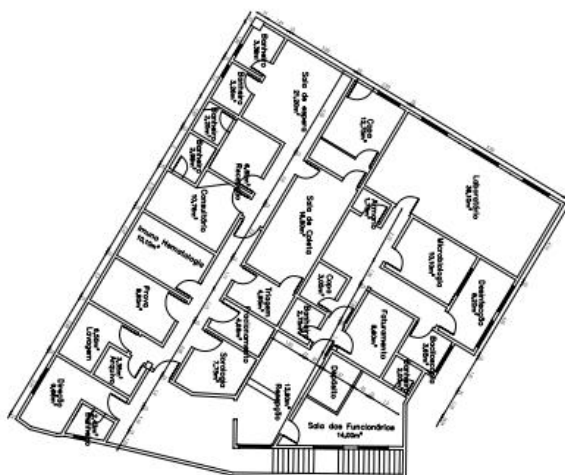


ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

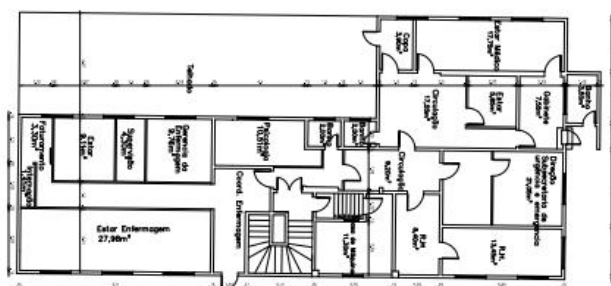




ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE



1
Escala: 1:500





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO II - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2018

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(em papel timbrado da Organização Social)

À Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo – FMS-SG
(Endereço)

Prezado Presidente,

Pela presente, fica credenciado(a) o(a) Sr(a).
_____, subscritor(a) da carteira de identidade n.º
_____, expedida pelo _____, para representar a Organização
Social _____, inscrita no Cadastro Nacional
de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n.º _____, no
Chamamento Público n.º 001/2018, a ser realizada em __/__/2018, podendo
para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive prestar
esclarecimentos, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se sobre
a sua renúncia e eventual desistência.

Atenciosamente,

São Gonçalo, _____ de _____ de 2018.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO III - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2018

MODELO DE DECLARAÇÃO/ATESTADO DE VISITA (MODELO)

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº ____.

(endereço da Organização Social)

(nome completo e qualificação do representante legal da Organização Social),
DECLARO que o(a) Sr(a). (nome completo e qualificação do profissional
indicado da Organização Social), profissional indicado por essa Organização
Social, realizou visita para fins de vistoria técnica ao (local ou equipamento
visitado), acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de
todas as condições locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao
objeto da Chamamento Público n.º 001/2018, as quais serão consideradas
quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2018.

Agente Público

Profissional Indicado pela Organização Social



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO IV - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2018

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
SUPERVENIENTE**

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº ____.

(endereço da Organização Social)

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não existe fato
superveniente ao cadastramento que possa impedir nossa habilitação.

São Gonçalo, ____ de ____ de 2018.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO V - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2018

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DE
PESSOA DA DIRETORIA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM OUTRA
FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO**

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº ____.

(endereço da Organização Social)

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que em nossa Diretoria não há pessoa que participe de outra Fundação Privada ou e que não somos controlados por grupo de pessoas físicas ou jurídicas que controla outra Organização Social.

São Gonçalo, ____ de ____ de 2018.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO VI - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2018

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NÃO POSSUI EM SEUS QUADROS FUNCIONAIS, PROFISSIONAIS QUE TENHAM OCUPADO CARGO INTEGRANTE DOS 1º E 2º ESCALÕES DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

(endereço da Organização Social)

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que a Organização Social não possui quadros funcionais, profissionais que tenham ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da estrutura da administração pública municipal nos últimos 12 meses.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2018.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO VII - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2018

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A INSTITUIÇÃO NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOA QUE PARTICIPE DE OUTRA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DE QUE NÃO É CONTROLADA POR GRUPO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE CONTROLA OUTRA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

(endereço da Organização Social)

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que a Organização Social não possui em sua diretoria pessoa que participe da diretoria de outra Organização Social e de que não é controlada por grupo de pessoas físicas ou jurídicas que controla outra organização social.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2018.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO VIII - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2018

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A INSTITUIÇÃO NÃO EMPREGA
MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU
INSALUBRE, E DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS**

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº ____.

(endereço da Organização Social)

DECLARAMOS, sob as penalidades lei, que a Organização Social não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e
de que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

São Gonçalo, ____ de ____ de 2018.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO IX - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2018

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO IMÓVEL
SITUADO À RUA _____ Nº. _____ NO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, NESTE ESTADO E
DOS BENS MÓVEIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM: 1)
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO
FONÇALO, COMO PERMITENTE, E
2) _____, COMO PERMISSIONÁRIO, NA
FORMA ABAIXO:**

Aos ____ dias do mês de _____ de 2018, a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 39.260.120/0001-63, domiciliada à Rua Dr. Nilo Peçanha, n.º 110, 13º andar, Centro – São Gonçalo/RJ, CEP 24445-360, doravante designado simplesmente **PERMITENTE**, neste ato representado pelo seu representante legal, Senhor(a) (nome), (nacionalidade), (profissão), (estado civil), subscritor(a) da cédula de identidade n.º _____, devidamente inscrito(a) sob o n.º _____, e, de outro lado a Organização Social (nome), pessoa jurídica de direito público privado, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____ CNES n.º _____, domiciliada à _____, doravante designado simplesmente **PERMISSIONÁRIA**, neste ato representado pelo seu representante legal, Senhor(a) (nome), (nacionalidade), (profissão), (estado civil), subscritor(a) da cédula de identidade n.º _____, devidamente inscrito(a) sob o n.º _____, é assinado o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL E DE BENS MÓVEIS a título precário, na forma do constante no procedimento administrativo n.º _____/_____ e que se regerá pelas seguintes normas: Lei Orgânica do Município de São Gonçalo, promulgada em 04 de abril de 1990, com suas atualizações e na forma do instrumento convocatório, aplicando-se a este Termo, irrestrita e incondicionalmente, suas disposições, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto desta permissão de uso o imóvel de propriedade do Município, localizado à Rua Praça Estephanea de Carvalho, S/N, Zé Garoto, São Gonçalo – RJ, e os bens móveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS

2.1 Os bens que terão o uso permitido através do presente instrumento destinar-se-ão, exclusivamente, à prestação de assistência à saúde de usuários do SUS, vedada a sua destinação para finalidade diversa, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1 A presente permissão de uso se rege pelo disposto na Lei Orgânica do Município de São Gonçalo, promulgada em 04 de abril de 1990, com suas atualizações, bem como pelas demais normas legais em vigor ou que venham a ser posteriormente editadas sobre a utilização de imóveis do patrimônio municipal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1 A presente permissão de uso será válida apenas enquanto estiver o em vigor o contrato de gestão, do qual é parte integrante.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONSERVAÇÃO DOS BENS

5.1 Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a conservar os bens que tiverem o uso permitido, mantendo-os permanentemente limpo e em bom estado de conservação, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições, a sua guarda, até a efetiva devolução.

CLÁUSULA SEXTA – DAS MONTAGENS, CONSTRUÇÕES, BENFEITORIAS

6.1 É vedado ao PERMISSIONÁRIO realizar construções ou benfeitorias, sejam estas de quaisquer naturezas, sem prévia e expressa autorização da PERMITENTE, devendo-se subordinar eventual montagem de equipamentos ou a realização de construções também às autorizações e aos licenciamentos específicos das autoridades estaduais e municipais competentes;

6.2 Finda a permissão de uso, reverterão automaticamente ao patrimônio do PERMITENTE, sem direito à indenização ou à retenção em favor do PERMISSIONÁRIO, todas as construções, benfeitorias, equipamentos e/ou instalações existentes no imóvel, assegurado ao PERMITENTE,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

contudo, o direito de exigir a sua reposição à situação anterior e a indenização das perdas e danos que lhes venham a ser causadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a assegurar o acesso aos bens que tenham o uso permitido aos servidores da PERMITENTE, ou de quaisquer outras repartições estaduais, incumbidos de tarefas de fiscalização geral, ou em particular, da verificação do cumprimento das disposições do presente termo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS

8.1 A PERMITENTE não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidos pelo PERMISSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso dos bens objeto deste termo. Da mesma forma, a PERMITENTE não será responsável, seja a que título for, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, visitantes, subordinados, prepostos ou contratantes.

CLÁUSULA NONA – DOS OUTROS ENCARGOS

9.1 O PERMISSIONÁRIO fica obrigado a pagar toda e qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente deste termo ou da utilização dos bens e da atividade para a qual a presente permissão é outorgada, inclusive encargos previdenciários, trabalhistas e securitários,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

cabendo ao PERMISSIONÁRIO providenciar, especialmente, os alvarás e seguros obrigatórios e legalmente exigíveis;

9.1 O PERMISSIONÁRIO não terá direito a qualquer indenização por parte da PERMITENTE, no caso de denegação de licenciamento total ou parcial da atividade que se propõe a realizar no imóvel objeto deste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESTRIÇÕES OUTRAS NO EXERCÍCIO DOS DIREITOS DESTA PERMISSÃO

10.1 O PERMISSIONÁRIO reconhece o caráter precário da presente permissão e obriga-se, por si, seus herdeiros e sucessores:

10.1.1 a restituir o imóvel e os bens móveis a PERMITENTE, nas condições previstas na cláusula 13, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento do aviso que lhe for dirigido, sem que haja necessidade do envio de qualquer interpelação ou notificação judicial, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa;

10.1.2 a não usar os bens senão na finalidade prevista na cláusula segunda deste termo;

10.1.3 a não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, os bens objeto desta permissão ou os direitos e obrigações dela decorrentes,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

salvo com expressa e prévia decisão autorizativa da PERMITENTE e assinatura de termo para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO

11.1 Finda a qualquer tempo a permissão de uso deverá o PERMISSIONÁRIO restituir os bens em perfeitas condições de uso, conservação e habitabilidade;

11.2 Qualquer dano porventura causado aos bens que tiverem o uso permitido será indenizado pelo PERMISSIONÁRIO, podendo a PERMITENTE exigir a reposição das partes danificadas ao estado anterior ou o pagamento do valor correspondente ao prejuízo em dinheiro, como entender melhor atenda ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DEVOLUÇÃO DOS BENS

12.1 O PERMISSIONÁRIO ficará sujeito à multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do CONTRATO DE GESTÃO, se findada por qualquer das formas aqui previstas a permissão de uso e o PERMISSIONÁRIO não restituir os bens na data do seu termo ou sem a observância das condições em que o recebeu;

12.2 A multa incidirá até o dia em que os bens forem efetivamente restituídos ou retornem àquelas condições originais, seja por providências do PERMISSIONÁRIO, seja pela adoção de medidas por parte da PERMITENTE. Nesta última hipótese, ficará o PERMISSIONÁRIO também



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

responsável pelo pagamento de todas as despesas realizadas para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REMOÇÃO DE BENS

13.1 Terminada a permissão de uso ou verificado o abandono do imóvel pelo PERMISSIONÁRIO, poderá a PERMITENTE promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens não incorporados ao seu patrimônio, que não tenham sido espontaneamente retirados do imóvel, sejam eles do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, subordinados, prepostos, contratantes ou de terceiros.

13.1.1 Os bens anteriormente mencionados poderão ser removidos pela PERMITENTE para local de sua escolha, não ficando este responsável por qualquer dano que aos mesmos venham a ser causados, antes, durante ou depois da remoção compulsória, nem tampouco pela sua guarda, cujas despesas ficam a cargo do PERMISSIONÁRIO;

13.1.2 Se esses bens não forem retirados pelos respectivos proprietários, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a data de sua remoção, poderá a PERMITENTE, mediante decisão e a exclusivo critério do Senhor(a) Presidente do Permitente:

13.1.2.1 doá-los, em nome do PERMISSIONÁRIO, a qualquer instituição de beneficência ou, quando de valor inexpressivo, deles dispor livremente;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.1.2.2 vendê-los, ainda em nome do PERMISSIONÁRIO, devendo, nessa hipótese, empregar a quantia recebida para o ressarcimento de qualquer débito do PERMISSIONÁRIO para com a PERMITENTE ou de despesas incorridas, depositando eventual saldo positivo, em nome do PERMISSIONÁRIO, na Secretaria Municipal de Fazenda. Para a prática dos atos supra-mencionados, concede o PERMISSIONÁRIO, neste ato, a PERMITENTE, poderes bastantes, com expressa dispensa da obrigação de prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO DE PLENO DIREITO

14.1 A presente permissão de uso estará rescindida de pleno direito com o término da vigência do Contrato de gestão.

14.1.1 Além do término do contrato de gestão, o descumprimento, pelo PERMISSIONÁRIO, de qualquer das obrigações assumidas dará a PERMITENTE o direito de considerar rescindida de pleno direito a presente permissão, mediante aviso com antecedência de 30 (trinta) dias;

14.1.2 Rescindida a permissão, a PERMITENTE, de pleno direito, se reintegrará na posse do imóvel e de todos os bens móveis afetados à permissão, oponível inclusive a eventuais cessionários e ocupantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1 O PERMISSIONÁRIO será notificado das decisões ou dos despachos proferidos ou que lhe formulem exigências através de qualquer uma das seguintes formas:

15.1.1 Publicação no Diário Oficial do Município, com a indicação do número do processo e nome do PERMISSIONÁRIO;

15.1.2 por via postal, mediante comunicação registrada e endereçada ao PERMISSIONÁRIO, com aviso de recebimento (A.R.);

15.1.3 pela ciência que do ato venha a ter o PERMISSIONÁRIO:

15.1.3.1 no processo, em razão de comparecimento espontâneo ou a chamado de repartição do MUNICÍPIO;

15.1.2.3 por meio do recebimento de auto de infração ou documento análogo.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DO RITO PROCESSUAL

16.1 A cobrança de quaisquer quantias devidas a PERMITENTE e decorrentes do presente Termo, inclusive multas, far-se-á pelo processo de execução, mediante inscrição em Dívida Ativa, na forma da lei;

16.2 Por essa via a PERMITENTE poderá cobrar não apenas o principal devido, mas ainda juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária, multa contratual, fixada em 10% (dez por cento) do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

valor do débito, e honorários de advogado, pré-fixados estes em 20% (vinte por cento) do valor em cobrança, além das custas e despesas do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES JURÍDICO-PESSOAIS

17.1 O PERMISSIONÁRIO apresenta, neste ato, toda a documentação legal comprovando o atendimento das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura deste Termo, que, lido e achado conforme, é rubricado e assinado pelas partes interessadas, pelas testemunhas e por mim que o lavrei.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2018.

Fundação Municipal de Saúde

Organização Social

Testemunhas:

1. Nome: _____;

Identidade: _____;

CPF: _____;

Endereço: _____.

2. Nome: _____;

Identidade: _____;

CPF: _____;

Endereço: _____.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO X - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2018

CONTRATO DE GESTÃO

CONTRATO DE GESTÃO ENTRE A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL _____, COM VISTAS À GESTÃO, GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO PRONTO-SOCORRO CENTRAL DR. ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC)

Aos ____ dia do mês de _____ do ano de 2018, a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO (FMS-SG)**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 39.260.120/0001-63, domiciliada à Rua Dr. Nilo Peçanha, n.º 110, 13º andar, Centro – São Gonçalo/RJ, CEP 24445-360, neste ato representada por seu Presidente, (nome completo), (nacionalidade), (profissão), (estado civil), subscritor(a) da cédula de identidade n.º _____ – expedida pelo (órgão/UF), devidamente inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a Organização Social _____, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____, domiciliada à (endereço completo), representada por (nome do representante legal da organização social),



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

(nacionalidade), (profissão), (estado civil), subscritor(a) da cédula de identidade n.º _____ – expedida pelo (órgão/UF), devidamente inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, doravante denominada **CONTRATADA**, nos autos do procedimento administrativo n.º _____/_____, após Chamamento Público n.º 001/2018, homologado por despacho do Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo (FMS-SG), datado de ____/____/2018, publicado no DO em ____/____/2018, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE GESTÃO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA– LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 Este CONTRATO DE GESTÃO se rege por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pela Lei Municipal n.º 370/2011, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 008/2018, pela Lei Federal n.º 8.080/1990, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 7.508/2011; e, no que couber, pelas normas da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições do Edital de Chamamento Público e de seus anexos, tais como o Projeto Básico, e o Programa de Trabalho da CONTRATADA e pelas disposições deste CONTRATO DE GESTÃO;

1.2 A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se incondicional e irrestritamente às suas prescrições, sistema de penalidades e demais regras nelas constantes ainda que não expressamente transcritas neste instrumento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 O objeto deste CONTRATO DE GESTÃO é a GESTÃO, GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE no âmbito do PRONTO-SOCORRO DR. ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC), consoante com o Projeto Básico (Anexo I do Edital) e Programa de Trabalho da Organização Social (Anexo Técnico F), que fazem parte integrante do presente ajuste, e cronograma de desembolso previsto neste CONTRATO DE GESTÃO;

2.2 O objeto deste CONTRATO DE GESTÃO poderá sofrer alteração quantitativas e qualitativas, nos termos das regras previstas no Edital e de seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – PROGRAMA DE TRABALHO, METAS E INDICADORES

3.1 O Projeto Básico e o Programa de Trabalho são partes integrantes do presente CONTRATO DE GESTÃO, contendo sua especificação, estipulação das metas a serem atingidas e respectivos prazos e regime de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

3.2 As metas físicas especificadas no Projeto Básico (Anexo I do Edital) poderão ter adequações no escopo pela administração pública de acordo com a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.1 O prazo inicial de vigência do Contrato de Gestão, decorrente do presente Chamamento Público, será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura;

4.2 O prazo do Contrato de Gestão poderá ser prorrogado, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, depois de demonstrada a consecução dos objetivos contratuais e das metas estabelecidas, mediante a aprovação da gestão pela Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) e pela Autoridade Administrativa supervisora e, ainda, a indicação, garantia e aprovação dos recursos orçamentários necessários para as despesas.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS FINANCEIROS

5.1 Para o cumprimento das metas e objetivos pactuados neste CONTRATO DE GESTÃO, a CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, na forma e nas condições do cronograma de desembolso, o valor global de R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), cuja despesa prevista para o presente exercício será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho n.º 2351.10.302.2049.2.107;

Natureza da Despesa n.º 3.3.90.39.00;

Fonte n.º 00 e 21.

5.2 Os recursos repassados à CONTRATADA serão depositados em conta bancária vinculada ao _____, agência _____, conta corrente _____;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

5.3 A movimentação dos recursos que forem repassados à CONTRATADA se dará em conta corrente específica e exclusiva, no (nome da instituição financeira) referida na cláusula anterior, de modo que não sejam confundidos com os seus recursos de outra origem. Os respectivos extratos de movimentação mensal deverão ser encaminhados mensalmente à CONTRATANTE;

5.4 Os saldos do CONTRATO DE GESTÃO, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em:

5.4.1 em cadernetas de poupança se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

5.4.2 em fundos de curto prazo; e/ou

5.4.3 em operações com títulos públicos federais.

5.5 As aplicações financeiras nos produtos da cláusula anterior serão feitas sempre na mais vantajosa remuneração do capital, em conformidade com a adequação do prazo disponibilizado à aplicação, cotejada com sua taxa de retorno;

5.6 A liberação dos recursos se dará mensalmente, sendo a primeira parcela liberada no ato da assinatura do presente CONTRATO DE GESTÃO, obedecido o seguinte cronograma:

Estimativa de Valores Unitários, Matas Física e Cronograma de Desembolso

Itens de	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Total
Custeio													



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

A – Pessoal													
Salários													
Outras Formas de Contratações													
Encargos													
Provisionamentos (13 Salário e Férias)													
Provisionamentos (Rescisão)													
Benefícios													
Outras (HE, AN e Insal)													
Total (A)													

B - Materiais e Medicamentos													
Medicamentos													
Materiais de Consumo													
Dieta Interal e Parainteral													
Outras (a especificar)													
Total (B)													

C - Área de Apoio													
Água e Esgoto													
Alimentação													
Coleta de Resíduos Hospitalares													
Energia Elétrica													
Exames Laboratoriais e de Imagem													
Hemodiálise													
Lavanderia													
Limpeza PJ													
Prest. Serviços - Apoio Adm.													
Segurança Patrimonial e Vigilância													
Seguros													
Telefone													



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Transporte - Ambulância /Veículos													
Uniforme													
Manutenção Equip. Hosp.													
Manutenção Predial													
Outras (a especificar)													
Total (C)													

D - Gerenciais e Administrativas													
Assessoria Jurídica													
Auditorias Contábil, Fiscal e Financeira													
Contabilidade													
Educação Continuada													
Material de Escritório													
Tecnologia da Informação													
Outras (Rateio da OS)													

Total (D)													
------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Total do Custeio (a+b+c+d) =e													
--------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

F - Itens de investimentos*													
Outras (a especificar)													

TOTAL GERAL DO CONTRATO DE GESTÃO = E+F	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XXX.X
	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	X.XX	XXX,X
	X,XX	X,XX	X,XX	X,XX	X,XX	X,XX	X,XX	X,XX	X,XX	X,XX	X,XX	X,XX	X

5.7 As parcelas serão repassadas em estrita conformidade com o programa de trabalho aprovado, salvo autorização prévia da CONTRATADA, podendo ser retidas até o saneamento de impropriedades nas seguintes hipóteses:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

5.7.1 Quando não tiver havido comprovação de boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida;

5.7.2 Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos e atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas;

5.7.3 Nas demais hipóteses previstas neste CONTRATO DE GESTÃO.

5.8 Os valores correspondentes aos repasses financeiros estão vinculados ao cumprimento das metas pactuadas no programa de trabalho, cabendo à Comissão de Técnica de Fiscalização (CFT) verificar o percentual de atendimento das aludidas metas;

5.9 A CONTRATADA poderá captar, com responsabilidade própria, recursos privados para a execução deste CONTRATO DE GESTÃO, hipótese em que haverá redução equivalente dos repasses a serem realizados pela CONTRATANTE ou alteração do programa de trabalho para a formalização do incremento proporcional das metas em relação aos recursos obtidos. Ambas as situações dependem da celebração de termo aditivo;

5.10 Fica vedada a utilização dos repasses orçamentários destinados a este CONTRATO DE GESTÃO para o custeio de taxa de administração;

5.11 Os repasses orçamentários destinados ao pagamento de despesas de natureza administrativa e/ou gerenciamento não poderão ultrapassar o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

percentual de 6% (seis por cento) do valor global do CONTRATO DE GESTÃO, sendo vedada a utilização de tais recursos para o pagamento de despesas não atreladas ao objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO. Tais despesas serão detalhadas no programa de trabalho e somente serão pagas se forem discriminadas, justificadas e documentalmente comprovadas;

5.12 O montante de recursos orçamentários previstos e repassados à CONTRATADA a título de provisionamento deverá ser depositado em conta específica, preferencialmente em conta de poupança, que só poderá ser movimentada com prévia autorização da CONTRATANTE, ficando vedada a utilização desses recursos para custear despesas que não sejam oriundas de processos rescisórios ou de provisionamentos obrigatórios;

5.13 Fica facultado requerimento de ressarcimento previsto no artigo 32 da Lei Federal n.º 9.656/1998

CLÁUSULA SEXTA – REPASSES ORÇAMENTÁRIOS

6.1 Os repasses serão realizados de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido na cláusula 5.6.

CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO

7.1 Por ocasião da prorrogação na forma da cláusula 4.2, em havendo interesse público que justifique o aumento do custo nominal do contrato de gestão e dotação orçamentária específica para esse fim, os repasses



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

financeiros para consecução dos objetivos do contrato de gestão poderão ser revistos;

7.2 No caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto do contrato de gestão, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria;

7.3 Em relação aos demais custos e despesas previstos no contrato de gestão, será observado como limite para revisão a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - Especial (IPCA-E) do IBGE;

7.4 Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos no programa de trabalho exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva;

7.5 O pleito deverá ser apresentado por meio de planilha analítica, sendo submetida à análise da CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Disponibilizar à CONTRATADA os meios necessários à execução do presente objeto, conforme previsto neste CONTRATO DE GESTÃO e em seus anexos.

8.2 Realizar o repasse de recursos na forma disposta no Projeto Básico, no Programa de Trabalho e na cláusula 5.6 deste CONTRATO DE GESTÃO;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.3 Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e controle da execução do presente CONTRATO DE GESTÃO, bem como da aplicação dos recursos repassados, na forma disposta no Projeto Básico, no programa de trabalho e neste CONTRATO DE GESTÃO.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Desenvolver em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde a implantação e/ou execução das atividades, objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO, observando as condições e obrigações estabelecidas no Projeto Básico, no Programa de Trabalho e na legislação aplicável;

9.2 Adotar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, inclusive as que possam afetar os serviços a cargo de eventuais concessionários;

9.3 Responsabilizar-se, civil e criminalmente, independentemente da adoção de eventuais medidas preventivas, pelos danos e prejuízos, de qualquer natureza, inclusive materiais, morais e estéticos, que causar a Administração Pública ou a terceiros, decorrente de atos praticados em decorrência da execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, respondendo por si e por seus sucessores pela obrigação de pagar as indenizações eventualmente cabíveis, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização empreendida pela CONTRATANTE;

9.4 Atender às diretrizes, determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.5 Cumprir as metas relacionadas no programa de trabalho;

9.6 Providenciar a publicação na imprensa e no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de 30 dias (trinta dias) corridos a contar da assinatura do presente CONTRATO DE GESTÃO, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras, serviços e compras a serem realizadas com recursos públicos, o qual observará a política de preços apresentada no programa de trabalho, bem como, sempre que possível, os preços constantes de atas de registro de preços ou das tabelas constantes do sistema de custos existentes no âmbito da Administração Pública, desde que sejam mais favoráveis;

9.6 Elaborar, submeter à aprovação do Conselho de Administração e encaminhar à CONTRATANTE, na forma e prazo por ela estabelecidos, os relatórios de execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;

9.7 Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que dê causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização dentre outros;

9.8 Bem administrar os bens móveis e imóveis públicos a ela cedidos;

9.9 Responsabilizar-se pelos custos previstos no Projeto Básico e no Programa de Trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais sociais e comerciais resultantes, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATO DE GESTÃO pela CONTRATANTE;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.10 Zelar para que os recursos financeiros repassados pela CONTRATANTE sejam exclusivamente aplicados na consecução dos objetivos e metas previstos no programa de trabalho, atentando para a observância do princípio da economicidade;

9.11 Prestar contas dos recursos repassados pela CONTRATANTE, na forma prescrita no presente CONTRATO DE GESTÃO;

9.12 Prestar sempre que solicitado, quaisquer outras informações sobre a execução, inclusive financeira deste CONTRATO DE GESTÃO;

9.13 Produzir, guardar e disponibilizar à CONTRATANTE, na forma e prazo por ela estabelecidos, quaisquer dados, informações e documentos;

9.14 Permitir a supervisão, fiscalização e avaliação da CONTRATANTE, por meio de seus órgãos de controle interno, sobre o objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO;

9.15 Permitir que os órgãos de Controle Interno e Controle Externo do Poder Público Municipal tenham amplo e irrestrito acesso à documentação contábil e financeira da entidade como um todo, e à decorrente do contrato de gestão, com azo no artigo 22, § 2º, do Decreto Municipal n.º 008/18;

9.16 Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação relativos às atividades públicas gratuitas desenvolvidas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.17 Manter atualizadas as informações cadastrais junto à CONTRATANTE, comunicando à mesma e às Comissões Qualificadora de Organizações Sociais e Técnica de Fiscalização de quaisquer alterações nos seus atos constitutivos;

9.18 Manter a boa ordem e guarda dos documentos originais que comprovem as despesas realizadas para a execução do presente CONTRATO DE GESTÃO;

9.19 Utilizar processo seletivo para a contratação de pessoal, estipulando e tornando públicos, previamente, os critérios objetivos e impessoais, de natureza técnica que serão adotados;

9.20 Responsabilizar-se pela contratação do pessoal necessário à execução das atividades, respeitando o disposto no Projeto Básico e no programa de trabalho, observando as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas e previdenciárias, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso;

9.21 Adotar valores compatíveis com os níveis médios de remuneração, praticados na rede privada, no pagamento de salários e de vantagens de qualquer natureza aos seus empregados e dirigentes;

9.22 Responsabilizar-se, na forma do CONTRATO DE GESTÃO, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização do objeto do CONTRATO DE GESTÃO até o seu término, respondendo integral e exclusivamente, em



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

juízo ou fora dele, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações, presentes ou futuras, desde que os repasses de recursos financeiros tenham obedecido ao cronograma estabelecido neste CONTRATO DE GESTÃO:

9.22.1 Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente CONTRATO DE GESTÃO, com a inclusão do Município de São Gonçalo ou de Entidade da Administração Pública Indireta como responsável subsidiário ou solidário, a CONTRATANTE poderá reter, dos repasses devidos, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

9.22.2 No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente CONTRATO DE GESTÃO, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária da CONTRATANTE, os repasses devidos poderão ser retidos até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

9.22.3 As retenções previstas nas cláusulas 9.22.1 e 9.22.2 poderão ser realizadas tão logo tenha ciência a CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso a CONTRATANTE seja compelido a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.22.4 Eventuais retenções previstas nas cláusulas 9.22.1 e 9.22.2 somente serão liberadas pela CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada;

9.22.5 As multas decorrentes dos pagamentos em atraso das obrigações de responsabilidade da CONTRATADA serão arcadas por essa última, desde que o repasse tenha obedecido ao cronograma de desembolso.

9.23 Manter as condições de habilitação, de regularidade fiscal e qualificação exigidas na convocação pública durante todo prazo de execução do CONTRATO DE GESTÃO;

9.24 Os equipamentos e instrumental necessários para a realização dos serviços contratados deverão ser mantidos pela CONTRATADA em perfeitas condições;

9.25 Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes que porventura venham a ser adquiridos com recursos repassados em decorrência deste CONTRATO DE GESTÃO serão automaticamente incorporados ao patrimônio do CONTRATANTE, hipótese em que a CONTRATADA deverá entregar a documentação necessária ao processo de incorporação dos referidos bens, no prazo de três dias úteis após a aquisição, juntamente com declaração emitida pela CONTRATADA de que os bens estão fisicamente na unidade onde se desenvolve o contrato de gestão e em perfeitas condições de uso;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.26 Apresentar a consolidação de todos os contratos de prestação de serviço por ela mantidos (RET – Relação de Tomadores/Obras) e conceder a outorga eletrônica para acesso ao extrato individualizado de cada empregado utilizado no contrato com a CONTRATANTE;

9.27 Efetivar contratação de serviços de natureza continuada como limpeza, segurança, conectividade, além de todo e qualquer serviço que impacte positivamente no alcance das metas, desde que não impliquem na cessão parcial ou total do objeto deste contrato, respeitadas a economicidade e a eficiência financeira do CONTRATO DE GESTÃO, em conformidade com o programa de trabalho e com o regulamento próprio para a contratação de obras, serviços e compras;

9.28 Não distribuir, sob nenhuma forma, lucros, excedentes financeiros ou resultados entre seus dirigentes, associados, membros do Conselho de Administração ou empregados;

9.29 Nas hipóteses de extinção do CONTRATO DE GESTÃO, cooperar integralmente com as demandas do grupo de transição criado para esse fim, por meio da indicação de representantes e de disponibilização de quaisquer informações solicitadas pela CONTRATANTE;

9.28 Comprometer-se a guardar sigilo de todas as informações assistenciais ou de cunho administrativo, relacionadas à execução do presente CONTRATO DE GESTÃO, seja verbalmente ou por escrito, em forma eletrônica, textos, desenhos, projetos, fotografias, gráficos, plantas, planos, programas de computador ou qualquer outra forma, fornecendo-as a terceiros somente com a prévia autorização da CONTRATANTE ou sob sua demanda;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.29 Atender às exigências da CONTRATANTE acerca da plena utilização de sistemas informatizados para execução das atividades de gestão assistencial, administrativa e econômico-financeira, já adotados ou que venham a ser implantados ao longo da execução deste CONTRATO DE GESTÃO, para fins de controle e monitoramento, permitindo o acesso de profissionais previamente indicados pela CONTRATANTE;

9.30 Os sistemas informatizados utilizados pela CONTRATADA deverão permitir customizações que possibilitam sua integração com outros sistemas que a CONTRATANTE já utilize ou que venha a utilizar durante a vigência deste CONTRATO DE GESTÃO;

9.31 Disponibilizar a CONTRATANTE, a qualquer tempo, as informações pertinentes ao acompanhamento e atingimento das metas previstas no Contrato de Gestão;

9.32 Apresentar a CONTRATANTE, no prazo por ele definido, o Plano Estratégico para a sua ação nos anos de 2017 e 2018, observando a proposta orçamentária e cronograma de desembolso dos recursos a serem repassados apresentados no programa de trabalho;

9.33 Prestar os serviços de saúde que estão especificados no Projeto Básico e no Programa de Trabalho, de acordo com o estabelecido neste CONTRATO DE GESTÃO, na Lei Federal n.º 8.080/1990, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 7.508/2011, e na Lei Federal n.º 8.142/1990, com observância dos princípios do SUS, e em especial:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.33.1 Universalidade de acesso aos serviços de saúde;

9.33.2 Integralidade de assistência, entendida como sendo o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso, em atuação conjunta com os demais equipamentos do Sistema Único de Saúde existentes no Município;

9.33.2 Gratuidade de assistência, sendo vedada a cobrança em face de pacientes ou seus representantes, responsabilizando-se a CONTRATADA por cobrança indevida feita por seu empregado ou preposto;

9.33.3 Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;

9.33.4 Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

9.33.5 Direito de informação às pessoas assistidas sobre sua saúde;

9.33.6 Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;

9.33.7 Fomento dos meios para participação da comunidade por intermédio de Conselhos Gestores Locais e demais fóruns de participação popular;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.33.8 Prestação dos serviços com qualidade e eficiência, utilizando-se dos equipamentos de modo adequado e eficaz.

9.34 Na prestação dos serviços de saúde, a CONTRATADA deverá observar:

9.34.1 Respeito aos direitos dos pacientes, atendendo-os com dignidade de modo universal e igualitário;

9.34.2 Manutenção da qualidade na prestação dos serviços;

9.34.3 Respeito à decisão do paciente em relação ao consentimento ou recusa na prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;

9.34.4 Garantia do sigilo dos dados e informações relativas aos pacientes;

9.34.5 Garantia do direito de assistência religiosa e espiritual aos pacientes, por ministro de qualquer culto religioso;

9.34.6 Esclarecimento dos direitos aos pacientes, quanto aos serviços oferecidos;

9.34.7 Responsabilidade civil e criminal pelo risco de sua atividade;

9.34.8 Inserção obrigatória dos procedimentos autorizados e dos medicamentos dispensados nos protocolos terapêuticos estabelecidos pelas instâncias municipal, federal e estadual.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.35 Receber médicos residentes vinculados à Comissão de Residência Médica da Secretaria Municipal de Saúde ou a Universidades conveniadas;

9.36 Apoiar a integração territorial dos equipamentos de saúde da Área de Planejamento Local, visando à melhoria e maior eficiência na prestação dos serviços de saúde pública;

9.37 Estabelecer controle e a apuração da frequência dos empregados da CONTRATADA, por meio de Registro Biométrico de Ponto, que deverá ser implementado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da assinatura do Contrato de Gestão;

9.38 Prestar assistência em situações de surto ou emergência em Saúde Pública declaradas pela CONTRATADA;

9.39 Apoiar e integrar o Complexo Regulador da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSDC);

9.40 Afixar, em lugar visível da unidade municipal de saúde objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, aviso que contenha:

9.40.1 O símbolo, o nome designativo da Unidade de Saúde cuja gestão tenha assumido, os logos oficiais do Município, da CONTRATANTE e do Sistema Único de Saúde;

9.40.2 Informação sobre a sua natureza de organização social qualificada no âmbito do Município de São Gonçalo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.40.3 Indicação de que os serviços prestados são gratuitos e pertencem ao Sistema Único de Saúde.

9.41 Apoiar e promover a realização de pesquisas com pacientes, desde que haja aprovações prévias da Comissão de Ética e Pesquisa da Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil (SEMSDC) e do Conselho Nacional de Ética e Pesquisa.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1 A prestação de contas será apresentada até o 10º (décimo) dia de cada mês, sendo a última entregue até 30 (trinta) dias após o término do presente CONTRATO DE GESTÃO, acompanhada do comprovante de devolução do saldo, se houver;

11.2 A prestação de contas será instruída com os seguintes documentos:

11.2.1 Relatórios de execução financeira, discriminando o resumo da movimentação de valores, indicando o saldo inicial, o valor de cada despesa efetivamente paga no período e o saldo atual acumulado;

11.2.2 Relatórios indicativos demonstrando a produção contratada e realizada, bem como os resultados dos indicadores e das metas estabelecidos;

11.2.3 Relação de pagamentos, incluindo o detalhamento das despesas administrativas, indicando os números e datas dos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

cheques emitidos, identificando a numeração dos comprovantes de pagamentos ou o tipo de comprovante;

11.2.4 Conciliação do saldo bancário;

11.2.5 Cópia do extrato da conta corrente bancária e da aplicação financeira realizada na forma da cláusula quinta, referente ao período compreendido entre a última prestação de contas e a atual;

11.2.6 Folha de pagamento discriminando nome, números do RG, CPF, PIS, CNES e CTPS, função, carga horária, salário e benefícios do pessoal contratado (inclusive de servidor cedido em função temporária de direção ou assessoria, se for o caso), acompanhada da correspondente relação de pagamento enviada ao banco;

11.2.7 Cópia das guias de pagamento e respectivos comprovantes de pagamento de obrigações junto ao Sistema de Previdência Social (FGTS e INSS), de outros encargos e das rescisões de contrato de trabalho, e respectivas CTPS, devidamente anotadas;

11.2.8 Cópia de todos os comprovantes de pagamentos relacionados no inciso II deste parágrafo, bem como de todos os contracheques devidamente assinados pelos empregados, podendo estes ser substituídos pela forma prevista no art. 1º da Portaria MTE nº 3.281/84, consolidada pelo art. 3º da Lei 9.528/1997, de 10/12/1997 e suas alterações;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.2.9 Projeção de expectativa de custo de rescisão dos contratados pelo regime da CLT com projeção de encargos fiscais, sociais e trabalhistas;

11.2.10 A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, que deverá ser atualizada antes do término do seu prazo de validade de 180 dias;

11.2.11 Cópia de todos os contratos celebrados no período;

11.2.12 Relação dos bens permanentes adquiridos, identificando a numeração dos comprovantes de pagamentos ou o tipo de comprovante, com recursos provenientes do presente CONTRATO DE GESTÃO;

11.2.13 Documentação comprobatória da utilização dos repasses financeiros destinados ao pagamento de despesas administrativas;

11.2.14 A documentação comprobatória prevista na cláusula 12.2.13 deverá ser acompanhada de mapa de rateio especificando os valores e os percentuais rateados entre os contratos firmados com a CONTRATANTE e outros entes;

11.2.15 Eventuais pagamentos realizados em favor de profissional autônomo deverão ser comprovados mediante cópia do recibo pertinente e do documento de identificação profissional.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.3 O repasse da parcela subsequente ficará condicionado à apresentação da prestação de contas na forma do parágrafo primeiro e do cumprimento de eventuais prescrições contidas no Projeto Básico;

11.4 A prestação de contas somente será recebida pela CONTRATANTE se estiver instruída com todos os documentos e formalidades descritos nesta Cláusula;

11.5 No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à CONTRATADA, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos;

11.6 Cada folha da prestação de contas deverá conter rubrica do representante legal da CONTRATADA, bem como de contabilista habilitado, capacitado pelo Conselho Regional de Contabilidade respectivo. Caso a prestação de contas ocorra em via eletrônica, em Painel de Gestão, deverá ser apresentada declaração assinada pelo representante legal da CONTRATADA e pelo contabilista habilitado de que os documentos e informações apresentados são fidedignos e que a prestação de contas foi corretamente realizada;

11.7 A prestação de contas deverá ser efetuada levando em consideração que todos os recursos usados na execução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO deverão ser contabilizados, com identificação de sua origem e de seu destino, por meio de contabilidade auditada por profissional legalmente habilitado;

11.8 A CONTRATANTE poderá requerer a apresentação, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

público, de relatório pertinente à execução do CONTRATO DE GESTÃO, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no Diário Oficial do Município;

11.9 Caberá à CONTRATADA promover, até 1º de agosto de cada ano, a publicação integral, no Diário Oficial do Município, dos relatórios financeiros e de execução deste CONTRATO DE GESTÃO, aprovados pelo Conselho de Administração;

11.10 O relatório de prestação de contas poderá servir de subsídio para o acompanhamento das ações desenvolvidas, monitoramento e avaliação, bem como da movimentação financeira e patrimonial referentes ao CONTRATO DE GESTÃO;

11.11 A CONTRATADA deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer do CONTRATO DE GESTÃO;

11.12 A prestação de contas a que se refere a presente cláusula, será realizada por meio de apresentação dos relatórios oficiais de acompanhamento do Contrato de Gestão constantes da Proposta Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CESSÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.1 Ficam desde já cedidos à CONTRATADA, em caráter eminentemente precário, a título de cessão de uso e pelo prazo de vigência deste CONTRATO DE GESTÃO, os bens móveis e imóveis, equipamentos e instalações do Pronto Socorro Dr. Armando Gomes de Sá Couto (PSC), identificados, inventariados, avaliados e descritos quanto ao seu estado de conservação, em anexo;

11.2 É vedado o uso e a destinação dos bens cedidos para finalidades não vinculadas ao alcance das metas e dos objetivos previstos neste instrumento;

11.3 Obriga-se a CONTRATADA em relação aos bens imóveis cedidos:

11.3.1 Conservá-los, mantendo-os limpos e em bom estado, incumbindo-lhe também devolvê-lo, ao final deste CONTRATO DE GESTÃO em perfeitas condições de uso e conservação, sob pena de, a critério da CONTRATANTE, pagar os prejuízos, ou consertar os danos;

11.3.2 Assegurar o acesso dos servidores públicos encarregados da fiscalização do CONTRATO DE GESTÃO e do bem cedido;

11.3.3 Pagar todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do uso do bem cedido, inclusive tributos, tarifas e preços públicos;

11.3.4 Retirar às suas expensas, caso solicitado pela CONTRATANTE, eventuais bens adquiridos com recursos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

próprios, que se encontrem no bem cedido, ainda que a ele provisoriamente agregados;

11.3.5 Providenciar o seguro contra incêndio às suas expensas, apresentando a CONTRATANTE a respectiva apólice devidamente quitada, a qual deverá ser renovada na data em que expirar o prazo de seu vencimento.

11.4 Os bens móveis cedidos na forma desta cláusula poderão, mediante prévia avaliação e expressa autorização do Prefeito, ser alienados e substituídos por outros de igual ou maior valor, que serão automaticamente incorporados ao patrimônio do Município de São Gonçalo, sob a administração da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo (FMS-SG);

11.5 A aquisição de bens móveis ou a instalação de bens imobilizados no bem imóvel cedido, adquiridos com recursos deste CONTRATO DE GESTÃO, bem como as benfeitorias realizadas serão incorporados ao patrimônio municipal, sem possibilidade de indenização ou retenção, condicionada a retirada à prévia autorização da CONTRATANTE;

11.6 A Contratante poderá ceder com ônus para origem, conforme artigos 14, da Lei Municipal n.º 370/2011, e 25 do Decreto Municipal n.º 008/2018, e demais disposições legais aplicáveis, servidores de seu quadro, objetivando a execução do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.1 É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto principal do CONTRATO DE GESTÃO pela CONTRATADA;

11.2 Nos casos de subcontratação de serviços auxiliares, a subcontratada será responsável, solidariamente com a CONTRATADA, pelas obrigações descritas na cláusula nona (no que couber), especialmente pelos encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, nos limites da subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização da execução do CONTRATO DE GESTÃO caberá a CONTRATANTE, em especial à Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), nomeada pelo Presidente da Fundação Municipal de São Gonçalo, a quem incumbirá a prática de todos os atos próprios ao exercício da atividade fiscalizatória;

13.2 A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades;

13.3 Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

encontradas. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas;

13.4 A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne à execução do objeto do CONTRATO DE GESTÃO;

13.5 A fiscalização, por meio de relatório trimestral ou a qualquer momento, analisará todas as questões pertinentes à execução do CONTRATO DE GESTÃO, em especial o emprego adequado dos recursos públicos repassados e os resultados obtidos na sua execução, por meio dos indicadores de desempenho estabelecidos, e seu confronto com as metas pactuadas e com a economicidade;

13.6 No caso do não atingimento das metas pactuadas ou da verificação de qualquer desconformidade na execução do CONTRATO DE GESTÃO, a Fiscalização deverá encaminhar relatório ao Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORÇA MAIOR

14.1 Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as metas pactuadas, deverão ser comunicados a CONTRATANTE, na primeira oportunidade e por escrito, sob pena de não serem aceitas pela Fiscalização;

14.2 Os motivos de força maior poderão justificar a suspensão da execução do CONTRATO DE GESTÃO e a alteração do Programa de Trabalho, desde que por termo aditivo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Pelo descumprimento total ou parcial de obrigação assumida no programa de trabalho e neste CONTRATO DE GESTÃO, a CONTRATANTE poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções previstas no artigo 87 combinado com o artigo 116, ambos da Lei Federal n.º 8.666/1993, garantida prévia defesa:

15.1.1 Advertência;

15.1.2 Multa de mora no valor de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do CONTRATO DE GESTÃO ou, se for o caso, do saldo não atendido do CONTRATO DE GESTÃO;

15.1.3 Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do CONTRATO DE GESTÃO ou do saldo não atendido do CONTRATO DE GESTÃO, conforme o caso, e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;

15.1.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

15.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1.6 Perda de qualificação como organização social no âmbito do Município de São Gonçalo.

15.2 A imposição das sanções administrativas previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, consideradas as circunstâncias objetivas relacionadas ao caso concreto;

15.3 As sanções previstas nas cláusulas 15.1.1, 15.1.4 e 15.1.6 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas cláusulas 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do CONTRATO DE GESTÃO, garantida defesa prévia ao interessado;

15.4 As multas previstas nas cláusulas 15.1.2 e 15.1.3 não possuem caráter compensatório, e, assim, o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;

15.5 As multas deverão ser recolhidas junto à Secretaria Municipal de Fazenda no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação de sua imposição à CONTRATADA ou, na impossibilidade da notificação, da publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo.

15.6 As sanções estabelecidas nos incisos 15.1.4 e 15.1.5 são de competência do Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, e a estabelecida no inciso 15.1.6 é de competência da Comissão Qualificadora de Organizações Sociais.

15.7 As sanções previstas nos incisos 15.1.4 e 15.1.5 poderão também ser aplicadas à CONTRATADA caso, em processos seletivos ou negócios



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

jurídicos administrativos firmados com a Administração Pública direta ou indireta de qualquer nível federativo, tenha:

15.7.1 Sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

15.7.2 Demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RECURSOS

16.1 A CONTRATADA poderá apresentar, sempre sem efeito suspensivo:

16.1.1 Pedido de Reconsideração a ser interposto perante a autoridade que proferiu a decisão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência da decisão;

16.1.2 Recurso a autoridade imediatamente superior a ser interposto e encaminhado através da autoridade que proferiu a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis da ciência do indeferimento do Pedido de Reconsideração.

16.2 O provimento do recurso importará apenas a invalidação dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO

17.1 A CONTRATANTE, garantidos o contraditório e a ampla defesa prévia, mediante decisão fundamentada, poderá rescindir o CONTRATO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

DE GESTÃO na hipótese de seu descumprimento total ou parcial, bem como do Programa de Trabalho, e ainda:

17.1.1 Se houver má gestão, culpa, dolo ou violação de Lei ou do Estatuto Social por parte da CONTRATADA;

17.1.2 Na hipótese de não atendimento às recomendações de correntes da Fiscalização;

17.1.2 Se houver alterações do Estatuto da CONTRATADA que impliquem modificação das condições de sua qualificação como Organização Social ou de execução deste CONTRATO DE GESTÃO;

17.1.3 Se houver a perda da qualificação como Organização Social;

17.1.4 Na hipótese de a CONTRATADA não obter no mínimo 50 (cinquenta) pontos na avaliação da execução das metas em 03 (três) relatórios consecutivos.

17.2 Na hipótese de rescisão, a CONTRATADA deverá, imediatamente, devolver ao patrimônio da CONTRATANTE os bens cujo uso foi cedido, prestar contas da gestão dos recursos recebidos, procedendo à apuração e à devolução do saldo existente;

17.3 Na decretação da rescisão, a CONTRATADA ficará sujeita a multa de até 20% (vinte por cento) do valor do CONTRATO DE GESTÃO, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESILIÇÃO UNILATERAL PELO CONTRATANTE

18.1 Em caso de resilição unilateral por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA fará jus exclusivamente ao ressarcimento dos danos materiais comprovadamente demonstrados, desde que o repasse tenha obedecido ao cronograma de desembolso.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1 A publicação do inteiro teor deste instrumento no Diário Oficial do Município de São Gonçalo será providenciada pela CONTRATANTE no prazo máximo de vinte dias da assinatura;

19.2 O inteiro teor deste instrumento, bem como as metas e os indicadores de desempenho pactuados, devidamente atualizados, serão disponibilizados no Portal da Prefeitura do Município de São Gonçalo na *Internet*.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTROLE INTERNO E EXTERNO

20. A CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias do presente instrumento ao órgão de Controle Interno do Município no prazo de 5 (cinco) dias, contados da sua assinatura, e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

22.1 Fica eleito o foro Central da Comarca de São Gonçalo do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste CONTRATO DE GESTÃO que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 A contagem dos prazos será feita em dias corridos, sendo excluído o dia de início e incluído o de vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na CONTRATANTE.

E, por estarem, assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente CONTRATO DE GESTÃO em 3 (três) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2018.

Fundação Municipal de Saúde São Gonçalo

Organização Social

Testemunhas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1. Nome: _____;

Identidade: _____;

CPF: _____;

Endereço: _____.

2. Nome: _____;

Identidade: _____;

CPF: _____;

Endereço: _____.